



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Tiago Miguel Knob

A VIDA DELAS E DELES, A NOSSA, NA CIDADE DO ANJO
UMA UTOPIA CRÍTICA PÓS-COLONIAL DAS GENTES DO COTIDIANO

Tese no âmbito do doutoramento em Pós-colonialismos e Cidadania Global orientada pela Professora Doutora Maria Paula Meneses, coorientada pela Professora Doutora Raiane Patrícia Severino Assumpção e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Agosto de 2018

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

A VIDA DELAS E DELES, A NOSSA, NA CIDADE DO ANJO

Uma utopia crítica pós-colonial das gentes do cotidiano

Tiago Miguel Knob

Tese no âmbito do doutoramento em Pós-colonialismos e Cidadania Global orientada pela Professora Doutora Maria Paula Meneses, coorientada pela Professora Doutora Raiane Patrícia Severino Assumpção e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Agosto de 2018



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Dedicatória

Para Júlia, para minha família e para a família dela, que é também minha família.
Cidinha, Paulo, Clara, Daniel, Luciana, Maria José, Carlos Eduardo e Dona Alice.
Em memória aos meus avós, amados Fica, Nê, Romilda e Miguel.

Agradecimentos

É o bem que me foi e vai abrindo o caminho. Essas forças que nos permitem *andar*, conhecer, construir, abraçados; que fundamentam a esperança, fortalecem o caminhar e criam, como mais ou menos escreveu Ernst Bloch, não as barreiras entre a realidade e a liberdade, mas a realidade em que ela, a liberdade, se concretiza. Agradeço, com toda a força que me é possível agradecer, a minha orientadora Professora Doutora Maria Paula Meneses do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e à Professora Doutora Raiane Patrícia Severino Assumpção, minha coorientadora da Universidade Federal de São Paulo. Amigas que fiz. Ao Mestre do Mundo e amigo Professor Doutor Jaci Rocha Gonçalves; ao Calunga, amigo e Mestre de capoeira do grupo Ilha de Palmares em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, e aos amigos dali, Macaco, Adão, Gerry, Galo, Adriana, Rosângela, Minhoca... Às crianças e à dona Uda da comunidade do Mont Serrat, no Morro da Cruz também em Florianópolis, e ao Gabriel de Paula e à Cleonice representando todos e todas da Ação Cultural Terra Pura. Aos mais de mil jovens que de alguma forma ajudaram a construir o Movimento Capital Juvenil em São Miguel Arcaño ao longo dos anos e a essa *gente* que caminha construindo e apoiando cotidianamente a nossa utopia, Rodrigo C. Francini, Alexia L. Cunha, Luiz Fernandes Rezende, Marcos A. Fernandes, Elaine Silva, Paula D. Fogaça, Mônica Gaudêncio, Pedro Henrique, Cidinha Fogaça Terra Knob, Paulo Knob, Daniel Knob, Luciana França Matos Knob, Júlia Marques Galvão, Maria José Marques, Carlos Eduardo Galvão... Às *Mães da Cidade do Anjo* Viviane, Alcinda, Mirts, Jaqueline, Sílvia, Liane, Maria José... Aos meninos e meninas dessa nossa utopia da vida, Fabrício, Gustavo do Nascimento, Kauane, Kauan, Caíque, Michele, Diego, Cris, Kainan, Daniel, Sara, Priscila, Michael, Bia, Clara... Aos amigos e amigas do programa Pós-colonialismos e cidadania global do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra que aceitaram o desafio de caminhar com *a gente* na Cidade do Anjo, Fabián Cevallos Vivar, Fernanda Belizário, Gabriela F.F. Rocha, Erick Morris, Begoña Dorronsoro e Maísa Antunes. À professora Doutora Teresa Cunha e à Doutora Sara Araújo do Projeto Alice (CES) e da Universidade Popular Empenho e Arte (UPEA) que assumiram o compromisso de também caminhar com *a gente*. Aos Professores Doutores do CES Antônio Sousa Ribeiro, Catarina Martins, Bruno Sena Martins, Antoni Aguiló, José Manuel Mendes. Ao Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos. À Catarina Fernandes também do CES e a toda a gente da Biblioteca Norte | Sul. À Professora Doutora Dulce Ferreira da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. À Elaine Tavares do Instituto de Estudos Latino-Americanos da

Universidade Federal de Santa Catarina; à Professora Doutora Vivian Urquidi da Universidade de São Paulo. Ao professor Elóy Simões (*em memória*) da Universidade do Sul de Santa Catarina. Ao Bruno Martins do Centro Cultural Favela Cria do Rio de Janeiro; à Rede Nacional de Educação Democrática; à Reevo; a toda a gente do Núcleo de Pesquisa Revitalizando Culturas da Universidade do Sul de Santa Catarina; a todos do Quintal do Samba e do Ponto de Cultura Viva o Clube! de São Miguel Arcanjo. À Dona Maria Estrela da Rádio Aliança FM de São Miguel Arcanjo e ao Du do Jornal A Hora. À Maria Luiza, Paulinho, Felipe, Viviane Fogaça. Ao Ari, à Lúcia. À Maria Elisa Terra. À Silvana e à Sueli Marques. Ao Osmar Knob, à Simone S. Knob, à Sônia Knob, ao Diógenes Caldieraro (*em memória*), ao Marco e à Helena Barros. Ao seu António e à Dona Natália; ao Bruno Carvalho, à Neide e ao Alexandre, à Rosa, ao Jasper (*em memória*), amigos, amigas, Thiago Carlin, Duda, Gabito, Gut, Deco, Douglas... Rô, Rê, Nando, Cris... À Iansã, Oxóssi, Oxum; ao Arcanjo Miguel.

Epígrafe

Hay que tener esperanza.

Querência (29/12/11)

Anda por tua cidade
palmilha essa instância querida
perscrutando em seus recantos
teus próprios recônditos
conversa sob a garoa ou sol ou sombra
com os olhos de tua gente
vê as paredes, abraça teus concidadãos
toma os bondes, entra nos bares
caminha e bebe – partilha!
esquece tua idade e descrença
trilha por tuas vontades
e pelas necessidades do teu povo
Anda por tua cidade.
palmilha essa instância querida
queiras estar onde estás
até as horas de partidas
e quando voltares (e vires o novo)
(pois voltarás, de algum modo!)
bem-digas o chão que volta,
que retorna ao teu coração
renovando teu bem-quereres,
tua criança e tua fé.

Rodrigo Castro Francini, dessa utopia cotidiana da vida.



Por Marcos Fernandes, dessa utopia da vida: *Constrói solidariedade.*

Resumo

Estes escritos carregam a esperança, concreta, de ser parte do desenvolvimento qualitativo de uma utopia crítica e cotidiana da vida de crianças, jovens, mães, homens, mulheres, *gentes do cotidiano* da Cidade do Anjo frente à esta que é uma das realidades mais perversas do interior do Estado de São Paulo, Brasil, o município de São Miguel Arcanjo. Trata-se, pois, da construção de justiça cognitiva, um fundamento para a construção de justiça humana e social, a partir do desenvolvimento da *metodologia*, da *pedagogia*, de uma *crítica ética* à realidade e do fortalecimento das *resistências* e *alternativas* às corrupções dos poderes, dessa *emergência* que tem oferecido possibilidades de vida em uma realidade que nega, oprime, castiga, maltrata e que, em última instância, mata e tem matado. São estes os momentos necessários da *utopia*, não suficientes, que este estudo se esforça por aprofundar, aprender, reaprender, desenvolver com as atoras e os atores desta ação social em curso da qual sou parte e que, deste caminhar, se abre para a construção de solidariedades com outros cantos e centros do mundo que também caminham (ações contra-hegemônicas) para o fortalecimento conjunto entre as ações. Para tanto, fundamentada em uma *ética* e em uma *política da vida* (Dussel, 1998, 2007a, 2007b, 2009), esta tese se propõe como um exercício das Epistemologias do Sul (Santos, 1995, 2006, 2009, 2017): um apelo à descentralização da produção do conhecimento que é para emergir, o mais claramente possível, novas exigências de possibilidades de vida desse canto oculto das linhas abissais (Santos, 2007) que impõe entre nós divisões entre os que podem e os que não podem viver. Divisões, estas, reproduzidas ali, dentre tantos outros lugares, mentes e corpos da Cidade do Anjo, nas fronteiras da Lagoa do Guapé; e cujo *andar* capaz de responder às exigências de justiça está sendo já trilhado pelas *gentes do cotidiano* nessa construção do *novo* que emerge e observa, denuncia, anuncia, *anda* e permite à vida, viver.

Palavras-chave: utopia; pós-colonialismos; justiça cognitiva; *gentes do cotidiano*; Cidade do Anjo.

Abstract

These writings carry the concrete hope for being part of a qualitative development of a critical utopia, based on everyday lives of children, young people, mothers, men and women, people of the everyday life from City of Angel. This is the city of São Miguel Arcanjo, one of the most cruel context in the state of São Paulo. The thesis aims the construction of cognitive justice, the foundation of human and social justice, from a methodological and pedagogical approach, an ethical critics of reality and the strengthening of alternative resistances against corrupted powers. These resistances have been emerging and offering possibilities of life, against a reality that denies, oppresses, punishes, mistreats and, after all, kills and has been killing. This studying endeavors to go deep on these moments of utopia, learning, relearning and developing with the agents of this social action in course, which I am part of. From this path we are walking on, it opens possibilities of solidarity with other peoples in other centers of the world, who are also walking on their counter-hegemonic paths, in a way we can strength each other fights. Therefore, this thesis, founded on an ethics and politics of life (Dussel, 1998, 2007a, 2007b, 2009), proposes to be an experiment of the Epistemologies of the South (Santos, 1995, 2006, 2009, 2017): an appeal for the decentralization of knowledge production, in order to emerge new possibilities of life, from the local places hidden by abyssal lines (Santos, 2007), which impose divisions between who can and can not live. Those divisions, reproduced, among other places, in the minds and bodies of City of Angel, on the borders of Lagoa do Guapé, are been confronted by the people of everyday life, who trace their own path to respond the exigencies of justice, building new emergencies, observing, announcing, walking and permitting the life to be lived.

Key words: utopia; postcolonialism; cognitive justice; *people of the everyday life*; City of Angel.

Índice

Dedicatória.....	iv
Agradecimentos.....	v
Epígrafe.....	vii
Resumo.....	x
Abstract.....	xi

Introdução... Uma carta ao Arcanjo Miguel.....	15
---	-----------

1. Anda por tua cidade.....	33
------------------------------------	-----------

1.1. Palmilha essa instância querida	35
1.2. Perscrutando em seus recantos teus próprios recônditos	36
1.3. Conversa sob a garoa ou sol ou sombra com os olhos de tua gente... ..	46
1.4. Abraça teus concidadãos. Toma os bondes, entra nos bares. Vai vivendo a utopia	47
1.5. À frente se apresenta o real.....	52
1.6. Redobra a coragem e o saber	57
1.7. Construindo solidariedades.....	63
1.8. Anda, pois, por tua cidade	66
1.9. Trilha por tuas vontades e pelas necessidades do teu povo	69
1.10. Queiras estar onde estás. Semeia	72

2. Metodologia: Esperança	75
--	-----------

2.1. Educar-se	77
2.2. Justiça cognitiva.....	81
2.3. Concretude histórica, o cotidiano	93
2.4. Revivendo o vivido.....	99

3. Na Cidade do Anjo, ninguém vai pro céu: uma crítica ética como um momento de luta pela vida.. ..	105
--	------------

3.1. A Goiabeira.....	106
-----------------------	-----

3.2.	Que força é essa amigo, que só te faz obedecer?.....	107
3.3.	A escola na Cidade do Anjo, tudo como deve ser	109
3.4.	Os Guardiães do Atraso: na Cidade do Anjo, sinto falta dos chicotes.....	118
3.5.	A violência da ignorância	134
3.6.	Que mão pesada é essa, Deus?.....	145
3.7.	Nós precisamos nos denunciar a nós mesmos e anunciar um novo mundo.....	150
3.8.	O problema desse sistema é que o ser humano pode também ser rebelde.....	155
4.	É preciso permanecer viva, vivo!	159
4.1.	Como muitos, permanece ali até o fim da tarde, mas depois continua	160
4.2.	Mães e filhos.....	166
4.3.	Uma pedagogia de vida, de luta.....	172
4.4.	Meus meninos são o que você teceu, em resistência ao mundo que deus deu.....	178
4.5.	A prévia luta pelo reconhecimento próprio como sujeita e sujeito e o anúncio do novo ..	182
5.	Os direitos humanos começam dentro das casas dos sonhos. Dentro da Casa Amarela e dentro da Casa Azul	193
5.1.	Um ambiente venenoso.....	194
5.2.	Um sonho de criança.....	196
5.3.	A Casa Amarela e a Casa Azul	201
5.4.	As Mães da Cidade do Anjo, as crianças, a solidariedade.....	204
5.5.	Um observatório de luta popular.....	215
	Considerações finais... Uma carta às Goiabeiras.....	219
	Bibliografia	225
	Anexos	231

Introdução... Uma carta ao Arcanjo Miguel

*Quem sabe é uma oração minha, nossa, dele, pra Ele e pra nós.
Mais pra nós do que pra Ele.*

Síria. Rio de Janeiro. Palestina. Brasil. Mães de Maio. São Paulo. Marielle. Jaqueline. Fortaleza. Congo. O que é um texto diante do real? O íntimo da Cidade do Anjo nos liga à humanidade¹. *O cântaro quebrado de um sonho se espalha e cresce nos degraus do templo*². E entre as rachaduras da construção antiga as mirtáceas brotam em direção ao sol. Semeia. É a utopia, a humanidade reagindo. Caminha. *No passo entre o corpo e a palavra, um respiro*. No respiro entre o dito e a fala, um silêncio, um descanso, um refugio. A verdade, a utopia, a esperança, a vida. *Uma fé nas coisas que pensam*, cantam, dançam. A ira, Miguel, atilada, impeliu mais do que eu gostaria a escrita das páginas que seguem.

“Um gesto de escrita empenha-se completamente numa força, num diferendo” (Mbembe, 2017: 8); e “a função da língua passa por trazer à vida aquilo que fora abandonado às forças da morte” (Mbembe, 2017: 16). “Na era da Terra, precisamos mesmo de uma língua que constantemente fure, perfure e escave como uma broca, saiba ser projétil, uma espécie de direito absoluto, de vontade que, incessantemente, atormenta a realidade” (Mbembe, 2017: 250). É a *denúncia*, o *anúncio*, a revolta, consciente, na escrita, na arte, na fala. No ato... *Mesmo antes de ouvir a própria voz, os sons envolvem-se na boca*. “A sua função [...] não é apenas a de fazer soltar os cadeados, mas também de salvar a vida do desastre que assoma” (Mbembe, 2017: 250). É uma crítica ética à realidade.

Na cidade do Arcanjo Miguel, *sob a mecânica celeste, somos a costura imperfeita, o espetáculo doloroso da decomposição de deus*. Nossa igreja não é mais das mais belas. Há lanças e grades. O preconceito e o seu sustento, a ignorância, não são só o que a envolve tal como era antes. Para inibir os marginais a cerca, ali, elétrica, mantém a *santa* confinada, e apenas quem detém

¹ Trata-se, nesse estudo, de um trabalho que representa e dialoga com um coletivo (a *utopia* discutida nessa tese) ao qual pertenço. Por isso a opção pelo uso do 'nós' em diversos momentos desses escritos, mantendo, porém, minha a responsabilidade pela argumentação.

² As frases em itálico escritas em toda essa *Introdução* são do poeta português Diogo Vaz Pinto, retiradas de diversos pontos do seu livro *Ultimato* (2018).

a chave pode levar a ela as suas orações e as suas súplicas, como percebeu uma juventude atenta. Ao seu redor, o perfume das flores das árvores antigas como a nossa história deu lugar ao mormaço do cimento tão moderno quanto é o seu prebendário, a estupidez. E a consciência, se é que um dia houve, deu nos arredores da igreja o seu espaço ao comércio. Mas ao comércio da própria igreja, não ao do povo que cria, trabalha, lamenta. Vendem-se camisetas com o Seu desenho. Cafés, águas, santas e bentas. Joias e canecas com símbolos, para muitos, sagrados - tal como condenou Jesus, certa vez, se não me engano. E a miséria, *simbolizada* no rosto da criança, permanece distante, num rural longínquo e num urbano oculto, suportando no corpo o corpo luxuoso do senhor, a cocaína, o tomate, a batata, a madeira sem amparo, sem cuidado, sem abrigo, sem *santa*, súplica ou oração.

São as contradições, as injustiças, as perversidades da cidade do Anjo, da cidade delas, deles, da nossa cidade, da minha, nos corpos que por ali crescem, vivem, sobrevivem.... Foi ali que eu nasci e é com essa *gente*, humana, real, a nossa *gente*, inteira, que *a gente* convive, caminha, constrói, transforma... E tal como escreveu o poeta, *dá-me trabalho sair dali*, enquanto caminho para voltar.

Nesses escritos, que são esse caminho de volta, ou de presença, a realidade e a vida são os conteúdos, as sujeitas, as presenças.... E a *denúncia* e o *anúncio*, a utopia, a nossa, é a fonte das reflexões. Enquanto saio para escrever o que segue, *colho aquele fruto que conserva parte da sua flor, para esmagá-lo e prender-lhe o gosto entre os dedos e o verso*, entre o coração e a mente, o corpo e a alma.... E nesse caminho, nessa escrita, distante um oceano, sustentado por nossas relações e apaziguado por conversas, cuidados, carinhos, apesar de a ira aparecer por tantas vezes, nalgumas quieta, noutras embrenhada à angústia, noutras ainda sendo absorvida pela paz que a própria utopia permite, é um outro sentimento, é um sentido mais profundo o sentimento mais forte, primeiro, que moveu esses escritos, o fundamento que suporta todo o resto, o *sentido que se traz junto à pele, tatuagem que muda e prossegue, transforma o corpo como são transformadas as coisas que se movem impressionadas*, que sustenta a persistência, a perseverança, a esperança, paciente..., que ampara, defende, ancora, enfrenta inclusive o tempo.... Não é a ira apesar de justa, acredito.

As reflexões, os porquês e sobre o que pensar. Como e por que escrever. O que move, fundamenta, movimenta: um silêncio, na Cidade do Anjo, ensurdecidor. *A fé*, a *luz sacrílega que defende a incompreensão das coisas*. A fala, um discurso imóvel que reforça o porquê de

ser assim: abismos, muros, mitos, labirintos. Na cidade do Arcanjo Miguel, as injustiças vistas a olho nu são elevadas pela amizade silenciosa do proveito próprio. E a indignação expressa, alta e aberta à presidente eleita distante alguns estados, não é assim tão furiosa em jantares alegres em casa, em conversas fraternas com o bandido (presente ou futuro ex-qualquer coisa³) que arranca, ali, um sonho de criança.

São os arquitetos e os comparsas da fome. Os *guardiões* de uma realidade constituída por um sistema político, social, cultural marcado pela corrupção que castiga, produz e reproduz perversidades, sofrimentos, injustiças e, em última instância, mata e tem matado. Um certo tipo de *Agro-sistema*, um emaranhado de forças, de produções da monocultura rural, de espectros e vultos, assombrações; de poder político e campanhas eleitorais, instituições e fé; mercado, miséria, mitos e riquezas que alimenta, no real, a *fome* cotidiana da criança, a exploração do seu corpo, a violência, o crack, o abandono puro. A cidade, movida por suas forças, silenciada pelos *seus* e camuflada por seus mitos, não oferece à menina a possibilidade de viver com sentido. Por um lado, porque é ingênua e estúpida, por outro, covarde, estratégica e cruel porque necessita dessa criança para a colheita da sua riqueza, da sua uva, da sua batata, para carregar a madeira... e é preciso, aos que restam, admitir que falhamos, como disse certa vez um professor ainda jovem desse nosso *andar...* *Nós precisamos nos denunciar a nós mesmos e anunciar um novo mundo...*

A cidade de São Miguel Arcanjo⁴ é rodeada por fazendas, grandes produções da monocultura agrícola e por reservas de Mata Atlântica intocadas, região reconhecida como um dos mais importantes refúgios de vida silvestre do planeta, e que recebeu, inclusive, por essa importância, da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura em mil novecentos e noventa e nove, o título de Sítio do Patrimônio Mundial da Humanidade (Galvão, 2012: 12). A mesma região é conhecida e reconhecida, também, como o Cinturão da Miséria do Estado de São Paulo. Uma realidade, ali, com seus pouco mais de trinta e um ou trinta e dois mil habitantes, movida também por sua forte tradição político-religiosa, o que elevou, em vinte e um de setembro de dois mil e treze, sua igreja matriz a santuário de seu padroeiro, o Arcanjo Miguel. Foi quando nós elevamos nossa cidade à Cidade do Anjo.

³ Em referência ao texto de Rodrigo Castro Francine, membro de nossa utopia, “Uma palavrinha aos ex-prefeitos de hoje e de amanhã” escrito em março de 2017. Texto e vídeo acessíveis em: <https://www.opoca.org/midiaopoca/2017/09/10/14/>.

⁴ Situada no interior do Estado de São Paulo, Brasil. Ver localização geográfica em capítulo 3.7.

*Miguel*⁵ é um arcanjo nas doutrinas religiosas judaicas, cristãs e islâmicas e considerado, por tais, o líder do exército de Deus, das forças celestes, na guerra contra as forças do mal. Uma força descrita no livro *Apocalipse* do Antigo Testamento quando em batalha nos céus, comandando a legião dos anjos de Deus, vence *Lúcifer: Houve no céu uma guerra, pelejando Miguel e seus anjos contra o dragão. O dragão e seus anjos pelejaram, e não prevaleceram; nem o seu lugar se achou mais no céu. Foi precipitado o grande dragão, a antiga serpente, que se chama Diabo e Satanás, aquele que engana todo o mundo; sim, foi precipitado na terra, e precipitados com ele os seus anjos.*⁶

Miguel significa em hebraico "aquele que é similar a Deus" (*mi*-"quem", *ka*-"como", *El*-"deus"). É também considerado o modelo angélico para as virtudes do *guerreiro espiritual* nas *batalhas internas* de cada ser humano entre o *bem e o mal* e mencionado, no mesmo Antigo Testamento, a Bíblia Hebraica, como aquele que se levantará diante das injustiças e a favor dos filhos de seu povo quando o *tempo de tribulação* chegar, como anuncia o Profeta Daniel: *Nesse tempo se levantará Miguel, o grande príncipe que defende as crianças do seu povo*⁷...

Aqui, nesse nosso *tempo de tribulações*, nada mais distante é o que acontece na cidade comanda por seus homens e mulheres, muito em especial homens, *autoproclamados cidadãos de bem*; agora, portanto, sede do santuário do Arcanjo em que boa parte de seu povo, inclusive eu, deposita sua fé. Assim, como em tantos outros cantos do planeta em que as contradições e as injustiças são visíveis aos olhos atentos – cada um da sua forma - nesse canto, as contradições se tornam ainda mais evidentes: a Cidade do Anjo, de suas belezas, riquezas e de sua fé, é também uma das mais cruéis cidades de um dos estados mais injustos de um dos países mais desiguais do planeta, cujas principais vítimas são as próprias *crianças do seu povo*, num ambiente, porém, que reage. E reage, também, na Cidade do Anjo, em reza.

Aguardamo-Lo, Miguel, em reza.

Mas nos cantos e becos, centros, campos, praças e territórios, no sagrado. Nas casas amarelas, azuis e verdes, nas casas da mata, esses espaços da utopia, *santuários* nossos, *vivificando e sublimando*: “o sagrado é consistente e é onde se afirma ir buscar força, sentido, coragem,

⁵ Em hebraico, מִיכָאֵל, *Micha'el* ou *Mikhā'ēl*; em grego, Μιχαήλ, *Mikhaél*; em latim, Michael ou *Míchaël*; em árabe, ميخائيل, *Mikhā'il*.

⁶ Em Apocalipse 12:7-9.

⁷ Daniel 12:1.

energia, discernimento, vigor e autoridade para poder enfrentar o melhor e o pior das coisas que acontecem”, como escreve Teresa Cunha (2014: 223). Nos fortalecemos também na ordem do invisível, naquilo que não se pode apalpar, naquilo que está para além do pó que se vê e sente, naquilo que é tão verdadeiro e real que é capaz de inspirar e alimentar o cotidiano e a imparável busca de senhoras, meninas e meninos pela sua libertação (Cunha, 2014, 223). É o sagrado, a experiência da espiritualidade, aquilo que é a alma dos dias e das esperanças, dos sentidos, das energias e dos significados que nos damos e damos ao mundo, acessível a todas as pessoas e, por tal, intrinsecamente democrático apesar da sua intocabilidade (Cunha, 2014: 223), e, em sua intocabilidade nos fortalecemos, persistimos, reagimos, tocamos o real e *aguardamo-Lo*, pois, também em reza.

Em *reza*, mas *em reza* chorada, fértil, vívida. Reza chorada. De lágrimas reais, de alegria, de dor e de fé. De *anúncios* e *denúncias*; de diálogos, encontros e esperanças; de luta; de “lágrimas fecundas, que fazem parir a terra, palpitar o seio e germinar a semente. Lágrimas de aurora, orvalho vivo e criador. Rezar e chorar, mas heroicamente, na ação e na luta, no mundo e para o mundo”, tal qual o filho de Alcinda, “entre o fogo ardente e a batalha”. “Quem se quiser salvar, há de se salvar com os outros” (Junqueiro, 2017: 21): *Somo em todos vamos lutar para ganha a guerra que todos estao passado na terra... mais sou uma pessoa pode ajudar... deus... quem confia em deus ganha a querra... a fome crisce... morte... priscipalmente educação... as pessoa nao nasceu para ser maltratadas pelo mundo... vamos ajudar o mundo que estamos vivendo. thiago passa esse comentaro para todo que voce conhece ta... eu que tou fazendo essa mensage ta.* Me escreveu Gustavo do Nascimento de dezesseis anos, filho de Alcinda, irmão de Kauane, Kauan, Ananda e Augusto. Essa *gente* da utopia da Cidade do Anjo.

“A descolonização que se propõe alterar a ordem do mundo” (Fanon, [1961] 2015: 40) é uma ponte política entre anseios e raízes de experiências e integra, para além das lutas políticas, a exploração de sonhos, a libertação da história, a descolonização do saber, dando eco à diversidade do mundo, como escreve Maria Paula Meneses (2016b: 40-41). É o amplificar da democracia; o saber sobre quem tem o poder e como o utiliza; os desafios amplos da autodeterminação, a luta pela afirmação de outros saberes, subalternizados e suprimidos; a valorização de outras experiências; o direito a ser-se, a pensar pela própria cultura (Meneses, 2016b: 40-41). Um processo histórico, um movimento autêntico, um caminhar real que “só poderá ser compreendido, só encontrará a sua inteligibilidade, só se tornará translúcido por si

próprio na medida exata em que se discernir o movimento histórico que lhe dá forma e conteúdo” (2015: 40).

Em meio ao real, portanto, a utopia caminha. Rezando, vivendo, amando, *andando* pela *fronteira* entre o *ser* e o *mais ser*, mediando o real com cuidado, com *as gentes*, *ajudando o mundo que estamos vivendo*, construindo, entre *as gentes*, possibilidades de vida, ações, projetos, experiências, conhecimentos, dando conteúdo e forma a um caminhar que nos faça sentido, em um mundo sem sentido em muitos sentidos: *a fome cresce, morte, principalmente educação*. Uma ação que responde às exigências de justiça alicerçada no diálogo, nas trocas, na potência emancipatória ou libertadora dos seus sujeitos e sujeitas, na valorização e no desenvolvimento das nossas formas de ser, nas aprendizagens do cotidiano, numa educação popular, democrática, numa *ecologia cotidiana de saberes* forjada da cidade e dos seus cantos e becos, crianças, centros, jovens, praças, campos, mães, enfim, *gentes do cotidiano* da Cidade do Anjo que sobrevivem, resistem, vão construindo possibilidades de vida diante das injustiças que maltratam e causam dor, como anuncia o primeiro capítulo intitulado *Anda por tua cidade*.

São reflexões para a *metodologia de vida* dessa utopia possível, crítica e cotidiana da vida. Dessa *emergência* que nasce com a formação do Movimento Capital Juvenil em dez de junho de dois mil e dez e que, submersa na Cidade do Anjo, uma juventude até então oculta, em sua prévia luta pelo reconhecimento próprio como sujeitas e sujeitos, denunciou a realidade, anunciou uma outra, instituiu um programa de ações, desenvolveu projetos culturais que lhe faziam sentido, adentrou às instituições públicas *forçando* democracias e criou um projeto futuro, a utopia possível, factível que se traduziu no projeto Cidade Escola e em seus espaços permanentes de *práxis*; insurgiu com a Casa Amarela e com a Casa Azul e emerge como um *observatório de luta popular*, o Observatório Popular Cidade do Anjo. O objetivo desses escritos é ser parte do desenvolvimento qualitativo dessa ação social em curso da qual sou parte desde sempre.

A *gente* sentiu no corpo a necessidade de escrever essa tese em função *da gente, das gentes*, dessa nossa *utopia crítica e cotidiana da vida*; da vida humana, portanto. E para tanto, foi preciso tentar construir uma metodologia que suportasse essa intenção; que fosse capaz de interferir no real enquanto era absorvida por ele, como refletiremos no segundo capítulo. A realidade é perversa. A indiferença não é um direito, nunca foi, assim como a neutralidade por vezes científica, indiferença disfarçada diante da fome, da dor, do *sofrimento-feito-pelo-homem*

(Santos, 2011). E diante dele, do real, ou submerso a ele, ao invés de analisa-lo afastando-me, foi preciso, com todos os meus limites, refletir com a realidade beijando-a, vivendo-a, superando-a, da forma mais coletiva possível, a partir, portanto, dessa nossa utopia crítica e cotidiana da vida: não é possível a construção de justiça social sem a construção de justiça cognitiva nos locais em que a vida humana acontece.

Trata-se de um esforço próprio, pessoal, coletivo e inacabado para uma descolonização epistêmica, social, política, cultural local, unindo saberes, expandindo-os para aonde ainda não tínhamos ido. Unindo pessoas, fortalecendo-nos, abrindo outros horizontes entre nós com o mundo nessa tentativa um pouco blasfema para os conservadores de todas as espécies e instituições de construir *justiça cognitiva*, com o apoio, em especial, do pensamento de Maria Paula Meneses e Teresa Cunha, e solidariedades, força política entre *as gentes* como dois dos alicerces para a construção de justiça humana e social: “as vitórias da razão não resolvem os problemas da existência” (Jeanson, 1975: 10). E “para a verdade vencer as forças que conflituam com ela, tem ela própria de tornar-se uma força” (Schiller apud Santos, 2013: 290). O caminho para tanto precisa ser construído. E é este o objetivo desses escritos. Ser parte desta construção.

Da construção de uma utopia cuja vida humana e, em especial, a vida humana negada, é o conteúdo, a referência primeira e última, e cujo horizonte da crítica, uma *crítica ética* (Dussel, 1998), porque se fundamenta na vida humana, é o modo cultural de vida moderno e a insistência dos colonialismos em seu seio. Um modo de ser, de entender e de construir o mundo forjado, para Santos (2007), em linhas abissais que dividem o humano do sub-humano e sustentado pela capacidade inerente à consciência moderna em ocultar, legitimar ou naturalizar as produções desta sub-humanidade. Trata-se, em um diálogo com Achille Mbembe (2014, 2017), da *violência da ignorância*, do *poder do falso*: da *consciência moderna* como um elemento bruto e uma força opressora de violência e de separação muito mais do que de solidariedade e de vínculo. De uma força de divisão e de isolamento real. De um pensamento virado exclusivamente para si e que procura ser exceção ao resto do mundo, dentro de uma cidade, ao resto *das gentes*, enfim, aos *outros* com os quais entende nada haver em comum e que, apoiado nessas divisões, inclusive, pretende assegurar o seu governo, do global ao local e vice-versa. É a miséria de um modo de ser que absorve uma violência de quinhentos anos. O colonialismo, ainda, como escreve Boaventura de Sousa Santos, “com disfarces antigos e novos, revela o mesmo impulso genocida, a mesma sociabilidade racista, a mesma sede de apropriação e

violência contra recursos considerados infinitos e contra pessoas tidas por inferiores e, inclusive, não humanas” (2017: 73). Nas entrelinhas dos textos que seguirão, por vezes mais explícita, noutras menos, está a tentativa de trazer à superfície os efeitos dessas violências epistêmicas, culturais, econômicas, políticas, espirituais, religiosas, dos colonialismos, enfim, dessa *periferia* imposta pelo modo de ser moderno, de mais esse Sul geográfico, epistêmico e político do mundo, o lado oculto das linhas abissais: o *cotidiano* da Cidade do Anjo, suas contradições, possibilidades, suas violências e suas mistificações, que é o centro das nossas atenções ...

.... Na cidade do Arcanjo Miguel e do seu Santuário; da Festa milionária da Uva e privada realizada com dinheiro público; da *caridade* publicitada do dono do supermercado, essa mistura de empresário cristão, imbecil⁸ e *político* que, sobre o caminhão cheio de alimentos doados pelos seus clientes desfila pela cidade distribuindo-os aos pobres e velhos; de uma das maiores reservas de Mata Atlântica intocadas do país e tomada, até ela, por eles; de um dos maiores PIBs agropecuários do Estado mais rico de uma das maiores economias do planeta, as batatas consomem *as gentes* e não o inverso; a uva não está na mesa de quem a colhe; o eucalipto segue sugando toda a água do solo, os interesses dos vereadores e as terras *das gentes*. A criança, depois de um dia de trabalho tem fome, e o santuário acolhe cheio de vaidade o seu *empregador* que, sorridente, aparece diante do padre depois do *pai nosso* com um envelope sempre cheio de boas intenções. O deus milhão, conhecido também por capital, não digere sem a guilhotina e suas sentinelas: na Cidade do Anjo, ninguém vai *pro céu*. É uma *crítica ética*, fundamento do terceiro capítulo desses escritos e da utopia, como um momento de luta pela vida.

E *a gente* sentiu no corpo a necessidade de construir esse estudo da forma que construímos porque, diante de uma realidade que nega, oprime, castiga e, mais uma vez, em última instância, mata e tem matado, é preciso desconstruir as vicissitudes e as estruturas que produzem e reproduzem as realidades castigadas e os mitos que a suportam em diálogo, no real, com quem sofre e caminha para superar as violências que pesam sobre cotidiano. Trata-se, para tal, num processo de re-inversão da lógica das *utopias da morte*, de insurgir no centro das reflexões, dos debates e das ações, a vida humana concreta, em especial, a vida humana negada, tal como afirma Criolo: *É preciso permanecer vivo! Viva!* Aqui, “a própria vida deve ‘ganhar corpo’ para ser reconhecida como real” (Mbembe, 2014: 213). É uma dialética da luta pela vida

⁸ Imbecil: aquela pessoa que revela tolice ou fraqueza de espírito; que diz ou pratica imbecilidades, tonto, débil, ignorante.

humana diante da dor e da morte (Dussel, 1998: 401). É um momento da utopia e das reflexões do quarto capítulo. O pensamento de Paulo Freire nos ajuda a *andar*.

Trata-se de uma *pedagogia de vida*, de uma *pedagogia de luta*, aqui, forjada no caminhar dessa *emergência* que adentra ao quinto e último capítulo resistindo e encontrando alternativas às reações e às corrupções de um poder institucional político desvinculado da comunidade *das gentes*, dos nossos projetos, dos nossos sonhos, das nossas necessidades, das nossas conquistas, das estruturas que *a gente* foi construindo e permitindo, no real, possibilidades de vida. De resistências e alternativas, enfim, à teimosa obstinação conservadora de impedir, ou de tentar impedir, a partir do momento da utopia alcançado na Cidade do Anjo, o desenvolvimento crítico da utopia e *das suas gentes*.

Para tentar responder ao seu objetivo, fundamentado em uma *ética* e em uma *política da vida* (Dussel, 1998, 2007a, 2007b, 2009), esse estudo se propõe como um exercício próprio da *sociologia das emergências* proposta por Boaventura de Sousa Santos (2006): “a sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear [...] por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das atividades de cuidado (2006: 21). É a produção de um saber cujo objetivo é “atender às experiências e práticas de resistência e de luta que visam deslocar a linha abissal e, idealmente, dismantelar as bases da dominação” (Santos, Mendes, 2017: 18).

Se o “pensamento abissal estabelece que as definições do humano e do sub-humano são produções sociais diretamente relacionadas com as políticas epistêmicas de visibilidade e invisibilidade vigentes” (Aguiló Bonet, 2017: 215), é justo o esforço desses escritos em nos colocar dentre essas *emergências*, dentre essas “outras concessões que é urgente conhecer e valorizar com vista a construir uma humanidade pós-abissal, isto é, desprovida das invisíveis zonas de sub-humanidade e de desumanidade” (Santos, Mendes, 2017: 19). Um pensar que, “quer na academia, quer no nível das práticas cotidianas [...], centra-se na construção de outros saberes e representações, sensíveis aos lugares, às vozes e às experiências daqueles cujas histórias e culturas partilhamos e procuramos conhecer” (Meneses, 2016a: 340). A esse diálogo entre os distintos saberes deu-se o nome *ecologia de saberes* (Santos, 1995, 2013, 2006).

Apoiamo-nos, pois, nas epistemologias do Sul (Santos, 1995, 2009, 2017), portanto, porque, como afirma Boaventura de Sousa Santos, é um pensar que assume como característica

dominante do mundo a sua pluralidade epistemológica; que reconhece a diversidade cultural, cognitiva, social, etno-racial, produtiva, política e religiosa do mundo convertendo a simultaneidade inerte e monocultural do Ocidente, em uma contemporaneidade complexa (Santos, 2017). Uma forma de análise, de produção e de desenvolvimento de conhecimentos que objetiva, como aponta Maria Paula Meneses, a democratização da produção do conhecimento, incluindo, nesse processo de descolonização do saber, a análise de lutas e de resultados ancorados no real; o repensar dos aspectos fundamentais, a renegociação das definições do ser e dos seus sentidos ancorada em narrativas, ações, práticas plurais em diálogo, em contatos e em continuidades, num processo produzido em debates e análises de várias perspectivas, espaços e situações, alargando o reconhecimento da diversidade epistêmica do mundo e pondo fim, nesse processo, às teleologias existentes (2016b, 40-41). Um processo que se assume, na luta por transformações sociais, a descolonização mental e epistêmica como uma necessária condição prévia (2016b: 41). Esse questionar, segue a autora, deve ser visto como uma possibilidade contingente de mudança em direções que não reproduzem a subordinação cultural, política e econômica, abrindo a descolonização à imaginação dos atores e atorras das lutas sociais, políticas, culturais (2016b: 40), aliando à descolonização, enfim, a democratização da produção do conhecimento, um fundamento para a construção de justiça social (Meneses, 2016b: 26).

O objetivo é permitir aos grupos sociais oprimidos representar o mundo como seu e nos seus termos, cujo fim é transformá-lo de acordo com as suas próprias aspirações (Santos, Mendes, 2017: 16). Para Santos e José Manuel Mendes, as epistemologias do Sul têm a ver “com a produção e a validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que sofreram sistematicamente a injustiça, a opressão e a destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado (2017: 16). E partimos da *Ética da Libertação*, a partir de Enrique Dussel (1998), porque a ética crítica, material, uma *ética da vida*, tem como conteúdo a vida humana e, em especial, a vida humana negada, cujo fim é sua libertação. A *ética da vida*, aqui, é o fundamento para a construção *política* da utopia (Dussel, 2007a, 2007b, 2009).

A vida da qual falamos é a vida humana. O princípio da obrigação de toda norma, ação, instituição ou de um sistema completo de eticidade cultural de produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana concreta de cada sujeito ético, de cada sujeita ética e vivente em seus momentos físico-biológico, histórico-cultural, ético-estético e até místico-espiritual em

comunidade e, em última instância, em toda a humanidade, é o princípio material da utopia. A validade intersubjetiva da comunidade política da utopia, *das gentes*, é o seu princípio moral, formal, democrático. E a factibilidade ética da utopia, o seu princípio de possibilidade: É um saber *como operar* (Dussel, 1998).

As palavras *produção, reprodução e desenvolvimento* da vida humana do sujeito ético e da sujeita ética significam *sempre* não só o vegetativo ou o animal, mas também o *superior* das funções mentais e o desenvolvimento da vida e da cultura humana e não se distingue, nesse sentido - desenvolvimento cultural, científico, estético, místico e ético -, da sobrevivência ou da reprodução material física (comer, beber, ter saúde). Indicam, antes, um critério *a priori* ou anterior a toda ordem ontológica e cultural vigente (Dussel, 1998: 636).

A *vida humana* para uma ética material e crítica não é um conceito, uma ideia, um *modo de ser*. A *vida humana* é um *modo de realidade*. “É a vida concreta de cada ser humano, a partir de onde se encara a realidade constituindo-a desde um horizonte ontológico (a vida humana é o ponto de partida pré-ontológico da ontologia) onde o real se atualiza como verdade prática” (Dussel, 1998: 632). É a referência primeira e última de toda a ação, de toda a norma, de toda a crítica: “é o *modo de realidade* do sujeito ético [...], que dá o conteúdo a todas as suas ações, que determina a ordem racional e também o nível das necessidades, pulsões e desejos, que constitui o marco dentro do qual se fixam fins” (Dussel, 1998: 131).

Trata-se, portanto, mais uma vez, da vida do ser humano em seus diversos momentos físico-biológico, histórico-cultural, ético-estético, político, científico e até místico-espiritual sempre num âmbito comunitário (Dussel, 1998). Aqui, diante da afirmação da vida, recortamos as instituições, regras, realidades, sistemas completos de eticidade cultural que impedem a reprodução ou o seu desenvolvimento em algum nível ou em todos eles. É o momento da crítica ética à realidade, da negação das negações e da afirmação da utopia, da realização de projetos e programas de ações que possibilitem à vida a sua possibilidade de viver, a sua reprodução, o seu desenvolvimento, nos diversos momentos explorados pela utopia (Dussel, 1998).

À sua leitura, peço perdão pela confusão em determinados pontos do texto e dessa, quem sabe, *oração para Ele e para nós, mais para nós do que para Ele*. Por vezes falta habilidade em minha escrita. Por outras, os assuntos voltam, andam em círculos, ganham outros contornos que é para ir desenvolvendo o que antes foi refletido. Segue um pouco o andar do meu pensamento,

do cotidiano e seus acontecimentos. Como escreve Maria Paula Meneses, “o ensino e a pesquisa que lutam pela descolonização funcionam nos interstícios entre a ideologia política (as ideias que moldam qualquer prática), o espaço (os espaços que dão vida a esses projetos) e a comunidade (as pessoas que realizam esse trabalho), representando”, segue a autora, “cada um uma dimensão da descolonização, uma expressão de autodeterminação coletiva” (2016a: 357).

A tentativa, aqui, foi desenvolver um conhecimento situado a partir do nosso cotidiano e do nosso *andar*. Foi escrever, desenvolver e trazer para o pensamento crítico, uma literatura nascida das histórias que vivi e convivi em nossa utopia, com os nossos *jeitos* de falar, com as nossas formas de se comunicar, com as metáforas que *a gente* foi criando sobre a realidade enquanto íamos, durante a nossa história, tentando compreender e explicar o real, as suas opressões e as nossas possibilidades. O objetivo passa por permitir com que a comunicação entre nós e a nossa comunidade, a cidade de São Miguel Arcanjo, seja possível, ou mais promissora, enquanto vamos tentando aprofundar, nesse processo de produção de conhecimento crítico, como se constituem as raízes das violências da Cidade do Anjo em suas relações, em especial, entre as suas forças internas e suas mistificações; e desenvolvendo, fortalecendo, desde essa *emergência*, portanto, os meios possíveis para a superação das perversidades que *a gente* enfrenta e que enfrenta a maior parte da população da Cidade do Anjo. Me utilizando mais uma vez das palavras de Maria Paula Meneses, é preciso que o conhecimento produzido pela pesquisa seja desenvolvido em função do seu poder transformador: em função da sua capacidade de transformar as relações injustas e desiguais existentes no mundo tal como ele é hoje, e em função da sua capacidade de transformar radicalmente as estruturas geradoras da opressão, da desigualdade e da injustiça (2016a: 341). O motivo de escrever como escrevi, portanto, carrega em sua estética o objetivo de, nascido dele, esse estudo se inserir, interferir, desenvolver qualitativamente o real, e de ser desenvolvido por ele, o real e *suas gentes*.

Como escreve Paulin Hountondji, a descolonização em relação ao conhecimento, assim como em relação a todos os outros aspectos, é um processo que busca assegurar com que a margem não seja mais margem, “mas parte e parcela de um todo multifacetado, um centro de decisão entre outros centros de decisão, um centro autónomo de produção de saberes entre outros” (1997: 36). Trata-se, portanto, aqui, de um apelo à descentralização do conhecimento que é para emergir, o mais claramente possível, novas exigências de vida desse canto castigado e oculto pelo modo de ser moderno e suas linhas abissais e divisórias do mundo. O objetivo, mais uma

vez, é fortalecer, desenvolver, ser parte da construção dessa utopia, da construção de justiça cognitiva e força política diante de *utopias da morte* que impõe, entre nós, divisões entre os que podem e os que não podem viver, reproduzidas, ali, dentre tantos outros lugares, mentes e corpos da Cidade do Anjo, nas fronteiras da Lagoa do Guapé; e cujo *andar* capaz de responder às exigências de justiça está sendo já trilhado pelas *gentes* do cotidiano nessa construção do *novo* que emerge e observa, denuncia, anuncia, *anda* e permite à vida, viver.

Todos os cinco capítulos, assim, se constituíram como momentos interligados e necessários, porém insuficientes, para o *desenvolvimento qualitativo* da utopia. O primeiro, *Anda por tua cidade*, carrega as nossas reflexões forjadas no tempo e no *andar* da ação e talvez ajude a explicar como foi escrita essa tese: andando. Foi andando por nossa cidade, conversando, convivendo, ouvindo, aprendendo, encontrando, promovendo encontros dos mais diversos tipos, desafiando os *poderes*, superando-os por vezes, realizando projetos, ações, falas, construindo, enfim, a utopia que a gente foi descobrindo o real, desmistificando os mitos, compreendendo suas opressões. Construindo as denúncias do terceiro capítulo, o anúncio de um futuro melhor e possível e a pedagogia refletida no quarto capítulo, as resistências e alternativas do quinto capítulo e as reflexões para a *metodologia da utopia* que no primeiro capítulo, enfim, tentamos desenvolver.

Um caminhar que compreende a vida cotidiana – suas insurgências, necessidades, resistências; ausências, emergências, sua ecologia cotidiana de saberes - “como o lar do sentido, o que supõe que somos essencialmente nossa vida cotidiana e que a condição humana passa inexoravelmente por ela” (Gutiérrez, Prado, 1999: 55). *Anda por tua cidade*, mais uma vez, são reflexões para uma metodologia de vida dessa nossa utopia crítica e cotidiana da vida. Uma prática que caminha no cotidiano aprendendo, desaprendendo, ensinando, se educando enquanto vai vivendo a utopia e dando sentido à existência humana, à própria existência de quem caminha em um mundo sem sentido em muitos sentidos.

A metodologia desse estudo, *Esperança*, o segundo capítulo, se fundamenta no conceito de *justiça cognitiva*. Pretensamente pós-colonial, a metodologia desse estudo se esforça por assentar numa visão complexa da sociedade, e olha para a realidade cotidiana como uma tecedura densa composta de múltiplas experiências, vozes, encontros e envolvimento, livre de fundamentalismos opressivos e de certezas teológicas (Meneses, 2010) que é para identificar, fortalecer, desenvolver no real as suas vozes, os *gritos* (Walsh, 2017), as experiências, os

encontros que possibilitam a vida: “converter a diversidade num fator de visibilidade, enriquecimento e força coletiva” (Aguiló Bunet, 2017: 226). Um esforço para o desenvolvimento, no real, de um cotidiano amplo e diverso, de uma ecologia cotidiana de saberes, de fraturas e resistências, biografias e autobiografias, conhecimentos e práticas que sobrevivem às diversas formas de violências. O cotidiano, mais uma vez, é um espaço privilegiado da utopia. E desse emaranhado de saberes fortalecidos entre si, à utopia se abre a possibilidade para um diálogo com os diversos cantos do mundo que também caminham. O objetivo passa a ser também a construção de solidariedades para o fortalecimento conjunto entre os locais.

O terceiro capítulo é resultado de uma construção que remonta ao caminhar do Movimento Capital Juvenil desde a sua fundação. Dos debates coletivos, das Rodas de Encontros, dos estudos, das conversas enquanto pintávamos as paredes da sede do Movimento. Em meio aos jogos de basquete de rua. Em nossas apresentações e conversas em escolas. Enquanto carregávamos o equipamento de som para os eventos culturais que *a gente* organizava. Enquanto encontrávamos formas de conseguir o gás de cozinha que faltava na casa do jovem trabalhador pai de família ao mesmo tempo em que uns contavam a outras como é o trabalho na colheita da batata, da uva, as relações nas escolas, universidades, nas prisões, como é o dia-a-dia de um jovem, de uma jovem nas periferias da periferia do mundo moderno, imaginando juntos, sonhando, realizando projetos, construindo algo que nos fizesse sentido. É uma utopia cotidiana da vida, que pretende vencer as utopias da morte. O quarto capítulo segue também esse caminhar.

Os anos de dois mil e dez a dois mil e treze constituem o embrião do que construímos hoje e essa nossa pedagogia de vida e de luta é explícita nos corações de uma juventude que *permaneceu viva*, forjou a sua prévia luta pelo reconhecimento próprio como sujeitas e sujeitos e anunciou o projeto de possibilidades de vida futuro, já presente.

No quinto capítulo os jovens e as jovens cresceram, assumiram responsabilidades dentro mesmo da utopia, muitos seguiram suas vidas de maneiras distintas, outras e outros vieram, envolveram crianças, adultas, adultos, *Mães*, enquanto íamos e seguimos construindo aquele sonho delas e deles, nosso, anunciado para que todos os cantos e becos, centros, campos e territórios da Cidade do Anjo pulsem a favor da vida. Um caminhar que nos abre, agora, a partir também dos acontecimentos expostos nesse capítulo, para um novo momento da nossa história,

como veremos, de resistências e alternativas à corrupção que afasta os quereres da comunidade, as suas necessidades, os seus sonhos, a esses dias cada vez mais delicados da história são-miguelense, brasileira e global que nos leva, às considerações finais, a um apelo à solidariedade, nessa tentativa de possibilitar encontros...

.... *Sempre observa primeiro, com o coração e a mente quietos, e então aprenderás. Quando tiveres observado o suficiente, então poderás atuar*⁹, diz a sabedoria Guarani. A solidariedade é um sentimento real, verdadeiro, humano. *A luta só faz sentido quando nos olhamos e podemos nos abraçar*, como escreveu, certa vez, Fabián. Há de haver cuidado, de ser encontrado o comum na essência dos atos, nos motivos dos sorrisos, nos sentidos das falas, nos porquês das palavras. Na simplicidade do sincero mesmo que se desenhe estranho, *errado*, confuso a alguém. Na confiança. Na inocência da criança, na rebeldia do jovem, no amor da mãe, na bênção da avó. Na esperança. No íntimo das utopias... Nos silêncios.... Naquilo que move o *andar*... Experimenta, quem sabe, expressar...

Disseram-me, certa vez, que em cada sorriso de criança há um anjo. Que em cada ato de generosidade há um *sim* à vida. E que em cada ato de justiça há um *não* ao desprezo à humanidade: um não à indignidade da mulher e do homem, da velha, do jovem; à exploração da criança, da menina, do velho; ao assassinato do que há de mais humano no mundo: a liberdade (Fanon, [1952] 2017: 219). E esse *não*, potente como o *sim*, persistente, esperançoso, paciente, *esgarça*, não desiste, resiste, permanece, *retira a ferros, abocanhando* toda opressão e todo o mal *até ao mais exasperado dos sentidos* e das forças, dos jugos, mandos e domínios. E fala, e conversa, e grita *até que a língua se desfaça e refaça segundo o instinto dos sons* dos tambores líricos, humanos, divinos. E dança, e toca, e canta, e ri *até que acordem os girassóis e façam cair a lua*. E incendeia à noite a cidade com a música que faz acordar os homens, fortalecer as mulheres e embalar as crianças¹⁰. E rega, e semeia, e faz chover até que as florestas ardam de flores os desertos de todos os tipos. E denuncia, faz, anuncia e *anda* até que o Anjo desça e suspenda na Terra a criança à paz.

⁹ Do livro *Almas do Brasil*, Giassi (2017), mas também das falas de Mbyas Guaranis no primeiro e no segundo Congresso Internacional Revitalizando Culturas realizado pelo Núcleo de Pesquisa Revitalizando Culturas da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e pelo povo Mbya Guarani da Terra Sagrada do Morro dos Cavalos em Santa Catarina em setembro de 2015 e maio de 2018 respectivamente. Um evento coordenado pelo professor Doutor Jaci Rocha Gonçalves ao lado de lideranças Guarani como a então cacique Kerexu.

¹⁰ Tal como Liniker e Ilú Obá De Min na canção “Preciso Me Encontrar” de Cartola: <https://www.youtube.com/watch?v=zVrc1qeth-4>.

*O sonho rasga a película. Fala como as pessoas com febre. Paixão viva, desordenada, um desejo intenso, uma força, uma ânsia por combater algo, um algoz, alguém, a injustiça. A raiva. Com o apoio da razão, espero, a ira, por tantas vezes a condução das páginas que seguem. Mas pausa, vagueia, silencia, escuta... *Creo que la mejor crítica que te puedo hacer es decirte que te veo reflejado en el texto, que veo reflejadas las luchas, todo el tiempo de luchas desde el inicio. Tus rabias, tus iras, pasiones, emociones, desafíos, alegrías, frustraciones, sueños y formas de coraje...**

Água bendita, ofertada com amor e sementes de esperança. O fardo da vida torna-se leve quando a humanidade reside no coração de cada homem e de cada mulher, quando a fraternidade atinge o universo ultrapassando as barreiras do sangue (Chiziane, 2003: 200) ...

Então apaga, pois, em seus momentos, a luz, a descrença e o mundo. Respira. Há de haver esperança, sempre. *Deveríamos pensar nas palavras como se fossem sementes. Plantá-las e permiti-las crescer no silêncio*¹¹.... Permanece... sobre São Miguel e o mundo, gira lentamente a cúpula de um céu crivado de estrelas¹²... E só então escreve na noite as suas palavras ao céu, à lua, a elas, as estrelas, mesmo em voz baixa, calma.... O escuro acreditará: num abraço com *as gentes* de lá, o amor, essa fonte inevitável da utopia, foi o que sustentou em mim a esperança em escrever essas páginas para irromper no real, o nosso, e em ir aprendendo, sentindo, vivendo, procurando respostas aos sofrimentos humanos feitos pelos homens e mulheres na Cidade do Anjo. *E porque te e Te conheço, nos conhecemos, não é mistério que vamos até ao fim.*

Coimbra, primavera de dois mil e dezoito.

¹¹ Do livro *Almas do Brasil*, Giassi (2017).

¹² Frase inspirada de memória do livro de José Saramago *O Evangelho segundo Jesus Cristo*.



Figura 1: *Conecte-se*, por Marcos Fernandes.

1. Anda por tua cidade

Anda por tua cidade. Caminha por seus escombros, por suas belezas, gentilezas, por suas perversidades.... Palmilha *essa instância querida...*, e *sob a garoa ou sol ou sombra* encontra, escuta, conversa, vê, diz! Permeia histórias diversas, sente. Percorre vidas alegres, transita por almas machucadas, despedaçadas. *Toma os bondes, entra nos bares. Caminha e bebe – partilha!*, compartilha. Caminha! *Trilha por tuas vontades e pelas necessidades do teu povo.* Aprende, educa, se educa. *Abraça teus concidadãos* e constrói daí, *com os olhos de tua gente, o novo.*¹³

Anda por tua cidade. Caminha por suas entranhas, por onde a vida acontece e tudo vive, “deseja, estremece, palpita, murmura e sonha”. Vive, pois, o cotidiano. Esse “braseiro de mundos”, de vidas, de encontros que “o tempo não esgota” e “todas se cruzam, beijam, penetram”, se correspondem. Se embrenha por essa “teia vertiginosa de fios sem fim, de fios móveis, ondeantes, cambiantes, urdindo-se ela mesma, na eternidade impenetrável, sem ninguém ver o tecelão” ... Tenta ver. Tenta entender... Vagueia por esses espaços onde “rigidez, solidez, inércia, não existem”, porque “na fraga mais dura, no bronze mais compacto circulam desejos, dramas, turbilhões de moléculas e vontades”. E sob os rostos mais alegres ou tristes, falantes ou silenciosos se alicerçam saberes, sabedorias, virtudes, medos, anseios, experiências. Penetra. Convive. Dialoga. É tudo “vago, indistinto, confuso, num rumor longo e subterrâneo. Não se destacam, não se desenham as formas”. Procura. Conhece.... Queiras *estar onde estás...*

Anda por tua cidade. Olha os rostos, *vê as paredes*, os grafites... criam, gritam. Ouve as falas, *sê as gentes. Esquece tua idade e descrença.* Entra no orfanato, convive. Sai dele. Caminha pelas vielas, cortiços, favelas; pelas prisões, escolas e condomínios de grades de ferro, de grades de aço; de cercas elétricas e de câmeras de vigilância. De muros altos de pedras, ignorâncias; de tijolos e preconceitos *perscrutando*, investigando nos segredos de *seus recantos, teus próprios recônditos*. Examina no desconhecido, irrefletido ou ignorado da cidade, o seu âmago

¹³ As frases em itálico (com exceção das palavras *novo* e *as gentes* que são categorias da utopia como veremos) são do poema *Querência* de Rodrigo Castro Francini, um membro *da gente* do cotidiano, exposto epígrafe desse estudo. As frases “entre aspas” que se seguem nesse capítulo e sem referências, são de Guerra Junqueiro em seu prefácio ao livro *Os Pobres* de Raul Brandão (2017).

oculto, pessoal, encoberto. Há sempre relações entre os espaços e *as gentes*. Entre nós e as perversidades. Entre as bonitezas e nós. E entre nós e os outros. Reconhece.

E “há em cada alma infinitudes de almas. E umas tão horríveis e loucas que as escondemos para que as não vejam; e outras tão inconscientes e profundas que, habitando conosco, as não chegamos sequer a conhecer”. Conhece, então, discerne. Há outras corajosas que havemos de as deixar transparecer e agir; e ainda outras rebeldes que se as deixarmos aprender, falar e interagir, vão ganhando força e saberes enquanto caminham; e outras ainda cautelosas e pacientes que havemos de as deixar nos conter, manter, resistir, persistir, esperar.

Adentra, reflete, conhece. É com extrema dificuldade que o olhar interior projeta sobre si mesmo uma luz (Bloch, [1959] 2005: 132). Projeta, pois, essa luz e confessa. Mas se empenha por confessar uma “confissão verdadeira, plena, absoluta”, tal qual a filósofa que “a música misteriosa do universo” ela sente; ou como o poeta que no coração “repercute a dor eterna da natureza”, e que “ao cabo de oscilações, dúvidas e desânimos, coordena a idealidade do ser com as aparências do ser, o espírito com as formas”. Percebe nas essências as formas que elas adquirem; e nos contornos que se desenham, encontra o seu eu oprimido e o seu eu opressor.

É pelo fato de se voltar sobre si mesmo que o olhar franco e aberto é comprovado (Bloch, [1959] 2005: 164). Procura, então, as cores e as sombras que as formas vão herdando e com a força que a nitidez oprime, se esforça por libertar um superando o outro (o oprimido e o opressor). São muitos e complexos. As máscaras são brancas mesmo em peles negras; e os jeitos e os trejeitos são do patriarca, dono de tudo, do capital e de toda a gente, mesmo em corpos pobres e de mulheres jovens. E uns se sustentam nos outros e por vezes vivem todos entrelaçados entre eles. Apreende. Confessa mesmo que se em silêncio for e começa por superar em si o que no sistema, nas estruturas, nas instituições, no cotidiano, nega, castiga e, em última instância, mata. Liberta em si o que permite à vida viver. Permite deixar formar o que afirma a vida humana. Deixa essa essência ganhar forma e deixa a forma ser regenerada por essa essência que, enquanto caminha e absorve, também vai se regenerando.

Anda, pois, *por tua cidade* enquanto aprende, ensina, desaprende, se educa. Caminha enquanto faz e se refaz. Permanece viva! Permanece vivo! O cotidiano, assim como nós, é um emaranhado contraditório de nós. Um e outro são espaços privilegiados da utopia.

1.1. Palmilha essa instância querida

Caminha por onde a vida acontece e tudo vive e sobrevive. E a aparente unidade do cotidiano se dissolve nos seres e em suas presenças diversas, admiráveis, perversas.

Caminha pela cidade, por seus cantos, pelos becos, centros e praças. Por suas feiras, campos e territórios.... Palmilha *essa instância querida*.... É onde o ser humano vive, anda, canta. Conhece.... Onde a gente é conhecido, reconhecida, se reconhece, reconhece... disputa, erra. Dança, sonha. Chora, aprende e ensina; se educa. Onde o *cotidiano* acontece e o *todo do ser* é abarcado. Nossas alegrias, nossos sofrimentos. Angústias, prazeres, gozo. Nosso trabalho, nosso ir, nosso vir, nossas relações. Nossa paz. É onde a violência se concretiza. A corrupção derrama suas consequências. A injustiça ganha os corpos de suas vítimas e a resistência sobrevive, aguenta, aprende, apreende, reformula, promove vidas, sorrisos, encontros.

Onde a solidariedade ganha formas, semblantes. O amor também se concretiza ali, nas relações, nos gestos. Num simples gesto. É um lugar privilegiado da utopia: “tem cada organismo a sua língua peculiar. Os que vivem mais próximos entendem-se melhor. O ar segreda à água, a raiz ao lodo, a luz à folha, o pólen ao ovário. Há fluidos que se casam, raízes que se querem bem”.

É onde se constrói confiança, no dia-a-dia, nos atos, nos olhares, nas conversas nas esquinas, livres de burocracias, estruturas, instituições, mas também fraturado por vezes, e associado por outras, por tantos outros poderes e resistências entre as relações e os saberes. Por seus “múltiplos planos e realidades” (Cunha, 2014, 214); por suas vielas e centros entrecruzados, margens forjadas; por essa “rede complexa, contraditória, opositiva e, ao mesmo tempo, interrelacional”, como escreve Shahd Wadi (2017: 174). *Anda, pois, por tua cidade.*

É a vida do cotidiano que vai nos “servir de *critério real de descobrimento*” (Dussel, 2009: 440) das necessidades mais urgentes da utopia real, *crítica* e das suas solidariedades, possibilidades, forças, presenças. Do peso das corrupções e das suas violências, injustiças; dos sofrimentos, das perversidades. Caminha, encontra, conversa, ouve, acredita. *Há de haver esperança.*

1.2. Perscrutando em seus recantos teus próprios recônditos

Caminha porque, “enquanto a realidade não for completamente determinada, enquanto ela contiver possibilidades inconclusas em novas germinações e novos espaços de conformação, enquanto for assim”, escreve Bloch, “não poderá proceder da realidade meramente fática qualquer objeção absoluta contra a utopia”. Contra utopias malfeitas, isto é, “contra aquelas que divagam abstratamente, incorretamente mediadas”, poderá haver objeção. Contudo, segue o autor, “exatamente a utopia concreta tem na *realidade do processo* um correspondente: o do *novum* mediado” ([1959] 2005: 195), com *cuidado* e entre *as gentes*.

Mediação do ser humano com o mundo em aberto; com a história como processo e o *processo* não como progresso, como algo linear, com o fim programado, mas como realidade inacabada a ser construída, com cuidado; com o *dado* não como *encerrado*, mas como o *estar sendo construído*. Mediação do ser humano consigo mesmo, com as outras, com os outros, com a *gente*, com os seres inacabados que, com o mundo também inacabado, constroem o que está por vir, mais uma vez, com cuidado¹⁴.

Com cuidado porque os sonhos dispersos, desfeitos, despedaçados carecem de atenção, de cuidado, de carinho, de água. O ser humano carece de atenção, de afeto, de vínculos, de alimento. As situações-limite de crianças, homens, mulheres, jovens, velhas, senhores demandam cuidado, carinho, afeto, conhecimentos, técnicas, segurança, quem sabe amor, fé, casa. O destino não está pronto, não está dado, não está escrito; pode ser rabiscado, imaginado, desenhado, construído; nunca com certezas sobre o que vem; mas esse *via-a-ser* pode ser mediado por ele, ser humano, por ela, pelos outros, pela realidade ao redor que também pode ser mediada, modificada, e que quando diferente, pode mediar de maneira diferente as mulheres, homens, crianças, jovens, velhos, senhoras.

Nada circularia exteriormente no mundo se o interior do ser humano fosse totalmente estanque; se não houvesse esperança, vontade, desejo. O ser humano é um ser para a vida, provedor da história, da cultura, do social, da política, da economia, da arte. O sonho é também um motor da história. A dignidade humana também é fonte de transformação. A busca pela restauração da dignidade arrancada é a derradeira fonte do novo. E no ser humano “nada circularia

¹⁴ A partir da axiologia do cuidado de Boaventura de Sousa Santos (2006).

interiormente se o exterior fosse totalmente estanque”, escreve Bloch. E do lado de fora “a vida é tão inconclusa como no eu que opera nesse lado de fora”, continua o autor ([1959] 2005: 194). Há potencialidades adormecidas, castradas; há realidades possíveis escondidas, violentamente silenciadas; há saberes necessários a uma existência humana que faça sentido à existência humana desconsiderados. Há paixões depreciadas; egoísmos glorificados; solidariedades incompreensíveis, menosprezadas; indiferenças louvadas; honestidades injustiçadas; corrupções admiradas, desejadas. É preciso estar atento, ter cuidado, permanecer viva, vivo. O cotidiano, assim como nós, mais uma vez, é um emaranhado de nós. Um rebuscado processo de contradições. Um local privilegiado da utopia.

É onde *as gentes* vivem; o lugar do *povo*. Do poder originário da política e do ator coletivo político da utopia. Ninguém pode se sentir mais confortável no cotidiano do que *essa gente, a gente*, nesse nosso espaço ainda de liberdade, porém, por vezes, quase que subterrâneo e que exige, por tal, um dizer silencioso... sussurros. *A potentia*, escreve Dussel, é o poder político originário imanente à comunidade; uma “faculdade ou capacidade inerente a um povo enquanto última instância da soberania, da autoridade, da governabilidade, do político” (2007a: 29): o poder político originário é “*tido* sempre e somente pela comunidade política, [*pelo*] povo. Ele o tem *sempre*, embora seja debilitado, acossado, intimidado, de maneira a não poder se expressar” (Dussel, 2007a: 28). Daí a necessidade da cautela, dos sussurros, dos silêncios. Mas também das festas, das celebrações, dos sorrisos que é, para além de se alegrar e se articular enquanto dança, para confundir o inimigo¹⁵.

Daqui então se constrói a utopia. Se articula, vai-se fortalecendo as pessoas. Constrói comunidade, fortalece a *potentia*. Das beiradas. Das esquinas. Das periferias. Mas também dos centros. O *povo* na utopia é uma categoria política¹⁶. Aquela massa complexa da sociedade, ambígua por vezes, formada pelas *necessidades não satisfeitas pela ordem vigente* e que estabelece, mesmo que em um primeiro momento não conscientemente, *uma fronteira ou*

¹⁵ Do poema sem nome de Sérgio Vaz: “Sorrir enquanto luta é uma ótima estratégia / para confundir os inimigos”.

¹⁶ Dussel utiliza um discurso de Fidel Castro para apoiar essa definição de *povo* na ação política: “Entendemos por *povo*, quando falamos de luta, a grande massa resoluto [...], que anseia grandes e sábias *transformações* de todas as ordens e está disposta a obtê-las, quando acredita em algo e em alguém, sobretudo *quando crê suficientemente em si mesma* [...] Nós chamamos *povo*, se de luta se trata, os 600 mil cubanos que estão *sem trabalho* [...]; os 500 mil *operários do campo* que moram em cabanas miseráveis [...]; os 400 mil *operários industriais e trabalhadores braçais* [...] cujos salários passam das mãos do patrão às do usuário [...]; aos 100 mil pequenos agricultores, que vivem e morrem trabalhando uma terra que não é dela, contemplando-a sempre tristemente *como Moisés a terra prometida* [...]; os 30 mil mestres e professores [...]; os 20 mil pequenos comerciantes afligidos de dívidas [...]; os 10 mil profissionais jovens [...] desejosos de luta e cheios de esperança [...] Esse é o *povo*, que sofre todas as desgraças e é, portanto, capaz de pelear com toda a coragem” (Castro apud Dussel, 2007a: 92).

fratura interna na comunidade política hegemônica (Dussel, 2007a: 93). São *as gentes* da utopia, esse emaranhado ainda indeterminado de um *povo*, de alguns ou de muitos *povos* que vão se encontrando, conversando, criando laços, construindo o comum, constituindo, enquanto caminham, um nós: *a gente* do cotidiano.

Há de se observar também as professoras, os professores, as juventudes de todos os lados, comerciantes um pouco mais atentos, funcionários públicos descontentes, religiosas que de alguma forma sentem que falta algo nas pregações dos padres e pastores e que as orações apenas não são suficientes para se construir justiça. Caminha e aprende com as mães da batata, da uva, com as catadoras de recicláveis. Com os pais e jovens braçais. Com os meninos do tráfico, com as meninas da zona. Com os moradores de rua. Com as famílias da *agricultura familiar*. Apreende, constrói, troca, cria. Constitui um *nós* político nesse emaranhado contraditório de vivências. Num cotidiano difuso e complexo nem todos os que possuem algum tipo de privilégio se contentam em conservar o que está dado. Assim como carregar todo o peso das injustiças humanas nas costas não significa querer lutar para superar as forças que oprimem.

O *cotidiano* na utopia é também uma categoria política. Se mistura ao *povo*. São os *locais* onde *a agente*, *a nossa gente* vive. E que deixa de ser quando é controlado, tomado, formalizado. E que passa a ser quando ocupa espaços, promove diálogos, abre brechas, permite articular possibilidades, construir consciência sobre o real em momentos ordinários. O cotidiano, mais uma vez, é um espaço privilegiado da utopia, de conversas, de encontros, de liberdades, de articulações, de disputas, de ausências, insurgências, emergências... E porque é do real ao nosso redor que a gente “detecta as mediações para a vida” (Dussel, 2009: 448), a utopia, paradoxalmente, é a possibilidade do presente: “o que é importante nela não é o que diz sobre o futuro, mas a arqueologia virtual do presente que a torna possível”, como escreve Boaventura de Sousa Santos (2013: 281).

Da arqueologia do *ainda não* feito, das potencialidades latentes, das emergências ainda encobertas, veladas; das insurgências irrompendo as superfícies; das potências fazedoras do inédito-viável, daquilo que ainda não foi realizado, mas que é possível realizar; dos sonhos despertados ainda sem chão, sem suporte, sem apoio; do oculto oprimido, esquecido, marginalizado, consciente, mas ainda sem forças. Para Bloch, o realmente possível “é tudo aquilo cujas condições ainda não estão integralmente reunidas na esfera *do próprio objeto*, seja porque elas ainda estão amadurecendo, seja sobretudo porque novas condições – ainda que

mediadas pelas existentes – concorrem para ocorrência de um novo real” ([1959] 2005: 194). É a arqueologia também do “que não existe como (contra) parte integrante, mas silenciada do que existe” (Santos, 2013: 281). Aquilo “que pertence à época” - a nós, ao cotidiano, à cultura -, “pelo modo como se aparta dela” (Santos, 2013: 281), pela forma como é desvalorizada, marginalizada, silenciada, desqualificada, despercebida. Pela forma como nos é arrancada.

Caminha, então, pelo presente oculto. Ouve as vozes silenciadas, compreende os quereres desfeitos, os sonhos encobertos, as dificuldades dadas pela distância entre os limites da vida humana e as (im)possibilidades impostas pela organização política dos homens. Parte daí. Encontra no mundo aquilo que ajuda o mundo: “O ato contra a angústia diante da vida e as maquinações do medo é a atividade contra os seus criadores, em grande parte bem identificáveis, e ele procura no próprio mundo aquilo que ajuda o mundo – isto é encontrável”, escreve Bloch ([1959] 2005: 14). E isto é encontrável porque “para além das instituições existentes”, escreve Mumford, “todas as comunidades possuem um reservatório de potencialidades, em parte enraizado no passado, vivo, mas escondido, em parte brotando de novos cruzamentos e mutações, que abrem caminho a novos desenvolvimentos” (Mumford, [1922] 2007: 14). Aqui também se encontra uma das funções pragmáticas dos ideais, das utopias: “nenhuma sociedade estará inteiramente consciente da sua natureza intrínseca ou das suas perspectivas naturais se ignorar a existência de alternativas ao caminho que optou por percorrer, bem como dos muitos outros objetivos para além dos visíveis” (Mumford, [1922] 2007: 14).

E é também encontrável porque *o ser humano resiste, cria, usa de todas as suas forças para permanecer em vida. Desafia. Não haveria esperança, não haveria sentido falar em utopia, nada mais faria sentido se assim fosse, se o dito impossível fosse fato. Se a fome estivesse fadada a permanecer faminta e se não houvesse ninguém nos mostrando, com fatos, que é possível saciá-la. Se nascêssemos racistas e, se viver imbecis fosse a nossa sina; e se não houvessem Mbyas Guaranis, Quilombolas, nos oferecendo educações, ações, conhecimentos, saberes que têm resistido à perversidade e conquistado autonomias diante das metrópoles brancas, coloniais, suas utopias históricas e contemporâneas. Se a violência fosse a nossa única opção. Se a mulher como que por obra divina tivesse que viver subjugada ao homem e se não houvessem mulheres nos oferecendo educações, ações, autonomias diante da perversidade patriarcal. Se o capitalismo, esse Deus, fosse a expressão da essência humana, e se como resultado da própria evolução natural da humanidade se tratasse; e se não houvessem outros*

mercados, produções, gentes, realizando outras economias obtendo justiça, com *pretensão de justiça*. Se estivéssemos fadados a viver em meio a tamanha perversidade, se assim fosse, a existência humana não faria o menor sentido à própria existência humana porque “ali, onde nada mais se possa e nada mais seja possível, a vida terá cessado” (Bloch apud Dussel, 1998: 462). Resiste, pois. Persiste.

“As resistências, tal como o poder, não acontecem numa direção única, nem são acontecimentos que ocorrem em alternância simétrica” (Wadi, 2017: 174). Elas são, no cotidiano, “uma sequência de situações paradoxais de transformação sem ruptura, transformações na continuidade, de assimilação recíproca de múltiplos segmentos do ser vivo” (Mbembe, 2017: 52). De continuidades de momentos diversos e de diversos pontos de persistências, cansaços, *brechas e fraturas*. De vivências movidas também por silêncios aparentes, por vozes que não se ouvem, mas que interferem. Por experiências tantas mais ou menos visíveis e forças que não se veem. Por vozes que até então silenciadas se fizeram ouvir. Escuta! É que “o abismo insondável, retraindo-se, cristalizou num ponto; e esse ponto, adquirindo voz, confessou o abismo, revelou o insondável”: *gritos*.

Gritos intensos que nem sempre se podem ouvir, mas que nascem, como escreve Catherine Walsh, da indignação, da raiva, da dor e do horror (2017b: 23)¹⁷. Que não são reações e expressões de sustos apenas, mas também mecanismos, estratégias e ações de luta, rebeldia, resistência, desobediência, insurgência, ruptura e transgressão diante da condição imposta de silenciamento e do intento constante em silenciar (Walsh, 2017b: 30). De gritos “de, desde, com, por e para a vida, por e para o re-existir, re-viver e com-viver com justiça e dignidade”. Que “reúnem silêncios e silenciamentos, e que reclamam subjetividades e conhecimentos negados, corpos, território e natureza violados e despojados” (Walsh, 2017b: 38). Escuta. Ouve esse lugar de gritos, vê as fissuras, as fraturas, as goiabeiras que brotam em uma pequena fresta no asfalto; de vivências que insurgem em meio a *esse mundo que absolutamente não é o nosso*, fundindo brechas que as permitem respirar, viver, se entrelaçar entre elas; de gritos que são vozes, que são falas, vidas, experiências, vivências que constroem sobrevivências; de biografias e autobiografias que encarnam sonhos, esperanças; de “matéria infinita – forças infinitas, infinitamente caminhando”.

¹⁷ As citações de Catherine Walsh foram traduzidas do espanhol por mim.

Anda por tua cidade. Nesse “pélago vertiginoso da mobilidade universal é cada átomo invisível um desejo que nasce, um desejo que sente, um desejo que fala...”; um espaço de uma ecologia de saberes presente nas biografias e autobiografias de cada uma e de cada um em que “os corpos, através das vozes, dos gestos, dos sons e até dos cheiros”, como escreve Teresa Cunha, são “a mediação primordial dos conhecimentos que, existindo na sua dimensão representativa, imaginativa e mental, não deixam de estar ancorados e em confronto com cada uma das terras, [dos territórios], das sociabilidades, das estórias e histórias particulares e comuns” (2014: 106). Ouve, conversa, aprende: dos signos e dos sinais da fala se revelam os sentidos e as formas de um discurso que é informação e é conhecimento (Cunha, 2014: 106). E nesse emaranhado de subjetividades que sobrevivem, há desejos, saberes, forças, “teares simbólicos, imateriais e físicos” que perfuram as violências e criam, no real, brechas de “união, cooperação, questionamento e compaixão” (Cunha, 2014: 102). Desaprende.

São esses *modos-muy-otros* possíveis de pensar, saber, estar, de ser, sentir, de fazer e de viver que existem mesmo apesar do sistema, desafiando-o, transgredindo-o (Walsh, 2017b: 39). Vivências que nos obrigam a desaprender a pensar a partir do universo da totalidade e aprender a pensar e atuar em seus arredores, em suas brechas, fraturas onde moram, brotam e crescem esses modos-outras de estar no mundo (Walsh, 2017b: 40). Esses saberes que permeiam as interações e as relações e são capazes de harmonizar os conflitos, controlar as próprias vidas apesar das violências, organizar pessoas, se organizar entre elas; impedir a morte e promover outras vidas, outras existências. Caminha.

Aprende com esses saberes situados e locais existentes na realidade – em processo e em *por vir* – que desafiam, transgridem e interrompem (Walsh, 2017b: 40). Com essas fraturas em meio ao dado que “revelam a irrupção, o começo, a emergência, a possibilidade e também a existência do *muy otro* que produz vida apesar das condições mesmas de sua negação (Walsh, 2017b: 40). Com essas ações sociais, políticas, epistêmicas, artísticas, poéticas, performáticas, espirituais – todas pedagógicas – que empregamos para abrir fissuras, para in-surgir e para construir (Walsh, 2017b: 40).

Caminha com esses saberes forjados das insurgências e emergências dos nossos cantos e becos forçados em que “o vigor transgressivo de não se definir nem como margem nem como centro, mas [como] uma coisa e outra” (Cunha, 2014: 103) “mostram que as cidades são pluricêntricas e que a invenção do centro e das periferias não compreende o que estes espaços-tempos são na

sua substantiva forma de vida e de existência urbana (Cunha, 2014: 214), e, na Cidade do Anjo, de existência também rural, porque forjam, nessa mesma periferia imposta, o seio fundamental não só de resistências, mas do desenvolvimento da vida humana e comunitária: do aumento de possibilidades de vida. Apreende. Caminha. Vai vivendo a utopia.

Nega a negação à vida humana em todas as suas formas e afirma a sua dignidade, as suas potencialidades, as suas possibilidades, movida, movido por sua vontade intrínseca de viver. *Palmilha essa instância querida. Vai vivendo a utopia enquanto escuta, aprende, educa, desaprende, se educa com o mundo e entre as gentes, com essa ecologia cotidiana de saberes enquanto faz, se refaz, observa, media, constrói. Anda por tua cidade.*

O cotidiano é um local privilegiado das mulheres, apesar das violências, “plenamente presentes na história como senhoras ou escravas ou nem uma ou outra coisa, sendo muitas outras coisas às quais não temos nomes para dar” (Cunha, 2014: 52). Espaço de seus feitos, de suas comidas, de seus panos; de filhas e tias, de negociações, regulações, influências, contatos, amores, raivas encarnadas, revoltas (Cunha, 2014: 34). É o espaço das Mães da Cidade Anjo que, assim como as namibianas em África, ou entre as Mães de Maio em São Paulo¹⁸, ser mãe se constitui também “em lutar contra as injustiças, desafiar situações, fazer exigências sobre o seu lugar e estatuto e obter poderes tangíveis para elas e para suas filhas e filhos”¹⁹ (Cunha, 2014: 31). Em enfrentar as violências do poder político institucional e os tantos outros poderes que cotidianamente oprimem e em última instância matam, munidas por suas “manhas para poderem entrar na luta sem se perderem no confronto de poderes desiguais” (Cunha, 2014: 225); por essa sua capacidade de *permanecerem vivas* e de proporcionarem, em meio ao perverso, possibilidades de vida para as suas e para os seus. São as mulheres das *lavouras* de todos os tipos, as bases da economia, a metáfora perfeita “da cidade que sustenta a cidade sem ser vista” (Cunha, 2014: 217). *Anda por tua cidade.*

O cotidiano é um espaço privilegiado das juventudes, apesar das perversidades, em que as experiências por tantas vezes não distinguem a estética da ética e da política. O corpo, a dança

¹⁸ Sobre as namibianas e as Mães de Maio, ver Teresa Cunha (2014) e Ponte Jornalismo e Movimento Independente Mães de Maio (2016) respectivamente.

¹⁹ No caso das Mães de Maio, a luta está em manter a memória de seus filhos e filhas assassinados pela violência policial e, a partir daí, para o fim dessa violência.

da rebeldia; o canto da denúncia. A arte da vida. A *vida* e o *movimento-para-a-frente* como se de sinônimos se tratassem (Bloch, [1959] 2005: 118). A ética da moral.

A moral dos outros, do padre, do comerciante, do fazendeiro, não vale ali, não cabe, não faz sentido. E elas e eles criam outras e eles e elas se entendem, cumprem. Vezes por medo; outras por respeito; outras porque elas são partes enraizadas do cotidiano, das convivências, das relações, das vivências. Outras, a rebeldia simplesmente não cumpre. Compreende. É um espaço privilegiado da coragem e da esperança, tal qual vivenciou o Movimento Capital Juvenil, nessa época em que “o ser humano se sente claramente como um ser não definido, como um ser que, juntamente com seu ambiente, constitui uma tarefa e um enorme recipiente pleno de futuro” (Bloch, [1959] 2005: 120).

Um espaço privilegiado da criança, apesar dos castigos; das ruas e suas liberdades, dos pés descalços, dos jogos nas esquinas, das brincadeiras que exploram os terrenos, os territórios; da bola e do campinho improvisado, da bicicleta velha, reformada e compartilhada. Dessa criatividade tal como a das crianças da Cidade Escola e do envolvimento político naquilo que lhes faz sentido; de se posicionar, agir e se impor do jeito delas quando entendem que assim deve ser, tal como fizeram, ao lado de suas mães, alguns pais e seus irmãos e irmãs, para defender a Casa Amarela, um lugar que era delas. É um espaço privilegiado das distintas gerações, de suas relações, co-presenças, de seus afetos, das proteções que umas se empenham pelas outras. De cuidado e, de umas pelas outras e entre elas, de sonhos comuns, de estratégias de sobrevivência partilhadas, de estratégias de vida e de vivências carregadas de esperanças.

Um espaço privilegiado das culturas nossas, em movimento, do cultural, dos nossos alimentos, dos nossos jeitos, da nossa fala; dos *caminhos*²⁰ e locais que nos trazem memórias, afetos, sensações; um espaço trespassado pelas artes e que se entrelaçam, cultura e arte, com as sustentabilidades, apesar das carências e movido também por elas. De economias outras que não ofendem, não sugam o mundo tal qual o eucalipto; não sugam as *gentes* como faz a batata, mas se somam em trocas, solidariedades, em hortas comunitárias em terrenos baldios ocupados.

²⁰ Inspirado no projeto *No Caminho de São Miguel: um mapa afetivo da cultura são-miguelense feito por jovens* realizado entre os anos 2015 e 2016. Uma ação do Projeto Cidade Escola, parte dessa nossa utopia: https://www.facebook.com/sigaoanjo/?hc_ref=ARQ2HD60YFn2QSYsWXKnyf9ZLD1cjXT9G2MRwU67NjUXKUArGQkyanTwuLVkNJwrFM&fref=nf.

Na Feira Verde²¹. Na agroecologia que produz a muda, fertiliza o solo e gera frutos, alimento. Do lixo que se converte em reciclável²². De bolinhos de frango e feijoadas preparados em conjunto para a venda, para o aumento da renda. De organizações, em especial de mulheres que, não se encaixando nos mercados formais e nesse exercício cotidiano de sobrevivência, não deixaram de imaginar e praticar outras formas de economias (Cunha, 2014: 96) que produzem o alimento, compram o arroz, mantém a chama do fogão acesa com o gás adquirido. Alimentam. Permitem viver.²³ *Anda, pois, por tua cidade.*

Trilha por caminhos já percorridos. Aprende. Abre outras trilhas em meio ao dado. O cotidiano é um espaço privilegiado para aprendizagens entre essa “multiplicidade de perspectivas cognitivas sobre a realidade da opressão” (Santos, 2008a: 164) que vão abrindo brechas para construir, diariamente e de diferentes espaços, geografias e tempos, formas de ser, de estar, de fazer e de sentir; formas de pensar e de resistir para existir, para poder viver (Walsh, 2017b: 39). Caminha. Vai vivendo a utopia enquanto exerce uma pedagogia de aprendizagem, desaprendizagem e re-aprendizagem (Walsh, 2013: 24); enquanto aprende com essas práticas que, nascidas dos saberes, dos querer e das necessidades reais do cotidiano, é capaz de oferecer caminhos comuns para possibilidades de vida diante das violências que ferem, castigam, maltratam. São existências munidas de um potencial capaz de desestruturar o *status quo* em sua essência, porque é no *cotidiano* que o *status quo* se apoia para existir. *Palmilha essa instância querida.*

Identifica as hierarquias injustas, denuncia-as, anuncia solidariedades. Flutua também por outros cotidianos com os pés fincados no seu. Anda pelos espaços, pelos tempos, pelas culturas, pelas gentes, por essas e outras experiências que oferecem outras possibilidades. Vasculha o passado, imerge no presente, estuda, imagina, encontra, junta, constrói, pensa, media, emerge

²¹ A Feira Verde é um projeto nosso iniciado em 2016 de produção de alimentos orgânicos a partir da agroecologia para educação e para a venda e da promoção e fortalecimento da agricultura familiar. Há também o preparo de alimentos para a venda. Tanto para a renda de quem trabalha nessa ação quanto para ajudar a financiar os projetos em execução da utopia.

²² Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam que os catadores de recicláveis são responsáveis por quase 90% do lixo reciclado no Brasil. De acordo com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, há 800 mil profissionais do tipo em atividade no país e aproximadamente 85 mil associados ao Movimento Nacional. Em São Miguel é visível a quantidade grande de mulheres que realizam esse trabalho, em grande parte, sem qualquer formalização.

²³ Em nosso caminhar esses espaços privilegiados da utopia se traduzem em *Espaços Permanentes* de práxis: Espaço Permanente da Mulher; Espaço Permanente das Juventudes; Espaço Permanente da Criança; Espaço Permanente de Comunicação; Espaço Permanente de Artes e; Espaço Permanente para Sustentabilidade. Todos eles funcionam como um Espaço Permanente de Construção Democrática.

e projeta em conjunto algo novo, algum tipo de futuro. Mas um futuro, então, “do tipo autêntico, aberto como processo” (Bloch, [1959] 2005: 18): “somente uma maneira de pensar direcionada para a mudança no mundo, que municia com informação este desejo de mudança, diz respeito a um futuro que não é feito de constrangimento (futuro como espaço de surgimento inconcluso diante de nós), e a um passado”, continua Bloch, “que não é feito de encantamento. Por isso o decisivo é que apenas o saber como teoria-práxis consciente diz respeito ao que está em devir e que, por isto mesmo, é passível de decisão” ([1959] 2005: 18), de escolha, de preparo. Investiga, observa, media. *Anda por tua cidade*.

Vai vivendo a utopia enquanto desenvolve esse saber, como escreveu Bloch, *direcionado para a mudança no mundo* que, nascido do *andar* e pensado a partir dele, é parte integral das realidades, subjetividades e das histórias vividas dos povos e das gentes; de seus combates e perseveranças, persistências; de suas lutas de conscientização, afirmação e desalienação; das brigas do ser humano - frente à negação de sua humanidade – por ser e fazer-se humano (Walsh, 2013: 31). Caminha. Aprende. Reflete. Traz, absorve no *andar* dos gritos, das fraturas, dessa ecologia cotidiana de saberes que emerge, princípios éticos. Há *princípios* e *razões* que nos fazem sentido, fortalecem, preparam, fundamentam tomadas de decisões cada vez mais seguras para a ação, em um processo de teorização que emerge e começa a tomar forma na construção mesma da utopia, em suas lutas pela transformação social, política e cultural, no caminhar concreto e atado ao contexto próprio de sua articulação (Walsh, 2013: 23).

“Nenhum objeto poderia ser reelaborado conforme o desejo se o mundo estivesse encerrado, repleto de fatos fixos ou até consumados”. No lugar deles, escreve Bloch, “há apenas processos, ou seja, relações dinâmicas, nas quais o existente dado ainda não é completamente vitorioso. O real é processo e processo é a mediação vastamente ramificada entre o presente, o passado pendente e sobretudo o futuro possível”. Para o autor, “no seu *front* processual, todo real passa a ser o possível, e todo possível é primeiramente parcial-condicional, sendo ele o determinado que ainda não está completo ou concluído ([1959] 2005: 194). *Anda por tua cidade*.

É o desenvolvimento de um conhecimento capaz de ir constituindo e de ir sendo constituído pelo processo. Uma *educação* capaz de fortalecer as possibilidades da utopia; de qualificar o saber sobre o real e o saber sobre a ação. De preparar o ser humano durante o percurso; de ir fundamentando o *andar*. É a base do horizonte utópico. O conteúdo do ator individual e coletivo políticos da construção do *novo*, que dá “clareza e precisão” às perversidades da opressão,

“aos caminhos de combate e aos horizontes de transformação” (Walsh, 2013: 62). Um pensar capaz de nos ajudar a apontar criticamente o que se enfrenta, contra o que se deve resistir, levantar e atuar, com que visões e horizontes distintos e com que práticas e insurgências propositivas de intervenção, construção, criação e libertação (Walsh, 2013: 63) vai-se construindo a utopia. É todo um processo de construção de justiça cognitiva, um fundamento para a construção de justiça social.

É uma vigilância ética sobre o desenrolar das possibilidades da utopia (Santos, 2006: 26). Um saber que vai *perscrutando*, procurando saber, descobrindo o sentido do cotidiano, da realidade, das violências e trazendo, dos recantos da cidade, o encoberto, o oculto, o desconhecido, o profundo, o âmago, a origem, o íntimo, os seus recônditos, à construção mesma da utopia. *Anda*, pois, *por tua cidade*. É porque ela, a utopia, tem de conter em sua essência e em sua forma, em seu conteúdo e em seu caminhar, todas as esperanças e biografias, realidades, vivências e saberes embrenhados dos elementos, ainda que escondidos ou bastante nítidos, “de felicidade pessoal e coletiva que fazem parte de cada e de todos os seres humanos” (Cunha, 2014: 213). *Palmilha essa instância querida*. É um saber que vai sendo produzido em meio às lutas por viver enquanto almeja, sonha, idealiza, no próprio saber e em comunidade, com *as gentes*, um horizonte nosso, melhor, uma rua, uma cidade, um mundo, num mundo, que para nós faça sentido. O *existente dado*, como escreveu Bloch, *ainda não é completamente vitorioso*. *Queiras*, pois, *estar onde estás*.

1.3. Conversa sob a garoa ou sol ou sombra com os olhos de tua gente...

... e imagina, em comunidade, um horizonte *bom*, mesmo que inacessível. Possível de se pensar, impossível empiricamente, tal qual um postulado político. A imaginação antecipa o futuro desejado, a vida melhor vivida, e o horizonte utópico imaginado, ajuda a orientar o *andar*. É como a estrela *Canopus* fixa no céu do hemisfério sul do oriente que durante as noites direcionava os antigos navegantes chineses em suas embarcações (Dussel, 2009: 416).

Com as mentes e os olhares atentos à estrela, foi possível aos navegantes encontrar locais pretendidos em terra, construir mapas, não se perder. Construir rotas e registrar obstáculos para

poder desviar (Dussel, 2009: 416): “É sumamente útil. Todavia, se algum navegante tentasse chegar empiricamente à estrela [...] haveria confundido: a utilidade da estrela (como *orientadora*) com a possibilidade *empírica* de alcançá-la” (Dussel, 2009: 416).

“Os postulados desempenham uma função estratégica de abertura para *novas* possibilidades”: fixam “um horizonte de impossível realização empírica”, mas que “*abre* um espaço de possibilidades práticas mais à frente do sistema vigente, que tende a ser interpretado como *natural* e não histórico” (Dussel, 2007a: 136). “É um enunciado logicamente pensável (possível), porém impossível *empiricamente*, que serve de *orientação* para a ação (Dussel, 2007a: 135). O empiricamente irrealizável pode ser politicamente útil à utopia. “O postulado (logicamente compreensível, empiricamente impossível) é útil porque é um critério de orientação” (Dussel, 2009: 416). *Palmilha*, pois, *essa instância querida*.

1.4. Abraça teus concidadãos. Toma os bondes, entra nos bares. Vai vivendo a utopia

Anda por tua cidade. “A natureza taciturna exprime-se magicamente” em línguas silenciosas, vagas por vezes, encobertas, impalpáveis aparentemente, confusas. Tudo é meio incerto, mas também ilimitado, em princípio; “tudo é vida, sonho, voragem...” Vai *cuidando* desse andar, *mediando*, com *as gentes*, esse *novo* que emerge entrelaçado de esperanças, desejos, construindo solidariedades, encontrando sentido em meio à névoa, nitidez em meio ao improvável. *Palmilha essa instância querida*. Vai vivendo a utopia enquanto caminha pela fronteira entre o real dado, suas presenças, biografias, potências, histórias e o horizonte imaginado; enquanto o *andar* vai exercendo esse saber nascido dos saberes, dos querereres, das necessidades reais do cotidiano e construindo, desde aí, um conhecimento que se faz capaz de ajudar a desvendar, a clarificar o real, os caminhos, a formular as ações, as práticas, as possibilidades da utopia ancorado, pois, em sua ecologia cotidiana de saberes.

Anda por tua cidade. Caminha pela “complexidade da ação estratégica, suas incertezas, sua contingência, sua *indecibilidade*” (Dussel, 2009: 356) próprias da construção do *novo*, da construção crítica da utopia. “A vida é o mal”, escreve o poeta; “e a vida dos homens”, a

expressão da vida terrestre, “cifra-se numa batalha inexorável de apetites”, de desilusões, de disputas, “num tumulto desordenado de egoísmos que se entrechocam, rasgam, dilaceram”. *Palmilha essa instância querida*. Caminha pela fronteira entre a realidade dada e suas subjetividades, formas, corrupções; por sua estupidez; por seus modelos, mitos, farsas, por esse mundo que absolutamente não é o nosso e o novo; entre o mal e o bem²⁴, a fome e o alimento, o sofrimento e o sorriso, as correntes e a liberdade, a invisibilidade e o protagonismo. Por essa fronteira entre o ser e o mais ser enquanto o andar vai proporcionando à vida humana o seu sentido em um mundo sem sentido em muitos sentidos, cotidiana e pedagogicamente, absorvendo o que é digno do ser humano no processo, como escreve Bloch ([1959] 2005: 196).

Anda por tua cidade. Como escreve Santos, “não basta uma perspectiva, não basta uma forma de saber por mais convincente ou esclarecedora que seja. A opressão é sempre o produto de uma constelação de saberes e de poderes” (Santos, 2008a: 164). Assim como as resistências organizadas entre si, “as hierarquias também atuam em rede” (Santos, 2008a: 164). E esse jeito de agir, dentre tantas outras formas, desune, divide, fere a comunidade com mentiras entre nós e com migalhas para alguns que é para manter o todo, que é nosso, para elas.

Palmilha essa instância querida. Denuncia, desmente as mentiras. Vence a desconfiança, perdoa, se desculpa. Supera as cicatrizes, os entreveros. Ajuda em comunidade a comunidade a se organizar para “cruzar e ferir as linhas invisíveis da separação” (Cunha, 2014: 61) que só fazem enfraquecer a própria comunidade e, neste ato, fortalecer as hierarquias. Traduz entre nós as aparentes diferenças e as reais discordâncias. Traduz as divergências que disputam entre si as migalhas que nos são dadas como se de um favor se tratasse e, neste ato, fortalece o potencial da comunidade de abarcar o todo que é dela. Fortifica essa ecologia cotidiana de saberes capaz de resistir, de propor e de gerar.

“O grande desafio permanece no diálogo, no sentido mais profundo do termo como colocar duas ou mais racionalidades em inter-ação, a ler-se, a interpretar-se, a apaixonar-se sem que uma ou outra se mostre interessada e ativa em se impor” (Cunha, 2014: 102). Amplia “cada uma das vozes e gritos para que nenhuma pessoa se possa sentir desamparada” (Cunha, 2014: 102). Caminha, dialoga. Articula redes e alianças, fortalece as existentes, amplia. Promove outros diálogos. Constrói comunidade. Convive. Cria vínculos, encontra o comum, aquilo que

²⁴ Sobre o mal, refletiremos no terceiro capítulo. Quanto ao bem, será tratado ainda neste.

une, constitui um *nós*. Desvia²⁵. Deixa também de conviver quando achar que deve. Há pessoas e pessoas. Mas persiste.

A persistência gera confiança entre as suas, os seus, entre as pessoas que observam mesmo que não tão de perto. A persistência fortalece a comunidade que vai sendo construída. E são valiosos os laços solidários que se constroem durante o percurso, devido, também, por sua utilidade vital (Santos, 2011: 351). *Anda, pois, por tua cidade*. Vai em comunidade aprendendo a construir solidariedade. Constrói realmente.

A *vontade* é o *querer-viver*, fundamento humano. A *razão* material descobre ou conhece no real, no cotidiano, aquilo que é necessário manejar na utopia para levar a cabo em suas ações ecológicas, econômicas, políticas ou culturais. A *vontade*, por sua vez, tende ao real como busca pela *satisfação* daquilo que a vida necessita, mas também tende a outras subjetividades corporais viventes, a outros seres humanos (Dussel, 2009: 449).

O poder político primeiro do ator coletivo da utopia e que nasce do cotidiano, de esferas da *potentia*, é a pluralidade das vontades singulares unidas em seus objetivos, em seus propósitos, em seus fins estratégicos somando organicamente suas forças, alcançando maior potência, como uma “vontade-de-viver-comum” (Dussel, 2007a: 26) e que aqui é *solidificada, soldada*, fortalecida pela *solidariedade* (Dussel, 2009: 449). É *a gente* do cotidiano: a *vontade de vida*, o *querer-viver* que reconhece como responsabilidade a *vontade de vida* da *Outra* e do *Outro*. É um momento de satisfação profunda: “não somente no nível erótico (do campo familiar), ou do jogo (no campo desportivo)”, mas da satisfação da companhia pela “alegria que produz à subjetividade corporal vivente outra subjetividade” (Dussel, 2009: 449). Uma outra subjetividade com quem se pode conversar, aprender, caminhar, apoiar, se apoiar, construir. Em quem se pode confiar. Em quem confia. Com quem se pode “efetuar ações públicas, institucionais, efetivas, eficazes com respeito à mútua e gozosa realização e aumento da vida da comunidade política” (Dussel, 2009: 449), da construção coletiva e cotidiana da utopia, do aumento da vida humana. É quando “a pessoa ao lado não é mais a barreira para a própria liberdade, mas o lugar em que ela se concretiza” (Bloch, [1959] 2005: 42): é quando o poder

²⁵ Há um ditado que temos usado em nosso caminhar, em especial quando adentramos às esferas do poder público e temos que *enfrentar* pessoas que ocupam cargos públicos com algum poder institucional: *Matar um leão por dia é fácil. O difícil é desviar das antas*.

como *potentia* potencializa a utopia em seu duplo sentido: como força e como possibilidade futura (Dussel, 2007a: 32). *Anda por tua cidade*.

Num primeiro momento, a vontade consensual da comunidade como fundamento de todo o poder que legitima a utopia e a constrói, permanece ainda vaga, *indeterminada*, dispersa, *em-si*, tal como a semente que, possuindo em *potência* a árvore futura, ainda não é uma árvore, não tem raízes, nem caule, nem ramos, nem frutos (Dussel, 2007a: 31), mas foi germinando com o que havia no solo mesmo desgastado da Cidade do Anjo, com a chuva cada vez mais escassa, com os nutrientes que outras plantas e os pássaros foram deixando pelo caminho, tal qual a goiabeira. Aprende, pois. Escuta.

Anda por tua cidade. Vai buscando, em comunidade, entre *as gentes*, objetivos comuns, fortalecendo os saberes, as brechas, os *gritos*, as fraturas no real, construindo solidariedades, traduzindo, mais uma vez, as diferenças, as divergências, para essa constituição sempre difícil de um *nós – a gente*: essas presenças, saberes, forças que vão se entrelaçando e ganhando caminhos comuns, construindo possibilidades, tornando empírico, no cotidiano, o *novo* que vai sendo mediado, articulado, construído; essa *emergência* que vai se organizando, constituindo as suas próprias normas intersubjetivas, democráticas, as suas funções, responsabilidades, em função do desenvolvimento humano e das maneiras de se fazer possível, criando, em conjunto, mediações para o exercício possível do potencial *das gentes*. Me aproveitando das palavras de Dussel, a sua *potência*, embora seja o fundamento de todo o *poder da utopia*, se não for atualizada por meio da ação política com poder, ou institucionalizada por meio de mediações concretas para poder cumprir com as suas funções, ficaria em *potência* apenas, como uma mera possibilidade inexistente imersa no cotidiano (Dussel, 2007a: 32)²⁶. Para o autor, “as instituições são necessárias para a reprodução material da vida, para a possibilidade de ações legítimas democráticas, para alcançar eficácia instrumental, técnica, administrativa”:

Ser necessárias não significa serem eternas, perenes, não transformáveis. Pelo contrário. Toda instituição que nasce por exigências próprias de um tempo político determinado, que estrutura funções burocráticas ou administrativas, que define meios e fins, é indevidamente corroída pelo transcurso do tempo; sofre um processo entrópico. No começo é o momento disciplinador criador de dar resposta às reivindicações novas. Em seu momento clássico, a instituição cumpre eficazmente seu encargo. Mas lentamente decai, começa a crise: os esforços por mantê-la são maiores

²⁶ Dussel trabalha em *20 Teses de Política* (2007a) e em seus dois volumes da *Política da Libertação: História mundial e crítica* (2007^a) e: *Arquitetônica* (2009), com as funções e fundamentos éticos e críticos da política e do político. Aqui, nos utilizamos dessa filosofia política ou dessa *política da libertação* para refletir a ação política da utopia e dos seus e das suas agentes.

que seus benefícios: a burocracia criada inicialmente se torna auto-referente, defende seus interesses mais que os dos cidadãos que diz servir. A instituição criada para a vida começa a ser motivo de dominação, exclusão e até morte. É tempo de modificá-la, melhorá-la, suprimi-la ou substituí-la por outra que os novos tempos obrigam a organizar (Dussel, 2007a: 132).

“Para caçar, no paleolítico, o ser humano teve de se organizar: um prepara as armas, outro o terreno, outro dá o grito de ataque, outro vai pelo flanco direito, outro pelo esquerdo, outro toma a presa, outro a distribui, todos saciam a fome: vivem” (Dussel, 2007a: 120). A cisão entre o poder da comunidade política da utopia como sede, origem e fundamento do *novo* e a diferenciação heterogênea de funções por meio de mediações (Dussel, 2007a: 32) vai permitindo com que o poder como *potentia* da comunidade, a *emergência* que vai ganhando formas mais concretas, instituindo e absorvendo princípios, saberes e *razões* se torne real, empírica, factível. Com que a metodologia e a pedagogia de luta e de vida que vão sendo construídas possam atuar no cotidiano e dialogar em rede; com que o *novo* que carrega em sua essência as necessidades, os desejos, os quereres, a potência *da gente* apareça no espaço e ganhe forma e força e presença no tempo: “sem legitimidade o poder não tem forma; sem vontade de vida o poder não tem conteúdo; sem institucionalização o poder se dissolve na impossibilidade do seu exercício” (Dussel, 2009: 285). *Anda por tua cidade*.

“Em abstrato, o fundamento de todo exercício do poder é o poder originário consensual da pluralidade de vontades da comunidade política originária (a *potentia*)” (Dussel, 2009: 411). Deste poder, que se constrói desde baixo, desde o nível da ação e como originadores das instituições, se fundamentam e ou derivam todos os outros poderes e funções, responsabilidades, autoridades e mediações da utopia. É a construção cotidiana do *novo* possível. A ação, a organização, as mediações para efetivar o compromisso ético em transformar - *por desconstrução negativa e nova construção positiva* (Dussel, 1998: 564) - as normas, ações, microestruturas, instituições ou sistemas completos de eticidade que negam à vida humana a sua possibilidade de viver, de se reproduzir e de se desenvolver em seus diversos momentos como humano, humana e vivente. *Palmilha essa instância querida*. Trata-se, pois, da factibilidade ética da utopia, da mediação de funções e responsabilidades e da formulação de projetos; do *como*, estratégica e pedagogicamente, *a comunidade crítica* vai construindo o caminho imaginado, enfrentando as instituições, criando outras, subsumindo em seus passos princípios éticos.

1.5. À frente se apresenta o real

Anda também pelos poderes, pelas *potestas*, por seus fetiches e *observa*, compreende, olha como se movem, o que fazem, como fazem e o que contam. Verá que ali, na Cidade do Anjo, quase sempre é contraditório, mentiroso, discrepante tal relação. Se infiltra na corrupção, compreende; *vê quem é, como mentem, como matam*, e não se iluda. Se preserva na fortaleza do seu caráter²⁷ mantendo os seus pés fincados no chão com *as gentes*²⁸. Ocupa se entender que deve ocupar e se empenha por suprimir tudo aquilo que castiga. Faz o que é possível. Parte do que é necessário. Permanece vivo. Permanece viva! Mantém a fé na *comunidade política* da utopia que foi e vai sendo construída; o seu compromisso ético com as ideias, com os desejos, com os sonhos, com as necessidades, com as *gentes*, com o que foi decidido coletivamente, mesmo que pareça impossível, ou que assim o digam, construir esse *novo*, diferente, de maneira diferente. Assume a sua responsabilidade ética de mover-se no mundo. Deixa brotar essa outra política, comunitária, democrática, crítica, do *povo, da gente, das gentes*, em função do aumento da vida humana e da comunidade. E se for preciso mandar, *manda obedecendo*²⁹, aprendendo.

Entra nas escolas, igrejas, rádios, delegacias, jornais. Percorre *bocas*. Adentra às universidades. Conversa com mestres, doutores, professores, estudantes. Ouve. Troca informação, conhecimento. Aprende. Ensina. Se educa. Adentra aos conselhos de direito, orfanatos, partidos. *Observa*. Fomenta o *novo* a partir de dentro, de todos os lugares possíveis. Cria outros lugares que façam sentido. É uma *pedagogia de luta*: à frente se apresenta o real, e o que se enfrenta é a “*existência dada* de um sistema formal vigente, de uma norma, ato, microestrutura, instituição, ou do sistema completo de eticidade” (Dussel, 1998: 560) que cotidianamente produz e reproduz a fome, o sofrimento, a morte, o que exige cautela, sabedorias, estratégia, fundamentos. É uma utopia da vida.

“Transformar é mudar o rumo de uma intenção, o conteúdo de uma norma”: modificar uma ação ou instituição possíveis, e até um sistema de eticidade completo, em vista de critérios e princípios éticos, no próprio processo estratégico e tático (Dussel, 1998: 539). *Palmilha essa*

²⁷ Não é difícil como querem fazer parecer. Os monstros que eu conheço que lá estão já eram monstros antes de lá entrar: “A ‘fortaleza’ blindada a vontade com a força do caráter que se identifica com as vontades da comunidade e assegura a fidelidade ao acordo consensualmente alcançado” (Dussel, 2009: 475).

²⁸ Porque os que entram sem *povo* já entram corrompidos.

²⁹ Como enuncia o princípio democrático originário de todo o governo proclamado pelo Movimento Zapatista chiapaneco (Dussel, 2009: 423).

instância querida. Observa, vasculha, pois, a realidade. Ela é o âmbito, como escreve Dussel, em que o sujeito e a sujeita viventes enfrentam e a partir do qual efetuam todas as transformações *possíveis* para reproduzir e desenvolver a vida (Dussel, 1998: 293). Toda ela, a realidade, se *abre* como possibilidades para a ação transformadora, a partir, em comunidade, de um projeto de vida (Dussel, 1998: 262).

O projeto utópico possível é uma formulação estratégica que propõe com racionalidade meio-fim (razão estratégico-técnica) objetivos a serem realizados no curto e no médio prazo, e com visões e objetivos ao longo do tempo (Dussel, 2009: 359). São ações possíveis que respondem em algum nível de maneira positiva a negação imposta à vida em algum de seus momentos, negando a negação, afirmando a vida humana e assumindo, em comunidade, meios e táticas para considerar a factibilidade objetiva, ética e crítica para uma possível superação da negatividade. A *mediação* para a sua possibilidade se dá na construção mesma da utopia, no caminhar pela fronteira entre o *ser* e o *mais ser*, entre a realidade dada e a ação realizada, entre os seres humanos que caminham, entre a fome e o alimento... É um andar pedagógico, um pensar estratégico, em um caminhar sinuoso, impreciso, por vezes perigoso, porém, concreto: nascido do real, das experiências e das vivências, das necessidades e desejos, das fraturas, brechas e gritos, da ecologia cotidiana de saberes, o *andar* se permite governar pelos *princípios éticos* material, formal e de factibilidade.

A vida humana é o conteúdo absoluto da utopia, o seu princípio material. A democracia, a sua forma, o princípio democrático, intersubjetivo³⁰. A factibilidade ética é o *como fazer*, o princípio, portanto, de factibilidade da utopia³¹; e a *razão*, uma astúcia da vida: “a vida humana é fonte de toda a racionalidade, e a racionalidade material tem como critério e ‘referência’ última de verdade e como condição absoluta de sua possibilidade a vida humana”³² (Dussel,

³⁰ A vida humana em sua dimensão racional sabe que a sua vida, como comunidade de seres vivos, é assegurada com o concurso de todos. A comunicação linguística é uma dimensão essencial da vida humana, e a argumentação racional uma nova ‘astúcia’ da vida” (Dussel, 1998: 169).

³¹ É a complexa diacronia do modo concreto através do qual o ato (normas, estruturas, instituições etc.) é efetivamente levado a termo (levando em conta as suas circunstâncias e conseqüências a curto e longo prazo), é o momento da *factibilidade ética* da utopia (Dussel, 1998: 218).

³² A *razão material* acessa a realidade para dar o *conteúdo* à vida humana num processo mediado pela *razão estratégico-instrumental* que *descobre* as formas de tornar a ação possível e é articulada, nesse mesmo processo, em comunidade, com a *razão ético-discursiva* capaz de *operar* para que ninguém seja excluído ou excluída das tomadas de decisões que negam de alguma maneira o *conteúdo às suas vidas*: “sem a razão ético-discursiva, a razão estratégico-instrumental cai na perversidade dos sistemas formais auto-referentes fetichizados” – um sistema completo de eticidade cultural, instituições, empresas, organizações, escolas, prefeituras - que “absolutizam a racionalidade meio-fim, a factibilidade eficaz que pode voltar-se contra a vida do sujeito humano ou contra sua necessária participação livre” (Dussel, 1998: 270). A *razão instrumental-estratégica* opera, assim, como razão que

1998: 632): “o corpo deseja aprender porque ele precisa viver”, comenta Rubem Alves³³. E porque precisa viver, precisa aprender para poder viver. É uma pedagogia de vida.

O âmbito em que se exerce o *dever-ser* da utopia - uma prática de saber que subsume os princípios éticos em sua ecologia cotidiana de saberes – “não é ideal, mas empírico; é o que se *deve* efetuar no concreto existente” (Dussel, 2009: 358): na política, na educação, na economia, na comunicação, na ecologia, na religião, na ciência, na utopia crítica e real, cotidiana; em meio ao perverso, dentro das instituições, fora delas. Na construção mesma da sua pedagogia: todo ato concreto, toda a ação da utopia “se exerce subsumindo um princípio ético em uma ação cumprida em um momento intersubjetivo de um campo determinado, dentro de um sistema, em referência [...] a algum tipo de pertença comunitária [...], mais ou menos institucional, etc.” (Dussel, 2009: 366). São transformações cotidianas *possíveis*, mesmo parciais, sempre concretas, *materiais*, a partir da intersubjetividade crítica *das gentes* em função do desenvolvimento da vida humana em diversos níveis de complexidade e dramaticidade³⁴:

...um nível de complexidade que [*pode partir*] de uma posição mínima pela transformação de uma máxima da vida cotidiana em referência a uma ação possível insignificante (p.ex., desde o muito vulgar “Vou cuspir no chão”), e que deve ser “transformada” a partir do critério e princípio que se enuncia como a não negação do outro, em algum aspecto que possa redundar em diminuição de vida ou participação simétrico-discursiva da vítima na realização de tal máxima (no exemplo, não se deveria cuspir no chão porque prejudicaria a pessoa encarregada da limpeza, a vítima, e não simplesmente por exigência de estética ou de higiene – que são outras razões válidas, como a limpeza ou a possível propagação de vírus, etc.) (Dussel, 1998: 539).

Anda, pois, por tua cidade. Caminha, aprende, observa. É a capacidade da ação eficaz; a factibilidade crítica da ação; “o ‘poder’ transformar a realidade contando com a ‘possibilidade’ fática ou empírica, com as condições (técnicas, econômicas, políticas, culturais, etc.) para efetuar uma tal mudança” (Dussel, 1998: 559): “as cadeias materiais e metálicas, instrumento

mediatiza a factibilidade empírica da razão prático material (a razão que acessa a realidade para captar as possibilidades de reprodução e desenvolvimento humano); e da razão discursivo-intersubjetiva (a razão formal, democrática, que mediatiza a intersubjetividade *das gentes* da utopia). A razão instrumental-estratégica é subsumida, portanto, “dentro do horizonte da razão prático material, da ético-originária (material) e da discursivo-intersubjetiva (formal)”, como escreve Dussel. “Estas últimas operam como a racionalidade ético-orientadora em relação à primeira. A primeira, opera como razão que mediatiza a factibilidade empírica das segundas” (Dussel, 1998: 270).

³³ Entrevista com Rubem Alves no Programa Provocações da TV Cultura, Brasil: <https://www.youtube.com/watch?v=vlw003bFGkI>. Acesso em 17 de maio de 2014.

³⁴ “Não se pense que o crítico de um dado sistema de eticidade deve sê-lo sempre em totalidade (pode ser uma crítica parcial), e que necessariamente promova uma revolução (esta é excepcional, embora nunca impossível *a priori*, mas efetivamente só acontece alguma vez durante séculos, sendo que cotidianamente as transformações de normas, ações ou instituições são parciais, concretas, cotidianas). A Ética da Libertação é uma teoria do cotidiano” (Dussel, 1998: 306).

que limita a liberdade dos escravos ou presos, devem ser rompidas (negatividade) por uma capacidade atuante: a “força” dos braços deve ser proporcional [...] à resistência do ferro da cadeia que aprisiona” (Dussel, 1998: 559). É o problema, portanto, de “factibilidade expresso pelo ‘êxito’ do *romper* as cadeias” (Dussel, 1998: 559), da factibilidade ética da ação frente aos modelos, estruturas, instituições, regras, leis que se demonstram ilegítimas. Como escreve Dussel, “o conflito começa quando vítimas de um sistema formal vigente não podem viver, ou foram excluídas violenta e discursivamente de tal sistema”:

Quando sujeitos-sócio-históricos, movimentos sociais (p.ex. ecológicos), classes, (operários), marginais, um gênero (o feminino), raças (as não brancas), países empobrecidos periféricos, etc., tomam consciência, se organizam, formulam diagnósticos de sua negatividade e elaboram programas alternativos para transformar tais sistemas vigentes que se tornaram dominantes, opressores, causa de morte e exclusão. Para esses *novos sujeitos sócio-históricos* a coação “legal” do sistema vigente deixou de ser “legítima”. E deixou de sê-lo, em primeiro lugar, porque tomam consciência de não terem participado do acordo original do sistema (e por isso começa a deixar de ser “válido” para eles); e, em segundo lugar, porque em tal sistema essas vítimas não podem viver (por isso deixa de ser uma mediação factível para a vida dos dominados). Ante a consciência ético-comunitária crítica da comunidade de vida e comunicação das vítimas tal coação se torna *ilegítima* (Dussel, 1998: 546).

Anda, pois, *por tua cidade*. Observa. Investiga. *Palmilha essa instância querida*. A *capacidade da ação eficaz* da utopia não é determinada pela própria comunidade crítica apenas, mas pelas relações de forças externas que a fortalecem ou enfraquecem, pelos poderes conservadores e reacionários que resistem ou impedem, pelas instituições e suas negações diversas. Por brechas, pelo olhar atento a oportunidades, “por circunstâncias que podem ser aceleradas ou acumuladas pela organização” (Dussel, 1998: 563). Pelo *saber articular das gentes*, pelo saber esperar, fortalecer, juntar, constituir força; “dissimular-se, organizando-se, aumentando a consciência, aparecendo e desaparecendo (guerra de posições)” (Dussel, 1998: 563).

Pelo saber estratégico e tático, o *saber* e o *poder romper* os elos mais fracos do sistema, “o que indica uma ação da razão estratégica e instrumental calculante” (Dussel, 1998: 559), distante, ao extremo, “de um voluntarismo suicida” (Dussel, 1998: 563) - o entusiasmo, escreve Fanon, é por excelência a arma dos impotentes ([1952] 2017: 7). É uma guerra de movimentos, táticas, estratégicas, própria de um projeto de longo alcance, que leva em conta a fraqueza própria e inevitável do sujeito-sócio-histórico emergente (Dussel, 1998: 563): um caminhar que, como escreve Dussel, “sempre se opõe a forças superiores, às estruturas dos que exercem o poder do *bem* [para o conservador] vigente e tradicional” (Dussel, 1998: 571).

Pelo saber, enfim, dialogar, ouvir, construir consistência; pelo desenvolvimento crítico da construção intersubjetiva da utopia: a democracia é uma empresa tão necessária quanto complexa e insuficiente. As razões individuais são muitas, diversas, assim como os desejos e os querereres. Os egos também falam alto e tentam se impor. O consenso em uma organização humana é um buscar moroso, custoso, nem sempre é possível, leva um tempo que nem sempre há³⁵; e é natural que nem toda a gente concorde com tudo o tempo todo - há de haver espaço para o dissenso. A política é uma arte laboriosa.

A ação compreendida democraticamente pode nos levar para onde estávamos: “sem razão instrumental-estratégica, a razão ético-discursiva cai na ilusão utópica”, já que democraticamente entre *as gentes* “poderia decidir-se fazer o impossível” (Dussel, 1998: 270). Entre *a gente* podemos optar, mesmo sem a intenção, por algo que impede direta ou indiretamente a vida humana de se desenvolver em algum de seus momentos ou em todos eles em comunidade: “uma decisão *legítima* segundo o *princípio democrático* pode ser injusta, inadequada, contraditória desde um ponto de vista material ou de factibilidade estratégica” (Dussel, 2009: 424). E as *vontades* dos membros da comunidade podem disparar-se cada uma na consecução de seus interesses privados, múltiplos, contrapostos e, desta maneira, a potência ou a força de vontade de uma anularia a do outro, dando como resultado a *impotência* (Dussel, 2007a: 26). Trata-se, pois, de uma empresa intrincada, por vezes, árdua. A democracia é também um postulado político, infinitamente melhorável. A humildade ajuda. Há saberes e saberes, conhecimentos e conhecimentos, experiências e técnicas com capacidades necessárias em determinadas situações, em determinados momentos da ação, em determinadas funções da utopia, em um processo que se torna tanto mais complexo quanto mais a utopia se desenvolve, amplia, quanto mais responsabilidades adquire, num caminhar, outra vez, que sempre se opõe a forças superiores:

O sistema vigente, com toda evidência, deve, em princípio, ter mais poder que os sujeitos sócio-históricos emergentes no processo de libertação. No entanto, a práxis de libertação não mostra a sua factibilidade primeiramente a partir de seu próprio poder, mas, ao invés, a partir da fragilidade de todo o sistema dominante em seu momento de crise. A mera existência da vítima organizada e crítica já é manifestação de crise do sistema (Dussel, 1998: 561).

³⁵ “Com efeito, o tempo é essencial para a vida. Uma decisão *perfeita*, um consenso *absoluto* (omnisciente) exigiria tempo *infinito* (e ademais, capacidade racional também *infinita*)” (Dussel, 2009: 426).

É quando a razão estratégica cobra todo o seu sentido, e a criatividade da *práxis* desenvolve toda sua potencialidade (Dussel, 2009: 474). *Anda, pois, por tua cidade*. Nascida de sua ecologia cotidiana de saberes, a possibilidade da *ação eficaz* da utopia aumenta com o desenvolvimento de uma pedagogia enraizada em sua consciência reflexiva, em presença com os outros, com as outras, no mundo, com o mundo; com o desenvolvimento de um conhecimento capaz de qualificar o saber individual e coletivo, comunitário sobre o real, sobre a utopia e a sua construção; quando dirigida para apontar as realidades e os seus problemas, para avançar sobre eles a sua análise e a sua compreensão e para impulsionar os processos necessários de aprendizagem e intervenção (Walsh, 2013: 23). *Anda por tua cidade*.

1.6. Redobra a coragem e o saber

Palmilha essa instância querida. “Ainda não está decidido o que há de emergir: aquilo que agora é pântano pode ser drenado” (Bloch, [1959] 2005: 196). “Redobrando-se a coragem e o saber, o futuro não virá como fatalidade sobre o ser humano, mas o ser humano virá sobre o futuro e ingressará nele com o que é seu. Aqui, o saber, que necessita da coragem e sobretudo da decisão”, escreve Bloch, “não pode assumir a forma mais comum do saber habitual, a forma contemplativa, pois o saber meramente contemplativo se refere forçosamente ao que já está concluído e já passou, não tem meios diante de coisas presentes e é cego para o futuro” ([1959] 2005: 196). Correspondentemente, continua o autor, “o saber necessário à decisão tem um outro modo: um modo não só contemplativo, antes um modo que acompanha o processo e está conjurado ativa e partidariamente com o bem que vem abrindo caminho, isto é, com o que é digno do ser humano no processo” ([1959] 2005: 196). *Anda por tua cidade*.

Palmilha, pois, essa instância querida. Vai vivendo a utopia, reflete, em comunidade, discute com *as gentes* as mediações para o caminho e para a realização das ações, dos projetos, da utopia, a sua *metodologia de vida*, impulsionada por sua *pedagogia* e constituída, na construção desse saber, das fronteiras entre as situações-limite dos seres humanos e a vida humana plena; das práticas, saberes e estratégias que se entrelaçam e promovem alternativas às necessidades reais da vida ancoradas nos desejos de vidas melhores *das gentes*. Um processo permanente de criatividade cultural, econômica, política, epistêmica, de construção de conhecimentos nascido

do esforço de encontrar formas de possibilidades de vida diante de um real que produz, desenvolve e reproduz injustiças. É um processo de construção de justiça cognitiva, um fundamento, outra vez, para a construção de justiça social.

O caminhar da utopia, a sua *factibilidade*, se fortalece com o desenvolvimento contínuo de um saber que vai aproximando a relação entre a realidade e a capacidade de compreender a realidade, a comunidade, as suas opressões e as suas possibilidades; de construir a sua própria história, a sua narrativa, o seu *andar*; de *conquistar* o direito de pensar com a própria cabeça. Da construção de justiça cognitiva. Da capacidade de produzir conhecimentos como matriz e estratégia da ação para a transformação social, política, humana; de *desenvolver* uma *instituição* como um espaço de criação e produção crítica do conhecimento humano (Almeida Filho; 2008: 129). Como escreve Maria Paula Meneses, “quanto melhor se conhecer e valorizar a diversidade dos saberes que os movimentos e comunidades mobilizam nas suas lutas, mais esclarecidas serão as ações transformadoras de cada um dos movimentos e mais autônomos e reflexivos os seus protagonistas” (2016a: 354). *Palmilha essa instância querida*.

É a necessidade de um *desenvolvimento* histórico capaz de reverter, na Cidade do Anjo, um emaranhado complexo de forças internas, o *Agro-sistema*, um sistema político, econômico e social que se traduz numa das realidades mais perversas do Estado de São Paulo e do Brasil, como refletiremos no terceiro capítulo em nossa crítica ética à realidade (um fundamento da utopia), num certo tipo de *Eco-sistema*, essa teia complexa de organismos vivos numa relação de reconhecimento e reciprocidade; no respeito ao comum, à vida humana e a todas as vidas, num caminhar que *enxerga* em seu horizonte utópico todos os cantos e becos, centros e praças, campos, matas e territórios da cidade pulsando a favor da vida. É uma utopia cotidiana da vida, que pretende vencer as utopias da morte. É um processo permanente que, para tanto, precisa encontrar formas de se afirmar e de se desenvolver no tempo.

Anda por tua cidade. Libertar não é só quebrar as cadeias, mas *desenvolver*, libertar no sentido de dar possibilidade positiva à vida humana ao exigir que as instituições, o sistema, abram novos horizontes que transcendam à mera reprodução como repetição de *o Mesmo* (Dussel, 1998: 542). Não é “um mero ‘progresso’ quantitativo do sistema formal”, “desenvolve a vida e não só a mantém” (Dussel, 1998: 542). É a necessidade de fomentar uma organização suficiente das subjetividades de sujeitas e sujeitos que emergem como sujeitos/as históricos/as novos/as. De possibilitar com que as emergências “que definem suas estratégias, suas táticas, seus

métodos de luta para *transformar* (em qualquer nível de complexidade prática: desde a norma até o sistema de eticidade) a realidade social e a subjetividade de cada sujeito vivo humano” e de cada sujeita viva humana (Dussel, 1998: 542), possam com segurança e presença no tempo e no espaço *mover* a produção, a reprodução e o desenvolvimento da vida humana e comunitária em sua dimensão cultural, ética, estética, política, mística, histórica próprias. A *instituição*, nesse processo, é a necessidade da *transformação* no decorrer do tempo.

Anda, pois, *por tua cidade*. Caminha por outros cantos, cotidianos, por outras cidades, por centros em que o diálogo se faz possível. Aprende, ensina, constrói vínculos, trocas, solidariedades para o fortalecimento comum. É a necessidade de aprofundar no espaço e manter no tempo o *desenvolvimento qualitativo* desse lugar privilegiado que vai emergindo para a “definição e resolução coletiva dos problemas sociais” (Santos, 2008b: 42). De manter, permanecer, aumentar, para poder organizar, produzir, reelaborar, nos espaços da ação, conhecimentos de forma compartilhada sobre a realidade e sobre o *andar* para a experimentação permanente de alternativas (Almeida Filho, 2008: 151) e, nesse processo, para a possibilidade de elaboração de “projetos epistemológicos e ontológicos” que façam sentido aos sujeitos e às sujeitas da ação (Alexander apud Walsh, 2013: 29).

Um esforço permanente para a possibilidade de relações entre organizações sociais, intelectuais, artistas, *gentes do cotidiano* para aprofundar os quadros analíticos e teóricos que lhes permitam enriquecer as suas práticas, expor as dinâmicas de poder em jogo, recontextualizar o conhecimento para que a transformação pós-colonial do saber e dos seus espaços aconteça de forma consciente e reflexiva (Meneses, 2016a: 354-355). Trata-se, portanto, do emergir de uma *instituição* que reconhece, no ato, a “produção crítica do conhecimento como um elevado valor humano” (Almeida Filho, 2008: 124). Tal como escreve Linda Tuhiwai Smith, “para descolonizar o saber [...], importa que estejamos conscientes dos papéis que o saber, a produção de saber, as hierarquias de saber e as instituições de saber jogam na descolonização e na transformação social” (apud Meneses, 2014: 101). *Anda*, pois, *por tua cidade*.

Permite deixar emergir essa *instituição das gentes do cotidiano* capaz de fomentar a produção dos conhecimentos forjados dessa sua *pedagogia de luta e de vida*, dessa *metodologia de vida* e dos saberes subordinados produzidos nos contextos próprios das suas práticas; de potencializar no real esse lugar privilegiado de encontros e de reconhecimento à pluriversidade

dos seus saberes, de enunciação, de emergências, temporalidades e corporalidades que possibilitam, em suas práticas e em suas reflexões sobre elas, travessias alternativas aos marcos epistêmicos do discurso moderno, os seus colonialismos, o racismo, o patriarcado, o capitalismo, para questionar, desafiar e superar os padrões de poder e os princípios sobre os quais o conhecimento, a humanidade e a existência mesma têm sido circunscritos, controlados e subjugados (Walsh, 2013: 28) e contribuir, nesse processo, com o desenvolvimento qualitativo das lutas e resistências sociais, dos diálogos horizontais, da tradução entre os saberes, para o reconhecimento e a valorização dessas outras formas de produção de conhecimentos em função do desenvolvimento local, comunitário, humano.

São estes os espaços-tempos plurais que trabalham pela construção de novas realidades em busca de melhorar as condições de vida e que se traduz, neste processo, na construção de novos marcos epistemológicos capazes de se converter numa crítica profunda à ciência moderna, às instituições, às políticas e ao modelo econômico hegemônicos cujas bases estão ancoradas em categorias monolíticas e em formas autorreferentes de conhecimento e de governação, que tem sido a matriz da geração de invisibilidades e da ausência da expressão da diversidade. Na Cidade do Anjo, trata-se da organização de mediações, responsabilidades, funções, da constituição de uma *instituição* cuja essência se sustenta na *práxis* e na reinvenção criativa de jovens, crianças, mães, *gentes* que constroem no cotidiano uma ecologia de práticas de saberes que possibilita a vida em meio às violências de todos os tipos, assumindo, nesse entrelaçado de *gritos*, forças e fraturas que irrompem no real, o fio condutor para repensar as relações nos espaços-tempos habitados, revelar as hierarquias entre os poderes, instituições, saberes, formas de interlegalidade e de possibilidades de vida existentes³⁶: o objetivo é potencializar a capacidade crítica da comunidade da utopia em desestabilizar as práticas existentes e monoculturais de saber que produzem as violências e os silenciamentos dos diversos tipos e cruzar os limites fictícios das suas exclusões e marginalizações (Alexander apud Walsh, 2013: 29).

Anda por tua cidade. É um processo amplo e de longa duração que passa por dar respostas no cotidiano à *razão cínico-gerencial* (administrativo-mundial), ao capitalismo (como sistema

³⁶ Estas reflexões se deram em conjunto, em *Rodas de Encontros* em Coimbra com doutorandos/as do CES entre os anos de 2013 e 2018 que se comprometeram e se envolveram nessa nossa utopia mesmo distante e em solidariedade, para pensar e atuar na Cidade do Anjo: Fabián Cevallos Vivar, Fernanda Belizário, Gabriela Freitas F. Rocha, Erick Morris e Begoña Dorronsoro.

econômico), ao liberalismo (como sistema político), ao eurocentrismo (como ideologia), ao machismo (na erótica), ao predomínio branco (no racismo), à destruição da natureza (na ecologia), etc. (Dussel, 1998: 65).

Um caminhar, que para tanto, assenta na constituição de uma *instituição* sustentada em um novo paradigma de produção de conhecimentos e práticas políticas, econômicas, sociais ligado à sustentabilidade do planeta e capaz de elevar as matrizes do desenvolvimento econômico, político, cultural e social atual a uma “complexidade interdependente e multidisciplinar” (Silva apud Meneses, 2014: 99) aberta a conhecer e reconhecer as diversas culturas, os diversos saberes, as diversas formas de organização da vida; o mundo, “o que ele é, as relações entre as suas diversas partes, a extensão dos seus recursos e a quem pertencem, como habitá-lo, o que o move e o ameaça, para onde vai, as suas fronteiras e limites, o seu possível fim” (Mbembe, 2014: 300).

De produzir, no local, a partir das suas potencialidades, virtudes, possibilidades, necessidades e limites da sua realidade, conhecimentos e práticas de saberes atados à responsabilidade ética de mover-se no mundo em função das exigências e desafios globais. Das exigências da sua ecologia, da sua geopolítica, das violências contra os diversos povos e contra a natureza em nome do capital e do lucro; do mercado financeiro; do minério, da água e das terras, de recursos e patrimônios comuns acumulados por grupos específicos de interesses num tempo em que a humanidade - violentada por sua rede de forças – caminha em direção ao suicídio coletivo: as mudanças climáticas vão dando passos cada vez mais rápidos restringindo as condições de vida no Planeta. Segundo a Organização das Nações Unidas, podemos esperar migrações em massa na ordem de um bilhão de pessoas mesmo antes de 2050³⁷. A falta de água é a maior ameaça...

Um *andar* ancorado na construção de uma *sustentabilidade* forte e crítica que envolve a busca por fundamentos comuns entre as partes capazes de fortalecer os *povos* para superar os desafios pelos quais passa a humanidade: “fundamentando-se em várias propostas³⁸ que têm por enfoque a relação entre a diversidade cultural e a sustentabilidade”, escreve Maria Paula Meneses, “foi

³⁷ Escrito por Daniel Knob em um documento da nossa utopia. Os dados podem ser vistos em: <https://nacoesunidas.org/ate-2050-um-bilhao-de-pessoas-viverao-em-cidades-sem-agua-suficiente-diz-banco-mundial/> e <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/05/onu-diz-que-1-bilhao-de-pessoas-podem-migrar-por-mudanca-climatica.html>. Acessado em 12 de julho de 2018.

³⁸ Especialmente por Apffel-Marglin e Marglin; Tuhiwai Smith; Martínez Alier; Santos; Silva e Mendes; Gudynas; Delgado Ramos (Meneses, 2014: 100).

possível identificar algumas teses sobre a sustentabilidade, como base para um novo paradigma de produção de conhecimento” (Meneses, 2014: 100):

- 1) que promova a justiça social, ampliando a possibilidade de inclusão da maioria da humanidade, omitida dos modelos atuais de produção e reprodução da vida;
- 2) que seja ambientalmente ecológica, assumindo a interdependência entre todos os seres vivos e não vivos, e no assegurar da manutenção da harmonia e do equilíbrio na Terra;
- 3) que promova uma interpretação mais ampla, para além da racionalidade moderna, que permita a crescente visibilização de alternativas ao desenvolvimento, com base em saberes segregados e secundarizados;
- 4) que seja economicamente viável, incluindo o alargar do econômico a outras esferas mais solidárias e cooperativas, a outras formas de produção, que não tenham como finalidade a acumulação e reprodução de capital;
- 5) que esses projetos sejam politicamente éticos, ampliando a qualidade e a diversidade de possibilidades democráticas e participação nas decisões sobre opções econômicas, sociais, etc.;
- 6) que a justiça cognitiva esteja no centro da sustentabilidade, permitindo que a diversidade de culturas e saberes encontre reflexo no elaborar dessas políticas, pois a descolonização da ciência assenta no reconhecimento de que não há justiça social global sem justiça cognitiva global, integrando saberes produzidos por distintos grupos e comunidades (Meneses, 2014: 100).

Para a autora, “numa perspectiva ecológica, sistêmica, a sustentabilidade traduz-se na interrelação desses princípios, como alavanca para potenciar experiências e modelos de sociedade de fato alternativos” (Meneses, 2014: 100). Trata-se, portanto, de um novo paradigma de produção de conhecimentos inspirado noutras lógicas e racionalidades, e em outras premissas de mundo, de existência e de relações (Machado, Mello, Branquinho apud Meneses, 2014: 100).

Palmilha essa instância querida. Aprende com outras. Constrói solidariedades para o fortalecimento comum. Trata-se do esforço para permitir emergir uma instituição capaz de potencializar a construção de justiça cognitiva, um fundamento, mais uma vez, para a construção de justiça social, a partir das suas gentes, dos seus sujeitos e sujeitas, das suas lutas sociais, de diálogos contínuos entre organizações sociais, intelectuais, artistas, instituições como universidades, centros de estudos, etc. Uma ação cujo objetivo é o desenvolvimento cultural, histórico, epistêmico dessa ação que emerge em resposta à exigência de justiça local e diante de um horizonte moderno e ocidental que, com suas distintas violências, sempre se quis e se impôs, por definição, planetário e universal e colocou, como inevitável e absoluto, o seu horizonte de ação (Mbembe: 2017: 103). É um projeto de libertação que simboliza, no local, a

periferia negada desde a origem da modernidade e, neste ato, nesta essência, diante de todas as distinções entre os locais, entre as formas de opressões, suas superações e modos de ser, e dos aprendizados, portanto, possíveis, se abre num esforço para construir solidariedades com os diversos cantos do mundo que também caminham.

1.7. Construindo solidariedades

Anda por tua cidade. “A entrada no século 21 requer uma cartografia mais complexa e cuidada da diversidade que torne visíveis alternativas epistêmicas emergentes” (Meneses, 2014: 106). Se “qualquer conhecimento é necessariamente parcial, situado, produzindo efeitos múltiplos e contraditórios (Meneses, 2016a: 354), “a construção de um diálogo intercultural constitui [...] um desafio à compreensão mais ampla das raízes da desigualdade do mundo, onde o não reconhecimento da diversidade epistêmica constitui um compasso reivindicativo” (Smith apud Meneses, 2016a: 354). A reivindicação, nesse sentido, para o reconhecimento da pluralidade epistêmica do mundo, para a possibilidade de encontros, trocas, traduções entre situações contemporâneas e suas várias interpretações, incluindo processos de confronto e cooperação, sugere, a priori, portanto, um mundo simultaneamente local e global (Meneses, 2014: 106). No local, “se desvela o mundo como este é e acontece na articulação entre teoria, prática política e uma análise crítica”. No global, “reunindo fragmentos da história num processo dialógico de tradução entre culturas” (Meneses, 2014: 106), os diferentes processos de lutas e os seus diferentes conhecimentos produzidos oferecem uma cartografia contra-hegemônica de práticas presentes e conhecimentos latentes de alternativas emergentes. Nesse processo, a construção de conhecimentos produzidos em espaços de lutas sociais participa de uma descentralização da produção do conhecimento da monocultura ocidental, ampliando as perspectivas de forças, enfrentamentos, de possibilidades de vida e de construção de solidariedades.

Para tanto, o desafio que se nos impõe é duplo: explicar a persistência da relação colonial na construção da história mundial, ao mesmo tempo em que se propõem alternativas à leitura dessa história, no sentido de construir histórias contextuais que, articuladas em rede, permitam obter uma perspectiva cosmopolita sobre o mundo (Meneses, 2014: 106). Trata-se, portanto, outra vez, de um duplo desafio: a construção de justiça cognitiva através da produção de

conhecimentos situados capazes de fortalecer as realidades oprimidas em vista de sua superação, e a capacidade de articular esses conhecimentos em busca de aprendizagens e da constituição de um mapa contra-hegemônico global com o potencial de fortalecer em rede essas distintas emergências num caminhar por justiça, reparação, pela superação das violências coloniais persistentes através, enfim, da construção de solidariedades: é um compromisso ético pela reprodução e pelo desenvolvimento da vida humana em comunidade e, em última instância, de toda a humanidade (Dussel, 1998). Para Boaventura de Sousa Santos:

O potencial anti-sistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social, reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objetivos. Para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis (Santos, 2006: 35).

O trabalho de tradução, como escreve Teresa Cunha, é uma ferramenta teórica e prática de construção do conhecimento e uma pragmática de resistência frente a processos violentos de separação; um princípio de agregação face aos processos separatistas realizados por qualquer sistema de dominação (Cunha, 2014: 57). As expectativas deste trabalho, como escreve Santos, “são as possibilidades de reinventar a nossa experiência, confrontando as experiências hegemônicas, que nos são impostas, com a imensa variedade de ações contra-hegemônicas” (Santos, 2006: 45). Para o autor, o trabalho de tradução intercultural é o “procedimento que nos resta para dar sentido ao mundo depois de ele ter perdido o sentido e a direção automáticos que a modernidade ocidental pretendeu conferir-lhes ao planificar a história, a sociedade e a natureza” (2006: 44). “Reconhecer outros tipos de conhecimentos e outros participantes na conversação para outros tipos de conversação, abre o campo a infinitos intercâmbios discursivos e não discursivos, com codificações e horizontalidades insondáveis (Santos, 2017: 37):

O trabalho de tradução visa esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos e as diferentes práticas, de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação ou agregação entre eles. Dado que não há uma prática social ou um sujeito coletivo privilegiado em abstrato para conferir sentido e direção à história, o trabalho de tradução é decisivo para definir, em concreto, em cada momento e contexto histórico, quais as constelações de práticas com maior potencial contra-hegemônico (Santos, 2006: 35).

Diante dos desafios que enfrenta a humanidade no século XXI, o trabalho de tradução - cujo objetivo da sua ação entre saberes “é criar justiça cognitiva a partir da imaginação epistemológica”, e o objetivo da sua ação entre práticas e seus agentes “é criar as condições para uma justiça social global a partir da imaginação democrática” (Santos, 2006: 45) -,

caminha em função da durabilidade do mundo, em que ela, a durabilidade, vai depender da nossa capacidade de aprender e construir, diante do cinismo, da violência e da brutalidade, solidariedades, justiça, sustentabilidades. Como escreve Dussel, “a modernidade vai chegando ao seu fim semeando na terra, na maioria da humanidade, o terror, a fome, a enfermidade e a morte, como os quatro cavaleiros do Apocalipse, entre os excluídos dos benefícios do sistema-mundo que se globaliza” (Dussel, 1998: 573). É uma utopia da morte; um *projeto utópico* vigente que se descobre, “à luz de suas próprias pretensões de liberdade, igualdade, riqueza e propriedade para todos, e de outros mitos e símbolos”, segue o autor, “em contradição consigo mesmo, já que a maioria de seus possíveis participantes afetados se encontram privados de cumprir com as necessidades que o próprio sistema proclamou como direitos” (1998: 315):

Esta é a globalização de um *sistema formal performativo* (o valor que se valoriza, o dinheiro que produz dinheiro: fetichismo do capital) que se ergue como critério de verdade, validade e factibilidade, e destrói a vida humana, pisoteia a dignidade de milhões de seres humanos, não reconhece a igualdade e muito menos se afirma como re-sponsabilidade da alteridade dos excluídos, e aceita só a hipócrita exigência jurídica a respeito de cumprir o dever de pagar uma dívida internacional (fictícia) das nações periféricas pobres, ainda que pereça o povo devedor: *fiat justitia, pereat mundus*. É um assassinato em massa; é o começo de um suicídio coletivo (1998: 573).

Parafrazeando Boaventura de Sousa Santos, o capitalismo vive hoje um dos momentos mais destrutivos da sua história recente, como bem atestam as novas formas de acumulação primitiva mediante desapropriações que vão desde à apreensão de terras e ao assalto de salários, à submissão dos bens e dos recursos comuns à lei capitalista, o que se traduz, dentre outras consequências, no deslocamento de milhões de pobres camponeses e povos indígenas; na devastação do meio ambiente e nos desastres ecológicos; e na eterna renovação do colonialismo (2017: 73)³⁹. A ética, diante do real, “torna-se o último recurso de uma humanidade em perigo de extinção”:

Só a co-re-sponsabilidade solidária, com validade intersubjetiva, partindo do critério de verdade vida-morte, talvez possa nos ajudar a sair com dignidade no tortuoso caminho sempre fronteiro, como quem caminha qual equilibrista sobre a corda bamba, entre os abismos da cínica insensibilidade ética irresponsável para com as vítimas ou a paranoia fundamentalista necrofilica que leva a humanidade a um suicídio coletivo (Dussel, 1998: 573).

³⁷ Tradução minha.

Trata-se, mais uma vez, de um duplo desafio: da capacidade dos distintos *centros* e cantos do mundo, movimentos, organizações, lutas sociais, universidades⁴⁰ - e suas forças, experiências, capacidades de agir, de construir, de transformar - de criar redes e alianças, solidariedades para o fortalecimento comum; e a mediação de funções e responsabilidades, o desenvolvimento de *instituições* capazes de sustentar e fomentar nos locais, espaços privilegiados de produção e desenvolvimento de conhecimentos, saberes e práticas que possibilitam, nos espaços em que a vida acontece, o desenvolvimento humano, cultural, ecológico... Neste nosso caso, de fortalecer uma utopia movida por uma *metodologia*, uma *pedagogia*, por uma *práxis de libertação* dirigida, em um mesmo processo, para possibilidades de vida e para novas perspectivas epistemológicas.

Trata-se, pois, nesse processo, de um esforço entre as diversas partes, cantos e centros do mundo que também caminham para encontrar formas objetivas de dar valor e vazão às utopias locais, pequenas se pensarmos em uma escala global, infinitas se considerarmos os sujeitos e as sujeitas das ações cujas vidas, em grande sentido, dependem delas, das suas próprias utopias e que são, nesse caminhar, capazes de oferecer, em suas práticas de saberes, ao mundo, um mundo diferente⁴¹.

Existe apenas um mundo, pelo menos por enquanto, e esse mundo é tudo aquilo que existe. Consequentemente, o que temos em comum é o sentimento, ou melhor, o desejo de ser, cada um à sua maneira, um ser humano completo. Tal desejo e plenitude humana é algo que todos partilhamos (Mbembe, 2014: 304).

1.8. Anda, pois, por tua cidade

Palmilha essa instância querida. Deixa emergir esse espaço privilegiado das gentes e os seus projetos e ações econômicas, culturais, educacionais. Essa instituição cujo objetivo é também a transformação do conteúdo de sistemas performativos; de adentrar e devolver a outras instituições, escolas, prefeituras, à política, às suas intenções e às suas práticas, a vida: ampliando, como destacado acima, a qualidade e a diversidade de possibilidades democráticas

⁴⁰ Na metodologia desse estudo refletiremos um pouco sobre os desafios à descolonização da pesquisa e do ensino nas universidades públicas.

⁴¹ *Oferecer ao mundo um mundo diferente* é o postulado político assumido pelo Movimento Capital Juvenil em 2010, inspirado nas palavras de Eduardo Galeano.

e de participação nas decisões sobre opções econômicas, sociais, etc.; permitindo com que a diversidade de culturas e saberes encontre reflexo no elaborar das políticas, no desenvolver das instituições, na criação de novas normas, atos, ações e promovendo, nos mais diversos e possíveis espaços de organização da vida, uma interpretação mais ampla sobre a realidade - para além da racionalidade moderna - e que permita a crescente visibilização de alternativas ao desenvolvimento com base nos saberes segregados e secundarizados: a descolonização do saber, da política, da economia, a descolonização cultural assenta, pois, no reconhecimento de que não há justiça social global sem justiça cognitiva global, integrando, na construção do novo, saberes produzidos por distintos grupos e comunidades.

Uma *instituição* capaz de adentrar às instituições e de seguir caminhando pelas ruas, se articulando no cotidiano, absorvendo o dia-a-dia, se encontrando em pontos de encontros nos centros, cantos, becos, praças, feiras, campos, quadras, territórios, *objetivando* um impacto no real proporcional às violências suportadas pelas *gentes*. Uma *instituição* ancorada numa responsabilidade ética de *mover-se* em seu espaço, com suas *gentes*, em suas realidades e no mundo; e à sua necessidade de articular, aprender e interagir, constituir força com outros cantos e centros do mundo que também caminham. É uma utopia cotidiana da vida, que pretende vencer as utopias da morte, que pretende construir justiça cognitiva, força política, constituir o *poder* de *tornar real* o potencial criativo e transformador *da gente* do cotidiano enquanto é impulsionada e regenerada pelas próprias *gentes* do cotidiano. A *instituição*, as regras, as normas, as mediações criadas não são fins em si mesmas, mas instrumentos para a reprodução e para o desenvolvimento da vida humana e comunitária. Como escreve Boaventura de Sousa Santos:

Se o propósito da emancipação social é construir uma democracia-sem-fim, emancipar a regulação implica aprofundar as soluções democráticas e intensificá-las, na medida em que as práticas transformativas as façam necessárias. Só assim se evitará que os meios se convertam em fim; que novos ídolos substituam os antigos e exijam dos cidadãos o mesmo tipo de submissão; que as novas regras adquiram *carta de natureza* como necessidades da vida, como ocorreu com as velhas; que as lutas contra a eliminação de alternativas levem a uma sociedade sem alternativas; que as ações políticas empreendidas para restaurar a política em *respeito* às soluções políticas, se convertam em solução de técnica política; que os limites da liberdade de ação e criatividade se convertam exatamente nos mesmos; que a não conformidade que fez possível a mudança, passe a ser uma conformidade que dificulte a mudança; que as emoções, as fantasias e as aspirações invertidas na mudança social sejam condenadas pelo o que são; que as novas funções que romperam com as antigas se convertam em estruturas que bloqueiem novas funções; que a historização do que se considerava ahistórico se erga em uma nova verdade histórica; que a necessariamente inconsciência de todos os que participam na arriscada mudança se converta na máxima consciência possível dos que se beneficiam da mudança. O objetivo, em suma, é

impedir com que as armas dos outrora oprimidos se convertam em armas dos novos opressores (2017: 27).

Anda, pois, por tua cidade. Deixa a essência da utopia ganhar forma e deixa a forma ser regenerada por sua essência que, porque humana, histórica e *das gentes*, também vai se desenvolvendo, se regenerando, absorvendo outras demandas, outras necessidades e outras utopias. Segue buscando em primeira instância e em comunidade “a satisfação das necessidades não-satisfeitas, desencadeando, em consequência, um processo imprevisível, gestor de iniciativas, propostas e soluções” (Gutiérrez e Prado, 1999: 50). Caminha. O *novo* não é fruto da intenção abstrata, da minha ou da nossa, de uma imaginação sem conteúdo, de gostos, mas da realidade concreta do ser humano que corporifica as injustiças, as violências, o peso das corrupções e os sofrimentos do sistema político, econômico e cultural: “a partir de sua negatividade, resistente e na exterioridade da Totalidade, que em sua libido reprimida, sua não-comida, não-vestido, não-teto, não-ciência, não-felicidade (= miséria, sofrimento)”, escreve Dussel, “obriga, exige ética e *positivamente* incluir estas negatividades ‘faltantes’ no projeto alternativo”. O *novo* “não é meramente fruto de ‘minha/nossa fantasia’, mas está já escrito *negativamente* nas necessidades *atuais* da vítima. Por isso, ‘seus *verdadeiros* interesses’ são *finalmente* seus interesses invertidos nas necessidades não cumpridas (Dussel, 1998: 397). *Anda por tua cidade.*

Como escreve Dussel, as alternativas positivas do desenvolvimento do *novo* surgem da negatividade tal “como a estátua de gesso (positividade) se plasma com o molde (negatividade)” (Dussel, 1998: 477). A partir da não-factibilidade da vida humana negada diante da aparente *eficácia* do sistema, descobre-se “a sua não-eficiência, a partir do que se poderia chamar de o critério crítico-formal de ineficácia” (Dussel, 1998: 477). É um momento da *crítica ética* ao sistema, como veremos no terceiro capítulo. “A reprodução formal auto-referente do sistema (na sua positividade) contradiz a possibilidade da reprodução da vida de cada sujeito humano [*e de cada sujeita humana*] (sua negatividade). Pagar a dívida é um dever moral”⁴² (Dussel, 1998: 477). “A utopia e o projeto *possível* de libertação formulam explicitamente um ‘conteúdo’ positivo graças à intervenção da razão instrumental crítica, pelo desenvolvimento da inversão da negatividade” (Dussel, 1998: 477).

⁴² “Que morram os sujeitos éticos ou que vivam está fora das cogitações e exigências da ética capitalista da globalização (do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional, por exemplo)” (Dussel, 1998: 477).

Palmilha essa instância querida. O princípio de factibilidade ética “obriga a fazer aquilo que não-pode-deixar-de-ser-feito a partir das exigências da vida e da validade intersubjetiva moral (Dussel, 1998: 270): “determina o âmbito do que *se pode fazer* (*factibilita*: o que é técnico-economicamente possível de ser feito) dentro do horizonte: a) do que é eticamente *permitido fazer*; b) até do que *se deve fazer* necessariamente” (Dussel, 1998: 270). Aqui, a *fome* do faminto movida pelas estruturas que a produzem antecipa utopicamente a sua futura *saciedade* na transformação do sistema que produz e distribui os alimentos (Dussel, 1998: 477).

É a comunidade política da utopia se organizando, instituindo caminhos, constituindo funções, técnicas, meios e fins, coordenando ações, administrando tempos e espaços, mediando *projetos e programas concretos de ação* em uma construção orgânica com expertos, cientistas críticos, etc. para uma “análise cuidadosa das circunstâncias reais, objetivas do contexto da ação próxima possível, discursivamente simétrica e participativa, que operará essa análise e programará os passos do processo” (Dussel, 1998: 564). *Anda*, pois, *por tua cidade*.

Trilha por tuas vontades e pelas necessidades do teu povo. Aprende, educa, se educa. *Abraça teus concidadãos* e constrói, então, daí, *com os olhos de tua gente, o novo*. Faz o que é possível. Parte do que é necessário. Monta um coral, canta, come. Arranja comida, produz alimento, deixa comer. Permanece viva! Permanece vivo! Lembra da agroecologia, semeia. Ajuda a fazer germinar em todos os cantos e becos, centros, praças e campos, possibilidades de vida.

1.9. Trilha por tuas vontades e pelas necessidades do teu povo

Anda por tua cidade. É a vida humana *das gentes* que vai julgar as normas, as regras, as instituições, os sistemas, os seus fins e os seus meios, e dar o *conteúdo* da ação política da utopia. É a ação que responde às exigências de justiça diante das realidades, das mesmas normas, regras, instituições que impedem à vida de viver em alguma de suas dimensões ou em todas elas. É a construção cotidiana de *justiça*, com *pretensão de justiça*.

A concretização do amor pelo *Outro*, pela *Outra* se manifesta empiricamente na utopia na construção de *justiça*, ou seja, ao atribuir-lhe *materialmente* o que lhe corresponde e até então

lhe foi negado (Dussel, 2009: 445). A *justiça* não é um mero *cumprir com a lei*, com o direito, com o exigido pela ordem estabelecida, mas *um cumprir com as exigências da vida humana negada*, com a subjetividade sensível da corporalidade impedida: o efeito negativo da ação da ordem política vigente (Dussel, 2009: 517). É a *garantia* da sua possibilidade de viver; do “fruto do seu trabalho como sobrevivência ecológica, justiça econômica e direito à identidade valorativa de sua própria cultura” (Dussel, 2009: 445). Dar ao outro, como escreve Dussel, “o que *materialmente* lhe corresponde, é o momento produtivo (ser humano-natureza) da relação prática (sujeito-sujeito) em que se articulam” amor, solidariedade e justiça material, pela “equidade de seus *conteúdos* empíricos em relação à vida (vida ecológica, vida econômica, vida cultural) a partir do *poder realizar a vida*: biopoder (2009: 445). *Anda, pois, por tua cidade.*

É o momento da realização do *bem*, resultado do caminhar com *pretensão de justiça*, ideia regulativa, histórica, finita, cuja perfeição é impossível empiricamente, mas cuja ação se fundamenta no princípio material da utopia que obriga a realização do ato em referência ao *conteúdo material* da vida humana, à realidade da efetiva produção, reprodução e aumento da vida em todas as suas dimensões ou nas dimensões possíveis e exploradas pela utopia, ancoradas, portanto, nas necessidades da comunidade *das gentes* (“sabendo que ditas necessidades são humanas e por isso se implementam na história, crescem, se desenvolvem”) (Dussel, 2009: 462). Um caminhar que parte de fatos, julga fatos, tem pretensão forte de verdade política, e, por isso, de justiça material (Dussel, 2009: 462).

Por *pretensão* é de se entender que a ação realizada, a instituição fundada ou atualizada segundo às exigências práticas materiais, formais e de eficácia éticas embrenhadas, na utopia, da cultura emergente *das gentes*, pode justificar-se quando questionada sobre as razões que expliquem as tomadas de decisões que tentou-se efetuar. (Dussel, 2009: 514). “Quer dizer, se se ‘pretende’ ou ‘se está disposto’ a dar razões e a modificar a decisão tomada se alguém mostrar que há melhores razões para realizá-la de outra ou melhor maneira” (Dussel, 2009: 514). Todo o *novo* humano é finito, histórico, falseável, é moral, é pretensamente *bom* – no melhor dos casos – tornando-se *mau*, se a consciência discursiva crítica não impedir a *ação* de cair na tentação de se afirmar para sempre como o verdadeiro, o válido, o eficaz (Dussel, 1998: 570). *Palmilha, pois, essa instância querida.*

É de onde emerge o *novo*, da construção de *justiça*, do caminhar com *pretensão de justiça*. E o *bem*, como consequência desta ação e como um momento próprio do sujeito e da sujeita

humana, é o resultado da responsabilidade radical *das gentes* da utopia. É o modo de realidade pelo qual a vida até então negada encontra-se plenamente realizada segundo os pressupostos da própria realidade humana. É uma obra, para uma ética da vida, fruto do auto-reconhecimento, auto-re-sponsabilidade, autonomia, portanto, comunitária, tendo alcançado validade intersubjetiva, inovadora, criativa na ação eficaz e que poderia ser resumida em seu momento especificamente ético, crítico e ideal como o *bem supremo* (Dussel, 1998: 570).

O *bem supremo* é a *plena reprodução* da vida humana até então negada. “Plena reprodução que significa que o faminto come, o nu se veste, o sem-teto habita, o analfabeto escreve, o sofredor se alegra, o oprimido é igual a todos, o que usa o tempo para viver mal tem tempo livre”. Quando a sujeita e o sujeito *podem* ser plenamente humanos nos níveis superiores das criações espirituais da humanidade e festejar, re-conhecidos e re-sponsavelmente, *a corporalidade comunitária da comunidade feliz* (Dussel, 1998: 570). Para uma ética da vida é este o *bem supremo*; ideia regulativa que se realiza parcialmente em cada ato humano com pretensão de justiça, concretizando, empiricamente, a solidariedade, o amor, este sentimento que, em verdade, não há de se duvidar de sua existência, mas de compreendê-lo como uma fonte inevitável da utopia. *Anda por tua cidade.*

É uma *utopia crítica* e cotidiana da vida que pretende vencer as utopias da morte. Um ato político que reconhece o impacto de suas ações e responde cotidiana e coletivamente entre *a gente* e com *as gentes* a exigência de *justiça*, com *pretensão de justiça*, diante de um real que produz, reproduz e desenvolve perversidades. É a experiência imediata, presente e comunitária, imperfeita, contraditória por vezes, sempre melhorável; a *emergência* do que será o sistema alternativo ao que estamos sofrendo em um futuro que não se antecipa, mas que se vive cotidiana e pedagogicamente. Contrariando a etimologia da palavra, é aqui o lugar da *utopia*: no presente, crítica no cotidiano e do cotidiano, onde *a gente*, a nossa *gente* vive e *permanece viva* impulsionada pela *vontade de viver*. *Palmilha essa instância querida.*

1.10. Queiras estar onde estás. Semeia

Anda por tua cidade. A utopia é a história da “sua alma transitando almas, da sua vida percorrendo vidas”. Desses elos que nos ligam à humanidade. É a seiva das mirtáceas, jabuticabeiras e goiabeiras, dos manacás, primaveras e azaleias, a “perdurabilidade que não está à vista, que é invisível”, que parece “pertencer a uma outra ordem das coisas que o fogo não apaga nem destrói e por isso perdura e se mantém” (Cunha, 2014: 223). É um imperativo de vida: “Desagregou-se, e é lama; a raiz tocou-lhe, e é seiva; a seiva gerou, e é flor e é fruto; o fruto, alimento; o alimento, sangue; e o sangue vermelho, corpo que caminha, carne que fala, cérebro que pensa. Natureza! Universo!” Semeia.

O ato de semear é uma ação insurgente, revolucionária, faz nascer, renascer, ressurgir; cria e constrói possibilidades, esperanças. Em meio ao perverso, germina possibilidades de vida e vontades de viver (Walsh, 2017). *Palmilha essa instância querida. Esquece, pois, tua idade e descrença* e semeia, em seus cantos e centros, tal qual a goiabeira. Semente cuja esperança é parte da natureza pedagógica mesma do processo político da qual a luta é expressão (Freire, 2015: 16); que questiona, que provoca, impulsiona o *andar*, a utopia, para seguir pensando, analisando, crescendo, germinando. Que germina e faz com que outras sementes escutem que há que crescer, e que cada uma o faz segundo o seu modo, segundo o seu calendário, segundo a sua geografia (Sub. Galeano apud Walsh, 2017). *Anda por tua cidade.*

As palavras caminham com o contar *das gentes*. E as brisas e os pássaros que traspassam as histórias levam daqui para ali o que aqui foi germinado. E de repente ali, jabuticabas e goiabeiras, manacás e primaveras começam a alimentar crianças e a gerar sombras em velhas e senhores jovens cansados do sol que arde sem piedade nas lavouras. E o controle sobre o *novo* se perde, e é para se perder. É para fluir, para ganhar outros cantos, outros mundos. Porque para superar as mazelas que castigam *nossas gentes*, é preciso que todos os cantos e becos, centros e campos, praças, feiras e territórios pulsem a favor da vida. E que encontrem adubo e água; solo fértil. Os meios possíveis para crescerem e gerarem mais frutos; o *poder* de *se fazer possível*.

Anda, pois, por tua cidade. Caminha. Queiras estar onde estás até as horas de partida. Palmilha essa instância querida. Vai vivendo a utopia, cuidando, regando, adubando, amando.... Com as sementes brotando e outras goiabeiras, manacás, primaveras e

jabuticabeiras nascendo, você não leva consigo a esperança que é de toda a gente e, assim, *quando voltares, então, e vires o novo - pois voltarás de algum modo -, bem digas o chão que volta*, porque se deliciará com as frutas que amadurecem e com o sabor e com as flores e com os sorrisos que colherá do pé, porque é íntimo da árvore que cresce, que abraça e que *retorna ao teu coração, renovando teu bem-quereres, sua esperança, tua criança e tua fé.*

Anda por tua cidade...



Figura 2: *Uma Goiabeira*, por Marcos Fernandes.

2. Metodologia: Esperança

A esperança fraudulenta é uma das maiores malfeitoras, até mesmo um dos maiores tormentos do gênero humano, e a esperança concretamente autêntica, a sua mais séria benfeitora. Ernst Bloch.

A esperança corresponde àquele apetite da alma que o sujeito e a sujeita não só possuem, mas no qual consistem essencialmente como seres não-acabados. Ela é esse *afeto* da espera contra a angústia e o medo diante da vida e, por isso, o mais humano de todos os movimentos do ânimo e corresponde, ao mesmo tempo, ao mais universal e lúcido dos horizontes (Bloch, [1959] 2005: 77)⁴³. E ela precisa ser nutrida do real, da ação, dos saberes, poesias, conhecimentos, da *práxis* que é para ir se tornando, enquanto nos move, cada vez mais fecunda.

A utopia diante das violências da Cidade do Anjo precisa juntar a esperança que nos suporta e moveu também esses escritos, a inserção crítica e profunda no cotidiano que dá concretude à esperança e conteúdo ao pensar e a construção de justiça cognitiva capaz de fortalecer a utopia e *desenvolver o andar*. Um caminhar movido pelo *educar-se*, essa capacidade intrínseca do ser humano em ser, fazer e se refazer como humano e vivente no mundo enquanto caminha. São estes os momentos de uma metodologia movida, pois, pela esperança.

Para Boaventura de Sousa Santos “a utopia é a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e porque merece a pena lutar” (2013: 280). Quase todas elas “são críticas implícitas da civilização em que se enquadram e representam também uma tentativa de revelar potencialidades ignoradas pelas instituições em vigor ou soterradas debaixo de uma espessa crosta de costumes e tradições” (Mumford, [1922] 2007: 10); de mitos e farsas; de violências que ocultam as resistências, as emergências, as ausências que sobrevivem apesar das ideologias que encobrem, escondem, impedem, maltratam. Como escreve Bloch, “como nenhuma exploração deve se deixar ver nua,

⁴³ Muitos dos autores com quem trabalho se utilizam, para falar de seres humanos, do termo *homem*. Tomo a liberdade de incluir em meio às citações o termo *mulher*. O mesmo acontece em muitos momentos com o termo *sujeito*. Incluo, sustentado por epistemologias feministas, o termo *sujeita*.

ideologia é, *por esse lado*, a soma das representações em que cada sociedade se justificou e se transfigurou com o auxílio da má consciência” ([1959] 2005: 153).

A utopia, portanto, é crítica porque não é ingênua, nem impossível, nem ilusória. Vasculha o real. Desconstrói, desmistifica, media as suas possibilidades. Assim como a esperança não é fundamentada em uma espera vaga, pura, vã. A esperança, consciente, crítica, é um ato que não resigna, não teme, aprende a esperar: “colocada acima do ato de temer, não é passiva como este, tampouco está trancafiada em um nada” (Bloch, [1959] 2005: 13), ajustada à espera da ordem, da morte. Ela sai de si mesma, escreve Bloch, e amplia as pessoas ao invés de estreitá-las; lança-as ativamente naquilo que elas vão se tornando e do qual elas próprias fazem parte ([1959] 2005: 13) enquanto vão mediando o real, sendo também mediadas por ele, construindo um caminhar em função de uma vida que faça sentido viver. Em um *mundo que absolutamente não é o nosso*, a esperança e a utopia são vitais: ou a gente imagina, sonha com uma esquina, uma rua, um bairro, uma cidade, um mundo em que a criança, *a gente*, possa viver e viver bem, e caminha para construí-los - aprendendo a construir - ou permanecemos impedidos de *ser*. Diante do real, e nessa relação direta entre estudo e vida, *práxis*, individual e coletivo, *educar-se*, a utopia vai fortalecendo o seu sentido, a esperança a sua concretude e vice-versa. Como diz Paulo Freire, *precisamos da esperança crítica como o peixe necessita da água despoluída*. Sobre a necessidade da *utopia crítica*, acredito ser o mesmo:

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como na qualidade ética da luta é negar a ela um dos seus suportes fundamentais. O essencial [...], é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã (Freire, 2003: 10).

O que importa, pois, é saber sempre mais sobre elas. Sobre nós e o real, portanto. Um saber capaz de mantê-las direcionadas de forma clara e solícita (Bloch, [1959] 2005: 14). Trata-se, aqui, de uma metodologia que permita a produção de um saber capaz de ir enriquecendo a utopia e de ir fortalecendo a esperança enquanto caminham *as gentes* do cotidiano na Cidade do Anjo, hoje e amanhã. Como escreve Boaventura de Sousa Santos, “uma compreensão profunda da realidade é essencial ao exercício da utopia, condição para que a radicalidade da imaginação não colida com o seu realismo” (2013: 280) e para que a radicalidade da vontade

não se manifeste em nenhum tipo de voluntarismo. Trata-se, enfim, nesse estudo, da *práxis* da nossa ação social em curso e de uma metodologia que suporte essa intenção.

2.1. Educar-se

Era dezembro de dois mil e quatorze. Dia seis. Marquei o horário: 16:27h. E assim o fiz por que me parecia importante aquele momento. Em meio à leitura da *Pedagogia da Esperança* de Paulo Freire iniciava os escritos do que viria a ser esse estudo com uma carta àqueles e àquelas que permaneceram na Cidade do Anjo construindo no cotidiano essa nossa utopia crítica da vida. Foi um certo tipo de pré-introdução a esses escritos e carregava o título *Uma carta às goiabeiras: reviver o vivido, arquitetar o presente e caminhar: uma pretensão*. Seguindo os diálogos que íamos realizando, o objetivo era lhes apresentar o projeto de tese que estava sendo construído aqui, no programa de pós-colonialismos e cidadania global do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, nessa interação entre nós de lá e *a gente* daqui, enquanto pensava, repensava, revivia e escrevia a elas e a eles um pouco do caminhar que me trouxera, então, a esse lugar.

Paulo Freire em suas reflexões em *Pedagogia da Esperança* relê e rediscute a sua *Pedagogia do Oprimido* e como diz, revive as tramas da vida que o marcaram e o levaram a escrever aquilo que marcou também – dentre tanta gente por tantos lugares – o meu caminhar. E foi assim, relembando e, ao lembrar, revivendo o vivido, revivendo as experiências que me levaram às escolhas que fiz, que me propus a iniciar os escritos do que viriam a ser essas páginas. Se fizesse diferente, entendia, dificilmente conseguiria justificar o porquê de me embrenhar nos estudos sociais e humanos críticos da maneira como vinha tentando fazer e que pretendia aprofundar no decorrer do processo de construção dessa tese. A metodologia de meu trabalho seria, talvez, injustificável, porque não é distante do que eu sou, ou do que eu fui me tornando, caminhando nos lugares em que caminhei, ao lado dos que aprendi convivendo e dos mestres e mestras que tive o privilégio de encontrar pelo caminho que realizei esse estudo. Como diz Paulo Freire:

Ninguém deixa seu mundo, adentrado por raízes, com o corpo vazio ou seco. Carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória, às vezes difusa, às vezes nítida, clara, de ruas da infância,

da adolescência; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido diante de nós, em nós, um gesto tímido, a mão que se apertou, o sorriso que se perdeu num tempo de incompreensões, uma frase, uma pura frase possivelmente já olvidada por quem a disse. Uma palavra por tanto tempo ensaiada e jamais dita, afogada sempre na inibição, no medo de ser recusado que, implicando a falta de confiança em nós mesmos, significa também a negação do risco (Freire, 2003, 33).

Não me era possível, pois, da mesma forma como não partimos ou chegamos vazios a lugar algum, adentrar a essa escrita – algo que mergulhei de corpo, mente, alma – sem deixar que as raízes, as tramas, as vivências repletas de erros, indignações, fracassos, alegrias, acertos e aprendizagens e de memórias que me perseguiram, me lembravam sobre o que deveria ter dito ou como ter dito ou quando devesse ter feito silêncio; ou quando silencieei em momentos em que deveria ter dito; mas que sobretudo suportavam e suportam, com felicidade, o meu andar, movessem isso a que passei a chamar, a partir do que nós chamamos, *A Vida Delas e Deles, a Nossa, na Cidade do Anjo: uma utopia crítica pós-colonial das gentes do cotidiano*. Uma utopia real de um lugar concreto, criada e construída cotidianamente pelas *gentes* e os nossos sorrisos, gestos, persistências, criatividade, dores, resistências, superações. A construção dessa escrita não podia deixar de absorver as *tramas* que me levaram ao *andar* que assumi, com todos os meus limites, ao lado das minhas e dos meus, para ajudar a construir no mundo um mundo mais nosso.

Uma responsabilidade ética pessoal movida pela capacidade intrínseca do ser humano em aprender, em perceber o mundo, em se perceber nele, em ser e fazer-se humano enquanto caminha. Em intervir no mundo com as pessoas; aprendendo, mais uma vez, ensinando, refletindo, revivendo. Em sua capacidade de teorizar o *andar* enquanto *anda* para melhor ir conhecendo o caminho que optou ou que foi chamado a construir para, conhecendo-o melhor, melhor o ir construindo. Como escreve Freire, “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar” (2015: 213).

Trata-se de uma responsabilidade ética que, em comunidade, “remete não para uma apologia, mas para o reconhecimento daquilo com que cada um, como humano, contribui no trabalho de fazer o mundo (Mbembe, 2014: 165)⁴⁴. Um caminhar em que o ser humano vai se constituindo como humano enquanto vai constituindo a realidade e enquanto vai sendo também constituído

⁴⁴ Mbembe trabalha essa ideia a partir do filósofo Fabien Eboussi Boulaga em *La crise du Muntu: Authenticité africaine et philosophie*, 1977.

por ela; que vai forjando a subjetividade de quem anda pelas fronteiras *impostas por novos e velhos poderes à procura de fraturas* (Cunha, 2014: 210) que permitem a vida. E que nesse andar vai encontrando ou abrindo espaços “por onde passam as suas invenções, poderes, autoridade e reconhecimento” (Cunha, 2014: 210); a sua capacidade de criar, essa parte ativa do ser, do viver; da prática da liberdade; algo que implica, do humano, ser radicalmente humano, como escreve Catherine Walsh (2013: 44).

Do ato daquele ou daquela que “procurará doravante assumir responsavelmente o mundo, dando a si mesmo o seu próprio fundamento” (Mbembe, 2014: 61) e neste ato, “converter o mundo numa questão pessoal, assumir uma espécie de responsabilidade pessoal que cria uma transparência total entre os atos e as suas consequências” (Santos, 2011: 348), trazendo consigo a responsabilidade ética de mover-se no mundo com e entre as gentes, nos espaços, entre as brechas. É algo passível de apreensão enquanto se caminha. Algo que temos assumido no *andar* da utopia como *educar-se*.

Porque como “presença consciente no mundo não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-me no mundo” (Freire, 2000: 51). Porque diante de um mundo que impede o ser humano de viver e viver bem, é preciso aprender a construir os meios capazes de superar o que está dado, e agir para construí-los, aprendendo a construir, “fazendo o caminho ao andar” (Gutiérrez, Prado, 1999: 83), entre todos, em diálogo simétrico, em aprendizado mútuo porque é feito a partir do chão de onde pisamos.

É um educar-se humano, ético, político e esperançoso porque “nenhuma realidade social, histórica, econômica é assim porque está escrito que assim seja (Freire, 2000: 53). O educar-se para a vida, para a existência faz sentido “porque o mundo não é necessariamente isto ou aquilo, porque os seres humanos são tão *projetos* quanto podem ter projetos para o mundo” (Freire, 2000: 20). Porque “num mundo a que faltasse a liberdade e tudo se achasse preestabelecido” (Freire, 2000: 51) não seria possível falar em esperança, não faria sentido falar em educar-se.

O educar-se faz sentido porque é uma ação política em função da produção, reprodução e do desenvolvimento da vida humana concreta de cada sujeito ético, de cada sujeita ética e vivente em sua comunidade de vida (Dussel, 1998). Porque “sendo a vida a condição absoluta da existência humana, a sua negação incluiria evidentemente a extinção de todas as dimensões de tal existência (Dussel, 2009: 462). A vida é a condição absoluta da existência humana, mais

uma vez. E a existência humana é o que dá à vida as suas possibilidades, os seus contornos, os seus ritmos, o seu conteúdo, o seu alimento, os seus sonhos, a esperança.

Como escreve Freire, “a experiência existencial incorpora a vital e a supera”. A existência é “a vida que se sabe como tal, que se reconhece finita, inacabada”. É a vida “que se move no tempo-espaço submetido à intervenção do próprio existente [...]; que se indaga, que se faz projeto; é a capacidade de falar de si e dos outros que a cercam, de pronunciar o mundo, de desvelar, de revelar, de esconder verdades” (2000: 51). E porque a “sobrevivência individual, em última instância, está em função da sobrevivência da vida como uma totalidade” (Ramose, 2009: 167), *a gente* assume como obrigação ética a capacidade de *sermos* em relações dignas com os outros: porque o movimento é o princípio do ser, as forças da vida estão aqui para serem trocadas através e entre os seres humanos, em cooperação e cuidados mútuos, firmados no reconhecimento da humanidade própria através do reconhecimento da humanidade dos outros em uma luta constante pela harmonia e pela busca por compreender o cosmos e dar significado ao seu lugar dentro dele (Ramose, 2009: 167).

Trata-se, portanto, de um educar-se humano, ético, crítico, político, social, espiritual, estético; de um filosofar em função das mulheres e homens, crianças, jovens, senhores, velhas; de uma comunicação em função da compreensão e da pronúncia de si e do mundo; de um diálogo possível e horizontal para a aprendizagem, para uma educação para a transformação de uma realidade que impede os homens e mulheres, crianças, jovens, senhoras e velhos de viver e viver bem:

Educar a imaginação é ter fé nas possibilidades que nascem do processo educativo com vistas à construção de um mundo possível que se faz, se transforma e se constrói conosco. Trata-se, em consequência, de fazer com que as realidades inexistentes existam; trata-se de fecundar futuros plena e audaciosamente; trata-se de tornar visível o que é invisível através do permanente reembasamento do presente; trata-se de se preocupar com o inacabado; trata-se, enfim, de priorizar em nossas vidas a subjetividade e a imaginação criadora numa linha de força que dá sentido e plenitude à epopeia humana (Gutiérrez, Prado, 1999: 119).

Trata-se, por tanto, de um saber, como escreve Bloch, “não no sentido do entendimento meramente contemplativo, que aceita as coisas como são e estão no momento, mas no da participação, que as aceita em seu movimento” e que, neste ato, se faz capaz de operar no concreto em aberto da existência ([1959] 2005: 14). Um saber capaz de ir tornando a esperança e a utopia cada vez mais plenas, mais claras, menos caprichosas, mais conhecidas, mais

compreendidas e em comunicação com o correr das coisas (Bloch, [1959] 2005: 14); em comunicação com a própria existência humana de quem caminha. Um saber em que o sonho se torna tanto mais aguçado quanto mais claramente se torna consciente; em que o sonho quer ser plenamente claro e a intuição, correta, evidente (Bloch, [1959] 2005: 143). O sentido é transpor aquilo que ofende, castiga, maltrata de uma tal maneira que “aquilo que está aí não seja ocultado nem omitido. Nem na sua necessidade, nem mesmo no movimento para superá-la. Nem nas causas da necessidade, nem mesmo no princípio da virada que nela está amadurecendo” (Bloch, [1959] 2005: 14):

Desnecessário dizer que essa forma do saber é a única objetiva, a única que reproduz o real na história: os acontecimentos produzidos por seres humanos que trabalham dentro do rico tecido processual entre passado, presente e futuro. E esse tipo de saber, justamente por não ser apenas contemplativo, efetivamente conclama os sujeitos [*e as sujeitas*] da própria produção consciente (Bloch, [1959] 2005: 196).

Um saber, enfim, que assume que tanto o conteúdo real da utopia quanto a vontade capaz de impulsionar a ação em função de transpor o que maltrata estão embrenhados em nós, no cotidiano, nos cotidianos, no mundo, na vida, na experiência e na existência humana. Um saber de um caminhar capaz de fundir esperança, ação, saberes e vida. Um *andar* que sempre produz conhecimento. E um conhecimento capaz de construir justiça cognitiva.

2.2. Justiça cognitiva

Enquanto debatíamos em Coimbra as ciências, as epistemologias, as metodologias capazes de produzir conhecimentos que fizessem sentido às *emergências*, resistências e alternativas possíveis às violências políticas, culturais, epistêmicas no mundo, foi surgindo em diálogo, movido por motivos que explicitarei adiante, a possibilidade de construir um conhecimento em função do *andar* das *gentes* do *cotidiano* da Cidade do Anjo. A possibilidade, portanto, da produção de um saber que fosse capaz de *desenvolver* os conhecimentos, os saberes, as práticas dessa utopia crítica e cotidiana da vida que caminha para superar as violências das realidades da cidade de São Miguel Arcanjo:

Ao longo das últimas décadas tem sido crescente o número de trabalhos que, a partir de diferentes ângulos acadêmicos, têm vindo a acentuar a necessidade de se

problematizar as abordagens metodológicas usadas nas ciências sociais como forma de questionar, quer as hierarquias “padronizadas” no campo da produção de conhecimentos, quer as exigências associadas a esses regimes de verdade. Estas críticas, produzidas a partir de posições feministas, ambientalistas, pós-coloniais, entre outras, apelam a formas “fortes” de objetividade, ligadas à ideia de “posição” ou “situação” do sujeito e do(s) processo(s) de produção do conhecimento. Ou seja, sugerem, de forma mais ou menos explícita, a urgência em alterar radicalmente, de forma descolonizadora, a forma de realizar e produzir conhecimento no campo das ciências sociais e humanas. A razão dessas abordagens críticas prende-se com a necessidade de contribuir para uma transformação social, desafiando e ampliando o horizonte crítico que esteve na origem da ciência moderna, incorporando novas interrogações, perspectivas, temas, em diálogo com outros saberes. De fato, a ciência moderna, ao procurar-se institucionalizar como “o” conhecimento legítimo, trouxe consigo a ilusão da infalibilidade. É assim que se justifica as suas opções metodológicas e teóricas que remetem o sujeito para a área da filosofia e da moral. Essa simplificação tem como implicação a produção de um saber monocultural, regulador, incapaz de conceber um diálogo de perspectivas, posições e saberes multisituados (Meneses, 2016b: 36).

Como exercício do sentido apontado por Meneses para a produção do conhecimento, nesse estudo, a abordagem metodológica objetiva o desenvolvimento ou a produção de um conhecimento local a partir do aprofundamento do que viemos realizando em coletivo desde a fundação do Movimento Capital Juvenil em dois mil e dez em nossas *Rodas de Encontros*: um debate para a reflexão sobre a nossa realidade e sobre as nossas ações, um espaço para a nossa *práxis*. Nesse estudo, uma *práxis* como exercício de construção de *justiça cognitiva*, assumindo, a justiça cognitiva, como um fundamento para a construção de justiça social. Trata-se, portanto, aqui, da produção de um conhecimento pós-colonial como *desenvolvimento: desenvolvimento* como progresso *qualitativo* ou *desenvolvimento* criador em relação direta com a vida humana em comunidade em geral e, em especial, com a vida humana negada (Dussel, 1998: 642); *desenvolvimento* da ação como transformação, com factibilidade crítico-ética; como *desenvolvimento* qualitativo de uma ação social em curso:

Não como mera emancipação de ilustração (na ordem do conhecimento, da ciência, e até da Teoria Crítica), mas como emancipação integrada num processo intensamente mais complexo, sempre também material, corporal, cultural, de conteúdos, que tem momentos auto-regulados, com intervenções autoconscientes de discursividade crítica, e cuja materialidade formal chamamos de *libertação*. Tudo isso é sempre intersubjetivo, quer dizer, de sujeitos particulares participantes constitutivamente numa comunidade de vida e comunicação, como momentos auto-organizados, mas sempre com possibilidade de intervenção da consciência crítica corretiva da auto-reprodução quando se torna entrópica (Dussel, 1998: 542).

De *desenvolvimento*, portanto, como um momento complexo de teorização e reflexão, de movimentos não lineares, mas serpentinos, ancorados não na busca ou num projeto para uma nova teoria crítica, mas na construção de caminhos de modos de estar, de ser, de pensar, de olhar, de escutar, de sentir e de viver em função de transpor uma realidade que oprime (Walsh,

2013); de construção, no local, enfim, de um conhecimento com sentido ou horizonte, portanto, pós-colonial⁴⁵. Para Maria Paula Meneses:

O pós-colonial deve ser visto como o encontro de várias perspectivas e concepções sobre a hegemonia do conhecimento moderno, um idioma crítico que procura refletir sobre os processos de descolonização, nas zonas geradas pela violência colonial. Questionar esta hegemonia deverá ser visto como uma possibilidade contingente de mudança em direções que não reproduzem a subordinação cultural, política e econômica. Este questionamento crítico não é um fim em si mesmo, mas um estímulo a uma compreensão mais ampla das várias tentativas e dos múltiplos processos econômicos [*culturais e políticos*]. Ocultar ou aniquilar a diversidade implica sempre o retorno da exclusão (2009: 233).

“As categorias analíticas que se tentam impor e com as quais se pretendem explicar todas as realidades de maneira trans-histórica e acrítica pode-se dizer que são, fundamentalmente, recursos retóricos do conhecimento ocidental” e que, como escreve Teresa Cunha, é “uma ficção mutável e cultural” (2014: 51). Desse modo, “os *abismos que qualquer racionalidade arrogante e preguiçosa* produz são, no final das contas, sinais da necessidade de auto-afirmação de uma epistemologia ignorante dos seus próprios limites”. Para a autora, “só ela cria e vê o abismo porque para além dela o que existe é vida, conhecimentos e tecnologias complexas e tensionais, dinâmicas e criativas (Cunha, 2014: 98):

Nas relações entre o Norte e o Sul globais, entre o centro e as periferias do sistema mundial, a colonialidade do poder é hoje, mais do que nunca, um efeito da colonialidade do saber científico. Com a globalização neoliberal – e as estritas receitas da globalização econômica e o tipo de desenvolvimento tecnológico que esta promove-, está a atingir-se o paroxismo da destruição de outros saberes e das práticas, mundividências, universos simbólicos e os modos de vida que eles credibilizam e legitimam. O ataque maciço à diversidade epistemológica do mundo tem produzido um empobrecimento, e mesmo a destruição dramática da experiência social e cultural. Neste sentido, ampliar o cânone dos saberes é uma tentativa de alargar a ciência moderna a possibilidades que esta tem suprimido internamente, como também para além da própria ciência (Meneses, 2009: 234).

Para além do legado de desigualdade e das injustiças sociais profundas do modo de vida moderno, “o capitalismo colonial permanece insidiosamente presente na herança epistêmica eurocêntrica, que limita extraordinariamente a compreensão do mundo com base nos diferentes epistemas que o compõem” (Meneses, 2014: 95). Nesse processo, as universidades não fogem, de maneira geral, à regra: “a implantação de uma agenda neoliberal que rapidamente se impôs

⁴⁵ Catherine Walsh trabalha com o conceito *decolonial*. Para a autora, este termo denota um caminho de luta contínua no qual se pode identificar, visibilizar e alentar “lugares de exterioridade e construções alternativas (2013: 25). Para nós, assumimos esta possibilidade de reflexão no *pós-colonial* que segue sendo tratado no decorrer deste capítulo.

a todas as formas de reprodução social traduziu-se, e traduz-se ainda no setor da educação superior, na transformação da universidade num alvo estratégico para a reorganização da sociedade” (Meneses, 2016a: 346). Como aponta Naomar de Almeida Filho, “no plano da ideologia, observa-se um vasto processo de padronização internacional, submetendo arte & cultura, comportamentos e bens simbólicos locais a valores estéticos estrangeiros”. No plano da ciência e da tecnologia, segue o autor, “redes de centros de pesquisa, universidades, empresas e governos têm sido instrumentais em estabelecer padrões globais de internacionalismo acadêmico” (2008: 119).

Como escreve Almeida Filho sobre a pesquisa e o ensino nas universidades brasileiras, a estrutura curricular da educação universitária teve a origem dos seus modelos de formação nas universidades europeias do século XIX, em especial, nas escolas superiores francesas e nas instituições lusitanas, herdeiras tardias da universidade escolástica (Almeida Filho, 2008: 139). No decorrer da sua história, “as estruturas acadêmicas e institucionais [...] muito sofreram com a reforma universitária imposta pelo governo militar no final dos anos 1960, ainda hoje, questionada por seus efeitos deletérios sobre educação superior”, seguida, nos anos 1990, “por um período de quase total desregulamentação da educação superior e abertura de mercado ao setor privado de ensino” (Almeida Filho, 2008: 139). O resultado, escreve o autor, foi que a universidade brasileira terminou “dominada por um poderoso viés profissionalizante, com uma concepção curricular simplista, fragmentadora e distanciada dos saberes e das práticas de transformação da sociedade” (2008: 139). Para Boaventura de Sousa Santos:

A globalização neoliberal assenta na destruição sistemática dos projetos nacionais e, como estes foram muitas vezes desenhados com a colaboração ativa das universidades e dos universitários, é de esperar que, da sua perspectiva, a universidade pública seja um alvo a abater enquanto não estiver plenamente sintonizada com os seus objetivos (2008b: 42).

Dentre outros aspectos que demonstram os desafios pelos quais passam a pesquisa e o ensino nas universidades públicas como um espaço de “bem público social”, dois processos, para Boaventura de Sousa Santos, são marcantes nos últimos anos: o desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade. Duas faces, como escreve o autor, de uma mesma moeda:

São os dois pilares de um vasto projeto global de política universitária destinado a mudar profundamente o modo como o bem público da universidade tem sido produzido, transformando-o num vasto campo de valorização do capitalismo

educacional. Este projeto, que se pretende de médio e longo prazo, comporta diferentes níveis e formas de mercadorização da universidade [...]. Quanto aos níveis, é possível distinguir dois. O primeiro nível de mercadorização consiste em induzir a universidade pública a ultrapassar a crise financeira mediante a geração de receitas próprias, nomeadamente através de parcerias com o capital, sobretudo industrial [...]. O segundo nível consiste em eliminar tendencialmente a distinção entre universidade pública e universidade privada, transformando a universidade, no seu conjunto, numa empresa, uma entidade que não produz apenas para o mercado mas que se produz a si mesma como mercado, como mercado de gestão universitária, de planos de estudo, de certificação, de formação de docentes, de avaliação de docentes e estudantes. Saber se e quando este segundo nível for atingido ainda fará sentido falar de universidade como bem público é uma questão retórica (2008b: 21).⁴⁶

Para Almeida Filho, num mundo em que a sociedade humana continua estruturada sobre profundas contradições políticas e perversas desigualdades sociais, envolvida em um modo de produção alienador de sujeitos e valorizador de objetos, transformando-os, a todos, em mercadoria, o conhecimento adquire enorme importância, tornando-se categoria imprescindível para pensar presente e futuro, bem como para sustentar qualquer projeto político que tenha como meta um desenvolvimento justo e sustentável (Almeida Filho, 2008: 120):

Para que isso ocorra, as instituições universitárias terão que se envolver em movimentos simultâneos de incorporação da globalidade e de peculiaridades regionais, produzindo conhecimentos adequados aos contextos e formando indivíduos capazes de dar conta das tarefas de compreender e intervir nessa realidade complexa e cambiante (Almeida Filho, 2008: 175).

Para Maria Paula Meneses, “a colonização como projeto político e ideológico, penetrou insidiosamente nas mentes colonizadas, cujos saberes e criatividade permanecem ainda subordinados a lógicas externas: mentes obrigadas a adaptar e a copiar lógicas e formas de pensar exógenas” (Meneses, 2016b: 29). Como resposta a esse processo que permanece, uma vez, portanto, “que mudanças na economia política global e a agenda neoliberal ditam as formas

⁴⁶ Sobre este projeto político-educacional em curso, para o autor, vale duas notas de precaução. “A primeira é que este projeto não deve ser entendido como resultado de uma qualquer teoria da conspiração contra a universidade pública. Trata-se, outrossim, de uma componente de um processo bem mais amplo, a incessante necessidade de submeter à valorização capitalista – transformando utilidades em mercadorias – novas áreas da vida social. A educação, tal como a saúde, tal como o ar que respiramos estão sujeitos a essa lógica que só não é inelutável na medida em que os atores sociais lhe fizerem frente, explorando as suas contradições, aumentando os custos políticos da sua aplicação. A segunda nota diz respeito ao processo histórico que vulnerabilizou universidade pública e a tornou presa fácil da valorização capitalista. Nesse processo participaram certamente forças sociais externas, hostis à universidade pública, mas não podemos ocultar ou minimizar o papel do ‘inimigo interno’, o fato de as universidades se terem isolado socialmente pelo modo como contemporizaram com a mediocridade e a falta de produtividade de muitos docentes; pela insensibilidade e arrogância que revelaram na defesa de privilégios e de interesses corporativos socialmente injustos; pela ineficiência por vezes aberrante no uso dos meios disponíveis, tornando-se presa fácil de burocracias rígidas, insensatas e incompreensíveis; pela falta de democracia interna e a sujeição a interesses e projetos partidários que, apesar de minoritários no seio da comunidade universitária, se impuseram pela força organizativa que souberam mobilizar; e, finalmente, pela apatia, o cinismo e o individualismo com que muitos docentes passaram ao lado destas realidades como se elas e a instituição que as vivia não lhe dissessem respeito” (Santos, 2008b: 21).

de produção de conhecimento a nível global e local” (Meneses, 2016a: 350), Teresa Cruz e Silva e Maria Paula Meneses dentre outros cientistas sociais, apontam caminhos ao papel das instituições de ensino e de produção de conhecimento, ao refletirem sobre os destinos do ensino superior em África:

Os próximos passos devem ser tomados no sentido de levar a comunidade acadêmica africana a usar o seu saber para readquirir a capacidade de separar os valores intelectuais dos interesses do mercado, colocando esse saber a serviço de uma universidade mais inclusiva do ponto de vista de classe, gênero e geração: uma instituição que também é mais sustentável e capaz de reocupar o seu papel como “bem público social”. Nesse desafio pan-africano pela formação crescente de jovens intelectuais africanos, as ciências sociais devem esforçar-se em promover um desenvolvimento endógeno da ciência e do conhecimento, condição fundamental para a descolonização intelectual e para uma emancipação total (Silva apud Meneses, 2016a: 350).

São reflexões que procuram ampliar nos espaços acadêmicos, propostas alternativas de produção de conhecimento, “onde as subjetividades africanas, na sua diversidade, vão ocupando mais espaço, desafiando as dicotomias binárias que insistem em opor um suposto saber universal, de matriz eurocêntrica, a saberes outros, vistos ‘ainda’ como locais ou periféricos” (Meneses, 2016a: 339). Essa corrente reflexiva, no contexto africano, “encontra eco nos trabalhos de destacados cientistas sociais”⁴⁷:

Coletivamente, eles indagam-se permanentemente como é possível escapar das formas de saber e de escrever que têm acompanhado a condição de dominação, de governação e das exclusões associadas. Comum a todos é o desejo de produzir um discurso científico que reflita as lógicas sociais que marcam o continente na atualidade, e que caracterizam uma África com identidade própria e que quer dialogar, a partir das suas referências, com o resto do mundo (Meneses, 2016a: 345).

Apesar de ser impossível desfazer os impactos provocados pela violência colonial, o apelo à descolonização, tal como dizia Amílcar Cabral, defende a emancipação econômica, política e epistêmica dos povos colonizados, onde o fundamento da libertação reside no direito inalienável de um povo a ter a sua própria história, a tomar decisões a partir da sua realidade e da sua experiência (Meneses, 2016a: 351). “O direito de poder pensar pela própria cabeça, como reivindicava ainda Amílcar Cabral - e, logo, a construir a sua imagem, a sua identidade” -, escreve Meneses, “passa por um diálogo sobre as raízes das representações contemporâneas,

⁴⁷ Dentre eles e elas: Cheikh Anta Diop e Sow Ndeye (Senegal), Dzodzi Tsikata (Gana), Archie Mafeje e Ruth First (África do Sul), Samir Amim (Egito), Paulin Hountondji (Benin), Mahmood Mamdani e Sylvia Tamale (Uganda), Joseph Ki-Zerbo (Burkina Fasso), Valentin Mudimbe (República Democrática do Congo), Achille Mbembe e Francis Nyamnjoh (Camarões), Amina Mama e Molar Ogundipe (Nigéria), Ebrima Sall (Gâmbia), Sam Moyo (Zimbábue), Marjorie Mbilinyi e Issa Shivji (Tanzânia) (Meneses, 2016a: 345).

questionando as geografias associadas a conceitos que insistem em colocar África nas antípodas da civilização” (2016a: 346): “a (re)conquista do poder de narrar a própria história – e, portanto, de construir a sua imagem, a sua identidade, de recuperar e assumir uma diversidade de saberes – constitui-se como um dos alicerces do processo de descolonização” (Meneses, 2016b: 35). Processo este que, para a autora, “passa por uma revisão crítica de conceitos centrais, hegemonicamente definidos pela racionalidade moderna – estrutura de saber que legitima a expansão do projeto civilizacional moderno ocidental do mundo – como é a história, cultura ou conhecimento”:

Interrogar a história obriga a repensar passados e projetos presentes, colocando um ponto final na macro-narrativa eurocêntrica do projeto linear histórico. No campo ontológico, a descolonização passa pela renegociação das definições do ser e dos seus sentidos; e, finalmente, o desafio epistêmico, que contesta a compreensão exclusiva e imperial do conhecimento, desafiando o privilégio epistêmico do Norte global (Meneses, 2016a: 351).

Como resposta a esses desafios, “é crescente o número de investigadores que têm vindo a afirmar o saber como uma construção híbrida, exigindo uma abordagem diferente dos saberes, numa perspectiva situacional”. Nessa abordagem, escreve Meneses, “todos os conhecimentos são socialmente construídos – isto é, eles são o resultado de práticas socialmente organizadas envolvendo a mobilização de recursos materiais e intelectuais de diferentes tipos, vinculadas a contextos e situações específicos” (2004: 102). O conhecimento, nesse sentido, “longe de ser uma entidade ou sistema abstrato, é uma forma de estar no mundo, ligando saberes, experiências e formas de vida” (Meneses, 2009: 234).

“É que toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe a presença de várias epistemologias” (Meneses, 2014: 93). O termo *epistemologia* remete a “toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido”. E é por essa via, a do conhecimento válido, que “uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem prática e atores sociais. E como uma e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias”. As diferenças, aqui, podem ser mínimas e, mesmo se grandes, como escrevem Santos e Meneses, “podem não ser objeto de discussão, mas, em qualquer caso, estão muitas vezes na origem das tensões ou contradições presentes nas experiências sociais sobretudo quando, como é normalmente o caso, estas são constituídas por diferentes tipos de relações sociais”. Para a autora e para o autor, as relações sociais, no seu

sentido mais amplo, “são sempre culturais (intra-culturais ou inter-culturais) e política (representam distribuições desiguais de poder). Assim sendo, qualquer conhecimento válido é sempre contextual, tanto em termos de diferença cultural como em termos de diferença política” (Santos, Meneses, 2009: 9).

Por esse ângulo, é possível visualizar uma enorme diversidade de processos que conferem inteligibilidade e intencionalidade às experiências sociais no mundo (Meneses, 2014: 92). Trata-se de uma pluralidade epistemológica, de um reconhecimento de conhecimentos plurais em presença que é designada por Boaventura de Sousa Santos (1995) como “epistemologias do Sul”. Como escreve Meneses, “o Sul global está permeado de desafios epistêmicos que procuram dar conta e reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo” (2014: 92):

De fato, o fim do colonialismo político, enquanto forma de dominação que envolve a negação da independência política de povos e/ou nações subjugados, não significou o fim das relações sociais extremamente desiguais que ele tinha gerado, (tanto relações entre Estados como relações entre classes e grupos sociais no interior do mesmo Estado). O colonialismo continuou sobre a forma de colonialidade de poder e de saber⁴⁸ (Santos, Meneses, 2009: 12).

Para além, portanto, de todas as dominações por que é conhecido, o colonialismo “foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas”. Para Santos e Meneses, as epistemologias do Sul são o “conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologia de saberes” (Santos, Meneses, 2009: 13):

A entrada no século 21 assinala, de forma permanente, a necessidade de uma mudança nos projetos epistêmicos, seja qual for a sua origem. Este desafio, numa altura em que as relações Norte-Sul e Sul-Sul ocupam cada vez mais visibilidade, tem vindo a gerar um renovar de interrogações sobre a produção e apropriação do conhecimento científico, e das relações desse conhecimento com outras práticas de saber. Subjacente a esse desafio, está o reconhecimento do esgotamento do modelo intelectual e político que se procurou impor como global nos últimos séculos. Essa exaustão manifesta-se numa incapacidade de enfrentar desafios contemporâneos, em que a centralidade dos desafios ecológicos, da justiça social, ambiental, intergeracional, cultural e histórica é inquestionável (Meneses, 2014: 91).

⁴⁸ Colonialidade do poder, conceito trabalhado por Aníbal Quijano, dentre outros lugares, em artigo deste livro. *Colonialidade do poder e classificação social*, p. 73.

Para Fabián Cevallos Vivár, um equatoriano que dessas nossas discussões em Coimbra passou a caminhar com *a gente* da Cidade do Anjo, “el uso de una epistemología racionalista e instrumental pregonada por el positivismo, podría devenir en una investigación que no sólo aleja, sino que oculta, invisibiliza, silencia voces, contribuyendo a la producción de una ciencia epistemicida”. Nesse sentido, em sua investigação com o povo Waorani da Amazônia equatoriana, sua posição epistemológica foi “contraponer, a las epistemologías dominantes del Norte, un pensamiento alternativo de alternativas a través del uso de la doble sociología de las ausencias y las emergencias” (Vivar, 2018)⁴⁹.

A sociologia das ausências proposta por Boaventura de Sousa Santos (2006) “procura expandir o domínio das experiências sociais que, embora disponíveis, são produzidas como não existência, de tal forma que o seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais” (Meneses, 2014: 100). Tornar-se presentes, como escreve Santos, “significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objeto de disputa política” (2006: 15). A sociologia das ausências visa, assim, para o autor, “criar uma carência e transformar a falta de experiência social em desperdício da experiência social. Com isso, cria as condições para ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo e, por essa razão, contribui para ampliar o mundo e dilatar o presente” (2006: 15).

“Enquanto a sociologia das ausências amplia o presente, juntando ao real existente o que dele foi subtraído [...], a sociologia das emergências amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta” (Santos, 2006: 24). Nesse sentido, a sociologia das emergências “almeja ampliar o domínio das experiências sociais possíveis, criando as condições necessárias para valorizar a experiência e evitar o desperdício” (Meneses, 2014: 100).

Trata-se, portanto, como no caminhar com os Waorani ou dessa utopia das *gentes* do cotidiano da Cidade do Anjo, de um esforço por reconhecer, aprender e valorizar as diversas relações sociais e os seus contextos, suas tensões, dinâmicas, as experiências que constroem resistências,

⁴⁹ Tese em desenvolvimento: Vivar, Fabián Andrés Cevallos (2018). *Travesías dentro y fuera del Estado. Contribuciones de las Waorani del Yasuní frente al desenvolvimentismo neo-extractivista no Ecuador*. (Tese de doutorado não publicada). Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

alternativas e possibilidades de vida em suas distintas realidades e as epistemologias que vão então se constituindo nesses espaços em função do fortalecimento das suas lutas e da abertura da produção do conhecimento à pluralidade epistêmica do mundo. A ideia de uma epistemologia alternativa, no plural, é também, portanto, uma tentativa de abrir a ciência moderna para além dos seus limites, com o objetivo de (re)construir a cartografia dos saberes da humanidade (Meneses, 2009: 234):

A crítica à centralidade do saber científico tem sido realizada a partir do reconhecimento de uma pluralidade interior à ciência como expressão do saber colonial-capitalista, através de um estudo crítico à ciência moderna a partir do próprio centro de produção deste saber, problematizando o seu aparente estado de neutralidade e transparência [...]. Por outro lado, o reconhecimento e abertura à pluralidade externa da ciência tem vindo mostrar como a diversidade epistêmica do mundo é imensa; e o encontro entre saberes tem assinalado a necessidade de conhecimento como exercício que inclui o autoconhecimento (Meneses, 2016a: 344).

“Os conhecimentos ‘locais’ acumulados ao longo de gerações constituem um reservatório de sistemas de adaptação de enorme importância para a sustentabilidade a longo prazo, emergindo cada um desses ‘lugares’ como o produto do trabalho social” (Meneses, 2014: 98). Nesse sentido, uma reflexão pós-colonial capaz de avaliar, a partir de várias perspectivas, os conceitos e as práticas do cotidiano, seus saberes, resistências e possibilidades diante da hegemonia cultural moderna, se abre para possibilidades ativas, políticas e locais em suas relações, tensões, interações, contestações, conflitos e contaminações com a ordem global (Meneses, 2014: 98). Nessa abordagem, o *local*, e em especial o *local* oculto pelas linhas abissais, se constitui como um espaço privilegiado para reflexões epistêmicas que almejam reconhecer, valorizar e fortalecer emergências capazes de dar respostas práticas às violências coloniais, ao mesmo tempo em que responde à exigência de descolonização cognitiva do mundo em função da construção de um mundo pós-abissal (Santos, Mendes, 2017).

Para Teresa Cunha, “a justiça cognitiva apoia-se no conceito de comunidade que é por um lado, um conjunto de expectativas estabilizadas e, por outro, a possibilidade de se abrir e ficar em contato inter-ativo e inter-subjetivo com outras comunidades.” Para a autora, a justiça cognitiva é “o princípio-chave de maximização da justiça para todas e todos [*que*] tem como objetivo ampliar e fazer emergir alternativas nos esforços da emancipação humana (2014: 57). Como escreve Maria Paula Meneses, “não há justiça social global sem justiça cognitiva global” (2009: 235):

O conceito de justiça cognitiva assenta exatamente na busca de um tratamento igualitário de todas as formas de saberes e daqueles que o possuem e trabalham, abrindo o campo acadêmico à diversidade epistêmica no mundo. Este apelo à descolonização requer, em simultâneo, a identificação de processos mediante os quais a epistemologia e a racionalidade hegemônicas produzem a “ausência” de saberes, ao mesmo tempo que se procura conceitualizar a criação de um novo tipo de relacionamento entre os saberes do mundo (Meneses, 2009: 235).

Trata-se, portanto, aqui, da produção de um conhecimento capaz de possibilitar um processo de investigação orientado para o coletivo, ligado à prática e aos seus modos de vida social, suas realidades e a inserção em seu cotidiano para permitir a reflexão contínua e em conjunto para a produção de conhecimentos que desenvolvam e sejam desenvolvidos pelo *andar* da utopia e suas *gentes*. Uma maneira de unir esperança e saberes; cotidiano, conhecimentos e o seu *desenvolvimento*; relações, experiências e construção permanente de justiça cognitiva como um dos alicerces para responder às exigências de justiça, como anuncia a utopia, de quem sofre a negação das suas vidas. Um espaço, portanto, “de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora que busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática nas lutas populares em um processo multidirecional” (Jaumont; Varella, apud Vivar, 2018). O objetivo é, também, em um relacionamento com os distintos saberes do mundo, “contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações (Jaumont; Varella, apud Vivar, 2018). Trata-se, portanto, também, de uma orientação política. Como reforça Vivar, se apoiando em Santos, “parto de la idea de que toda producción científica es al mismo tiempo una producción política” (Santos apud Vivar, 2018). Para Meneses, “pesquisar e escrever sobre um certo tema, traduz-se no assumir de uma dada posição; ou seja, todo e qualquer saber é situado e, por isso, é impossível afirmar que se produz um saber neutro” (2016b: 40). O objetivo, pois, é *desenvolver* essa utopia crítica e cotidiana da vida nesse esforço para a construção de justiça cognitiva. A partir daí, talvez, a utopia possa também se tornar mais segura para a tradução entre lutas; mais clara para encontrar elos comuns e construir, em seu caminhar, solidariedades, força política, para o fortalecimento conjunto entre as distintas práticas de saberes:

Enquanto desafio ético, a justiça cognitiva é uma condição para a mudança radical da monocultura da ciência, no sentido em que esta, em lugar de ser fundamentalista, é absorvida, negociada e dialogada com outros saberes, de forma a criar possibilidades cognitivas, em que a ênfase está centrada na interação/tradução de práticas e saberes (Meneses, 2009: 231).

“As abordagens contextuais concorrem para ampliar o saber sobre o mundo vindo das comunidades e para as comunidades, ultrapassando a objetivação e subalternização do/a

outro/a”. Essas experiências, escreve Meneses, “que se distanciam da construção objetivada do saber [...], acentuam a importância da produção de saberes de forma dialógica e autorreflexiva” (Meneses, 2014: 93). A descolonização, nesse contexto, assume-se como um ato de controle da consciência, como um ato de libertação da opressão do conhecimento enquanto monocultura (Meneses, 2014: 106).

Ampliar o potencial democrático dos saberes produzidos, num processo de construção dialógica - em diálogo e contestação -, como aponta Meneses, é um fundamento para a descolonização do conhecimento (Meneses, 2016a). Um processo de produção endógena de conhecimentos que envolve, dentre outros desafios, ampliar o papel do convívio na produção do conhecimento; a descolonização das hierarquias de saberes; recuperar o uso da oralidade como uma opção epistemológica e questionar a centralidade da universidade enquanto único território gerador de pensamento crítico e transformador (Meneses, 2016a). Esse aprofundamento democrático é um processo de transformação em que as pessoas envolvidas (sujeitos e sujeitas do cotidiano, acadêmicos e instituições de saber), aprendem a pensar e a agir a partir da perspectiva do todo em que estão inseridos, ampliando as artes da participação. Metodologicamente – ainda a partir de Meneses -, este reequacionar dos saberes força à transição de decisões mais ou menos isoladas sobre a pesquisa, para conversas mais ou menos públicas e horizontais, onde se aprende a ouvir e a conhecer o “outro”. Nesse processo, do conhecimento regulador, transladamo-nos gradualmente a um conhecimento como emancipação⁵⁰, transformando as práticas dos processos identitários, por exemplo, em processos de inter e autoconhecimento, expandindo a responsabilidade da produção de saber do indivíduo à comunidade e ampliando, assim, a participação e a convivialidade na produção do conhecimento, democratizando, portanto, a produção do conhecimento, num processo que passa necessariamente pela integração das epistemologias outras, populares, apoiadas em cosmologias locais e regionais” (Meneses, 2016a: 353-355).

⁵⁰ (Santos, 1995).

2.3. Concretude histórica, o cotidiano

“Não levamos a nossa ingenuidade ao ponto de acreditar que os apelos à razão ou ao respeito pelo homem possam modificar o real” (Fanon, [1952] 2017: 222). Diante de um certo tipo de colonialismo interno na Cidade do Anjo a razão tem pouca força. A ideia apenas, só, não é capaz de muito. O conservadorismo *conserva* boa parte das mentes, igrejas, instituições de todos os tipos, escolas, padres, prefeitos, fazendeiros, pastores, comerciantes, professores. Precisamos de mais. E é sobre esse *mais* que precisamos aprender para poder viver.

Esse estudo, para tanto, se propôs como um exercício próprio da *sociologia das emergências*. Um esforço para produzir justiça cognitiva a partir dos conhecimentos que foram e vão sendo gerados pelo *andar* da utopia na Cidade do Anjo. O objetivo é *desenvolver*, mais uma vez, no real, essa ação que vem criando possibilidades de vida em uma das regiões mais castigadas do interior do Estado de São Paulo e do Brasil. Como parte desse processo, nesse estudo, trata-se do esforço para trazer à esperança que move a utopia, a concretude histórica em que ela se nutre. Uma ação que exige inserção crítica e profunda na realidade e que se deixe, nesse caminhar, absorver pelo cotidiano. Como escreve Paulo Freire:

Não há possibilidade de pensarmos o amanhã, mais próximo ou mais remoto, sem que nos achemos em processo permanente de “emersão” do hoje, “molhados” do tempo que vivemos, tocados por seus desafios, instigados por seus problemas, inseguros ante a insensatez que anuncia desastres, tomados de justa raiva em face das in-justiças profundas que expressam, em níveis que causam assombro, a capacidade humana de transgressão da ética. Ou também alentados por testemunhos de gratuita amorosidade à vida, que fortalecem, em nós, a necessária, mas às vezes combatida esperança. (2000: 54).

A esperança exige, portanto, inserção crítica e profunda na realidade, na história. À utopia, é preciso vasculhar, imersa no hoje, as possibilidades do presente, as subjetividades capazes de criar novas sociabilidades para a construção do futuro. A *sociologia das emergências* permite-nos um pensar capaz de ampliar o presente e investigar com cuidado as alternativas contidas no horizonte das suas possibilidades. Um *projeto* para ampliar a visão sobre os saberes, práticas e agentes de modo a identificar nelas e neles as tendências do futuro sobre as quais é possível intervir de modo a minimizar as probabilidades de frustração e maximizar as possibilidades da esperança e suas condições para, enfim, definir os princípios de ação que promovam o cumprimento dessas condições (Santos, 2006: 24).

Para Santos, passam por esse *projeto* duas condições para sua possibilidade: uma nova epistemologia e uma nova psicologia. “Enquanto nova epistemologia, a utopia recusa o fechamento do horizonte de expectativas e de possibilidades e cria alternativas; enquanto nova psicologia, a utopia recusa a subjetividade do conformismo e cria a vontade de lutar por alternativas” (Santos, 2013: 281). Trata-se “da formação de uma espontaneidade que incide sobre a realidade constituída com o objetivo de fundar uma vontade desconstituente e reconstituente. Não se trata de passar por cima das barreiras da ‘natureza das coisas’ ou da ‘natureza humana’”, mas, antes, segue o autor, “de identificar nessa natureza uma força criadora à espera de ser identificada” (2008a: 165). Uma busca para a *intensificação da vontade* que “decorre da ativação de um potencial adormecido na natureza humana, um potencial que não conhece a sua força. Essa força só é conhecível e utilizável a partir das concepções de outros saberes a que subjazem concepções não reducionistas do Mundo” (Santos, 2008a: 165).

É uma abertura, portanto, à pluralidade de conhecimentos e práticas embrenhadas no cotidiano. Nesse estudo, de uma ecologia cotidiana de saberes que cria resistências, fraturas em meio ao real, possibilidades de vida enquanto vai afirmando, mediando, possibilitando a própria existência de quem caminha, envolvendo, neste mesmo ato, as duas condições de possibilidades propostas por Santos. A primeira, a *intensificação da vontade*, para Bloch, o *conteúdo ativo da esperança*, na sua qualidade de conscientemente esclarecido e cientemente explicado, é a *função utópica positiva* da ação (Bloch, [1959] 2005: 146) que, mediada no real e entre *as gentes*, é capaz de conservar a coragem e impulsionar o ser humano ao alvo preterido (Bloch, [1959] 2005: 146). Já “o *conteúdo histórico* da esperança, evocado primeiramente em representações e investigado enciclopedicamente em juízos concretos, é a *cultura humana na relação com o seu horizonte utópico-concreto*” (Bloch, [1959] 2005: 146). É o processo, pois, de construção de uma nova epistemologia como proposto por Santos.

É, portanto, o esforço para a produção de um saber que envolve esperança e a necessidade de não desviar os olhos do real. Capaz de debater o real no chão, nos espaços forjados pelas diversas violências com quem vive sobrevivendo, resistindo, transformando. Capaz de dialogar, de conversar sobre as realidades e as ideias, pensamentos, conceitos capazes de oferecer suportes e possibilidades diante das violências. De construir compreensões, ideias e ações, em conjunto, capazes de interferir positivamente no local e nas vidas que caminham por esses locais. De construir a denúncia de uma realidade opressora e o anúncio de sua superação. De fomentar a utopia, de encarar a sua evolução e o seu horizonte. De reforçar, a partir *das gentes*

e “pela via da antecipação, do sobrepujamento e de suas imagens, a vontade de não renunciar” (Bloch, [1959] 2005: 79).

É o coração coletivo da utopia, onde ela pulsa, *permanece viva!*, o objetivo final das *Rodas de Encontros*. Algo que movimentou desde sempre a utopia e que remete, aqui, a um espaço para a construção de justiça cognitiva: nas *Rodas de Encontros* “a ciência humana ou social crítica se integra, articulada ou organicamente, à reflexão prática da própria comunidade de comunicação das vítimas, permitindo o surgimento de uma consciência crítico-cotidiana *ilustrada*” (Dussel, 1998: 475). Nesse processo, “o exercício comunitário da razão crítico-discursiva terá duas tarefas prioritárias: a) a crítica científica da eticidade vigente (seja norma, ato, instituição ou sistema), como o *momento negativo* ou de *razão crítica des-constructiva*” (Dussel, 1998: 473) e; “b) a pro-jeção criativa, por meio da *razão crítica utópico-constructiva* [...] que é a função crítica em seu *momento positivo*” e o próprio *projeto de libertação* (Dussel, 1998: 473)⁵¹.

Não se trata, portanto, e nesse processo, como escreve Fabián Cevallos Vivar, “de imponer una serie de conceptos y teorías, sino de valorar el aprendizaje diario que proporciona la vida en las comunidades” (2018) e produzir, a partir daí, conhecimentos válidos e situados capazes de fomentar de forma cada vez mais precisa a ação política em curso num processo, mais uma vez, de produção situada de conhecimento em que, como escreve o autor, “no puedo hacer otra cosa que trabajar con la ausencia de totalidades, universalismos o explicaciones generales, sino con parcialidades, intervalos, porosidades y dudas” (2018). Para Fals Borda, segue Vivar, trabalhar com teorias pré-fabricadas ou definições absolutas é um fetiche que afeta também muitos movimentos populares e políticos, no sentido de que é fácil que se adote “interpretaciones de otras épocas, formaciones sociales y coyunturas políticas distintas a las que en realidad se encontraban. Y esto a la larga no podía ser positivo ni para ganar conocimiento ni para una acción política eficaz” (Herrera; López, apud Vivar). Trata-se, enfim, de uma construção orgânica entre comunidade, vida e ciência.

Para tanto, ainda me apoiando em Fabián, “dado que la ecología de saberes es un conjunto de epistemologías que tienen como fundamento de partida la afirmación de la diversidad y de la globalización contra-hegemónica, me baso en sus principios para credibilizar y fortalecer mi

⁵¹ “O primeiro é a *denúncia* de Freire. O segundo, o ‘anúncio’ de Freire ou a ‘utopia’ da esperança de Ernst Bloch” (Dussel, 1998: 473).

trabajo con las voces Waorani” (Vivar, 2018). Para Santos, segue Vivar, a ecologia de saberes possui dois pressupostos: primeiro, “não há epistemologias neutras e as que clamam sê-lo são as menos neutras”; e, segundo, “a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais” (Santos apud Vivar, 2018).

Para Teresa Cunha, “quando um pensamento ecológico entra em ação a co-presença intui-se e dá-se” (2014: 45) e o cotidiano, suas subjetividades, contradições, necessidades, emergências, fraturas e resistências - “entidades e seres que se movem num chão societal em permanente movimento, sujeito a choques, traumas, alterações, dinâmicas e contra-dinâmicas” (Cunha, 2014: 89) - começam a aparecer com nitidez e, nesse processo, o cotidiano, amplo e diverso, suas possibilidades, presenças, caminhos, esperanças, biografias e autobiografias, emerge e se constitui, tal como já anunciado, num espaço privilegiado da utopia, e dele, pois, do cotidiano, portanto, arrisca-se à construção de algo que nos faça sentido. No caso desse estudo, na construção de um conhecimento que ajude a suportar o nosso caminhar.

Para Gutiérrez e Prado, arriscar-se utopicamente exige aventura, imaginação, criatividade e luta (1999: 67). “Exige uma concepção dinâmica do saber, criadora e relacional” (Gutiérrez, Prado, 1999: 67). Exige uma atitude vigilante, um estar à espreita, atenta, atento, para aproveitar quantas circunstâncias e conjunturas a exploração da realidade nos oferecer (Gutiérrez, Prado, 1999: 58). Exige um pensar capaz de abandonar o paradigma que presidiu nosso agir até o momento (estratificado, preestabelecido, linear, sequencial e essencialmente hierárquico; masculino, adulto, branco, hétero e dominante) (Gutiérrez, Prado, 1999: 32), e que produz no mundo *um mundo que absolutamente não é o nosso*, como mais ou menos diz Criolo, para apoderar-se, submerso no cotidiano, de espaços inéditos que requerem novas respostas em todos os âmbitos: político, econômico, cultural, educativo e outros (Gutiérrez, Prado, 1999: 32).

Exige a *concepção de um projeto de produção de conhecimento* flexível, menos estruturado e necessariamente processual, porque depende das circunstâncias, dos imprevistos, do imprevisível, derivadas da própria sustentabilidade e da imensa gama de cotidianidades (Gutiérrez, Prado, 1999: 54); que considere “o mundo do ponto de vista das relações e integrações e não a partir de entidades isoladas e fragmentadas” (Gutiérrez, Prado, 1999: 32). Um pensar que nos permita buscar das ciências humanas e sociais críticas os conhecimentos que nos são úteis para compreender e responder às violências cotidianas, projetar soluções e

refletir o *andar* em meio ao *andar*, utilizando, ressignificando o conteúdo do que chega a nós de uma maneira que para nós faça sentido. Que nos permita *observar*, do cotidiano e das suas resistências, as ciências, para trazer delas os conhecimentos capazes de fortalecer e *desenvolver* o caminhar. O objetivo, na Cidade do Anjo, é superar os mitos, as relações desiguais de forças, seus poderes e opressões em uma reflexão em função de uma existência que valha a pena ser vivida. Aqui, a “vivência subjetiva, os sentimentos, a emotividade, a imaginação, numa palavra, a intuição desempenha um papel essencial” (Gutiérrez, Prado, 1999: 72).

Exige, pois, em um mundo sem sentido em muitos sentidos, “a capacidade de atribuir sentido ao novo entorno” (Gutiérrez, Prado, 1999: 67). Exige se *permitir* governar pela arte, pela literatura, pela poesia, pela música, complementando uma e outra, ciência e arte, alimentando uma à outra, coproduzindo-se mutuamente quando movidas por uma responsabilidade ética ancorada no real e pela construção, mais uma vez, daquilo que nos faça sentido, pela construção do “sentido que consigamos dar a nossa própria existência” (Gutiérrez, Prado, 1999: 67).

Arriscar-se utopicamente exige, enfim, um *projeto de produção de conhecimento* capaz de se deixar governar pelas histórias *viventes* e vividas do cotidiano. Pelas conversas nas ruas, nos bares, nas esquinas, nas casas, nas festas e celebrações, periferias e centros, praças, campos, feiras, territórios, espaços de direito, conselhos, conferências, *entrelaçando a mente e a vida*, andando, vivendo o cotidiano das ruas, convivendo, fundindo o texto e o mundo, atravessando, criticamente a margem e o centro e abrindo mais e diferentes caminhos de relações e de espaços vivificantes⁵². Trata-se da possibilidade de construir um trabalho ativo, em reflexão contínua, em conjunto, criativo (Madison, 2005), numa relação em que a investigação e a realidade se coproduzem mutuamente (Yehia, 2007). Apostamos, nos diálogos, na ideia de *difração*. Como escrevem Biglia e Bonet-Martí:

[...] reconocemos la insuficiencia de la práctica reflexiva en la investigación, que "desplaza lo mismo en otro lugar" (como hace un espejo con las imágenes), sin realizar una ruptura con los aparatos tecnocientíficos sobre los que se basan los procesos de conocimiento. Por esto, apostamos con [Donna Haraway] por la difracción. Cuando la luz se difracta no se reproducen imágenes auténticas del rayo luminoso original, sino que este es desviado y difuminado en distintos rayos modificados por el pasaje a través de los elementos. De manera equivalente, a través de la práctica difractiva en investigación, no se reproduce una imagen incontaminada y objetiva del proceso, sino diferentes narrativas subjetivas que, no son solo el resultado de un proceso de

⁵² A partir de Madison (2005).

transformación amplio, sino pueden ser la semilla de múltiples reconfiguraciones y lecturas por parte de otros agentes (2009: 4).

Para Maria Paula Meneses:

O debate entre meditações situadas chama a atenção que os saberes envolvidos espelham distintas posições e padrões de diferença, indo além da reprodução da semelhança/analogia, posição que Donna Haraway tem vindo a designar de difração [...]. Pela difração, os efeitos das interferências tornam-se visíveis, gerando cartografias de interposições, e não de replicação, reflexão ou reprodução. Deste ponto de vista, a difração perturba as causalidades lineares e fixas, incitando a estudos inter e transdisciplinares. Esses mapas desassossegam, a várias escalas (local, regional, nacional, internacional) as imagens existentes, lançando um desafio à democratização dos olhares, percepções e saberes (2016b: 36).

Nesse processo, portanto, de reconfigurações, reflexões, diálogos e leituras no cotidiano, se produz e se desenvolve criativamente ideias, conhecimentos, símbolos embrenhados de uma ecologia cotidiana de saberes capazes de representar as realidades em linguagens que emergem e caminham nos contextos dados, no contar *das gentes*, nas discussões, nos encontros, nas conversas de bar, nas rádios comunitárias... e a comunicação - esse instrumento capaz de permitir com que o conhecimento percorra o real -, assume uma estética promissora porque emerge dos mesmos espaços em que precisa circular. O objetivo é atrair, unir forças, consciências, compreensões, esperanças, qualificar saberes, conhecimentos, juntar *gentes* ao caminhar da utopia, dar conteúdo e presença ao *novo* que veio e vai sendo construído. A utopia, assim, “não vai em direção ao mero vazio de algum diante-de-nós, no mero entusiasmo, apenas imaginando abstratamente” (Bloch, [1959] 2005: 14). Ela caminha, dialoga, compreende, é compreendida, “capta o novo como algo mediado pelo existente em movimento, ainda que, para ser trazido à luz, exija ao extremo a vontade que se dirige para ela” (Bloch, [1959] 2005: 14):

Sem a força de um eu ou nós por detrás, até mesmo o ato de ter esperança se torna insípido. Na esperança consciente-ciente não há debilidade, mas uma vontade que determina: é assim que tem que ser, assim há de ser. Nela, o traço do desejo e da vontade irrompe energicamente, o intensivo na superação e nas transcendências. Seu pressuposto é um caminhar firme, uma vontade que não se deixa preterir por nada já existente: esta firmeza é seu privilégio” (Bloch, [1959] 2005: 146).

Trata-se ou tratou-se, enfim, nesse estudo, de se deixar governar pela *emergência* que viemos construindo desde dois mil e dez e que culminou na Cidade do Anjo nesse espaço vivenciado como um *observatório de luta popular*. Um espaço privilegiado para a *práxis* de libertação; um espaço privilegiado para a utopia; um espaço privilegiado para a esperança. Uma investigação, aqui, em que os conhecimentos, com as teorias críticas eleitas para este estudo, em sua grande

parte de autoras e autores do Sul global, possam dar suporte ao caminhar dessa utopia crítica e cotidiana da vida em um diálogo capaz de trazer ao pensamento pós-colonial os conhecimentos, expectativas, dificuldades, esperanças e possibilidades embrenhadas de uma luta humana e social para a superação das realidades de um canto oculto e castigado do mundo moderno e, ao mesmo tempo, caminhar e se desenvolver no cotidiano da Cidade do Anjo.

2.4. Revivendo o vivido

Na introdução desse estudo tentei refletir um pouco sobre os sentimentos que moveram a escrita dessas páginas e desenharam a sua forma. Algo que começou a ganhar sentido quando apareceu, ou foi aparecendo, a possibilidade de escrever essa tese em função *da gente*.

Foi o conselho de um professor, José Manuel Mendes, que culminou nessa possibilidade ainda em finais de dois mil e treze ou no início de dois mil e quatorze. Não era essa a minha intenção. Vim em busca de aprender aquilo me ajudasse a *andar*, e tinha os olhos em seres humanos e em ações de outras partes do mundo e de outros tempos que pudessem oferecer caminhos para mim e para *a gente* que vive lá. No decorrer dos debates em Coimbra, porém, ia percebendo a nossa utopia dando respostas a questões que eram levantadas pelos estudos em que nos aprofundávamos. Possibilidades de vida estavam sendo construídas naquele nosso canto oculto e castigado do mundo. Experimentei dizer aos poucos, e aquele professor entendeu que aquelas vidas e as suas lutas, a vida delas e deles, a nossa, carregavam experiências que mereciam a atenção da academia comprometida com o *desenvolvimento* qualitativo da vida humana, comunitária, social. As dificuldades de superar as realidades e os *poderes* que *a gente* enfrenta, e as negações à vida sendo cotidianamente reproduzidas foram fortalecendo além da possibilidade, a necessidade pessoal de construir esse estudo em função *da gente*. Uma necessidade movida, principalmente por, estando aqui, distante, não poder suportar no cotidiano da Cidade do Anjo ao lado de quem caminha as violências, as reações dos *poderes*, as covardias do real que reagem às *emergências* tal como fizeram, no Brasil, em seu extremo, com Marielle, Léia Aquino, Dorvalino... Como escreve Boaventura de Sousa Santos:

Quando se está no centro – e o centro é, simultaneamente, uma categoria espacial e temporal – de uma determinada prática, necessita-se do conhecimento instantâneo

para orientar a ação em qualquer momento, e sente-se impaciência relativamente a toda a forma de conhecimento a posteriori que pretende conhecer tudo apenas depois de tudo se ter tornado nada em termos de ação social em curso (2014: 387).

Seguindo, então, o conselho do professor, passei a dialogar, a refletir, a escrever, a construir esse estudo em função de nós, delas e deles, dessa nossa utopia crítica e cotidiana da vida. Parafrazeando suas palavras em aula, esse estudo se constitui *dos corpos e das vozes*, das vidas *viventes* e vividas em nossas ações frente às crueldades de uma das mais injustas e desiguais cidades do interior paulista. Escrevi, portanto, seguindo o conselho de um outro professor, o Jaci, de unir estudo e vida, humildemente, em respeito honrado a nós, a eles e a elas, na esperança de construir um conhecimento capaz de fortalecer e desenvolver esse nosso *andar*, de ser parte da construção dessa utopia; do meu processo de aprendizagem individual e do nosso processo coletivo. Algo que não é um início, tampouco um fim, mas parte de um caminhar que *a gente* entende que é de toda uma vida.

O processo de construção dessa tese se pretendeu, portanto, uma ação humana, ética, política e filosófica. Humana porque olha nos olhos de quem caminha; política porque tem o objetivo de *desenvolver* essa *ação social em curso*, presente, que constrói, que se posiciona, que se propõe como um espaço para uma *práxis* de libertação. Filosófica porque busca conhecimentos em função da existência humana, em especial, da existência de quem caminha; e ética porque, como diz Jaci Rocha Gonçalves, desagua ou tem a pretensão de *desaguar na vida... e de se deixar governar pelos valores e pelas experiências da vida humana...* Enfim, porque se constitui do que entendia, entendemos, entendo, acredito, ser necessário a nós. Minha insistência para ter Maria Paula Meneses como orientadora, ainda em dois mil e quatorze, foi porque via nela um chão firme e fértil para sustentar esse desejo. Tive dela isso e mais, como escrevo nos agradecimentos. Minha coorientadora, Raiane Patrícia Severino Assumpção, foi precisa e presente nos momentos em que precisava estar.

Para apoiar o conteúdo das reflexões em coletivo, esse estudo se movimentou através de cartas escritas a elas e a eles que permaneceram na Cidade do Anjo feitas nos trabalhos para os seminários do doutoramento; em diálogos via videoconferência nas *Rodas de Encontros* em que debatíamos os trabalhos e trazíamos aos escritos as nossas impressões; nas *Rodas de Encontros* em que me fiz presente *presencialmente* quando estive em São Miguel Arcanjo em trabalho de campo e pudemos aprofundar, ler alguns capítulos em construção, debate-los, sugerir, opinar, refletir, enfim, em conjunto.

Nos tempos em Coimbra, nesse entrelaçamento das leituras, seminários, professoras, professores, debates com as amigas e os amigos em especial do programa de pós-colonialismos e cidadania global dos quais algumas e alguns passaram a caminhar com *a gente* e a refletir a utopia a partir daqui, nesse entrelaçamento, dizia, com tudo isso e com as reflexões sobre a nossa história, pude aprofundar o pensar sobre a minha atuação no nosso caminhar. Foi difícil. Foi difícil me distanciar quando por vezes entendi necessário. Foi difícil estar distante. Foi difícil não estar no dia-a-dia. Foi difícil escrever sobre nós, sobre as nossas ações. Estive nelas. Estive dentro de toda a história aqui descrita, ocupando o espaço em que me coloquei ou que a nossa breve história que completa hoje, no dia em que termino esses escritos, oito anos, me colocou. Quando escrevo *eles* ou *elas*, eu estou também ali. Sempre. De corpo, mente, alma. Minha vida se entrelaça a essas vidas. Minha utopia a essa utopia. Minha história a essa história. Uma e outra nunca existiram em separado. Com uma ideia muito vaga, mas cheia de esperança do que poderia vir, dei o primeiro passo, depois de um *chamado* da Cidinha, desse nosso *andar* e recebi, em seu seio, os primeiros abraços, os primeiros sorrisos, os primeiros *sim(s)* de uma juventude que foi juntando seus sonhos, suas mentes, mãos, braços e pernas, palavras.... Foi difícil, enfim, mas importante, creio. Minha presença no coração desde sempre desse sonho me permitiu refletir a sua essência. E minha presença na *ciência* me desafiou a escrever essas páginas de uma forma que realmente nos fizesse sentido.

Um processo, enfim, que resultou nas reflexões para uma metodologia de vida (capítulo 1); na construção de uma metodologia capaz de produzir justiça cognitiva (capítulo 2); na crítica-ética à realidade da Cidade do Anjo (capítulo 3); nas reflexões para uma pedagogia de vida e de luta (capítulo 4); nas reflexões sobre as resistências e alternativas nossas diante das reações do poder (capítulo 5); e no esforço em estarmos abertos a construir solidariedades (considerações finais). São momentos necessários, não suficientes, da nossa utopia. Importantes, entendo, nesses nossos tempos. Importantes para as nossas reflexões, para o nosso desenvolvimento. Para o caminhar daqui em diante desenvolvê-los criticamente; para compartilhar as experiências, para nos fortalecer. E assim aconteceu porque, numa cidade em que a realização de sonhos é difícil, não nos resta outra alternativa a não ser lutar, com o material que a vida nos oferece, por nossa utopia. Naquele momento em que surgiu essa possibilidade, um dos materiais que a vida nos oferecia era essa singela pretensão de tese. Estando feita, acredito que ela fez e nos fará sentido.

Por fim, foi um exercício importante naquele dezembro de dois mil e quatorze reviver minhas experiências, minhas reflexões, os contextos que influenciaram minhas atitudes e as atitudes

minhas que foram forjando o meu andar e me levando, então, a esse lugar físico, social e político com e entre as pessoas que caminho nessa nossa luta, pacífica, mas luta, pela superação das tantas violências da Cidade do Anjo; e que, movido também por tal e pela minha história, pela minha infância, pela minha juventude, pelos lugares em que havia vivido, pelas resistências em que havia me envolvido, com as pessoas que havia convivido, me trouxera à construção desse estudo e à maneira como me posicionei diante dele e do pensamento pós-colonial; nessa tentativa também de fazer e me refazer como humano e vivente, em desenvolvimento, em aprendizagem, enquanto ia, portanto, sendo parte da construção da utopia e dando sentido à minha própria existência.

Foi importante, mais uma vez, aquele exercício naquele momento. E é importante, entendo, ser algo contínuo, na maneira do possível, esse exercício de reviver os nossos caminhos, as escolhas possíveis e as impossíveis, o nosso lugar dentro de um contexto que nos permitiu, permite ou nos impossibilitou ou impossibilita algo. A modernidade impõe limites, menos para uns, intransponíveis para outras. E o meu lugar no mundo, alguém nascido e criado no seio de uma família que acredita numa forma consciente de andar no mundo, que caminha ao meu lado e eu ao dela e pode me apoiar, me possibilitou poder escolher e estar nesse espaço que eu entendia que deveria estar. Contrariando, porém, o que imaginava, não entendo que seja necessário, agora, introduzir minhas vivências nesse estudo para justificá-lo. É possível justificar sem elas essa metodologia, além de minha trajetória não carregar ensinamentos importantes a quem quer que seja. Relevante é a reflexão, penso, de cada uma e de cada um nesse sentido; e aqui, relevante seria reescrever sobre as pessoas, movimentos, comunidades, escolas da vida que influenciaram minha trajetória e que, naquela carta, eu contava um pouco sobre isso. Algo que ficou lá para nós e cujas pessoas e espaços menciono nos agradecimentos desse trabalho. O que importa ou importava aqui, creio, é a necessidade de justificar a intenção de escrever essa tese em função de nós, das *gentes* dessa nossa utopia crítica e cotidiana da vida. Acredito que não só a metodologia, mas o desenrolar das páginas que seguem com a realidade da Cidade do Anjo e com as vidas envolvidas nessa História, justificarão essa intenção. Essa é, ao menos, a minha esperança.

Escrevia, então, naquele dezembro de dois mil e quatorze, e, como me lembro, numa tarde de sol e frio daquele fim de outono de Coimbra, que não haveria de ser uma coincidência, talvez, o fato de dentre os livros em minha mesa ser em meio à *Pedagogia da Esperança* que começava a escrever sobre aquilo que me levara, então, até ali, motivo daquelas páginas preliminares.

Afinal, o que a gente constrói é uma utopia, e foi ela, a esperança, que me trouxe à Coimbra e me manteve com o coração e a mente fincados na Cidade do Anjo. E quanto a isso o que carrego comigo é gratidão.

3. Na Cidade do Anjo, ninguém vai *pro* céu: uma crítica ética como um momento de luta pela vida

A História não perdoa os covardes e com o tempo os mentirosos são devorados pela verdade. Ser livre é um preço caro a ser pago e negar à vida é ser prisioneiro do acaso... Caminhos, Sérgio Vaz.



Figura 3: Por Marcos Fernandes.

3.1. A Goiabeira

*Nasci no meio de milhares de pinheiros, mas eu saquei, eu sou uma
goiabeira. Dazaranha.*

Em um colégio de nossa cidade, em algum dos nossos bairros rurais rodeados de fazendas, rios, matas e plantações, uma professora, em um destes últimos e próximos anos, esperançosa e carregando talvez algumas ilusões, propôs uma ideia aos seus quarenta e poucos alunos de quatorze, quinze ou dezesseis anos amontoados em uma sala de aula: *coloquem nessa caixa seus sonhos.*

Uma menina sonhou diferente. Gostaria de viver em um mundo melhor; que a miséria não fizesse parte do seu dia-a-dia e que a sua cidade fosse um lugar em que pudesse trilhar os seus próprios caminhos em busca de sorrisos, amizades, prazeres, aprendizagens, como mais ou menos escrevera em um poema que deixou guardado para si. Sonhara com uma vida digna para o seu pai e sua solidariedade expandiu seu desejo aos pais de seus amigos e amigas. Queria conhecer o mundo, culturas diferentes, gente diferente. Algo, para muitos e tantas vezes repetido, inalcançável para ela.

O mundo ainda não está acostumado a ver o reinado de quem mora do outro lado da ilusão, recita o poeta⁵³. Tampouco o solo árido de um lugar às avessas e encoberto por falsos mitos é capaz de fortalecer a esperança de quem, do lado *oculto* da linha, planta a semente que depende da luz do sol, de algumas gotas de água e quem sabe de carinho para brotar. Na Cidade de Deus, escrevia Paulo Lins (2003), os dias iam, faziam rastros, amontoavam lembranças, deixavam esperanças inacabadas morrerem ao longo do caminho. Na Cidade do Anjo, com seus milhares de crianças e jovens em meio a tormenta dos nossos dias, a realidade também tenta impedir, para a maioria dos seus e das suas, que os seus sonhos floresçam e gerem frutos.

A menina, porém, esperançosa apesar do real que a rodeia, se mostrou uma Goiabeira, com suas raízes começando a aprofundar o solo, em meio a milhares de pinheiros. Suas colegas, em grande parte *pinheiros fêmeas*, escreveram em um papel e botaram na caixa de sonhos seus

⁵³ Do rapper Emicida em seu álbum “O Glorioso Retorno de Quem Nunca Esteve Aqui”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Oe6dpYScIKE&index=27&list=RDMCtVS9wh26Y>, acessado em 09 de novembro de 2016.

desejos de terem muitos homens. Seus colegas, *pinheiros machos*, sonham em ter muitas mulheres e uma moto.

3.2. Que força é essa amigo, que só te faz obedecer?⁵⁴

“Dizem que o homem é livre. Filosofia de ilusão”, escreve a contadora de histórias moçambicana Paulina Chiziane. “Como pode um homem ser livre se logo à nascença lhe colocam amarras na mente, tornando-o escravo de profecias e destinos já traçados por poderosos invisíveis” (2000: 37). Profecias reproduzidas de um texto há tempos escrito, reescrito e constantemente aperfeiçoado. Destinos afirmados por palavras ocas, sobres as quais, porém, é atribuída constantemente uma força tão estruturante, “que quem quiser falar com uma voz autenticamente sua pode correr o risco de não conseguir exprimir-se fora do discurso preexistente, que mascara o seu próprio discurso, censura-o ou empurra-o para a imitação” (Mbembe, 2014: 166). Uma força esplendorosa, uma virtude invejável é essa capacidade inerente à consciência moderna em encarcerar a alma e simplificar, inclusive, a própria vida.

*A ilusão da felicidade tem quatro carros por cabeça*⁵⁵, um jeito certo de cabelo e pelo menos vinte funcionários por chefe. Como consequência também da revolução francesa, o mundo da ilusão é fraterno ao prometer a igualdade e a liberdade para todos, e a prosperidade, a riqueza e a propriedade seriam conquistas próximas aos que se propõe ao esforço. Uma fantasia construída laboriosamente e dada como o maravilhoso e o único caminho desejável e possível a ser seguido, e que carrega uma força própria capaz de nos levar a viver as nossas vidas seguindo os sonhos de um futuro imposto, e buscando as promessas que um dia haverão de serem cumpridas e todos os sacrifícios recompensados. A angústia do presente é uma parte necessária de toda essa efabulação. Uma busca não apenas daqueles e daquelas que se sentem como a própria evolução natural da espécie humana, os autodenominados, no Brasil, *cidadãos de bem*, esse emaranhado confuso de pessoas que representam hoje também os que já não

⁵⁴ Vi esta frase pichada em um muro de Coimbra. É um trecho da canção “Que força é essa” do português Sérgio Godinho.

⁵⁵ Emicida em “O Glorioso Retorno de Quem Nunca Esteve Aqui”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Oe6dpYScIKE&index=27&list=RDMCtVS9wh26Ya> acessado em 09 de novembro de 2016.

faziam parte nem na Grécia de Aristóteles, nem na Revolução Francesa dos chamados burgueses, ou em todo o processo da colonização europeia, dos considerados seres humanos. Pelo menos não seres humanos como um todo⁵⁶.

“O mundo das palavras e dos signos autonomizou-se a tal ponto que não se tornou apenas um ecrã para apreensão do sujeito, da sua vida e das condições de produção, mas ganhou uma força própria, capaz de se libertar de qualquer ligação à realidade” (Mbembe, 2014: 30). Submersos em um sedutor e poderoso projeto social de vida elaborado à distância no tempo e no espaço, constantemente reestruturado e reproduzido nas teias do nosso cotidiano, não é das tarefas mais simples se libertar das amarras muitas vezes sutis, porém violentas, que amordaçam as nossas mentes e guiam os nossos corpos. A grande quantidade dos mesmos desejos expressos pelos tantos jovens pinheiros e pinheiras viventes na periferia da periferia do mundo moderno, tão distante, portanto, do seu centro gravitacional, demonstra em parte a eficácia dessa autonomização: “um impressionante trabalho de efabulação que, quando incide sobre mundos outros, confunde sistematicamente as fronteiras entre o credível e o inacreditável, o maravilhoso e o factual. (Mbembe, 2014: 38).

“Mas o real, que é o nosso único recurso, proíbe-nos tais operações” ([1952] 2017: 149), escrevia Frantz Fanon. É todo um processo de construção do imaginário que em nada, ou quase nada, dependendo do *cep* em que você vive, do sexo com o qual nasce, da cor da sua pele, consegue interagir com a existência real: *mãe eu quero ser branca...* conta a criança agora empoderada Soffia... *ela quase surtou!*⁵⁷

⁵⁶ Com efeito (por ser uma revolução burguesa), para ser considerado cidadão havia que ter propriedade, ser homem, alfabetizado, ou formar parte da elite urbana (a “cidade letrada”) (Dussel, 2009: 469). Todas as outras e todos os outros seres humanos não entravam na ideia da fraternidade da revolução burguesa. Na Grécia de Aristóteles, não se deve confundir a *polis* com a mera “multidão indiscriminada”, já que na *polis* há muitos escravos, metecos e estrangeiros. Somente os que são parte da cidade, ou seja, os seus membros, são seres humanos; quer dizer: somente homens livres helenos; nem a mulher e nem as crianças gregas (Dussel, 2007b: 65). Para Aristóteles, “o escravo é por natureza o que pertence a outro” ... “é, pois, manifesto, que haja alguns que por natureza são livres e outros escravos, e que para estes é a escravidão coisa proveitosa” (apud Dussel, 2007b: 65). Para Dussel, a debilidade dos argumentos de Aristóteles manifesta que se trata de uma ideologia encobridora, de um sofisma que justifica uma opção prévia adotada (Dussel, 2007b: 65).

⁵⁷ “Através da minha música quero que outras crianças sejam livres”, continua MC Soffia, 11 anos, em entrevista ao programa “Empoderadas”: <https://www.youtube.com/watch?v=yEk2-lolkaA>, acessado em 15/11/2016. Depois da repercussão desta entrevista na internet, sua avó, Lucia Makena, escreveu para agradecer as mensagens positivas destinadas à sua neta: “Eu só tenho a agradecer o carinho de tantas pessoas com minha netinha MC Soffia e dizer que sua formação não acontece só em casa e na família [...] mas na escola, nos movimentos sociais, movimentos de mulheres negras e movimento hip-hop!!!” Vale destacar, além do papel dos movimentos sociais, culturais e da família na educação da menina, que a escola que frequenta, o Projeto Âncora, não segue o modelo tradicional, mas desenvolve uma educação democrática com valores e conceitos distintos do que é hegemonicamente realizado.

3.3. A escola na Cidade do Anjo, tudo como deve ser

Na escola do mundo ao avesso o chumbo aprende a flutuar e a cortiça a afundar. As cobras aprendem a voar e as nuvens a se arrastar pelos caminhos. Eduardo Galeano.



Figura 4: Por Marcos Fernandes.

Não foi sem boas intenções, mas com algumas ilusões, que a professora oferecera a caixa para os seus alunos e alunas refletirem sobre os seus sonhos. A escola em que leciona é um prédio pré-moldado, com telhados de lata sem forro e paredes finas de um material qualquer. Fora a forma mais econômica para alguém, escolhida pelo Governo do Estado de São Paulo e acatado

pelo governo municipal, de investir em educação na década de noventa do século passado. De uma sala abarrotada⁵⁸ de alunos a outra, tudo se escuta. No inverno, o frio no pátio interno e nas salas de aula é imenso. No verão, o calor insiste em permanecer em suas estruturas. E pelas frestas da lataria do prédio, jovens, alguns ex-alunos em idade ainda de alunos, a serviço do crime organizado, enviam as drogas aos e às estudantes que as desejam⁵⁹. O consumo, muitas vezes, em especial de cocaína, acontece ali mesmo, nos banheiros sem trancas nas portas, sem tampas nos vasos sanitários, sem papel higiênico. Tudo como deve ser.

Nada em sua arquitetura condiz com o espaço em que está. O bairro é lindo, rodeado de verdes morros, plantações cheias de cores, não mais tão tranquilo e ao lado de uma das mais belas e maiores reservas de Mata Atlântica intocadas do país. Nem o clima, nem a paisagem, tampouco os recursos sustentáveis da natureza local foram levados em conta ao se montar ali as peças trazidas de um modelo de escola pronto. Salvo raras e honrosas exceções, tão distante da realidade quanto à arquitetura, é o conteúdo do que se ensina dentro dos seus muros e paredes. Um espaço em que há, também, aquele natural “vácuo entre o que a escola apresenta e o que a realidade demanda” (Martins, 2014: 67).

“A prática de um processo educativo separado da vida cotidiana, com um conjunto de conhecimentos sistematizados que devem ser adquiridos por todas as crianças independentemente de seu contexto social é novidade na história humana”. No entanto, continua o pedagogo Bruno Martins, “foi de tal forma se impondo à sociedade que tornou-se parte fundamental da vida”, persistindo a ideia “de que o objetivo da educação deve ser conduzir as crianças a incorporarem os valores da sociedade em que vivem, ao mesmo tempo em que adquirem habilidades para exercerem determinadas funções requeridas por sua economia” (2014: 29).

“É sabido que, para ser duradoura, qualquer dominação se inscreve não apenas no corpo dos seus submissos, mas também deixará marcas no espaço que eles habitam, assim como traços indeléveis no seu imaginário”. *Aquilo que não nos faz sentido*, para ser eficaz, “deve involucrar

⁵⁸Apesar de a evasão escolar crescer de acordo com o crescimento biológico do ser humano, as turmas que antes eram duas ou três, se juntam em uma só, evitando-se assim o desperdício de salas com menos de trinta alunos.

⁵⁹Fato não só repetidamente comentado por jovens do colégio em diversas conversas, como denunciado pelo coordenador da escola em encontro organizado pelo Movimento Capital Juvenil em 2010 que reuniu alunas/os, professores/as, autoridades municipais, etc. Não se faz muito distante do comum em outras escolas do município o consumo de cocaína e outras drogas nos seus respectivos banheiros.

o subjugado e mantê-lo num estado mais ou menos permanente de transe, de intoxicação e de convulsão – incapaz de refletir, com toda a clareza, por si só”. Só assim, continua Mbembe, poderá “levá-lo a pensar, a agir, a orientar-se como se fosse irrevogavelmente apanhado nas redes de um insondável sortilégio”. Para o autor camaronês, “a submissão vai também inscrever-se na rotina de todos os dias e nas estruturas do inconsciente”. O potentado, dessa maneira em sua arquitetura, se torna capaz de habitar de tal maneira o submisso “que este deixará de conseguir exercer a sua faculdade de ver, ouvir, cheirar, tocar, mexer, falar, de andar, de imaginar, deixará até de sonhar sem referência ao significante senhor que, doravante, o domina e o obriga a balbuciar e a titubear” (2014: 218); e o projeto social de vida moderno não transgride essa regra.

O monopólio que pretende ter inclusive sobre o futuro, desde a ideia de que a “idade da cavalaria passou, e a sucedeu uma era de economistas e calculistas” (Galeano, 2009: 225), quando no centro do poder europeu, relembra Aimé Césaire, se posicionaram os seus “financeiros e capitães da indústria” - “os mais desprovidos de escrúpulos” - (1978: 27)⁶⁰, encontrou nesse modelo escolar construído e bem elaborado mais um instrumento para a sua perpetuação. A força desse pensamento único, ou como disse Luiz Fernandes em uma Roda de Encontros, *dessa colonização ideológica*, se materializa em nosso cotidiano nos muros, nos asfaltos, condomínios, indústrias e empresas, nas grades, de ferros e curriculares, nos conteúdos, pátios, modelos, salas de aula, carteiras e maneiras de praticarmos, portanto, inclusive a *educação*:

O modelo pensado durante a Revolução Industrial é predominante em todo o mundo: crianças enfileiradas em carteiras ouvindo um “professor-orador”; toca o sinal, sai um professor, entra outro; para uma matéria, começa outra. E todo esse processo, que envolve alto custo emocional, intelectual, psicológico, material e financeiro, é legitimado através da ideia de que a escola oferece o único caminho tanto para a ascensão social como para o desenvolvimento intelectual. Sendo assim, as instituições de ensino cumprem o único papel de formar para o mercado de trabalho, com a bênção dos pais (Martins, 2014: 30).

Uma bênção emitida por boa parte da sociedade e materializada pelos *profissionais da educação* nos corpos em desenvolvimento. Não é uma tarefa simples preparar seres humanos para aquilo que não lhes faz sentido. Mas o corpo vivente em sociedade, facilitando embora não

⁶⁰ “Foi no momento em que a Europa caiu nas mãos dos financeiros e capitães da indústria, os mais desprovidos de escrúpulos, que a Europa se “propagou”; que o nosso azar quis que fosse essa a Europa que encontramos no nosso caminho e que a Europa tem contas a prestar perante a comunidade humana pela maior pilha de cadáveres da história” (Césaire, 1978: 27).

determinando de um todo essa operação⁶¹, “está diretamente mergulhado num campo político”, escreve Michel Foucault. “As relações de poder operam sobre ele um efeito imediato; investem-no, marcam-no, controlam-no, suplicam-no, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (Foucault, [1975] 2013: 33), e o modelo escolar chamado tradicional é uma parte necessária desta tentativa de adestramento humano e, portanto, parte integrante da construção e da manutenção da fábula moderna e do real que ela produz. A disciplina, como tecnologia política do corpo, está no cerne de sua arquitetura:

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos económicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em suma: dissocia o poder do corpo; faz dele, por um lado, uma “aptidão”, uma “capacidade” que procura aumentar; e, por outro, inverte a energia, a força que daí poderia resultar, e faz dele uma relação de sujeição estrita. Se a exploração económica separa a força e o produto do trabalho, pode dizer-se que a coerção disciplinar estabelece no corpo o laço coercivo entre uma aptidão aumentada e um domínio acrescido (Foucault, [1975] 2013: 160).

A escola atual da Cidade do Anjo é uma caricatura daquilo que se desenvolveu em alguns cantos europeus dos séculos XVIII e XIX; é fundamentada nas mesmas essências de uma fábrica, foi influenciada e influenciou regimentos militares e é assustadoramente semelhante, não por acaso, a modelos prisionais⁶². Sua organização promove e incentiva hierarquias. Seus exames, provas, avaliações, classificam e separam os que se adaptam dos inadaptáveis, deixando entre uns e outros, diversos níveis e posições hierárquicas entre capacidades ou saberes, sinais de mérito e de incompetência segundo os padrões requeridos. As técnicas de organização dos espaços, o alinhamento, os lugares individuais preveem o controle sobre cada aluno, sobre o movimento dos seus corpos, gestos e suas interações e, ao mesmo tempo, o trabalho homogêneo e simultâneo de todos: uma máquina que se propõe a *ensinar* aquilo que se propõe e, enquanto tal, tal qual o Deus também da Cidade do Anjo, “vigia, hierarquiza, e recompensa” (Foucault, [1975] 2013). No limite, é todo um processo que não se fixa apenas na escola, mas que investe na formação de presas úteis e obedientes para facilitar as próprias vidas dos que por ali os

⁶¹ Foucault mostra a articulação entre o “‘saber disciplinar’ – no hospital, prisão, escola, lar, quartel, tribunais, administração, fábrica, etc. – que prepara os “corpos” para o desempenho de suas ‘funções’ na dispersa e plural distribuição do poder no ‘campo’ da microfísica dos subsistemas institucionais” (Dussel, 1998: 503). Nesse sentido, a sua *microfísica do poder* encontra-se, para Dussel, “dentro de um campo estratégico de forças sem sujeitos – como exigia a epistemologia do momento – a partir de relações de poder que incita, induz, facilita, amplia, limita, dificulta e disciplina” (Dussel, 1998: 504).

⁶² “A vida é organizada segundo um emprego do tempo absolutamente rigoroso, sob vigilância constante; cada momento do dia é dedicado a uma atividade específica e tem as suas obrigações e interdições” (Foucault, [1975] 2013: 144). Estes são atributos do modelo penitenciário Filadélfia comuns a alguns atributos de nossas escolas, indústrias e empresas.

comandam, do ponto de vista dos que comandam, e para o mundo que os espera, em especial, para o mundo do mercado de trabalho e suas categorias, níveis e desigualdades:

Ao organizarem as ‘celas’, os ‘lugares’ e os níveis, as disciplinas fabricam espaços complexos: simultaneamente arquitetônicos, funcionais e hierárquicos. São espaços que asseguram a fixação e permitem a circulação; distinguem segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais porque regem a disposição de edifícios, salas, mobílias, mas também ideais, uma vez que se projetam sobre essa organização das características, das avaliações e das hierarquias. A primeira das grandes operações da disciplina é, pois, a constituição de ‘quadros vivos’ que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades ordenadas (Foucault, [1975] 2013: 171).

Uma verdade percebida também por quem carrega nos ombros o peso dessa arquitetura: *Eles pensam que a gente é máquina!*, diz o aluno de dezesseis anos em meio às críticas feitas a alguns professores e, em especial, à direção de uma outra escola que produz os melhores resultados do município segundo os padrões propostos pelo Estado de São Paulo. Um espaço em que também persiste a noção de corpos como objetos e de jovens como recipientes providos apenas pela capacidade de permitir deixar entrar em suas mentes aquilo que o professor ou a professora tem a lhes dizer e de dar à instituição uma resposta satisfatória segundo os seus ideais (os da instituição). A *educação bancária* denunciada por Paulo Freire, apesar das tantas frases do autor espalhadas nos textos que contém as missões e os objetivos da escola, não foi palco por ali de grandes mudanças: “não há como não repetir que ensinar não é a pura transferência mecânica do perfil do conteúdo que o professor faz ao aluno, passivo e dócil” (Freire, 2015: 97).

O desabafo do menino aconteceu durante a execução do Projeto #Partiu9ºAno, realizado por estudantes da oitava série de uma escola situada em uma das periferias do centro da cidade, em novembro e dezembro de 2014. O objetivo do projeto proposto pelo professor de português, em uma atitude não tão conforme às expectativas da instituição, era fazer com que as alunas e os alunos refletissem individual e coletivamente sobre o ciclo anual que estavam prestes a terminar, sobre o que esperavam para o ano seguinte e sobre o cotidiano da escola. Como resultado, os textos seriam expostos nos murais do colégio em uma tentativa de dialogar com todos do espaço.

A convite das alunas e dos alunos tive a oportunidade de participar da ação e conversar com o grupo em três encontros via videoconferência. Questões como a *má qualidade da merenda*

escolar, a repetitividade dos temas abordados pelas apostilas e pelas dinâmicas em aula, a ausência de bons professores, o sentimento de se sentir preso na escola ou trancafiado em um lugar escurecido, o ambiente cimentado sem áreas verdes, e principalmente o autoritarismo por parte da direção e de alguns professores, foram as críticas mais frequentes em seus trabalhos e ditas em nossas conversas. Um autoritarismo que se expressou com ainda mais veemência depois dos textos terem sido expostos nos murais do prédio.

Nosso primeiro encontro aconteceu um pouco antes dos textos serem divulgados e a conversa girou em torno das críticas que faziam, boa parte em tons de desabafo, mas também em possíveis saídas para os problemas que enfrentavam. A postura de revolta dos jovens e das jovens nas conversas deixou explícita a ausência de qualquer forma de diálogo direto e honesto entre estudantes, professores e principalmente direção. Nada ou muito pouco do que estávamos ali discutindo foi debatido em algum momento no ambiente escolar.

Em nosso segundo encontro os textos já haviam sido expostos e não só a indignação, mas também o medo estava presente em suas falas. Frases como *guarde as suas ideias para você!*, ou, *você precisa ir a um psicólogo!*, foram ditas por professores, direção, funcionários, enfim, *profissionais da educação*. Segundo as estudantes e os estudantes a ação gerou uma grande polêmica na escola; se sentiram mal interpretados por seus *superiores* e de todos os lados as críticas apareceram. Demonstrações de poder, intimidações como convocar individualmente um aluno ou uma aluna para se explicar à coordenação na sala da diretoria, ligações para os pais e a impossibilidade de sentarem todos em uma roda para dialogar simetricamente, foi o que pautou a reação dos comandantes do que lembra, não muito vagamente, a futura *escola atual sem partido*.

Em nosso terceiro encontro que foi breve por problemas na internet da escola, a motivação com que encerraram o Projeto, apesar das dificuldades que enfrentaram, alimentava a expectativa de continuarem a ação em 2015, quando pretendiam dar o passo seguinte à crítica e caminharem em função de tornar a Escola um lugar mais agradável e participativo. Não sei se a motivação acabou durante as férias, ou se tentaram no retorno das aulas reativar o que haviam iniciado e foram outra vez reprimidos. O fato é que não houve a pretendida continuidade da ação, e a oportunidade de os membros da escola em exercitar o diálogo e construir em conjunto algo em comum, não foi aproveitada.

Não basta, como parte necessária deste processo de *redução materialista da alma* (Foucault, [1975] 2013: 158), um modelo pré-definido deslocar-se de longe com seus currículos, cargas horárias, disciplinas, regras, independentemente da realidade em que adentra e dos seres humanos que o recebem, para se tornar eficaz em seus objetivos. É preciso um esforço local, consciente ou inconsciente, capaz de manter esse padrão pré-determinado por aquilo que não nos faz sentido. A força dessa monocultura da *educação*, do pensar e do agir, atrai também muitos bem-intencionados professores e muitas bem-intencionadas professoras.

Na Cidade do Anjo, para além das ilusões dos que tentam algo acreditando estarem fazendo um bom trabalho sem pensar criticamente o modelo escolar e a cidade em que vivem, há diversos atores e atoras inclusive dentro da comunidade escolar, conscientes dos limites desse nosso modelo de *educação*, que agem dentro dos seus muros construindo com a juventude formas diferentes de relações e aprendizagens. Ali, porém, são minoria. E apesar das possibilidades inclusive legais de a comunidade escolar superar os seus muros, se organizar, desde os seus fundamentos, de outras maneiras possíveis e democráticas, como comprovam diversas escolas e iniciativas espalhadas pelo Brasil e pelo mundo, permanece, por ali, de modo geral, a teimosia do exercício de um modelo antidemocrático, autoritário, vertical, hierárquico e violento, como exposto em partes acima, e como relata e reflete o professor local Rodrigo Castro Francini:

Vê-se na escola proibições e reclamações esparsas, descontraídas, não-discutidas, não sancionadas, como os muito atuais problemas do uso do telefone celular na escola e na sala de aula, a qualidade da merenda, as quadras e demais estruturas esportivas, espaços inadequados para recreações, eventos e aulas, polêmicas relacionadas a salas-ambiente ou salas por turma, a internet cara, lenta, de péssima qualidade e de acesso restrito, a conservação e limpeza do patrimônio escolar, o uso de uniforme. Estua, nestes problemas vistos de maneira fragmentada e descontínua, uma crise de autoridade versus autoritarismo, em que não interessa quem responde pelo que (quem tem a responsabilidade), mas quem manda e quem obedece. Tudo isto, guardadas as proporções e contextos, parece denunciar uma crise de autoridade e autoritarismo pela qual passa a educação em geral, numa perspectiva sempre tecnicista e “bancária” (para usarmos o termo freireano), de uma hierarquia sem lógica e fundamento, dissociada da noção de que a autoridade é proporcional à responsabilidade – que, no caso da Educação, tem que ser de todos!⁶³

O fracasso ou o sucesso desse sistema e/ou a incompetência dos seus executores produz em nossa cidade um índice de evasão escolar acima da média de um país que está muito distante de ser referência neste tema: cerca de 70% dos jovens entre 18 e 29 anos atualmente em São

⁶³ Texto de Rodrigo Castro Francini, escrito para um curso de pós-graduação que desenvolvia na Universidade Federal de São Carlos.

Miguel Arcanjo não terminaram o ensino médio⁶⁴. A incapacidade de atrair, cativar, acolher, de se tornar interessante, necessária, de se deixar governar pelos valores, saberes, necessidades da vida e da comunidade de onde é, mas não de onde parte, criou um vácuo entre instituição e seres humanos, como comentou um jovem em conversas nos encontros do Movimento Capital Juvenil tempos depois de ter abandonado a escola na sétima série do ensino fundamental: *eu aprendo na rua o que eu preciso saber. Muito pouco do que ensinam na escola serve pra mim.*

Trata-se, também ali, das consequências das tensões e contradições criadas entre as comunidades, seus sujeitos e sujeitas e os modelos impostos e pré-definidos sobre o que quer que seja. Dos conflitos culturais de um cotidiano longe de ser homogêneo e que encontram, nesse processo de escolarização, expressões na “semântica das diferenças, nas distintas percepções sobre uma mesma realidade, nas práticas e representações simbólicas e particulares” (Meneses, 2014: 101). Para Maria Paula Meneses, “a tensão no campo do poder entre a pretensão de impor uma lógica considerada universal e as continuidades das identidades e autonomias locais é exemplo desses conflitos”:

O processo de escolarização, qualquer que seja, em presença de vários sujeitos culturais, não pode continuar a funcionar de modo monocultural. A presença desses outros sujeitos, com experiência, saberes e modos legítimos de pensar, requer uma abordagem ampla do processo de ensino, que torne possível revelar, reconhecer e incorporar a variedade de sujeitos sociais, políticos, culturais [...], incluindo os debates e as decisões sobre o ensino técnico-científico (Meneses, 2014: 101).

É que o sistema é muito racional, escreve Eduardo Galeano, do ponto de vista dos seus donos. “O investimento político não se faz apenas ao nível da consciência, das representações e daquilo que pensamos saber, mas ao nível daquilo que possibilita um saber”, afirma Foucault ([1975] 2013: 214). Mesmo vivendo rodeada por fazendas e plantações, rios e matas, boa parte da juventude e da infância da cidade não conhece sequer por fotos - para citar apenas alguns poucos exemplos - as belezas e as possibilidades da Mata Atlântica, apesar de fazer parte do município uma reserva tombada pela UNESCO e com pelo menos quatro parques naturais mais ou menos bem estruturados para receber turistas.

Ignorantes sobre o (rio) Ribeirão São Miguel, poluído a partir de determinado ponto e fornecedor da água que consumimos no centro da cidade, os rios citados como exemplos por

⁶⁴ Dados do Conselho Municipal de Assistência Social de 2016 elaborados a partir de documentos enviados pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível na Sala do Conselho.

crianças e adolescentes quando perguntados são na maioria das vezes o Rio Nilo ou o Rio Amazonas. E aquilo que faz da nossa economia ser quase que por excelência agrícola, não é traduzido, para a grande maioria de nós, em acesso a conhecimentos e saberes, nem os chamados tradicionais, nem os que denominamos críticos; tampouco existe um esforço em produzir conhecimentos e desenvolver saberes capazes de possibilitar dentro das comunidades rurais, a estrutura necessária para o desenvolvimento dos seus próprios meios de produção. A agricultura familiar não recebe da educação ou de qualquer tipo de política pública a atenção devida. E de forma geral, os conhecimentos e os saberes necessários à comunidade, ou a demanda da comunidade, não são pauta nas discussões políticas ou educacionais, tampouco está a comunidade sentada nas mesas de negociação do poder político e institucional vigente debatendo o que quer que seja. Pelo contrário; e *o fracasso desse nosso modelo de educação se faz mais um meio para o sucesso de um sistema maior.*

Consciente das “profundas vantagens que se pode tirar da desgraça alheia” (Galeano, 2009: 92), a organização social do município é movida por um intrincado sistema de espectros e sombras, desesperos, fome e coerções, assombrações, vultos, mitos e cumplicidades em que participam como sujeitos e objetos ao mesmo tempo homens, mulheres, jovens e crianças dos diversos níveis da pirâmide social de São Miguel Arcanjo. Trata-se de um certo tipo de *Agro-sistema* que envolve a política, o mercado nacional e internacional, a produção e os seus *turmeiros*, a logística e os seus *atravessadores*, a mão-de-obra, o capital, a ignorância, campanhas eleitorais e a evasão das escolas que segue promovendo em curto, médio e longo prazos as cheias nas colheitas da *riqueza do município*. Uma riqueza que adentra a segunda década do século vinte e um como o *terceiro maior* PIB agropecuário do Estado que ocupa o segundo maior produto interno bruto agropecuário do Brasil⁶⁵.

⁶⁵ IBGE: Valor adicionado bruto a preços correntes /Série encerrada/Atividade econômica/agropecuária: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-miguel-arcujo/pesquisa/38/46996?tipo=ranking&indicador=47018&ano=2011>. Acesso em 08/04/2017. Ao mesmo tempo em que São Miguel Arcanjo ocupa o terceiro maior PIB agropecuário do Estado, o Estado de São Paulo possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil: “as riquezas geradas no campo no Brasil estão concentradas em seis estados, que somados respondem por 60,9% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário. Em primeiro lugar, aparece Minas Gerais, responsável por 15,2% do total nacional, seguido por São Paulo (11,3%), pelo Rio Grande do Sul (11,1%), pelo Paraná (9,3%) e por Goiás (7%). O sexto colocado é o estado de Mato Grosso, com 6,9% do PIB agropecuário brasileiro”. No Brasil, a agropecuária foi responsável por agregar R\$ 171,1 bilhões ao PIB em 2010. Trata-se, pois, na Cidade do Anjo, de muito dinheiro: <http://www.ebc.com.br/2012/12/seis-estados-concentram-60-das-riquezas-geradas-pela-agropecuaria-brasileira-mostra-ibge>. Acessado pela primeira vez em 13 de janeiro de 2013 para pesquisa do Movimento Capital Juvenil.

3.4. Os Guardiões do Atraso: na Cidade do Anjo, sinto falta dos chicotes

Sugou-nos o suor e o corpo. Sugou-nos a alma e os sonhos. Paulina Chiziane.

Diferente da indústria, o nosso principal produtor de riqueza, a grande produção da monocultura rural não toca sinos, o que diminui, neste ponto, a importância da escola enquanto aumenta a distância entre ela e a comunidade e as desigualdades que um processo educacional autoritário e desconectado da realidade ajuda a produzir⁶⁶. A colheita da batata que acontece em meio ao ano letivo exige força e pressa juvenis para encher os sacos com as raízes que saem em abençoadas quantidades da terra, e a ilusão pelos recursos que poderiam lhes impulsionar para a conquista dos seus sonhos, ou a plena necessidade de sobrevivência, faz com que parcelas da juventude abandonem as escolas atraídas pelo *dinheiro fácil* ou pelo único dinheiro possível nos contextos em que vivem, num *sistema* que se fortalece com o aumento das desigualdades de todos os tipos.

Geovane é um deles e um de nós. Abandonou a escola aos dez anos quando seu pai foi morto em um crime nunca solucionado. Quando não está com *a gente*, durante as safras, trabalha em um ambiente em meio a uma riqueza distante algumas gerações de si, numa terra que não é a sua e ao redor de uma mata atlântica cercada que nunca foi capaz de lhe oferecer algo, a não ser a paisagem, uma das mais belas da Cidade do Anjo⁶⁷. Mas mesmo ela é difícil de apreciar quando o cansaço é imenso e as mãos, braços e pernas estão dormentes, inchados, doídos. Há o peso dos sacos que enche, levanta e carrega, a postura viciosa para a colheita e a radiação solar, o calor, o frio e a chuva, as poeiras orgânicas, os pesticidas, o veneno do agrotóxico, das formigas, aranhas, feroz aos humanos. Na verdade, ali, me parece, os humanos são mais percebidos como humanos por esses pequenos animais do que por aquele que circula constantemente uma das maiores plantações de batata do município e do Estado de São Paulo em sua caminhonete grande, preta, quatro por quatro e imponente, com os vidros escuros e fechados. Não se sabe exatamente quem está do lado de dentro protegido do calor pelo ar condicionado, o que se sabe é que há alguém acompanhando o *trabalho* de quem está do lado de fora. Não há chicotes; mas a máxima do controle sobre o corpo em função da produção

⁶⁶ É uma crítica ao modelo escolar hegemônico e à forma como o reproduzimos em São Miguel Arcanjo. Longe de colocar nela toda a responsabilidade pela realidade desigual. Porém, a escola poderia ser um espaço privilegiado para a reflexão sobre a comunidade em que está inserida, seus problemas e virtudes, para a proposta de soluções e para a prática comunitária. A escola é parte dos problemas sociais e pode ser parte das suas soluções.

⁶⁷ Trata-se aqui do uso político da reserva de mata atlântica tomada como citaremos.

econômica permanece: na Cidade do Anjo também “é proibido perder um tempo que é contado por Deus e pago pelos homens” (Foucault, [1975] 2013: 178).

A constituição do corpo como força de trabalho só é possível se estiver integrado em um sistema amplo de sujeição: “o investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; em boa parte, é como força de produção que o corpo é investido de relações de poder e de domínio”, e a *necessidade material* (Foucault, [1975] 2013: 33), as desigualdades econômicas, sociais, políticas participativas, as ausências de possibilidades outras, de esperanças, liberdades, informações e educações, a indiferença e o abandono puro são instrumentos políticos cuidadosamente organizados, calculados e utilizados.

Para Boaventura de Sousa Santos o poder, de uma maneira geral, é qualquer relação social regulada por uma troca desigual: “as trocas podem abranger virtualmente todas as condições que determinam a ação e a vida, os projetos e as trajetórias pessoais e sociais, tais como bens, serviços, meios, recursos, símbolos, valores, identidades, capacidades, oportunidades, aptidões e interesses.” Para o autor, o que é mais característico das nossas sociedades no relativo às relações de poder, “é o facto de a desigualdade material estar profundamente entrelaçada com a desigualdade não material⁶⁸, sobretudo com a educação desigual, a desigualdade das capacidades representacionais/comunicativas e expressivas” e pela “desigualdade das capacidades para organizar interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisões significativas (Santos, 2011: 266).

As culturas, valores, sistemas de eticidade criados pelos seres humanos permitem a permanência sistêmica da vida humana, desenvolvem ou impedem (Dussel, 1998). São *sistemas de vida*, conjuntos de elementos interligados movidos por relações de forças e poderes, como escreveu Santos, que podem ou não influenciar os rumos de uma organização política, econômica e social, envolvida ou estimulada por uma diversidade de saberes e ignorâncias produzidas também socialmente, por silêncios e corrupções, possibilidades e impossibilidades de um povo caminhar, pelas possibilidades ou não de trabalho e de produção de renda, de produções outras ou alternativas de riquezas, de se desenvolver ou ser impedido pelas estruturas educacionais, de acesso a conhecimentos técnicos, científicos, saberes, de produção de

⁶⁸ Santos utiliza um significado distinto do *material* do exposto na introdução desse estudo.

conhecimentos locais ou não, pelas possibilidades de desenvolvimento cultural e político; pelo poder de fazer prevalecer ou não a sua vontade nos espaços de decisões significativas.

Na Cidade do Anjo, ao lado de outras distintas consequências e causas, de possibilidades e impossibilidades desse *sistema* de organização da vida, nos últimos anos, mais de três mil seres humanos, de um total de pouco menos de quinze mil que viviam nos bairros rurais (cujos números representavam pouco menos da metade da população do município), deixaram as suas pequenas terras nas mãos dos grandes produtores rurais e das grandes empresas de eucalipto do país para habitarem as periferias do centro urbano da cidade. A população urbana em 2000 representava 58,39% e em 2010 passou a representar 68,37% do total (CENSO 2010/IBGE)⁶⁹.

Empresas como a Suzano, Eucatex e Duratex, as maiores do ramo do eucalipto no Brasil, procuram por toda a nação, como se sabe, as terras, as mãos-de-obra e os incentivos governamentais⁷⁰ capazes de lhes proporcionar a maior margem de lucro possível. Entramos na segunda década do século vinte e um com o Estado de São Paulo ocupando a segunda posição em área plantada desta espécie no Brasil, atrás de Minas Gerais e à frente da Bahia; com o Brasil como o maior exportador mundial de fibra de celulose; e com a região em que São Miguel Arcanjo está situada como a que concentra, no Estado de São Paulo, a maior predominância de eucalipto no uso do solo (Leyton, 2008).

Aliada às terras baratas, às mãos fartas para o trabalho cada vez mais desnecessárias a este tipo de produção e aos incentivos governamentais de todos os tipos, expostos ou não, o que também atrai corporações dessa envergadura a municípios como o nosso é a incapacidade da comunidade local em interferir nos planos empresariais de seus *ceos*⁷¹. A cidade vizinha, Capão Bonito, por exemplo, criou em 2004 uma lei impossibilitando a produção deste tipo de monocultura em áreas aptas para a agricultura em seu território. Para o então prefeito, “*A monocultura do eucalipto na região trouxe graves consequências sociais, como o desemprego e a evasão populacional*” (Leyton, 2008: 17). No município de São Luiz do Paraitinga, também

⁶⁹ Parte de uma pesquisa realizada entre os anos de 2010, 2011 e 2012 pelo Movimento Capital Juvenil que seguirá neste capítulo sendo trabalhada. Principalmente dos Boletins do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - www.mds.gov.br e da Fundação Seade: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php> cuja data de acesso não possui. Pesquisa realizada também diretamente na Secretaria de Assistência Social de São Miguel Arcanjo.

⁷⁰ Karen Leyton (2008) descreve alguns desses incentivos em programas públicos criados pelas próprias empresas. O resultado é o benefício próprio em detrimento do social local e das pequenas produções locais.

⁷¹ É como tem sido chamado também no Brasil o que ocupa o cargo que está no topo da hierarquia operacional de uma empresa: *Chief Executive Officer* (CEO).

interior de São Paulo, um movimento popular apresentou um projeto de Lei Popular *que proibia novas áreas de reflorestamento de eucalipto no município entre outras providências*, indeferido na câmara dos vereadores. Através de Ação Civil Pública, o município determinou a suspensão imediata de todo o plantio de eucalipto (Leyton, 2008: 17). Em São Miguel Arcanjo, apesar das tentativas de alguns ao longo de sua história recente, projetos de leis como esses foram barrados antes mesmo de irem à votação em nossa casa de leis. Não existe legislação no município com relação ao uso do solo rural.

Enquanto isso, a situação do trabalhador rural e de sua família, que antes cultivava a sua pequena parcela de alimentos, não melhorou com a nova situação imposta pela ausência de qualquer política pública destinada à pequena e média produção rural, pela dificuldade de organizações locais e pelos boicotes dos poderes da rede de um *sistema* bem localizado. A vida nas periferias da cidade não promove qualidade, e o que antes era *apenas* uma vida difícil para o trabalhador dono de sua própria terra, se transforma, para a conquista de sua sobrevivência, na dependência das grandes e ocasionais safras da grande produção.

Na França da revolução burguesa e industrial do século XIX o regulamento da fábrica de Saint-Maur ditava as atividades a serem seguidas e os louvores a serem pregados: “todas as pessoas [...] ao chegarem de manhã, antes de trabalhar, começarão por lavar as mãos, oferecerão a Deus o seu trabalho, farão o sinal da cruz e começarão a trabalhar”. No entanto, escreve Foucault, “ainda no século XIX, quando se pretende utilizar populações rurais na indústria, para as habituar a trabalhar em oficinas, recorre-se a congregações”. Os então operários, para se tornarem úteis depois da imigração dos campos, eram “enquadrados em ‘fábricas-convento’” (Foucault, [1975] 2013: 173). Na Cidade do Anjo do século vinte e um, nesse trabalho inverso em devolver aos campos cotidianamente os seres humanos que dele saíram e de levar os que nunca lá estiveram, as “fábricas-convento” ganham outros contornos. Uma ou outra instituição de caridade prega pela manhã e antes das refeições a reza ao “pai nosso” nos corpos em desenvolvimento e, enquanto as escolas se empenham em manter elevados os seus níveis de evasão, são mantidas as impossibilidades de outras formas de se trabalhar e de produzir riqueza. Tudo, portanto, mais uma vez, como deve ser. E nesse processo resta, apenas, nesse momento, organizar um mais ou menos eficiente transporte coletivo.

A evasão dos campos, portanto, não impede as plantações de estarem cheias quando é necessário. Os ônibus nomeados apenas com o título *rural* das distintas fazendas passam por

todas as periferias do centro urbano para carregar os seus trabalhadores e trabalhadoras para a colheita do turno, e o modelo utilizado como pagamento para o trabalho sazonal necessário mais ou menos um, dois ou três meses ao ano dependendo do tipo da produção, nos faz lembrar um dos motivos que fez com que grandes senhores de engenho se conformassem com o fim da escravidão. Seria mais barato tê-los livres e à disposição do que mantê-los e sustentá-los diariamente: ali, paga-se, quando necessário, pela quantidade de batata que se carrega. Nada de novo na construção do mundo moderno. Hegel, nos relembra Dussel, no início do século XIX, já anunciava as vantagens da liberdade dos seres humanos para os donos dos meios de produção: “Inglaterra tem tomado consciência de que a América lhe é mais útil como livre do que como dependente. A libertação das colônias se manifesta como maior benefício para a metrópole assim como a libertação dos escravos é mais benéfica ao senhor” (2007: 387).

As vagas nos ônibus, porém, são limitadas. Os intermediários entre a mão-de-obra e as diversas fazendas, os chamados *turmeiros*, aqueles que organizam os/as montantes de trabalhadores/as e os/as levam para as plantações, e que recebem um dinheiro extra dos donos da produção quanto mais raízes, frutas ou legumes o seu grupo é capaz de colher e de carregar, aceitam como seus trabalhadores e trabalhadoras apenas os mais bem capacitados e capacitadas para o serviço. Assim, tal qual a lógica do mercado moderno em todas as suas esferas, a miséria disputa entre si, em busca de sua quota parte de felicidade, um espaço num mercado de trabalho em que as mãos mais fortes e os jovens mais ágeis, e de preferência impulsionados pela energia que a cocaína e a anestesia que o crack vendidos livremente nos campos lhes proporcionam, acabam vencendo, nesta eficiente organização entre os crimes organizados. Nos ônibus que levam e trazem os elementos que sustentam a base do *sistema*, o tráfico viaja em dias de pagamento para receber da miséria os valores dos seus produtos capazes de impulsionar os trabalhos distribuídos antecipadamente de forma fiada.

Me aproveitando das palavras de Achille Mbembe, na Cidade do Anjo “o que caracteriza a plantação não são somente as formas fragmentadas de submissão”, mas o fato “de o vínculo social de exploração não ser dado logo de uma só vez. Vai sendo constantemente posto em causa e é incessantemente produzido e reproduzido por meio de uma violência de tipo molecular que sutura e satura a relação servil” (2014: 41). Há “a desconfiança, as intrigas, as rivalidades e os ciúmes, o jogo movediço das alianças, as táticas ambivalentes feitas de cumplicidades, esquemas de toda a espécie e feitio, as condutas de diferenciação num pano de fundo de posições reversíveis” (2014: 41); de relações alternadas, de coações e silêncios, de serviços e

favores prestados em uma disputa por servir que faz a competição por um espaço nos bancos dos ônibus rurais permanecer na base da pirâmide social são-miguelense. Os trabalhadores e as trabalhadoras, por exemplo, bem considerados pelos *turmeiros* recebem o privilégio de levar outros trabalhadores consigo e ganhar também um dinheiro extra pelo esforço daqueles ou daquelas que conseguiram indicar. A exploração, portanto, permanece e a concorrência é acirrada. Numa das maiores produtoras agropecuárias do Estado de São Paulo, faltam vagas para trabalhadores e trabalhadoras são-miguelenses, o que faz com que cidades da região como Tatuí, Itapetininga, Pilar do Sul, Sorocaba, dentre outras, venham a nós buscar a mão-de-obra barata que não encontram em seus municípios.

“O motor primeiro do capitalismo é o duplo instinto, por um lado, da violação ilimitada de todas as formas de interdito e, por outro lado, da abolição de qualquer distinção entre os meios e os fins” (Mbembe, 2014: 299). E sobre tal - a impossibilidade ética dessa vendida como a única e possível forma de se praticar economia -, basta lembrar, como escreveu Aimé Césaire, que tal qual “um animal agreste que pelo elementar exercício da sua vitalidade espalha o sangue e semeia a morte [...], historicamente, foi sob esta forma de arquétipo feroz que se manifestou, à consciência e ao espírito dos melhores, a revelação da sociedade capitalista” (1978: 53), num *sistema*, também ali, em que a infância está longe de viver imune aos desejos de riqueza dos donos dos meios de produção de riqueza.

Na produção econômica da Cidade do Anjo as crianças funcionam como uma extensão curta dos braços cansados de seus pais na luta pela sobrevivência familiar; e como pequenas peças de uma engrenagem que, se não muito eficientes, giram sem custos aos donos das grandes e pontuais safras da produção. Apenas somam o montante daquilo que é colhido, pesado, carregado e pago aos que detém a vaga no banco dos ônibus enquanto aprendem sobre um dos poucos ofícios capazes de lhes possibilitar, na Cidade do Anjo, a sobrevivência: o “capital em geral” e a escola em particular, “pouco perguntam pelas qualidades não utilizáveis” de seus submissos (Bloch, [1959] 2006a: 147). Quanto às vagas nos bancos dos ônibus rurais, pai ou mãe e filho ou filha ocupam apenas uma.

A mãe de Geovane foi uma das que ocupou um espaço nas viagens às fazendas. Morreu quando o menino tinha doze ou treze anos. Ainda criança, depois da morte de seu pai, ele a acompanhava à lavoura para ajudá-la a colher a uva, encher as caixas e carregá-las nos caminhões ao lado de outras crianças que também acompanhavam seus pais para a colheita da

produção rural tal qual a realizamos. O incentivo para essa prática é antigo. Antes como hoje, como já anunciado, a lógica é mesma: quanto mais caixas se carrega, mais se recebe pelo pequeno valor destinado ao trabalhador, neste caso, à trabalhadora da colheita de uma uva que não era dela, mas de um outro cidadão, muito respeitado pela comunidade são-miguelense, do qual não conhecia, mas que via dentro de uma outra imponente caminhonete da época que circulava a plantação.

Nossos grandes produtores rurais, *principais responsáveis* pela riqueza do município, como se compreendem, preferem as mulheres mais maduras pois são mais jeitosas para colheita da uva, uma fruta delicada, dizem. Para a colheita da batata, é melhor uma juventude de meninas e meninos resistentes e de mães com vinte e poucos anos ainda com forças. Por isso não permitem com que subam nos ônibus rurais os velhos precoces ainda com seus trinta e poucos anos e que tinham nove, doze ou quatorze quando abandonaram a escola e entraram para o ciclo histórico da produção rural tal qual a realizamos. Para estes, desgastados pelo peso da Cidade do Anjo e suas famílias, as esperanças são reduzidas. Para os jovens como Geovane e suas mães não há qualquer outra oportunidade, com exceção de alguns empregos em supermercados, serralherias, uma fábrica de jeans e afins, em que possam se agarrar para sobreviver, tão pouco para viver em sua dignidade absoluta como seres humanos: *...da vomtade de sumi!!!! a gent sonha sonha mais numca realiza... mas deuss ajuda os qe estao sendo pisotiado pela desigualdade*, me escreveu Geovane.

Em sua cidade, comandada pelos outros, “somente o ar está disponível sem maior esforço” e a terra, a deles, “necessita ser cultivada em primeiro lugar”. Ali, o cultivo, tal como escreve Bloch, também se faz “em atitude curvada, penosa, não como os que colhem frutas delicadas em posição reta”. Também na Cidade do Anjo “poucos ricos vivem de muitos pobres. Fome constante se estende pela vida, é somente ela que compele à escravidão, somente depois é o chicote” (Bloch, [1959] 2006a: 29), em um *sistema*, sem chicotes, sustentado, portanto, pela extrema pobreza e movido pela miséria de um modo de ser, de pensar, de entender e de viver no mundo: *sem miséria, senhores, quem colheria a batata, a uva, quem carregaria a madeira num trabalho a um salário de semiescravidão? Salário este, um dos mais baixos do Estado de São Paulo e coincidentemente igual em quase todas as plantações*, como denunciemos, em dois mil e onze, em tribuna da Casa de Leis. Cabe, aqui, portanto, seguir a denúncia e “levar em conta”, como escreve Bloch, “quem, afinal, exerce a coação e, em decorrência, a manutenção da ordem e para que ela é exercida. Se isso for considerado, ficará evidente que também a ordem

possui vários rostos e que o Estado, estabelecido por meio dela, não permanece o mesmo” (Bloch, [1959] 2006a: 85).

Por oito anos, de dois mil e cinco a dois mil e doze, Antônio Celso Mossin - hoje réu em processos por enriquecimento ilícito e improbidade administrativa movidos pela corrupção em seu governo⁷² - foi prefeito de São Miguel Arcanjo. Um dos maiores produtores de uva da região e presidente do sindicato dos produtores rurais antes e depois de ser prefeito, teve, em todos os seus anos como principal servidor público, duas preocupações em destaque, nunca em segredo, e que de tão óbvio pode parecer ingênuo dizer: o aumento do preço da mão-de-obra nas lavouras. Um desejo que, repetido por ele em diversos locais não tão públicos, para ser consumado, dentre outras ações como a impossibilidade de acesso a conhecimentos e ao desenvolvimento cultural, por exemplo, como se esforçou por fazer (não há no município nenhuma instituição pública de conhecimento técnico ou científico como há em cidades também pequenas e vizinhas), precisa envolver a preocupação com a vinda ou a constituição de empresas ou indústrias, cooperativas e organizações da pequena e média agricultura local capazes de abrir concorrência ou alternativas à mão-de-obra.

Como exemplo aos boicotes de uma *rede* bem localizada e o poder, como prefeito, de estimular ou impedir algum tipo de desenvolvimento econômico local, em uma cidade rodeada ainda por muitos e distintos focos de agricultura familiar, por exemplo, não somos *capazes* sequer de produzir a nossa própria merenda escolar, e a *Máfia da Merenda* até então presente em São Miguel Arcanjo e em outras 66 cidades do país, investigada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e municipal, se fez e os seus estragos permanecem como um dos pesos silenciados pela sociedade nas costas do ser humano vivente das zonas rurais e das periferias do centro urbano. Dependente da miséria, no poder político institucional, o governo de Mossin comprou em todos os seus oito anos alimentos enlatados e serviu diariamente aos nossos mais de seis mil alunos e alunas⁷³ de uma empresa situada distante de São Miguel Arcanjo denominada COAN, indiciada, ao lado de Antônio Celso Mossin e outros, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo por esse grande esquema nacional de corrupção denominado, como já dito, *Máfia da Merenda*.

⁷² Antônio Celso Mossin é citado em pelo menos 10 processos judiciais: Portal Arquivo Judicial: <https://www.arquivojudicial.com/nome/antonio-celso-mossin>. Acessado em 12/04/2018.

⁷³ Em 2017 são mais de três milhões de reais do orçamento municipal anual destinados para a merenda escolar.

Um outro breve exemplo é Lia. Da cidade de São Paulo, herdou de seu pai uma fazenda em São Miguel e, quando passou a administrá-la, decidiu pagar um pouco mais a quem cultivava as suas terras. Foi chamada, e o ano era dois mil e doze, a uma dessas reuniões do patronato são-miguelense para ser questionada sobre os valores *altos* pagos aos seus trabalhadores e trabalhadoras nessa tentativa de manter de maneira *coincidentemente* igual os *salários* mais baixos do Estado⁷⁴.

São preocupações que com o poder a ele atribuído pelas vias institucionais políticas e pelas redes de forças e coerções que compõem a realidade são-miguelense, conseguiu e consegue fazer prevalecer boa parte da sua vontade e da vontade daqueles que representa. Segundo dados do IBGE, em 2015, depois de todos os seus oito anos de atuação política como prefeito, a proporção de pessoas ocupadas em trabalhos formais em São Miguel Arcanjo em relação à população total permaneceu como antes e era de 14.0%. Na comparação com os outros municípios do Estado, o nosso ocupava a posição 537 de 645 cidades. Na microrregião em que está situada formada por cinco cidades, São Miguel Arcanjo ocupava a *quinta* e última posição e estava, em 2015, no grupo de municípios do Estado de São Paulo com a pior taxa, portanto, no quesito *população ocupada*⁷⁵. Uma possibilidade de acesso ao trabalho e à renda extremamente baixa. Quanto à necessidade de sobrevivência de um povo desempregado e livre para os trabalhos sazonais tal como exige a produção rural tal qual a realizamos e disposta às mais prejudiciais funções à saúde humana, como é o trabalho nas diversas colheitas como afirma a Organização Mundial do Trabalho⁷⁶, os dados se invertem e se tornam os mais elevados: São Miguel Arcanjo adentra a segunda década do século vinte e um com *o dobro da média de extrema pobreza* do Estado de São Paulo⁷⁷.

O candidato a vice-prefeito, Hélio Mori, da legenda do ex-prefeito Antônio Celso Mossin nas eleições de 2012 (PSDB), é outro que depende, para a produção de sua batata, de uma massa de mão-de-obra barata e pronta para a colheita de suas raízes. Vereador em alguns mandatos e Presidente da Câmara de Vereadores por vários anos, Hélio Mori é capaz de vender os seus produtos diretamente, por exemplo, aos supermercados Angeloni em Florianópolis, Santa

⁷⁴ Uma fonte sobre os valores que envolvem a mão-de-obra são também as empresas de Contabilidade com acesso às planilhas das distintas fazendas.

⁷⁵ IBGE (2015) Trabalho e Rendimento: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-miguel-arcanjo/panorama>. Acessado em 10/04/2018.

⁷⁶ Trabalhos prejudiciais à saúde e à segurança infantil: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acessado em 13/04/2018.

⁷⁷ Dados da pesquisa realizada entre os anos de 2010, 2011 e 2012 citada em nota n. 69.

Catarina, uma das maiores redes de supermercados do sul do país; e aos supermercados Pão de Açúcar e Carrefour em São Paulo, dois dos maiores do Brasil. O mercado, a venda e o consumo, alienado, cúmplice, o *comércio livre*, as suas virtudes e os seus direitos, comprará, indiferente à forma como são produzidos, os *bens* de quem os oferecer pelos preços mais baixos. Num processo moralmente aceito, os maiores comerciantes de produtos agrícolas do Brasil podem abrir concorrência por todo território nacional e, por motivos que não tornam os nossos grandes produtores mais competentes tecnicamente que os produtores dos outros, a concorrência é vencida pela Cidade do Anjo pelo preço da mão-de-obra produzida.

Outros vendedores de produtos agrícolas ao Carrefour e ao Pão de Açúcar na Cidade do Anjo são os *atravessadores*. Entre os pequenos e os médios produtores sem estruturas logísticas e os consumidores, os *atravessadores* são os que ocupam este vazio para levar dos bairros rurais e afastados os diversos produtos ao centro do mercado. Aqui há coerções e roubos, estratégias, chantagens, pesos disfarçados, cheques sem fundo, balanças desreguladas em detrimento do senhor, ou de todo um *povo*, que planta em sua pequena terra afastado de qualquer tipo de suporte e, nessa relação, distante de qualquer poder inclusive de negociação. Um dos maiores *atravessadores* de São Miguel Arcanjo faz parte do mesmo grupo político citado. Leãozinho, como é chamado, não só produz batata em suas terras como compra uma diversificada produção agrícola de pequenos produtores espalhados e isolados pelos diversos bairros distantes uns dos outros de nossa zona rural a preços influenciados por ele mesmo e revende, no mercado, pelo valor que a estrutura logística que possui um dos homens mais ricos do município não é possível aos pequenos produtores abandonados politicamente e desarticulados entre si. Uma riqueza também adquirida à custa do suor da miséria são-miguelense. Em suas plantações e colheitas, quando não *atravessa*, é também permitido o trabalho de crianças e adolescentes, o que barateia ainda mais os seus produtos e aumenta a sua margem de lucros. Galinha, outro dos maiores *atravessadores* da Cidade do Anjo, carrega as mesmas características. Envolvidos abertamente em campanhas eleitorais, designando, inclusive, depois das eleições vencidas, irmãs e sobrinhos para ocupar cargos públicos de confiança estratégicos na esfera Executiva do poder institucional, estes e outros *atravessadores* e grandes produtores da monocultura rural, são parte desta rede que envolve Hélio Mori e Antônio Celso Mossin (PSDB); que envolveu Zé

Kodawara (PTB)⁷⁸ e que envolve agora Paulo Oreia (PP)⁷⁹ e Coelho (PMDB)⁸⁰, dentre tantos outros vazios quando do que se trata são as necessidades e os quereres de um povo.

Uma rede também sustentada politicamente por assombrações, esses tipos de objetos fantásticos que assustam, aparecem e desaparecem e causam terror e que, na Cidade do Anjo também existem e assombram festas e inaugurações e voltam a aparecer em campanhas eleitorais, nunca em reuniões comunitárias, nunca em debates com o povo sobre as suas necessidades, tais como os deputados estaduais Edson Giriboni (PV) e João Caraméz (PSDB) e o deputado federal Guilherme Mussi (PP). Nada, a não ser emenda parlamentar para asfaltos e obras desnecessárias, propagandas sobre isso e apoio jurídico aos crimes cometidos pelos seus nos anos de governo surgem destes que representam no legislativo estadual e federal, eles (sua rede) mesmos⁸¹. Os também donos de postos de gasolina e dois dos grandes produtores de batata e outros produtos do município, *Seu L.* e alguns membros família *M.*, compactuam da mesma lógica: trabalho infanto-juvenil semiescravo em suas terras e o envolvimento íntimo em campanhas políticas deste grupo de pessoas.

Uma forma de fazer *política*, de nos organizar em sociedade, que não se fixa apenas na rede dos arquitetos dessa nossa ordem social e econômica, mas que perpassa e depende dos comparsas da fome quando a pobreza extrema é utilizada como manobra pelo e para o poder nas compras de favores e doções de cestas básicas, caronas e viagens, inclusive, de ambulâncias, em troca de votos para a manutenção do que está dado. Uma forma de fazer *política* em que famílias “bem estruturadas” inclusive financeiramente trocam também todos os seus votos por um emprego *para um dos seus* em “cargos públicos de confiança”. Uma forma de nos organizar em sociedade em que não se debate questões em locais de direito ou em qualquer outro lugar, salvo exceções, com a profundidade e a seriedade que os nossos problemas exigem. Numa cidade, em vésperas de eleições, inteiramente *re-asfaltada* (asfalto sobre asfalto), praças novamente reformadas e obras inauguradas, complementadas pela velha e distorcida ali política do pó e circo: a Cidade do Anjo, Capital da Uva Itália, em fevereiro, anuncia os grandes espetáculos milionários pagos com dinheiro público da sua privada e organizada há alguns anos

⁷⁸ Prefeito de São Miguel Arcanjo entre 2013 e 2016.

⁷⁹ Prefeito de São Miguel Arcanjo. Mandato 2017 – 2020.

⁸⁰ Coligado com Paulo Oreira.

⁸¹ Não há nenhum projeto aprovado ou em tramitação propostos por estes deputados em função da população são-miguelense.

pela mesma empresa, Festa da Uva, na tentativa constante e anunciada em manter seus mitos, suas verdades próprias e suas realidades de privilégios à custa de sofrimento extremo.

Realidade mantida, mais uma vez, pelos comparsas da fome disfarçados de vereadores e cabos eleitorais na covardia diária em camuflar da miséria de um povo confundido como simples seus milhões em dinheiro público adquiridos com o suor inclusive da criança que colhe e carrega nos ombros a riqueza do município⁸², em favor de seus privilégios e de todo um jogo de interesses próprios cujo único princípio é a ausência de princípios: “Quer se trate da organização ou de outra coisa, o oportunismo tem *um só princípio: a falta de princípios*. Escolhe seus *meios* de acordo com as circunstâncias, se estes meios lhe parecem aptos para conseguir os *fins* que persegue” (Luxemburg apud Dussel, 1998: 514). Uma maneira de agir típica de quem se sente o próprio *triunfador*; aquele que busca um *fim em si mesmo* e a sua realização: “o êxito de uma ação que muitas vezes é ‘eficaz’, mas que nada tem de ético, ou nada tem a ver com uma ética crítica, com uma ética da vida, ou seja, com a reprodução da vida e a participação simétrica de todos” (Dussel, 1998: 512). Numa cidade e num tempo em que corrupções de proporções nacionais encontraram um solo fértil para se desenvolver. Além de não *perceber a Máfia da Merenda* conhecida nacionalmente, Ari Rosa, secretário de finanças do município nos tempos de António Celso Mossin, um cargo pelo qual passam todos os recursos financeiros e todos os contratos assinados pela cidade, por motivos não esclarecidos, não conseguiu perceber o que até o *Fantástico*⁸³ divulgou: desvio de dinheiro público destinado à Saúde Pública de São Miguel Arcanjo envolvendo também a organização não governamental – SAS -, cuja administração pública liderada por Celso Mossin, Ari Rosa, dentre outros, terceirizou todo o serviço de Pronto Atendimento médico da cidade.

Desvios em recursos públicos destinados à merenda escolar de crianças que passam fome e de uma saúde que deveria atender inclusive a seres humanos portadores de doenças aparentemente extintas e que ressurgem em meio à miséria, permeou todos os oito anos de mandato de alguns dos que chamamos na Cidade do Anjo, *Guardiões do Atraso*, numa cidade que segue devolvendo a eles em cada eleição as suas possibilidades de seguirem *guardando* o que entendem como seus.

⁸² “Quando não ocorre essa compatibilidade (por exemplo, quando há aumento de capital mas diminuição das possibilidades de vida e da participação discursivo-democrática da maioria da humanidade) a *intervenção* ético-crítica se faz necessária” (Dussel, 1998: 536).

⁸³ Programa televisivo da Rede Globo.

Trata-se, na Cidade do Anjo, de um *sistema de organização da vida* não muito complexo de espectros, portanto, de *turmeiros* e vultos, *atravessadores*; de mão-de-obra barata, mitos e covardias; assombrações; de crianças, resistências, mães e escolas; de relações de forças e violências; instituições de caridade, igrejas como veremos, silêncios, silenciamentos e cumplicidades, coações, coerções e roubos; meios privados da grande produção da monocultura rural e política institucional, mercados, leis e ignorâncias; um “mapa”, enfim, de relações assimétricas, de desigualdades de todos os tipos impulsionadas por um lado, por um dos maiores PIBs agropecuários do Estado mais rico de uma das maiores economias do planeta e, por outro, por uma realidade já na segunda década do século vinte e um com cerca de 35% (11.089 pessoas) da população em condições de *alta vulnerabilidade social* e outros quase 35% (10.835 pessoas) em situação de *vulnerabilidade social*. São 21.924 seres humanos dos cerca de 31 mil habitantes em condições precárias de vida nos mais diversos graus de dramaticidade humana⁸⁴. Por uma taxa de escolarização de crianças e adolescentes de seis a quatorze anos que ocupa a posição 606 dentre as 645 cidades paulistas, e 4637 dentre 5570 no país⁸⁵, numa realidade que possui os piores níveis de desenvolvimento humano do Estado: o IDH de São Miguel Arcanjo ocupa a posição 553 das 645 cidades paulistas analisadas⁸⁶.

De uma estrutura urbana em que questões básicas à saúde são negligenciadas. O esgotamento sanitário adequado, por exemplo, de São Miguel Arcanjo, ocupa a posição 593 dentre as 645 cidades do Estado de São Paulo; e fica em 620 das mesmas 645 quando o que se compara são domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada: presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. O esgoto a céu aberto é comum nas periferias e os alagamentos são correntes. E numa cidade rodeada pela mata atlântica, a sua posição em arborização de vias públicas ocupa, na microrregião, mais uma vez, com cinco cidades, a quinta e, no Estado, 580 de 645 municípios. É a ausência de estruturas públicas básicas nesse nosso *sistema de organização social*, portanto, movido por uma das cidades mais *desfavorecidas* do Estado de São Paulo segundo a Fundação Seade: em níveis de renda, educação e saúde, numa escala de

⁸⁴ Dados da Fundação Seade baseados no IBGE enviado pelo Ministério do Desenvolvimento Social do Brasil ao Conselho Municipal de Assistência Social de São Miguel Arcanjo. Disponível na Sala dos Conselhos do município.

⁸⁵ IBGE Escolarização (2015): <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-miguel-arcanjo/panorama>. Acessado em 10/04/2017.

⁸⁶ IBGE IDH (2010): <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-miguel-arcanjo/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acessado em 10/04/2017.

um a cinco, quando *um* representa melhores indicadores sociais e *cinco*, piores, São Miguel Arcanjo adentra à segunda década do século vinte e um no último, grupo *cinco*⁸⁷.

Por fim, se comparamos a estimativa de famílias com renda mensal abaixo de R\$ 70,00 (extrema pobreza) (CENSO 2010), de forma proporcional entre população e extrema pobreza à cidade vizinha de mesmo porte Pilar do Sul, a participação da população extremamente pobre em São Miguel Arcanjo é 42% maior (CENSO 2010/IBGE)⁸⁸. Trata-se, portanto, mais uma vez, de um certo tipo de *agro-sistema* impulsionado, por um lado, pela miséria e, por outro, por uma representação política sustentada por um poder econômico que coloca nos processos de tomada de decisões significativas descritos por Santos, os que participam ou respondem aos altos financiamentos de uma rede de relações dos que dependem da mão-de-obra barata nas lavouras, sustentado politicamente pelas esferas mais conservadoras e reacionárias da política brasileira. É uma força, por hora, que tem sido capaz de manter o desemprego, as impossibilidades de acesso ao conhecimento técnico e científico, de educações e produções de conhecimentos locais, de alternativas de produções, de manejar as mais básicas das necessidades, a miséria, a fome, em função da própria produção econômica: é o que chamamos semiescravidão na Cidade do Anjo movida pelos Guardiões do Atraso:

Abarcar e concentrar os meios materiais de vida é destruir as possibilidades de vida do outro, já que o que se concentra e se tira não são simples riquezas, mas meios de vida... A dominação torna possível a exploração e esta dá materialidade à dominação... Nenhuma dominação pode ser definitiva sem o manejo da distribuição dos meios materiais da vida (Hinkelammert apud Dussel, 1998: 504).

Representantes patronais rurais de São Miguel Arcanjo nos espaços de poder institucional político do povo, incapazes de dialogar com a comunidade, de debater conteúdos de políticas públicas e de devolver recursos públicos à agricultura familiar, em políticas públicas culturais, esportivas, educacionais, em desenvolvimento social, como demonstram a realidade do nosso cotidiano e a distribuição dos orçamentos públicos anuais, seguem, como argumentou Daniel em uma Roda de Encontros, capitalizando para os seus os lucros da riqueza colhida pela miséria são-miguelense e socializando os dividendos. Seus trabalhadores e trabalhadoras braçais e suas famílias não recebem o suficiente para alimentar a fome.

⁸⁷ Parte da pesquisa citada acima em nota de rodapé n. 69.

⁸⁸ Idem.

A quantidade de cestas-básicas distribuídas pela Secretaria de Assistência Social não atende às necessidades de uma demanda que não possui carteira-assinada, não assina contrato de trabalho, não recebe o direito à aposentadoria nem nenhum outro direito assegurado. Os cortes na CLT do governo brasileiro pós-impedimento da Presidenta do Brasil Dilma Rousseff em 2016 não foram sentidos diretamente por esses trabalhadores e trabalhadoras. Não existe ali CLT. Aos trinta ou quarenta anos, pais e mães com as costas desgastadas pelo peso da colheita; com a saúde destroçada pela força dos venenos de uma agricultura burra, não suportam mais atender às necessidades da produção econômica são-miguelense. As filas em uma Assistência Social gerida desde 1989 pela mesma secretária e prima de um dos maiores produtores de uva da região e, no ano de 2017, substituída pela irmã de um dos maiores *atravessadores* do município, aumentam de acordo com a força de um *sistema* sustentado pela miséria; e o dinheiro público, mesmo que escasso, investido no conteúdo estúpido, assistencialista da rede socioassistencial da Cidade do Anjo que atua de maneira inversa ao que institui a Constituição brasileira de 1988 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que objetiva, ao menos em seus princípios, programas e leis dar passos na superação dessas realidades, é capaz apenas de fortalecer, numa disputa com as resistências internas que existem, o *status quo* num trabalho, consciente para alguns, inconsciente para outros, que mantém a fome e a realidade em níveis perversos. Trata-se, portanto, de um emaranhado de movimentos e abandonos, instituições, cargos públicos e indiferenças, princípios, interesses e humilhações de um *sistema de organização da vida* que segue capitalizando para alguns os lucros colhidos pela miséria são-miguelense e socializando entre todos os dividendos pagos, mais uma vez, mesmo que escassos, com dinheiro público.

O *Agro-sistema* comporta, assim, diversos níveis e responsabilidades, estratégias, silêncios e poderes, influências e instituições que mantém, na Cidade do Anjo, tudo como deve ser e que produz, em suas relações, resultados promíscuos para a grande maioria das suas crianças e jovens. As fazendas distantes dos olhos e sentidos da indiferença tornam invisíveis os sacos de batatas nas costas dos meninos e meninas, dos pais e mães de família em busca de sustento, e a *institucionalização* do caráter descartável e solúvel do ser humano do século XXI é camuflado historicamente ali pela enaltecida festa da Capital da Uva Itália e, recentemente, pelo abençoado santuário do Arcanjo Miguel.

“Se ontem o drama do sujeito era ser explorado pelo capital, hoje, a tragédia da multidão é não poder já ser explorada de todo, é ser objeto de humilhação numa humanidade supérflua, entregue ao abandono, que já nem é útil ao funcionamento do capital (Mbembe, 2014: 14).

Diante da quantidade sobressalente de trabalhadores e trabalhadoras dispostos e dispostas a carregar a madeira, à colheita sazonal da uva, da batata e de outros bens, na Cidade do Anjo, mais valiosos que a vida humana, alguns grandes produtores reclamam da quantidade de crianças e adolescentes que insistem em permanecer em suas fazendas. Um dos membros da família M., em uma conversa que tivemos, demonstrou a sua preocupação com o trabalho infanto-juvenil semiescravo em suas terras: *se baixa uma fiscalização eu tô fodido*. Em seu íntimo, porém, ele sabe que a fiscalização não baixa no núcleo duro daquilo que move a máquina econômica, política e social tal qual a desenvolvemos na cidade comandada pelos seus. O financiamento de campanhas políticas não apenas dita a divisão e a partilha do orçamento público de acordo com os interesses de uma *rede* organizada e os protege, por exemplo, do pagamento de impostos como, além de ser capaz de impedir qualquer tipo de debate público sobre o assunto pelos representantes políticos em suas tribunas, consegue também impedir denúncias à presença de crianças em suas terras: a informação chega a tempo de o crime ser camuflado, num esforço quase zero, não por acaso, de fiscalização do trabalho na Cidade do Anjo. Não é à toa que nunca, nenhum grande produtor rural respondeu a qualquer tipo de processo sobre a criminalidade do trabalho que promove.

Um outro motivo para não haver qualquer interferência à produção rural tal qual a realizamos é que esse problema não é, para a comunidade são-miguelense, um problema: *não faz bem, Tiago, essa criançada aprender a trabalhar desde cedo?*, me perguntou um homem bem-intencionado em uma reunião na Associação Comercial de São Miguel Arcanjo⁸⁹. São falas que, ao lado das que questionam os sonhos das nossas crianças em redes sociais, em salas de direções escolares e em reuniões de professores, ecoam por boa parte da *comunidade* são-miguelense: carregar o peso de toda a nossa estupidez nos ombros curtos, braços magros e barrigas vazias de *almas sinceras que clamam por atenção*⁹⁰, é o destino natural de *meninas* e *meninos* viventes na Cidade do Anjo. As consequências, portanto, desse nosso *jeito de fazer o mundo*, não são, ali, consequências.

⁸⁹ Foi uma reunião de um conselho civil de segurança pública em que fomos convidados para falar de nossas ações e da realidade da juventude são-miguelense em outubro de 2017. Nela, Seu Luiz, membro do conselho, dono do posto de gasolina Videiras e um dos grandes produtores de batata, eucalipto dentre outros produtos, não foi tão tolerante para comigo: *Esse moleque é um mentiroso. Isso aí é tudo mentira. Não tem criança trabalhando. E a agricultura é o que move essa cidade. E tá cada vez mais difícil de produzir. A batata tá muito fraca. O padre Márcio Almeida, membro também do conselho, também se posicionou: Não temos que ficar aqui achando culpados. O grande inimigo da juventude são as drogas. Alguns dias depois a igreja do padre recebeu como presente de Seu Luiz um gerador de energia.*

⁹⁰ Da poesia “Coração de Mãe” de Mel Duarte.

3.5. A violência da ignorância

A menina tinha o rosto meio que desfigurado. As ruas eram escuras. Ali, as luzes não clareiam como acontece no centro da cidade. Nem todas funcionam. Apenas mais de perto percebi sua fisionomia triste e suas roupas em trapos. Imaginei que não tinha mais do que treze ou quatorze anos. Parou em minha frente e ofereceu, com fala difícil, seu corpo em troca de dez reais. Dez reais, na época, era o preço de uma ou duas pedras de crack.

“Prostituição infantil é crime que nem Deus perdoa”, escreve Paulina Chiziane em *O Sétimo Juramento*. Mas na Cidade do Anjo é um negócio lucrativo⁹¹, crescente e permitido por toda a comunidade. Do contrário, penso eu, não haveria. Tanto ali, como no romance de Paulina, “os que pregoam a moral nada fazem para modificar as coisas” (2000: 119), e a hipocrisia continua sendo mais um trunfo das coisas como estão.

Os lugares onde o culto a Deus não está em fazer justiça, mas em seguir, sem refletir, as catequeses do cotidiano - as missas, aos domingos - permanecem cheios e frequentados também por aqueles políticos denunciados pelo Ministério Público por enriquecimento ilícito e outras facetas da corrupção: *ele é uma pessoa boa*, dizem os iludidos pelo homem que reza e agradece a deus. E diante da violência expressa em vandalismos, assaltos ao comércio e aos lares do centro da cidade que surpreende os mais desatentos, os *cidadãos de bem* se juntam para relinchar em tribuna da casa de leis frases prontas das mídias, jornais, redes sociais em um discurso marcado por essa capacidade intrínseca à consciência moderna em opinar, dizer, afirmar, com a veemência da certeza, sobre aquilo que nada ou muito pouco se sabe. Um *conhecimento*, em especial, quando o assunto é a própria realidade em que vivem, movidos e movidas que estão pelos olhares fixos e enfeitiçados com as belezas, linhas, contornos, profundidades e saliências do próprio umbigo.

“A ‘política da diferença’ ou do ‘Bom Samaritano’, que se alimenta do sentimento de culpa, ou de ressentimento, ou de piedade, mas nunca da justiça ou da responsabilidade” (Mbembe, 2014: 94), aliada à indignação sem conteúdo e direcionada tal qual um cavalo a puxar uma charrete, guia as atitudes e discursos de uma parcela no mínimo ingênua ou estúpida, para não citar outros

⁹¹A prostituição infantojuvenil não atinge *apenas* as meninas e meninos que vendem os seus corpos em troca do vício. Ela é um negócio lucrativo para os negociantes de corpos jovens espalhados por diversos bairros de nossa cidade.

adjetivos, da nossa comunidade. Parcela essa que, respeitada por motivos também não tão racionais, consegue influenciar decisões políticas dos não menos estúpidos (ingenuidade aqui não existe), salvo raras e benditas exceções, ocupantes dos cargos públicos.

A violência da ignorância ganha assim os seus contornos. Uma violência que, por ali, com os pronunciamentos da oposição partidária, dos autoproclamados *cidadãos de bem*, da situação política, se ampliam os números de câmeras de vigilância nas ruas, de repressão policial, de tentativa de controle, em um ciclo crescente e sem fim existente há tempos, na ilusão ou na hipocrisia de que estão agindo em favor da segurança pública. Enquanto tal, em um lugar distante, em um bairro rural e afastado dos nossos cidadãos modelo, um menino, quase uma criança, mata, no meio de uma das ruas de sua pequena comunidade, um dos tantos cachorros abandonados e cheios de doenças e feridas abertas para comer a sua carne e os seus órgãos ali mesmo, em meio ao movimento pacato do que seria um bairro tranquilo. Algo que permanece invisível, ou quando não, naturalizado pelos olhos e sentidos da boa-fé. E menos importante que o vandalismo em um monumento público ou religioso, o trabalho infanto-juvenil semiescravo promovido nas fazendas daqueles cidadãos bajulados por esses senhores e senhoras *de bem*, também passa por esses frutíferos debates completamente despercebido.

Num lugar em que, me aproveitando mais uma vez das palavras de Paulina Chiziane, “a usurpação do direito à vida está em voga” (2005: 69), a construída banalização da crueldade torna aceitável e costumeira a degradação da vida que quer viver, e a indignação diante do exposto e a esperança, mesmo que concreta, por uma outra cidade possível, se transformam nas mentes conformistas em privilégios inalcançáveis dos loucos e ingênuos.

É parte do trabalho de construção dos mitos da modernidade (Mbembe, 2017: 50). Da sua capacidade de atenuar o máximo possível a presença latente da produção de sub-humanidades; da usurpação do direito à vida: o trabalho semiescravo de crianças, as explorações sexuais de meninas, meninos; as violências infligidas, a fome, num esforço em tornar quase impossível qualquer verdadeira interrogação acerca dos fundamentos desse nosso sistema de organização da vida, do seu âmago e das suas mitologias e ideologias, sem as quais a ordem que assegura a sua reprodução vacila de imediato (Mbembe, 2017: 50).

São as cumplicidades do medo de que a *violência latente no âmago da Cidade do Anjo e exteriorizada nos não-lugares*, mesmo que próximos como são no nosso cotidiano, venha

subitamente à tona, nítida, desembaraçada dos nós que confundem e pervertem as impressões sobre real, sobre as causas e as consequências dos seus problemas, uma vez que ameaça, portanto, a ideia que a consciência moderna, de quem se entende a própria evolução natural da espécie humana, faz de si própria. Por outras palavras, me aproveitando das palavras de Mbembe, as lógicas mitológicas construídas sobre si e necessárias ao funcionamento e à sobrevivência das democracias modernas, pagam-se com a exteriorização da sua violência originária em outros lugares, os não-lugares, onde a colônia ou, hoje em dia e na Cidade do Anjo, as plantações e o campo, as periferias e a prisão são figuras emblemáticas (2017: 50). São as violências ocultas, ou quando não, naturalizadas, legitimadas.

Nada de novo, mais uma vez, na lógica do mundo moderno, nesse processo em que a brutalidade das democracias nunca foi senão abafada (Mbembe, 2017: 33). “O pensamento moderno ocidental”, como escreve Boaventura de Sousa Santos, “continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano, de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas”⁹². Como escreve o autor, “as colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece atualmente no pensamento e práticas modernas ocidentais tal como aconteceu no ciclo colonial. Hoje, como então”, continua Santos, “a criação e ao mesmo tempo a negação do outro lado da linha fazem parte integrante de princípios e práticas hegemónicos” (2007: 6). Aimé Césaire, em meados da década de setenta do século vinte, desde o continente africano, já anunciava: “nunca o Ocidente, no próprio momento em que mais se deleita com [essa] palavra, esteve tão longe de poder assumir as exigências dum humanismo verdadeiro, de poder viver o humanismo verdadeiro – o humanismo à medida do Mundo” (1978: 63):

Ouçó a tempestade. Falam-se de progresso, de “realizações”, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios.

⁹² Para Mbembe: “Tal força manifestou-se de diversos modos em várias épocas e contextos – genocídios e extermínios no Novo Mundo e na Austrália, tráfico de escravos no triângulo atlântico, conquistas coloniais em África, na Ásia e na América do Sul, *apartheid* na África do Sul e, um pouco por todo o lado, extorsão, roubos, expropriações e pilhagens em nome do capital e do lucro e, para coroar o conjunto, vernaculação da alienação. Esta violência estrutural e a sua contribuição para uma profundamente desigual redistribuição dos recursos da vida e dos privilégios da cidadania a uma escala planetária vão conferir à fantasia do Branco uma parte de seu bem-estar, ao que é preciso acrescentar as proezas técnicas e científicas, as criações da mente, as formas de organização da vida política relativamente disciplinadas, pelo menos aparentemente, e, quando houve necessidade, a crueldade desmedida e, como já dissera Aimé Césaire, uma propensão irracional para assassinar (Mbembe, 2014: 87).

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnicências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas.

Lançam-me à cara factos, estatísticas, quilometragens de estradas, de canais, de caminhos de ferro.

Mas eu falo de milhares de homens sacrificados no Congo-Oceano. Falo dos que, no momento em que escrevo, cavam à mão o porto de Abidjan. Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à vida, à dança, à sabedoria.

Falo de milhões de homens a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo.

Lançam-me em cheio aos olhos toneladas de algodão ou de cacau exportado, hectares de oliveiras ou de vinhas plantadas.

Mas eu falo de *economias* naturais, de *economias* harmoniosas e viáveis, de *economias* adaptadas à condição do homem indígena desorganizadas, de culturas de subsistência destruídas, de subalimentação instalada, de desenvolvimento agrícola orientado unicamente para benefício das metrópoles, das rapinas de produtos, de rapinas de matérias-primas.

Ufanam-se de abusos suprimidos.

Eu também, também eu falo de abusos, mas para dizer que aos antigos – muito reais - sobrepueram outros – muito detestáveis. Falam-me de tiranos locais trazidos à razão: porém constato que, regra geral, eles fazem muito boa parrelha com os novos e que, destes aos antigos e vice-versa, se estabeleceu, em detrimento dos povos, um circuito de bons serviços e cumplicidades.

Falam-me de civilização, eu falo de proletarização e de mistificação (1978: 25).

Para Fanon, “é sem dúvida desnecessário, do ponto de vista da descrição, recordar a existência de cidades indígenas e de cidades europeias, de escolas para indígenas e de escolas para europeus, tal como é desnecessário recordar o *apartheid* na África do Sul” ([1961] 2015: 41). No entanto, a denúncia das linhas abissais ganha força quando as descrições das realidades cotidianas das periferias do mundo levam em consideração as divisões criadas pelo imaginário colonial e as feridas reais produzidas por aquilo que não nos faz sentido. Para Fanon, “se penetrarmos na intimidade dessa compartimentação, teremos pelo menos a vantagem de pôr em evidência algumas linhas de força que ela comporta”. Essa abordagem, “do mundo colonial, de sua ordenação, da sua disposição geográfica permitir-nos-á delimitar as arestas a partir das quais se reorganizará a sociedade descolonizada” ([1961] 2015: 41).

Na Cidade do Anjo, penetrar na intimidade de algumas das suas linhas abissais, nos permitirá, também, delimitar, em nossa realidade, as produções de existência e de inexistência, dos lugares

e dos *não-lugares*, dos humanos e dos sub-humanos; dos que são vistos, ouvidos e dos que não merecem ser sequer lembrados na democracia atual, tampouco participar de forma decisiva nas decisões que interferem em suas vidas. E nestas frestas do real, talvez, possamos também nos debruçar para reconstruir, depois de desconstruir, uma comunidade que nos faça sentido. Tal como afirmou Santos, para Mbembe, “não é de mais lembrar que terá sobrado qualquer coisa, das fendas e até das lesões da crueldade colonial, para dividir, classificar, hierarquizar e diferenciar. Pior ainda, a clivagem criada permanece” (2014: 21).

Para Fanon, portanto, “o mundo colonizado é um mundo cortado ao meio” ([1961] 2015: 42). E o poder se impõe, se autoconstrói e se organiza de maneiras próprias em cada lado da linha divisória. O lado nobre da linha é sempre uma cidade de recursos infindáveis; sempre prioritários, por exemplo, atualmente, entre os que decidem sobre a divisão, a partilha e o destino do orçamento público, aquela riqueza socialmente produzida. Me utilizando das palavras de Fanon, a cidade do colono, dos colonizadores, é uma cidade firme, toda de pedra e ferro, iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo transbordam sempre de restos desconhecidos, jamais vistos, nem mesmo sonhados. É uma cidade farta, indolente, cujo ventre está sempre cheio de coisas boas, e os pés, de seus senhores e filhos, protegidos por calçados fortes, pisam as ruas limpas, lisas, sem buracos, sem pedras. É a cidade, nos cantos de África, dos brancos e dos estrangeiros ([1961] 2015: 43).

É mais sutil, nesses espaços, a interferência cotidiana da manutenção *daquilo que não nos faz sentido*. Como escreve Fanon, “interpõe-se entre o explorado e o poder uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de ‘desorientadores’” (Fanon, [1961] 2015: 42): “o ensino religioso ou laico, a formação de reflexos morais transmissíveis de pais para filhos, a honestidade exemplar de operários condecorados após 50 anos de bons e leais serviços, o amor encorajado pela harmonia e prudência” - para o autor -, “formas estéticas do respeito pela ordem estabelecida” - “criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e inibição que aliviam consideravelmente a tarefa das forças da ordem” (Fanon, [1961] 2015: 42).

Ao contrário, o lado *oculto* da linha, para Fanon, a *medina*, a reserva, a cidade do colonizado, para nós, do *outro*, é um lugar de má fama, habitado por homens de má fama; nasce-se em qualquer parte, de qualquer maneira; morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa, num mundo sem intervalos; de homens e mulheres uns sobre os outros, de casas umas sobre as outras. O lado *oculto* da linha, a cidade da *outra*, é uma cidade faminta, faminta de pão, de

carne, de sapatos, de carvão, de luz; é uma cidade agachada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade, escrevia Fanon na década de sessenta do século passado, de negros e *bicots* ([1961] 2015: 43).

“A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e pelas esquadras de polícia”, e o “interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o polícia ou o soldado” (Fanon, [1961] 2015: 42). Nesse canto, a intervenção cotidiana, mais uma vez, *daquilo que não nos faz sentido*, é a violência direta: “o intermediário do poder” – a *polícia* – “utiliza uma linguagem de pura violência” que, “com a sua presença imediata, as suas intervenções diretas e frequentes, mantém contato com o colonizado e aconselham-no, à coronhada ou com *napalm*, a ficar quietinho”. Como escreve Fanon, “o intermediário não mitiga a opressão, não oculta a dominação. Ele expõe-nas”. O intermediário, *daquilo que não nos faz sentido*, ao contrário das sutilezas utilizadas no lado nobre da linha, exhibe, no lado *oculto*, sua estupidez, suas forças, suas violências, “manifesta-as com a boa consciência das forças da ordem [...], leva a violência às casas e às cabeças do colonizado” ([1961] 2015: 42).

Para a cidade do lado de lá da linha, na Cidade do Anjo da segunda década do século vinte e um - a cidade de um certo tipo de colonizador interno -, em finais de maio de 2016, ano de eleições municipais no Brasil, foi aprovado por unanimidade e em regime de urgência na Câmara de Vereadores, um projeto de lei do Poder Executivo para a liberação de um orçamento de mais de setecentos mil reais para a construção de uma avenida *sobre uma avenida* à beira da Lagoa do Guapé, área de lazer da população. A construção da avenida sobre a avenida passa a Lagoa e termina, logo em seguida, em um loteamento que vem sendo preparado para receber grandes e firmes casas, um condomínio bem estruturado, com suas ruas bem iluminadas, bem asfaltadas, já com sua rede de saneamento básico preparada pelo poder público com dinheiro público, portanto, e com suas lixeiras bem espalhadas para manter a higiene do local.

Paralela à avenida já existente e bem asfaltada que será, portanto, re-asfaltada - do *outro* lado da Lagoa do Guapé, do lado oculto da Lagoa - crianças de uma das comunidades mais castigadas da Cidade do Anjo brincam em um parquinho enferrujado sobre o esgoto a céu aberto que, não apenas em dias de chuva, transborda pelo gramado, brinquedos, ruas e pistas de caminhada utilizadas pela população local. Área de manancial e de preservação ambiental permanente, o córrego ou o pequeno rio contaminado que por ali faz o seu trajeto, passa em

meio às casas sobre casas e aos corpos ali viventes e termina, também, poluindo, pelas obras públicas não feitas de saneamento básico, de tratamento e de contenção do esgoto, a Lagoa do Guapé.

Do lado *oculto* da Lagoa, portanto, na cidade da *menina*, por motivos nunca revelados pela sinceridade política, os recursos necessários à saúde, à segurança, à infraestrutura inclusive de saneamento básico, à preservação ambiental, à iluminação, ao lazer, ao acesso ao conhecimento, às estruturas mínimas à dignidade humana segundo a própria consciência moderna, não estão entre as escolhas políticas de onde se investir dinheiro público. Os *outros* por ali viventes, com seus onze ou doze anos, vendem, a serviço do crime organizado, pedras de crack a crianças de quatro, sete ou nove anos que, tentando se esquivar de pés descalços da violência direta das forças da ordem, as consomem nas obras e prédios públicos abandonados; as meninas e meninos ainda próximos da infância vendem seus corpos em troca do vício ou por trocados para a sobrevivência; e os *outros* que de alguma forma tentam sobreviver, não encontram outras alternativas a não ser colher as safras nas fazendas, dentre outros, desse certo tipo de colonizador interno que, do outro lado da Lagoa, é o advogado, administrador e parte do grupo de investidores do condomínio cujo nome é o da sua esposa e pelo qual passará a nova avenida sobre a avenida.

“Olha à tua volta”, escreve Paulina Chiziane. “Gente sem valor, ganhando riqueza, prestígio e glória. Gente boa vivendo a pão e água, pedindo esmola. A vida é selvajaria, pirataria, hipocrisia. Tudo o que brilha ao sol tem segredos escondidos (2000: 196). O advogado e administrador do novo loteamento em via de se tornar um condomínio e que, com sua influência, trouxe do deputado estadual João Caraméz (PSDB) o montante de quatrocentos mil reais em emenda parlamentar e, portanto, pública, somada ao recurso municipal para a obra em questão, é o antigo presidente da Câmara de Vereadores, Hélio Mori. Antes oposição política do então prefeito Zé Kodawara e que, dias depois da obra aprovada e iniciada por Zé Kodawara, anunciou seu apoio à reeleição do seu então antigo desafeto, este certo tipo de colonizador interno, Hélio Mori, dizia, e o grupo que representa politicamente, dependem da mão de obra barata dos moradores do lado oculto da Lagoa – por onde também passam os ônibus rurais - para a colheita de suas raízes; e do dinheiro público capaz de, com as obras públicas em suas ruas, valorizar os seus investimentos. Nada de novo, mais uma vez, na construção do mundo moderno: a história de mais esse bajulado *cidadão de bem* “segue apenas o caminho aberto por

muitos outros a quem a justiça se esqueceu de exigir a prestação de contas” (Chiziane, 2000: 118).

A utilização de dinheiro público em função da especulação imobiliária e privada de quem é capaz de direcionar verbas públicas para interesses próprios, injustificável eticamente e legal segundo as regras de quem as faz, é o que também move essa nossa tão sonhada democracia sem povo. Nenhum vereador da cidade comandada pelos seus denunciou tal atividade, tampouco o então vereador Paulo Oreia que, na sessão que aprovaria a obra, elogiou em tribuna o seu também deputado por trazer ao município o recurso para *avenida sobre a avenida*. Este que, quando eleito prefeito meses depois - com o apoio de António Celso Mossin (PSDB) (impedido de se candidatar por estar impugnado pela Justiça) e do dono de supermercados Coelhão (PMDB) que, mesmo sem votos, segue com seu desejo de influenciar os destinos do orçamento público⁹³ municipal -, uma de suas primeiras atitudes, depois de aumentar o gasto público na Festa da Uva, foi interromper os investimentos públicos em ações educacionais, culturais, sociais, ambientais das crianças, jovens, mães e suas famílias desse canto oculto da Lagoa do Guapé: as ações da Cidade Escola na Casa Amarela e na Casa Azul, projetos dessa utopia crítica e cotidiana da vida, tal como anunciaremos em parte no quinto capítulo. Quanto à *avenida sobre a avenida* à beira do condomínio, assim como todos os vereadores, nenhum autoproclamado *cidadão de bem* se incomodou com tal façanha: “os roubos maiores”, na Cidade do Anjo, também “pertencem à ordem dos vícios aceitos por costume. Enquanto se desprestigia a democracia, difunde-se a moral do vale-tudo” (Galeano, 2011: 153). Vale-tudo para eles. Uma anarquia sem escrúpulos.

Para o pensador esloveno S. Žižek, “a questão teórica geral subjacente a essa cegueira do cinismo é que uma crítica da ideologia tem de incluir uma teoria da ignorância construída”. A ignorância, para o autor, de modo muito semelhante ao conhecimento, é também socialmente construída - “em todos os seus cinquenta tons” – “desde a simples ignorância direta, em que nem sequer sabemos que não sabemos, até ignorar polidamente o que sabemos muito bem, e cobrindo todos os níveis intermediários, em particular o Inconsciente institucional” (2015: 83). Trata-se, por vezes, da capacidade de determinado tipo de ser humano em fazer com que o seu cérebro, como escreve Aimé Césaire, “simplesmente [...] funcione à maneira de certos

⁹³ Para Secretário das Finanças do governo de Paulo Oreia (2017-2020), Coelhão indicou um funcionário seu, contabilista de seus supermercados. Por ele passam todos os recursos financeiros e os contratos assinados pela cidade.

aparelhos digestivos de tipo elementar. Filtra. E o filtro só deixa passar o que pode alimentar a epiderme da boa consciência burguesa” (1978: 36); na Cidade do Anjo, a epiderme da boa consciência autoproclamada *cidadã de bem*; a epiderme da consciência da *boa-fé*. Para Mbembe, “o momento gregário do pensamento ocidental será então aquele ao longo do qual, ajudado pelo instinto imperialista, o ato de captar e de apreender ir-se-á progressivamente desligando de qualquer tentativa de conhecer a fundo aquilo que se fala” (2014: 39).

É que o real emerge, como escreve Mbembe, “da tessitura íntima das coisas e da vida” (Mbembe, 2017: 90), e o mundo da ilusão opõe-se a isso. Tomando as consequências pelas causas, a ilusão aclama o triunfo das imagens e do mundo das aparências, dos reflexos e do simulacro sobre a realidade (Mbembe, 2017: 90). “Ao apresentar como reais, certos ou exatos, fatos muitas vezes inventados”, vai escapando, à boa-fé, “a coisa”, neste caso, o real, a realidade, as relações econômicas, sociais e políticas, a *segurança* que tenta apreender para intervir, discursar, encontrar culpados e vítimas, soluções; mantendo com estas, inclusive com as *soluções*, “uma relação fundamentalmente imaginária” (Mbembe, 2014: 29). São os *tabus*, na Cidade do Anjo, que silenciam as plantações, anunciam seus inimigos, ignoram as brutalidades cotidianas, as forças políticas, econômicas. Direcionam as energias às festas, muros, caridades, às bênçãos ao santuário, à basílica – mitos -, às separações, às punições, às discriminações, num processo em que o diálogo, a análise, o estudo, alguma razão, a dúvida, a incerteza, não existem.

“Verdadeiro, diz Gilles Deleuze, ‘significa que uma designação é efetivamente preenchida pelo estado das coisas’”. Falso, segue o autor, “significa que a designação não se encontra preenchida, seja por um defeito das imagens selecionadas, seja pela impossibilidade radical de produzir uma imagem associável às palavras” (apud Mbembe, 2014: 96). É este último o fenômeno que se produz e reproduz, nos espaços de discursos, atos e decisões da Cidade do Anjo, sobre a própria realidade. O oculto permanece oculto, os problemas não são problemas, a perversidade segue sendo naturalizada, as consequências são tidas como causas, os *guardiões do atraso* reeleitos e a linguagem, nesse processo, se converte numa “fabulosa máquina cuja força vem simultaneamente da sua vulgaridade, de um incrível poder de violação e da sua indefinida proliferação” (Mbembe, 2014: 30): “a massa, diz Freud, só é ‘excitada por estímulos excessivos. Quem quiser agitá-la não precisa argumentar logicamente, basta utilizar as imagens mais fortes para pintar, exagerar e repetir sem parar a mesma coisa” (Mbembe, 2017: 85). E a fé destes seres humanos nesta “mais-valia imaginária não é entendida como complemento a

uma existência mais ‘real’, porque supostamente mais adequada ao ser e à sua essência” (Mbembe, 2017: 90). Para muita gente também na Cidade do Anjo, ela é simplesmente “vívuda como um motor do real, é a própria condição da sua plenitude e do seu brilho” (Mbembe, 2017: 90). É o *poder do falso* e a sua capacidade de movimentar o ser humano em função de uma ficção, de uma imagem criada, de uma ilusão sobre o real, daquilo que não nos faz sentido.

É a violência da ignorância e a reprodução cotidiana da sua lógica natural, naturalizada, perversa. É o *poder do falso*: esse nosso jeito de *fazer o mundo* no qual “certas formas de infravida são produzidas e institucionalizadas, a indiferença e o abandono, justificados, a parte humana do Outro, violada, velada ou ocultada, e certas formas de enclausuramento, ou mesmo de condenação à morte, tornadas aceitáveis” (Mbembe, 2014: 66). Algo que, na Cidade do Anjo, ganha contornos bem definidos pelas bênçãos da boa-fé. Uma benção, portanto, forjada de um imaginário de diferenças produzidas, de violências negadas, ocultadas, naturalizadas; de abandono e indiferença pura; da prática de uma caridade desconectada do real e bem financiada, capaz alimentar apenas a imagem feita de si própria e de seguir silenciando, impulsionando e legitimando, no real, a corrupção, o trabalho infante-juvenil semiescravo, a produção cotidiana da fome; a exploração de todos os tipos, a morte; a utopia cotidiana da morte.

Trata-se, portanto, de uma ignorância cuja violência produz, desenvolve, reproduz, oculta e, quando não, naturaliza, no lado oculto da linha, o *outro*, o ser humano negado pelo sistema, a *outra* do sofrimento produzido, reproduzido e constitutivo da Cidade do Anjo tal qual nos é dada: suas riquezas e suas pobreza; o direito à saúde e o esgoto a céu aberto; a capacidade da participação em tomadas significativas de decisões de alguns, e o silenciamento dos quereres e das necessidades de uma maioria. Uma forma de fazer *política* cujo esforço está em manter, mais uma vez, no lado oculto da linha, a impossibilidade da fala, a reprodução dos quereres próprios, o desenvolvimento de saberes; a incapacidade de atrair recursos públicos, de construir uma estrutura que possibilite o desenvolvimento humano em seus diversos momentos; de fazer valer a dignidade humana. É a linha divisória e abissal, na Cidade do Anjo, dos que colhem a riqueza e dos que a acumulam e, entre uns e outros, do *poder do falso*: a legitimidade que uma ignorância socialmente produzida constrói sobre a violência que ela ajuda a produzir.

Tal como anunciou Césaire, lançam-nos à cara obras desnecessárias e a revitalização superficial de uma Lagoa cujo conteúdo permanece o esgoto de todos os tipos; propagandas de um turismo sem conteúdo, direcionado para alguns e que só faz aumentar, até então, a exploração sexual

das meninas e meninos dos tantos cantos ocultos da Cidade do Anjo, em especial, dos cantos da reserva da Mata Atlântica⁹⁴; casas enquadradas construídas por suas empreiteiras, o sonho de todos os prefeitos dos pelo menos últimos trinta anos que passaram por São Miguel; o paternalismo e o patriarcado, a *fé*, a corrupção, o racismo, o colonialismo, nessa utopia da morte que tornou sempre muito difícil a um povo tonar real os seus próprios sonhos.

Na cidade do Arcanjo Miguel, enquanto se enaltece o título de Capital da Uva Itália, o progresso dos asfaltos, as virtudes da nossa agricultura e os louvores ao seu Santuário, agora Basílica⁹⁵, permanecem as crianças impedidas de serem crianças carregando nos ombros e institucionalizando nos espíritos todo o peso dessa nossa estupidez. Mais uma vez, nada de novo na história do mundo moderno. J. M. Servan, em 1767, já anunciava: “Quando tiverdes formado assim a cadeia de ideias na cabeça dos vossos cidadãos, podereis então vangloriar-vos de os conduzir e de serdes os seus senhores”:

Um déspota imbecil pode coagir escravos com correntes de ferro; mas um verdadeiro político acorrenta-os muito mais fortemente com a cadeia das suas próprias ideias; é ao plano fixo da razão que ele prende a primeira ponta; elo tanto mais forte porquanto ignoramos a sua textura e pensamos ser obra nossa; o desespero e o tempo correm os elos de ferro e de aço, mas nada podem contra a união habitual das ideias; mais não fazem do que apertá-los ainda mais; e sobre as fibras moles do cérebro assenta a base inabalável dos mais sólidos impérios” (Servan apud Foucault, [1975] 2013: 119).

Trata-se, portanto, do “‘espírito’ como superfície de inscrição para o poder [...]; da submissão dos corpos pelo controle das ideias” (Foucault, [1975] 2013: 119). Em São Miguel Arcanjo, os efeitos colaterais de uma comunidade movida por um pensamento guiado por aquilo que não nos faz sentido não geram, por parte deste mesmo pensamento único e fechado em si,

⁹⁴ A administração do Parque Estadual Carlos Botelho, uma reserva de mata atlântica que engloba São Miguel Arcanjo e cidades vizinhas foi entregue à esposa do então, em 2017, Presidente da Câmara (PP), um casal íntimo da política praticada no município, pelo Governo do Estado de São Paulo. A intenção do Estado é a privatização do parque. Como escreveu a bióloga Paula Daniel Fogaça em nossas Rodas de Encontros, incluindo a gestão das Unidades de Conservação (UC) mais importantes do Estado, a *pasta* do Meio Ambiente foi tomada pelo partido político PP no Estado de São Paulo, governado pelo PSDB. Assim, coloca-se aliados e indica-se nomes como a esposa de um vereador do partido (PP) de São Miguel Arcanjo para gestão do Parque Estadual Carlos Botelho que engloba também o nosso município. Numa política também de diminuir a participação das comunidades que vivem no entorno dessas áreas protegidas, os conselhos das Unidades de Conservação que são esferas de diálogos nas diversas categorias de UC e obrigatórios por lei, são inexistentes e cinicamente continuam inexistindo. O bairro são-miguelense ao redor do Parque Estadual Carlos Botelho, um dos maiores e mais importantes da cidade, continua sendo ignorado e pouco vê os benefícios do Parque, além de possuir indicadores sociais incrivelmente baixos. Os empregos, saberes, possibilidades que o Parque poderia gerar não existem, são minados pela política do Estado e do município, e uma ínfima parte de pessoas da cidade tem o privilégio de trabalhar ou ocupar de alguma forma o local. As milhares de crianças e jovens do município não conhecem esse patrimônio em que moram.

⁹⁵ Em 2018, enquanto a violência e a miséria aumentam na Cidade do Anjo, a sua igreja matriz, Santuário, recebe o título de Basílica.

responsabilidades sobre as crueldades que produz. Pelo contrário. Culpa, discrimina, criminaliza, pune e naturaliza. Dessa ignorância se fundamenta a manutenção dos privilégios. E sobre as *fibras moles do cérebro da boa-fé*, se mantém e se fortalece em silêncio, em meio às riquezas da Cidade do Anjo, as perversidades de todos os tipos.

3.6. Que mão pesada é essa, Deus?⁹⁶

É a aparição e a apropriação do *outro* no saber, no discurso, na máquina e no cotidiano modernos, o subsolo inconfessado e muitas vezes negado, o núcleo complexo a partir do qual o projeto moderno de conhecimento e de governação se difundiu e a partir do qual se legitima (Mbembe, 2014: 10). Na Cidade do Anjo, portanto, é um *sistema* que se fundamenta também no abandono, na exclusão pura, nas forças de vultos, sombras e mitos, assombrações; na força de um imaginário, na violência de um imaginário que silencia, oculta, naturaliza, legitima, no real, as suas “formas múltiplas de enfraquecimento das fontes vivas da vida em nome da raça ou da diferença”; em nome da segurança e da economia, da *boa-fé* e dos *seus*, em detrimento “daquele ou daquela com quem se crê nada haver para partilhar”. É a violência da “habituação à morte do outro”, à “morte lenta, morte por asfixia, morte súbita, à morte delegada” (Mbembe, 2014: 305). É a solidariedade confundida, a caridade vazia; o amor que quase não existe. É a construção cotidiana da miséria...

.... É a violência sofrida e acumulada pelo ser humano desde o seu nascimento, e a necessidade de aprender a sobreviver quando tudo ao redor lhe é arisco. É o sentimento de impotência por viver que de alguma forma deve ser superado. É a descrença diante da vida; a cabeça baixa diante dos outros, o ódio diante do mundo, a fé diante do impossível. É a confiança na proteção traída pela luxúria; o beijo seguido de um tapa; a descrença; o estupro; o desespero de uma criança; os chutes alcoolizados do padrasto; a violência expressa em murros no rosto da mãe; o amor intenso impedido de ser materializado; o choro de um pai sem ter o que dar ao filho; as lágrimas incapazes da avó se perguntando, como se culpada, aonde é que errou.

⁹⁶ Frase extraída do livro *Mães em Luta: dez anos dos crimes de maio de 2006* de Ponte Jornalismo e Movimento Independente Mães de Maio (2016).

É a morte solitária da idosa. O câncer, o HIV, a tuberculose e o crack no corpo de uma mesma mulher. É a miséria, a pobreza extrema, a fome, a vulnerabilidade da vida, a produção da *outra*; o peso das mãos *invisíveis* do mercado, do *sistema*, de deus. É a impossibilidade da reprodução e do desenvolvimento do ser humano em sua comunidade de vida; do sujeito ético, da sujeita ética, cujo sistema, norma ou ato impede de se reproduzir e de se desenvolver em seus diversos momentos como humana, humano e *vivente*.

A miséria, a pobreza extrema, recortada e assumida aqui, é a contradição entre a *obrigação* de toda norma, ação, instituição ou sistema completo de eticidade cultural em produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana concreta de cada sujeito ético, de cada sujeita ética e *vivente* em comunidade (a partir da afirmação da vida humana em seus diversos momentos físico-biológico, histórico-cultural, ético-estético, místico-espiritual, científico, político, etc.), e a impossibilidade da reprodução e do desenvolvimento da vida em algum de seus níveis ou em todos eles causada pelo sistema. É uma categoria política acima de tudo; o egoísmo traduzido em descaso; a estupidez humana traduzida em corrupção: como afirma Milton Santos, “a medida da pobreza é dada antes de mais nada pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria” (2009: 18). Objetivos, estes, que produz um sistema e reproduz, há décadas, com força, na Cidade do Anjo, a impossibilidade do desenvolvimento da vida concreta do *ser* em sua realidade; a ausência de uma estrutura capaz de assegurar o direito à vida em suas distintas potencialidades.

A pobreza, a miséria, tal qual é recortada, assumida e refletida nesse estudo, é o peso de toda a violência, de toda a ignorância, da *violência da ignorância* dos nossos tempos sobre os ombros de um ser humano. É o peso de toda a nossa estupidez sobre os ombros de uma criança. É toda uma massa de seres humanos, na Cidade do Anjo, com mínimas condições de segurança de todos os tipos, inclusive alimentar, expostas a diversas formas de opressões e violências políticas e sociais. São as consequências e as bases de um *sistema de organização da vida* que temos assumido como *Agro-sistema*. São lesões imputadas, cicatrizes, feridas bastante abertas e a impossibilidade de se construir *comunidade*; é o oposto de uma vida plena e feliz. E há vários níveis, várias formas, modos, graus e responsabilidades. O que não há, nesse nosso

modo de ser, são inocentes. Na Cidade do Anjo, ninguém vai *pro céu*⁹⁷. Como escreve Boaventura de Sousa Santos:

É o momento em que o sofrimento humano é traduzido em sofrimento-feito-pelo-homem. É um momento crucial, porquanto a dominação hegemônica reside, primordialmente, na ocultação do sofrimento humano ou, sempre que isso não é possível, na sua naturalização como fatalidade ou necessidade ou na sua trivialização como espetáculo midiático. É precisamente através da ocultação, da naturalização e da trivialização do sofrimento que a dominação oculta e naturaliza a opressão (Santos, 379: 2011).

Como escrevia Paulo Lins (2003), a mulher, matriarca, iria de qualquer jeito para Cidade de Deus. Ter água encanada para poder fazer comida e tomar banho e ter luz em casa facilitaria sua vida, mesmo tendo de acordar de madrugada para trabalhar: deixaria comida pronta para as crianças e que Nossa Senhora do Sagrado Coração de Jesus tomasse conta delas. Sim, iria abandonar a Macedo Sobrinho, lugar que desgraçara sua vida, lugar de bandidos desalmados que dão armas para crianças saírem por aí fazendo besteiras. Confiava em Deus, que Inho, um de seus filhos, iria aquietar o facho longe dali, daquele inferno.

Mudou-se, na Cidade de Deus, para uma casa Lá em Cima, levou consigo a esperança de bonança que nunca sairia do seu sonho, a disposição de levar a vida sozinha com três filhos, a determinação de fazê-los pessoas de bem, nem que parasse de dormir e comer e somente trabalhasse. A vida era dura, mas Deus tem compaixão dos pobres por ser misericordioso e justo, por isso lhe dera saúde, a prenda de lavar, passar e cozinhar muito bem. Com essa fé, tirava a culpa dos homens, e tudo estava por conta de Deus, Nossa Senhora e de sua força de vontade.

Para uma Ética da Vida, porém, “é criticável o que não permite viver”. “Em primeiro lugar, abstrata e universalmente, o critério de criticidade ou crítico [...] de toda norma, ato, microestrutura, instituição ou sistema de eticidade parte da *existência real de ‘vítimas’*, sejam por ora quais forem” (Dussel, 1998: 373). “Seu próprio rosto de faminto, de sofrimento em sua corporalidade reconhecida eticamente, nos ‘prende’ na responsabilidade: nós o ‘tomamos-a-cargo’ antes de podermos recusá-lo ou assumi-lo. É a origem da crítica” (Dussel, 1998: 375).

⁹⁷ Inspirada na canção *Não Existe Amor em SP*, de Criolo.

Trata-se, para tanto, de uma crítica ética ao que está dado; uma crítica não só filosófica, mas, e como referência última, a crítica da facticidade empírico-real de uma norma, ato, instituição ou sistema completo de eticidade cultural (Dussel, 1998). De uma crítica a uma realidade cujas contradições são fatos, visíveis e concretos, expostos e expressos nos rostos da criança de rua, do faminto, do sem-teto, do velho sem lugar na sociedade de consumo, do jovem sem perspectiva de futuro, do trabalhador do campo explorado, da mulher como objeto sexual do machismo, do índio e sua cultura subjugada e do genocídio dos povos ainda em desenvolvimento no Brasil; da quantidade assustadora denunciada diariamente pelas Mães de Maio de jovens negros assassinados constantemente nas periferias do Brasil⁹⁸, em contraste com as promessas do desenvolvimento científico, econômico e tecnológico do mundo moderno e o seu “progresso imenso, mas profundamente desumano” (Gonçalves, 2013: 43). Por fim, das *meninas e meninos*, na Cidade do Anjo, vítimas de um sistema de organização da vida movido por redes bem estruturadas, bem localizadas e bem-sucedidas:

As vítimas [...] saltam a simples vista em todo o sistema para uma consciência crítica ética. Para a consciência cúmplice do sistema, as vítimas são um *momento* necessário, inevitável, um aspecto funcional ou “natural” – como o escravo na *polis* de Aristóteles ou os “menos favorecidos” socioeconomicamente do segundo princípio de Rawls. Para a ciência crítica [...] as *vítimas* são re-conhecidas como sujeitos éticos, como seres humanos que não podem reproduzir ou desenvolver sua vida, que foram excluídos da participação na discussão, que são afetados por alguma situação de morte (no nível que for, e há muitos e de diversa profundidade ou dramatismo) (Dussel, 1998: 302).

A *ética* propriamente dita, portanto, parafraseando Dussel (1998), não se constrói sobre juízos de valor subjetivos, de gosto. A *ética* constrói-se sobre juízos de fato; é a que, a partir das vítimas, meninas e meninos, por exemplo, cooptadas e cooptados a carregarem nas costas a riqueza produzida na Cidade do Anjo, pode julgar criticamente a “totalidade” de uma organização política, econômica, social, educacional, produzida por poderes reais e reproduzida cotidianamente por uma cultura movida, simbolizada e legitimada pelo *poder do falso*; pelo pensamento capaz de produzir, naturalizar e legitimar a institucionalização da vida humana negada e impedida de ser: a produção da *outra*, a produção do *outro*; a consequência do *sofrimento-feito-pelo-homem* em *pessoa*: a “alteridade do Outro ‘como outro’ que o sistema. É alteridade da vítima como oprimida (por ex. como classe) ou como excluída (por

⁹⁸ Em 2010, no Brasil, 26.854 jovens entre 15 e 29 anos foram vítimas de homicídio; 74,6% dos jovens assassinados eram negros. Os dados foram recolhidos do DataSUS/Ministério da Saúde e do Mapa da Violência 2011. Tema que entrou em pauta da cena pública quando o Fórum Nacional da Juventude Negra, o FONAJUNE, em 2007, lançou a campanha nacional “Contra o Genocídio da Juventude Negra”: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>.

ex. como pobre), já que a exterioridade da ‘exclusão’ não é idêntica à ‘opressão’” (Dussel, 1998: 304). Para Mbembe:

Na maior parte dos casos, a diferença é o resultado da construção de um desejo e de um trabalho de abstração, de classificação, de divisão e de exclusão – um gesto de poder que, por conseguinte, é interiorizado e reproduzido nos gestos da vida de todos os dias, inclusive pelos próprios excluídos. Muitas vezes, o desejo de diferença emerge precisamente dos lugares onde se vive mais intensamente a experiência de exclusão. Nestas circunstâncias, a proclamação da diferença é a linguagem invertida do desejo de reconhecimento e inclusão (2014: 305).

Trata-se, nesse momento, da abertura à revelação do *outro* como aquele que o sistema negou, e a resposta simultânea diante do *reconhecimento* é a *responsabilidade*; do reconhecimento como responsabilidade; de reconhecer “a vítima como ser humano autônomo, como o Outro *como outro* que a norma, ato, instituição, sistema de eticidade, etc., negou a possibilidade de viver (em sua totalidade ou em algum de seus momentos)” (Dussel, 1998: 380); e que, a partir deste re-conhecimento, simultaneamente, descobriu sua “co-responsabilidade pelo outro como vítima, que *obriga* a tomá-la a cargo diante do sistema e, em primeiro lugar, criticar o sistema (ou aspecto do sistema) que causa esta vitimação”⁹⁹ (Dussel, 1998: 380). É o *trabalho da crítica como um momento da luta pela vida* (Dussel, 1998: 337).

A produção de existência da *outra* é o *fato concreto* da contradição da qual a ética crítica, a utopia crítica da qual nos debruçamos se empenha em desvendar, denunciar e superar. É o momento da contradição entre os mitos contados por poderes reais e o real que esses poderes produz. Para Dussel, é o exercício do momento negativo da razão ético-crítica: é quando “a verdade [*de uma ordem social*] começa a ser descoberta como a não-verdade, o válido como o não-válido, o factível como o não eficaz e o ‘bom’ pode ser interpretado como o ‘mal’” (Dussel, 1998: 301). “É quando das próprias entranhas do ‘bem’, da ordem social vigente, aparece um rosto, muitos rostos, que à beira da morte clamam pela vida” (Dussel, 1998: 301). Na cidade do Arcanjo príncipe e defensor das crianças do seu povo, são as *meninas* e *meninos* cuja possibilidade de desenvolver a própria vida lhes é negada:

O ‘mal originário’, fundamental ou no nível ontológico, é descoberto pela razão ético-crítica no fenômeno da ‘totalização’ do sistema, indiferente à factibilidade da reprodução e desenvolvimento da vida e à participação autônoma argumentante das vítimas. O sistema de eticidade vigente sofre então, aos olhos do crítico, uma total *inversão* [...]. O ‘mal ético-ontológico’ é descoberto pelo crítico quando o sistema [...], a Identidade (hegeliana), o Mundo (heideggeriano), o Mercado (de Hayek), a

⁹⁹ “O sujeito último de um tal princípio é, por sua vez, a própria comunidade das vítimas” (Dussel, 1998: 380).

Consciência (do ‘Eu penso’ moderno)... se ‘fecha’ sobre si, não pode mais descobrir nem re-conhecer a alteridade e autonomia de suas vítimas” (Dussel, 1998: 305).

Na Cidade do Anjo, o *mal originário, fundamental ou no nível ontológico* se torna evidente quando crianças e adolescentes tentam, da forma que conseguem, sobreviver aos maus-tratos de uma comunidade que insiste em produzir e em fingir não ver a reprodução do trabalho infanto-juvenil semiescravo, da crescente prostituição de crianças e jovens, dos nossos filhos e filhas expostos e expostas, aos quatro anos, às pedras de crack, aos dez ou aos dezesseis, servindo ao crime organizado do tráfico de drogas e de prostituição e aos nove, doze ou quinze, às plantações dessa rede de atores que constitui, na cidade do Arcajo Miguel, o *Agro-Sistema*.

3.7. Nós precisamos nos denunciar a nós mesmos e anunciar um novo mundo¹⁰⁰

Nos jovens o sonho de futuro desperta raivas escondidas. Para conquistar o amanhã é preciso arregaçar as mangas para vencer a batalha de hoje. Paulina Chiziane.

Com população estimada de trinta e duas mil, novecentas e dez pessoas no ano de dois mil e dezessete, o município de São Miguel Arcajo possui uma área territorial de novecentos e trinta mil, trezentos e trinta e nove quilômetros quadrados, gerando uma densidade demográfica de pouco mais de trinta e três habitantes por quilômetro quadrado¹⁰¹. Localizado a oitenta quilômetros de Sorocaba e cerca de cento e oitenta quilômetros da capital paulista, São Paulo, a sudoeste do Estado, São Miguel Arcajo pertence à região metropolitana de Sorocaba, à microrregião de Piedade, e faz limites com as cidades de Itapetininga, Capão Bonito, Sete Barras, Pilar do Sul e Tapiraí. Seus principais rios são o Rio do Turvo, Rio Taquaral, Ribeirão São Miguel, Guarupu, Rio Acima e Córrego do Pinhalzinho. Possui pelo menos quatro parques naturais de Mata Atlântica e cerca de vinte e cinco bairros rurais e um centro urbano, este último, dividido em alguns pequenos bairros, com cerca de vinte e um mil habitantes.

¹⁰⁰ Rodrigo Castro Francini em algum de seus poemas.

¹⁰¹ IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-miguel-arcajo/panorama>. Acessado em 10 de julho de 2018.

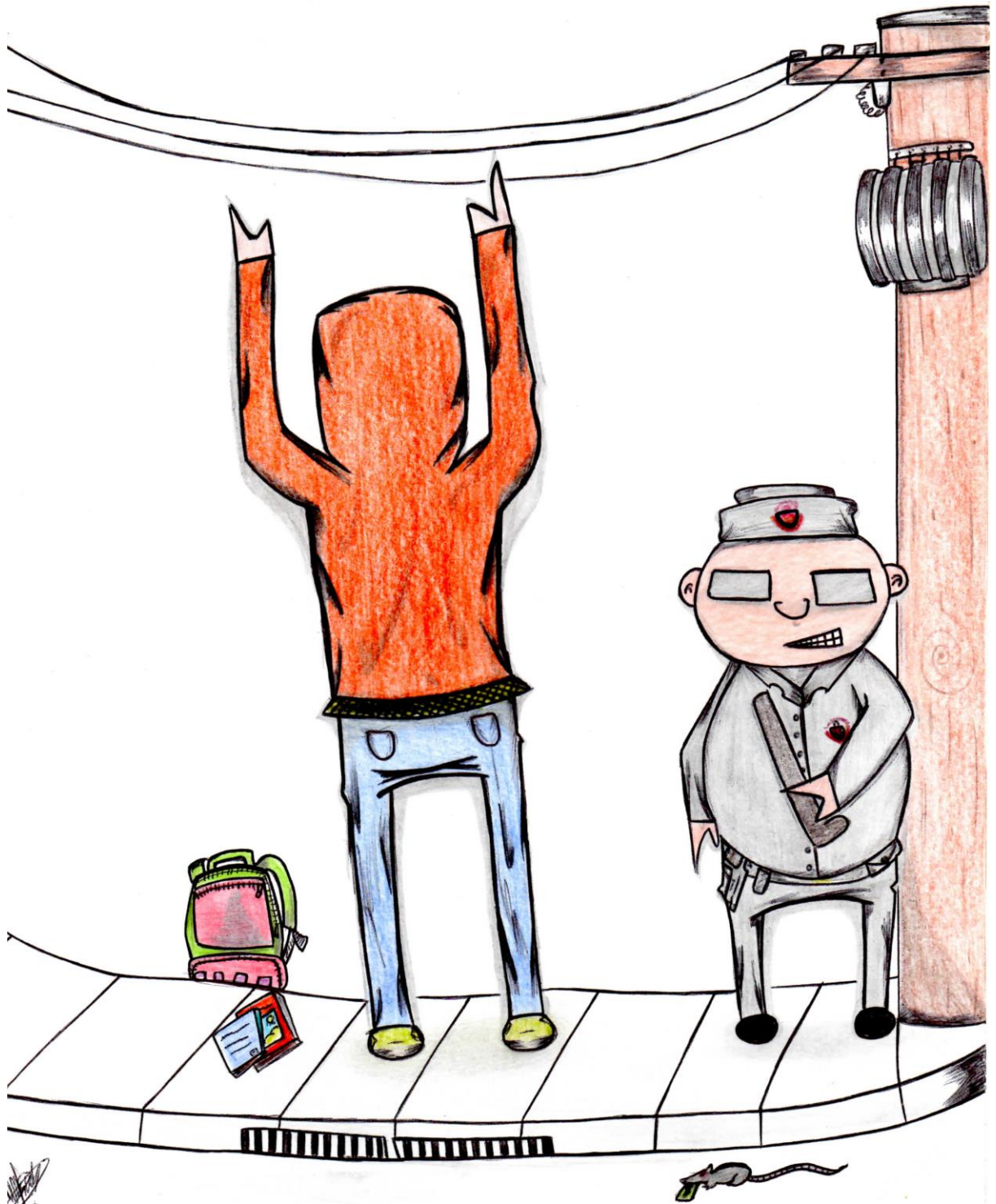


Figura 5: Por Marcos Fernandes.

Sua fundação aconteceu em doze de maio de mil oitocentos e setenta e sete, sua emancipação política em primeiro de abril de mil oitocentos e oitenta e nove e, num *sistema* de organização da vida refletido e competente que, portanto, mesmo na Cidade do Anjo “não se foi estruturando por obra e graça do Espírito Santo” (Galeano, 2009: 91), pouco mais de cento e vinte anos, quase cinquenta prefeitos, centenas de vereadores e toneladas insondáveis de, em especial,

algodão, carvão, trigo, batata, eucalipto, soja e uva depois, as cadeias da região, as fundações casa, as organizações de tráfico e exploração sexual estão cheias de uma juventude que desiste, é coagida, não se encaixa nas exigências físicas ou escolhe não viver de acordo com o que *impõe* a política e exige a economia de uma das maiores produtoras agropecuárias do Estado mais rico de uma das maiores economias do planeta. De acordo com dados do Conselho Municipal de Assistência Social, a quantidade de jovens menores de dezoito anos detidos por atos infracionais equivale a municípios, na média nacional, com 50 a 100 mil habitantes. Cerca de 95% dos detidos são por envolvimento com tráfico de drogas e, “no ponto em que os castigos universais das leis se aplicam seletivamente a certos indivíduos e sempre aos mesmos” (Foucault, [1975] 2013: 256), 100% são filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras braçais rurais tais quais os destacados neste estudo¹⁰².

Mas não tá errado o que a gente faz. O que eles querem é que a gente fique o mês inteiro com as costas pra cima colhendo as porcarias que a gente mesmo plantou pra eles. O tráfico, na interpretação desse jovem de dezessete anos em uma roda de encontros em uma das esquinas da cidade, leva a uma parcela da juventude um pouco mais de dignidade: aqui, pelo menos, a gente ganha um dinheiro que dá pra viver melhor e ajudar a mãe em casa.

No mesmo bairro, próximo dali, C., de vinte e um anos, com ensino médio completo, ao lado de sua mãe, dizia que distribuiu diversos currículos pelo comércio em busca de emprego. Não encontrou espaço. Sobrou para ela em alguns dias de julho de dois mil e dezesseis o plantio de batatas em uma fazenda na cidade vizinha Pilar do Sul. O ônibus *rural*, depois de passar pelo Jardim São Carlos e Vila Xisto, para próximo a sua casa às seis horas da manhã para recolher a ela e mais alguns de seus vizinhos e de suas vizinhas. Nem todos os que buscam trabalho podem subir. O *turmeiro*, cujo emprego depende do desemprego alheio, tem dado cinquenta reais pela diária do serviço. C. chega em casa entre seis e sete horas da noite.

G. tem onze anos. Conhece o vício em crack de sua mãe e oferece a ela, quando passa em frente à *boca*, algumas pedras da droga. De maneira irônica o menino grita dos cantos da calçada escura: *mãe, compra de mim. Dá uma força pro seu filho*. W. tem treze anos. Foi doado à avó pelo pai quando tinha cinco. Trabalha desde os nove na batata e na reciclagem. Está com uma

¹⁰² Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo realizado em 2014. Não significa que estejam envolvidos com o tráfico de drogas apenas jovens das periferias de São Miguel Arcanjo. Significa que apenas estes são jogados dentro das viaturas da polícia e indiciados pela justiça são-miguelense.

hérnia na região da cintura próxima ao pênis. Segundo o médico, a doença foi causada pelo esforço físico do trabalho que realiza.

Os irmãos L. e M. defecam e vomitam vermes vivos. K., de doze anos, é viciado em cocaína e crack. Pirado, catou a boneca de sua irmã mais nova, enfiou uma faca em seu peito - da boneca - e pendurou enforcada no meio da sala de sua casa. F. tem treze anos e o desenvolvimento físico-biológico, segundo os médicos, de uma criança de oito. N. também é desnutrido, tem dez anos e fome. Em novembro de 2016, ao lado de seus irmãos, estava na batata. Quando chegou a nós, desenhava armas e símbolos de facções do crime organizado. E., M., A., C. e os quatro filhos mais novos de Dona L. também. A., inclusive, de onze anos, comentou que na prisão a comida é azeda e misturada a cacos de vidro. Foi a experiência de seus irmãos mais velhos, presos por roubo e tráfico, que o ensinou.

L. tem nove anos. Na noite fria e chuvosa da abertura da Festa da Uva de dois mil e dezesseis, perto da meia-noite, com barro dos pés descalços ao pescoço, carregava nas costas um saco preto de lixo em que enchia com latas de cerveja e refrigerante vazias que encontrava em seu caminho, no chão e nos lixos. Quando o vi, longe do parque de diversões e de outras crianças, estava despercebido colhendo aos pés de futuros candidatos, empresários bem-sucedidos e atuais autoridades públicas, as latas de cervejas vazias que deixavam de lado enquanto conversavam sobre os rumos a serem tomados em São Miguel Arcanjo.

J. foi arrancado da mãe pelo Estado. É natural na Cidade do Anjo as instituições responsáveis e os seres humanos irresponsáveis que as compõe confundirem miséria com maus-tratos. Na Casa para crianças desabrigadas, cuja estrutura oferecida pelo mesmo Estado está longe de ser adequada, foi estuprado por outras crianças, aprendeu a fugir e a pedir esmola - o que incomoda ao padre, comerciantes e outros fiéis -, e carrega um trauma difícil de ser superado. F. foi suspensa por duas vezes em um período de dez dias da maior escola do município que também faz tudo como deve ser feito. L., de dez anos, foi expulso da instituição de caridade que recebe recursos públicos da Secretaria de Assistência Social justamente para acolher - não para recolher, como fazem - crianças que vivem as situações perversas como as que ele vive.

A menina, J., adolescente, dizia que dali a uns dois meses o movimento iria ser bom. É comum ouvirmos que os índios encontrados nesse canto do planeta não eram bons escravos. Preguiçosos, se deixavam inclusive morrer para não servirem aos portugueses. Bom mesmo

eram os negros para o trabalho, dependendo, ainda, da região da África da qual eram arrancados. Os são-miguelenses, assim como os tupis-guaranis, também não são considerados bons trabalhadores, em nosso caso, semiescravos. Vão um dia à colheita e em outro não, deixando insatisfeitos os nossos fazendeiros que não encontram um sequer *autoproclamado cidadão de bem* para substituir a miséria e carregar nas costas as suas batatas. Dali a dois meses viria uma concentração de nordestinos para passar três meses no pequeno hotel ao lado da rodoviária para trabalhar na colheita de uma das fazendas são-miguelenses. *Trabalha bem esse povo e não arranja problemas*, dizem os que defendem essa forma de produzir riqueza. A menina estava esperançosa. Novos clientes comporão a sua agenda. Seu corpo será trocado por um preço que varia de dez a vinte reais, dependendo mais da cara do cliente, da fome do dia ou do vício não suprido do que das intenções de como seu corpo será usado. *A vida da menina*, na Cidade do Anjo, *é só um detalhe*.

Respirou vinte vezes e morreu. Sua mãe, B., de dezesseis anos, dera à luz uma criança gestada pela fome, pela violência, pela crueldade cotidiana da Cidade do Anjo. Nasceu com deformações que impossibilitaram sua vida. Murros, chutes, ofensas e constantes viagens ao pronto atendimento médico não foram capazes de desmascarar a violência do machismo exposta em sua mais evidente perversidade na cidade do Arcajo Miguel. Anos antes B. fora estuprada por três rapazes depois atingirem com pedras e tijolos a sua cabeça. Alguns de seus professores lastimaram o fato: *sempre com shortinhos curtos demais*. A menina, dentro do possível, se recuperou, começou a namorar e voltou a apanhar. O pai da criança morta é o autor de parte da violência sofrida por B. O Ministério Público, apesar dos boletins de ocorrência feitos pela menina e sua mãe não compreendeu tais violências como crime. Foi preciso B. ir com outras mulheres à Delegacia da Mulher na cidade vizinha, Itapetininga, para que algo fosse feito em favor de sua segurança.

“A sorte de uma pessoa está no caminho que ela decide percorrer, ainda mais numa cidade onde o convívio social é no meio da rua, no entrecruzar das esquinas, nos bares, nas feiras, no ir e vir das calçadas” (Lins, 2012: 132). G., de dezesseis anos, teve a sorte de caminhar pelas ruas da Cidade do Anjo. Está preso. Passará três anos na Fundação Casa. Ele é apenas mais um dos cerca de cinquenta seres humanos menores de dezoito anos que anualmente passam pela inexistente medida socioeducativa em meio aberto e pela muito existente medida em meio fechado, Fundação Casa; elevando, nossa cidade, a índices com *menores infratores* bastante acima da média nacional. A polícia naturalmente o conhece. Está marcado. Aos dezoito ou

dezenove anos, quando sair, e se a Cidade do Anjo mantiver as mesmas sortes em suas ruas, praças, escolas e outras instituições, irá para a penitenciária ou será morto. É o destino pronto dos muitos *pinheiros machos* que como ele tiveram o azar de serem educados na Cidade comandada por seus homens e mulheres *de bem*. É mais uma peça descartável da *grande produção da monocultura rural*, na qual faz seus bicos, e de uma das maiores indústrias do planeta, a indústria das drogas ilícitas. Outros ocuparão o seu espaço quando G. for descartado pela violência da ordem, nesse mercado, o primeiro, em que não é exigido ensino médio; o segundo, em que nunca faltam vagas e se espera coragem, espertezas, malandragens, inteligências e, na maior parte das vezes, em ambos os casos, necessidade de sobrevivência.

(...)¹⁰³

Aimé Césaire escrevera: uma civilização que se revela incapaz de resolver os problemas que o seu funcionamento suscita; que prefere fechar os olhos aos seus problemas mais cruciais; e que trapaceia com os seus próprios princípios, é uma civilização decadente, uma civilização enferma e uma civilização moribunda (1978: 13). Uma cidade que produz e finge não ver as suas crianças cambaleando pelas suas ruas e cantos, centros, praças, becos e campos - a não ser quando o desejo é puni-las, quando o sentimento é a piedade ou quando a noção de justiça é um certo tipo mesquinho e egoísta de caridade -, é uma cidade tanto decadente, enferma e moribunda quanto estúpida.

3.8. O problema desse sistema é que o ser humano pode também ser rebelde

A ilusão da bem intencionada e esperançosa professora esteja, talvez, portanto, em acreditar que seguindo a estrutura dada, a partir da fantasia moderna criada de um futuro pré-determinado, com o seu esforço e o esforço dos seus alunos e alunas seria possível encaixá-los e encaixá-las nas listas de espera de um mercado escasso de trabalho, nas não tão sonhadas por

¹⁰³ Seria possível continuar por um longo tempo citando exemplos do cotidiano de nossa juventude.

ali vagas nas universidades, ou mudar o rumo das suas vidas tão preocupada estava com o que observava e ouvia da juventude com a qual convivia diariamente.

Para Jessé Souza (2009), a forma como uma sociedade é compreendida por ela mesma, os seus valores, suas estruturas políticas, econômicas e sociais, suas realidades, tem importância fundamental para o grau de justiça social e de seu amadurecimento político. A sua incompreensão, a incompreensão sobre o seu funcionamento, sobre a sua estrutura social, política, econômica, sobre as causas reais dos seus problemas tem também a mesma importância fundamental para o grau, neste caso, das injustiças sociais reproduzidas cotidianamente. A escola atual, longe de debater, procurar conhecer, intervir no real, ser uma parte ativa e privilegiada da sua comunidade, salvo exceções pontuais, não deixa de ser mais uma reprodutora das perversidades com as quais convivemos diariamente:

É apenas natural e consequente, nesse contexto, que a escola pública no Brasil, com raras e honrosas exceções, seja ‘pensada’ como caminho dourado da ascensão social, quando, na realidade, ela quase sempre legitima a desigualdade já montada [...] desde o berço, por “heranças diferenciais de classe”. A escola pública, apesar do esforço de muitos professores dedicados, mas impotentes para mudar uma realidade muitas vezes além de sua própria compreensão, apenas ‘confirma’ e legitima com o ‘carimbo’ do Estado um destino já montado desde muito antes (Souza, 2009: 427).

Na Cidade de Deus, escrevia Paulo Lins (2003), dona Marília, dona Sônia e outras professoras do curso primário diziam ao menino que, se estudasse direito, seria alguém valorizado no futuro. Naquele momento o menino, porém, vivia desiludido com a possibilidade de conseguir um emprego para poder levar seus estudos adiante, comprar sua própria roupa, ter dinheiro para sair com a namorada e pagar o curso de fotografia com o qual sonhava. *Bem que as coisas poderiam ser como as professoras afirmavam* - pensava o jovem nas palavras do autor -, pois se tudo corresse bem, se arranjasse um trabalho, logo, logo conseguiria comprar uma máquina e um monte de lentes; sairia fotografando tudo o que lhe parecesse interessante; um dia ganharia um prêmio. A voz de sua mãe chicoteou a sua mente: *esse negócio de fotografia é pra quem já tem dinheiro!*

Na Cidade do Anjo, o seu sistema de organização da vida permite a uma parte dos pinheiros e pinheiras realizarem seus sonhos com o que ganham com as colheitas sazonais, com o tráfico, prostituição, roubos e com a capacidade que adquirem em seduzir o sexo que lhes atraem ou de forçá-los a atenderem a sua libido. O aumento de estupros, um dos maiores índices de gravidez na adolescência, *sífilis* e *aids* do Estado de São Paulo e a grande quantidade de motos *CGs 150*

espalhadas pela cidade demonstram, em parte, seus desejos sendo realizados. É capaz de manter em alguns tantos outros e outras a esperança acesa por algum tempo, mas é também capaz, ao mesmo tempo, de ser posto em causa. Em uma tela de três metros de largura e quase dois metros de altura exposta ainda em dois mil e onze nos muros de onde era então a Sede¹⁰⁴ do Movimento Capital Juvenil em frente à Câmara de Vereadores, esteve, criado pelo Marcos Fernandes com a participação da Janaína, a Goiabeira, Diana, Itamar, Geovane e outros e outras jovens, um *Grafite*, uma obra, a pintura de uma criança com uma inchada nas mãos com o título: *Capital da Uva Itália! Bom pra quem?*¹⁰⁵

¹⁰⁴ Ocupamos um espaço durante os anos de 2011, 2012 e 2013 no Clube Recreativo Bernardes Júnior.

¹⁰⁵ Figura 13 em Anexos.

4. É preciso permanecer viva, vivo!



Figura 6: Por Marcos Fernandes.

*Porque você nasce em um planeta que absolutamente não é o seu, profere Criolo, do lado oculto das linhas que dividem os que são dos que não podem ser, essa frase entre dois silêncios como se, lembrando do seu passado e de suas experiências, lhe permitisse deixar estar em palavras aquilo que para ele foi preciso e aconselhou: *Eu diria o que a um jovem poeta? Procure viver, pois o Estado já te assassina vagorosamente todos os dias, e é preciso permanecer vivo... vivo!**

Se cada geração, escreve Fanon, deve numa relativa opacidade descobrir sua missão, executá-la ou traí-la (2015: 211), a missão da nossa geração é esta: *Permanecer viva!* É “uma utopia da vida que pretende vencer as utopias da morte” (Dussel, 1998: 563). “Executá-la ou traí-la” é uma radicalidade ética.

4.1. Como muitos, permanece ali até o fim da tarde, mas depois continua

Uma sujeita humana concreta viva, um sujeito humano concreto vivo como último critério de subjetividade, de referência a um ator, a uma atora em última instância como *modo de realidade* é o pressuposto de todo ato cognitivo, de todo lugar do enunciado, de todo o sistema, do mundo de todo o *Dasein*, de toda intersubjetividade consensual discursiva, de todo o pré, sub ou inconsciente, de toda subjetividade anterior ao mundo, escreve Enrique Dussel (1998: 527).

No mundo humano o ser humano é o fundamento de toda e qualquer ação, de tudo o que é cultural, social, de tudo o que é político; de toda a arte, de todo o sorriso, de todo o ato de afeto, de todo o olhar, observar, de todo o dizer, pronunciar, de todo o ato de carinho, de cuidado, de todo ato de amor. A fé nos homens e nas mulheres, nas jovens e nos jovens, nos velhos e nas senhoras, nas crianças, portanto, é o fundamento de toda utopia. Para Paulo Freire: “Daí que seja profética e, como tal, esperançosa. Daí que corresponde à condição dos homens” e das mulheres “como seres históricos e à sua historicidade. Daí que se identifiquem com eles” e elas “como seres mais além de si mesmos - como ‘projetos’ -, como seres que caminham para frente; como seres a quem o imobilismo ameaça de morte; para quem o olhar para traz”, continua o autor, “não deve ser uma forma nostálgica de querer voltar, mas um modo de melhor conhecer o que está sendo para melhor construir o futuro” (2005: 84).

O tempo é dois mil e dez. Na Cidade do Anjo, Luiz, com quinze anos, encoberto em meio ao real e distante também algumas eternidades das riquezas naturais e materiais que o cercam, segue persistente com o pensamento em casa, em suas irmãs e em seus irmãos, em especial, no menino mais novo, Jean. É do pensamento em casa, de uma esperança que beira o impossível e da dança de rua, da poesia, da arte que tira forças para caminhar, chegar ali, na fazenda nunca nomeada perto das cinco, seis da manhã com o ônibus cuja única identificação é *Rural*, para ali

permanecer com os tantos outros até o fim da tarde colhendo a riqueza da cidade comandada pelos outros. Diferente de muitos, porém, Luiz, depois, com as *Outras* e com os *Outros*, continua. Assim também fez e faz Jorge. É, de certa forma, a esperança e a profecia de Paulo Freire ganhando corpos. O conselho de Criolo ecoando nos tempos. Em meio ao perverso, *é preciso permanecer vivo!* A conscientização é isto: um apoderar-se da realidade. É uma pedagogia de vida.

Os discursos eleitorais e eleitoreiros, insistentes e teimosos, hipócritas e impotentes aos poucos menos desatentos, ainda convencem uma parte de um povo inconsciente de ricos e pobres na Cidade do Anjo. A uma outra parcela de pobres e ricos, também considerável, não são os discursos que convencem, mas os favores pré e pós eleições que vão desde sapatos doados e cargos públicos de confiança cedidos, a contratos públicos realizados com empresas que financiam suas campanhas eleitorais e com seus cabos eleitorais em arranjos criminosos. A fome ajuda a movimentar esse círculo vicioso. Produz a riqueza que financia a política que produz a fome que é cooptada pela política por um pouco de pão e muito circo. Uma política movida também pelo pó. A Festa da Uva, realizada por uma empresa privada e financiada com dinheiro público, é um dos nossos principais exemplos do ópio promovido. A fome, porém, quando desmistificada entre os que se embrenham no real, é também fonte de utopia. Para Dussel, a miséria, que é impossibilidade de produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana - *a falta de cumprimento das necessidades* -, é também origem de consciência crítica. É a partir da negatividade que se origina a crítica (1998: 322). Daqui se profetiza a esperança nos homens e nas mulheres, nos jovens e nas jovens, nas crianças. Daqui se projeta com diálogo o *novo*.

Para Dussel, “o ser humano é um ser vivente [...] originalmente comunitário. É assim que comunidades sempre acoçadas em sua vulnerabilidade pela morte, pela extinção, devem continuamente ter como uma tendência o instinto ancestral de querer permanecer na vida” (Dussel, 2007a: 25). E “este *querer-viver* dos seres humanos em comunidade denomina-se *vontade*”. É a “*vontade-de-vida*, a tendência originária de todos os seres humanos” (Dussel, 2007a: 25); a “*vontade-de-viver*”, a essência positiva, o conteúdo como força, como potência que pode mover, arrastar, impulsionar. Em seu fundamento a *vontade* nos empurra a evitar a morte, a adiá-la, a permanecer na vida humana” (Dussel, 2007a: 26). E num caminhar solidário entre mundo e ação, ação e mundo, em que a realidade social, objetiva, escreve Paulo Freire, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens e das mulheres, e que também

não se transforma por acaso, mas como resultado da responsabilidade histórica dos seres humanos em transformá-la (Freire, 2005: 44), como consequência do compromisso ético de mulheres e homens, Luiz, impulsionado por essa vontade de viver, assim como Janaína e Jorge, ao lado da Cris, do Fabrício, da Michele, do Jorge, Diana, Pedrinho, da Bela, Daniel, Alexia, Cidinha, Rodrigo, Deco, Marcos, do Geovani, Gabi, do Itamar, de *Outras* e de *Outros*, ergueu a cabeça e começou a caminhar.

Difícil é saber dizer em que momento se deu esse seu desejo por justiça consciente. Consciente de que era necessário lutar por ela. Parece mais ser a junção entre momentos, diversos, às vezes esparsos, por vezes contínuos, em um processo em que a existência vai percebendo as contradições entre a realidade dada e as suas próprias potencialidades humanas negadas, porque, intrínseco, realmente, parece ser ao ser humano a vontade de viver com sentido; o *ser mais* de Paulo Freire, o ser humano como projeto; os seres humanos como seres mais além de si mesmos. *Daí que seja profético e esperançoso* esse pensar.

Um desejo que sozinho, porém, não basta, não é suficiente, não se sustenta, não suporta o peso do mundo, não é capaz de mudar o mundo que maltrata: “o *sujeito* é tal quando se torna origem da transformação da própria realidade” (Dussel, 1998: 440); é quando o *descobrir-se do ser humano* com o mundo que o maltrata “*se transforma em compromisso histórico...*, inserção crítica na história para criá-la... *Conscientização* implica esta inserção crítica no processo, implica um compromisso histórico de transformação” (Freire apud Dussel, 1998: 441). E a repulsa às utopias da morte, essa força capaz de negar a negação, seja sobre si, seja sobre a *Outra*, constitui o momento primeiro da utopia, da política, do político, do sujeito, da sujeita. É o momento negativo da utopia. Para Dussel, trata-se “da vida *de cada sujeito*”, de cada sujeita, “última referência ativa, como organismo auto-regulado vivente, social e histórico, mas também como crítico” (Dussel, 1998: 530). Da negação da realidade que, como diz Gustavo, *maltrata*, a própria realidade, porque injusta, exige do ser humano a afirmação de uma outra. Uma realidade em que a vida humana negada seja agora afirmada, reconhecida. É a *negação* da negação da vida e a afirmação da vida humana. É o momento positivo da utopia. Parte do processo exige então saber desconstruir o já dado, os mitos, as mentiras contadas das estruturas que causam a dor, o sofrimento, para dar espaço ao *novo*, um espaço em que seja possível a vida viver e viver bem.

“Numa altura de generalizada lavagem cerebral, de descerebração mecânica e de alienação das massas”, escreve Mbembe (2017: 97), em que nada, nem mesmo o estatuto da verdade, está livre de ser posto em causa; em que certezas e convicções são tidas por verdades e sobre nada exige raciocínio: basta crer e render-se à fé (Mbembe, 2017: 91); no momento, portanto, em que o ópio, aqui, a metáfora da *cultura da dominação*, do poder do falso, embaralha as mentes, conduz os corpos, cala, confunde, desestabiliza as vozes – no momento, portanto, em que uma sociedade vive uma época assim -, “o próprio irracionalismo mitificador passa a constituir um de seus temas fundamentais, que terá, como seu oposto combatente”, escreve Paulo Freire, “a visão crítica e dinâmica da realidade que, empenhando-se em favor do seu desvelamento, desmascara sua mitificação e busca a plena realização da tarefa humana: a permanente transformação da realidade para a libertação dos homens” e das mulheres (Freire, 2005: 108). Para Dussel, é o momento da práxis negativa, “desconstrutiva, necessária, que limpa o terreno para cavar os fundamentos e construir depois sobre eles as paredes (as instituições) da casa onde se produz, reproduz e cresce a vida” (1998: 566). Desconstruir os mitos de um *planeta que absolutamente não é o nosso* para construir as bases de um mundo que nos faça sentido. O centro desse processo é uma crítica ética, como vimos, como parte do *andar* da utopia, como um momento de luta pela vida. A vida humana negada e impedida de ser é a sua referência última. E a desconstrução daquilo que nega a vida, o pressuposto para a mudança de uma realidade:

Qualquer ação, instituição ou sistema de eticidade se ‘deposita’ como algo acontecido, feito, como uma realidade passada, que se produz e reproduz. Enquanto tal, é o ponto de partida para qualquer ação futura. Mas ao mesmo tempo é o ‘opaco’, o que oculta, o que disciplina e começa a limitar, oprimir, dominar: é a dupla face de toda a instituição. A distância “entre o já ‘dado’ e o por dar-se (o ‘desenvolvimento’), mas ‘impedido’ pelo ‘habitual, exige saber des-construir o ‘já dado’ para dar passagem ao novo. Esta des-construção é um processo *negativo*, crítico” (1998: 301).

Trata-se do esforço, na Cidade do Anjo, em tornar claro no real aquilo que permanece opaco, ofusco, velado, para caminhar para superar os limites do que nos é dado pelas estruturas políticas dos *Guardiões do Atraso* e as redes de forças do *Agro-sistema*. Romper, destruir, desconstruir os mitos contados pelos *comparsas da fome*, pela violência da ignorância que desafia a existência humana para formular novas bases de vivências que valham a pena serem vividas; desestruturar o horizonte moderno, suas linhas abissais, a naturalização do *sufrimento-feito-pelo-homem*, a produção da *outra* na cidade comandada pelos outros, para compor outras possibilidades desde um presente que nos permita construir um outro mundo que precisa ser o nosso, solidário, *pós-abissal*. Por fim, negar as redes mantenedoras das injustiças e das

desigualdades para afirmar uma outra realidade que seja possível à vida humana viver e caminhar para construí-la: “pela mudança de perspectiva e de escala”, escreve Boaventura de Sousa Santos, “a utopia subverte as combinações hegemônicas do que existe, destotaliza os sentidos, desuniversaliza os universos, desorienta os mapas. Tudo isso com um único objetivo de descompor a cama onde as subjetividades dormem um sono injusto” (2013: 282). E ela precisa ser alimentada por diálogos, por reflexões, ações, por espaços em que a comunicação e o encontro sejam possíveis.

Luiz chegou ao Movimento Capital Juvenil naqueles dias de dois mil e dez envolvido pelo hip hop em um evento cultural organizado pelo Movimento no Coreto da Praça da Igreja Matriz na Cidade do Anjo, e se engajou na utopia que se fez também sua e que, então, inspirada nas palavras de Eduardo Galeano, carregava o desejo de *Oferecer ao mundo um mundo diferente*.

Um mundo diferente do que nos era dado ali naquele canto oculto; diferente do que as escolas catequizavam, as religiões adestravam, do que as novelas ensinavam. Diferente do que a miséria oferecia, a política postulava, o patriarcado exigia, o capitalismo impunha. Diferente de quase tudo que diziam que era para ser feito. E nesse caminhar entre as *Outras* e os *Outros*, foi-se construindo, em diálogo, um espaço de diálogo possível, de reflexão possível, de liberdade possível, de expressões culturais possíveis, tornando possível, com o suporte também do pensamento e da ciência crítica, aquilo que seguimos permanentemente buscando com diálogo, com arte, com dança, poesia, com política: um espaço para que a vocação para o *ser mais* não se distorça.

“A palavra *Movimento* sugere necessariamente o ativar de um instinto que, ainda que não seja puro, possui pelo menos uma energia fundamental. Tal energia está enredada, conscientemente ou não, no prosseguir de um desejo – de preferência, um desejo maior”, escreve Mbembe. “Este desejo maior, simultaneamente campo de imanência e força feita de multiplicidades, tem como ponto de fixação um objeto (ou vários) (Mbembe, 2017: 72). Este *objeto* ou estes vários *objetos* éramos nós e o mundo na Cidade do Anjo.

Janaína apareceu nos encontros do Movimento Capital Juvenil em dois mil e onze, tinha dezesseis anos, um pouco depois de termos conseguido um espaço nosso, uma sede numa pequena sala que servia como depósito nos fundos do Clube Bernardes Júnior, em parceria com

ele e com o Ponto de Cultura Viva o Clube. Com o apoio da ASASS¹⁰⁶ reformamos o espaço e então as paredes grafitadas pelo Marcos, pela Gabriela, pela Cris, Pedrinho, pela Victória e por mais um monte de gente, eram testemunhas dos nossos encontros algumas vezes por semana em que debatíamos, dentre diversos assuntos, a realidade da juventude da Cidade do Anjo.

Do lado de fora da sala de artes, conversas, estudos e encontros, de Rodas de Encontros, um outro espaço também colorido por pinturas e mensagens nas paredes e no chão era da dança de rua: do Luiz, do Deco, do Jorge, da Gabi, do Geovani, da Michele, do Itamar e de mais um tanto de outras e outros. Em meio aos encontros, conversas, filmes, músicas, eventos culturais que realizávamos, ao lado também de Fabrício, Miguel, Patrícia, Jorge, Daniel, Alexia, de *Outras* e de *Outros*, Luiz, então, depois da lavoura, continuava.

É essa tentativa constante de constituir espaços em que a comunicação aconteça; a esperança ganhe concretude; em que o contato do ser humano consigo, com o mundo, com as outras e com os outros crie laços capazes de construir força e cumprir com o que a utopia em processo também anunciava: subverter o sofrimento em sorriso, a fome em alimento, as correntes em liberdade, a invisibilidade em protagonismo, a estrutura desumanizante em uma estrutura humanizadora. Um caminhar daqueles e daquelas, nosso, cujas próprias vozes, como veremos, se fizeram ouvir e serem ouvidas, e que dessas vozes, antes ocultas, construíram já o projeto possível, a utopia factível, crítica e cotidiana da vida e caminham, perseverantes, na luta diária e inacabável de construí-la.

É todo um processo pela busca contínua e sempre inacabada do que é digno do ser humano: a sua própria libertação. “Justamente aquela liberdade, aquela pátria da identidade em que o ser humano não se comporta em relação ao mundo nem o mundo em relação ao ser humano como estranhos” (Bloch, [1959] 2005: 207). É “o contragolpe da liberdade se opondo ao chamado destino que paira acima do processo, e que o emperra pela paralisação e pela reificação” (Bloch, [1959] 2005: 198). É um momento crítico da utopia: “o ponto de contato entre sonho e vida, sem o qual o sonho produz apenas utopia abstrata e a vida, por seu turno, apenas trivialidade,

¹⁰⁶ Associação São-miguelense para Sustentabilidade que respondia pelo nome de Associação São-miguelense de Assistência Social e Saúde fundada no final dos anos 1990. Seu nome foi alterado em 2018 para contemplar os nossos novos desafios.

apresenta-se na capacidade utópica colocada sobre os próprios pés, a qual está associada ao possível real” (Bloch, [1959] 2005: 145). Para Paulo Freire:

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem o faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, se luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos (Freire, 2005: 37).

É também um esforço para que *Outras e Outros* possam *continuar*. Para Paulo Freire:

Para que os seres humanos se movam no tempo e no espaço no cumprimento de sua *vocação*, na realização de seu *destino*, obviamente não no sentido comum da palavra, como algo a que se está fadado, como sina inexorável, é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias. A vocação para o *ser mais*, enquanto expressão da natureza humana fazendo-se na História, precisa de condições concretas sem as quais a vocação se distorce” (Freire, 2000: 10).

4.2. Mães e filhos

A violência das democracias, das democracias sem povo, daquelas que, quanto menos povo mais verdadeiras se dizem, mais competentes se desenham, liberais¹⁰⁷, portanto, “onde o dinheiro vale mais que a vida”, me aproveitando das palavras de Paulina Chiziane, e “o mulato vale mais que o negro e o branco vale mais que todos eles”; e o branco vale mais que o índio, e o empresário vale mais que a índia, mesmo que cacique ela seja; “onde a cor e o sexo determinam o estatuto de um ser humano [e] o amor é abstração poética e a vida se tece com malhas de ódio” (Chiziane, 2016: 26), a violência das democracias, dizia, “até agora mais ou menos disfarçada”, escreve Mbembe, “vem à superfície desenhando um círculo mortífero que

¹⁰⁷ Por neoliberalismo entenda-se uma fase da história da Humanidade dominada pelas indústrias do silício e pelas tecnologias digitais. O neoliberalismo é a época ao longo da qual o tempo (curto) se presta a ser convertido em força reprodutiva da forma-dinheiro. Tendo o capital atingido o seu ponto de fuga máximo, desencadeou-se um movimento de escalada. O neoliberalismo baseia-se na visão segundo a qual “todos os acontecimentos de todas as situações do mundo (podem) ter um valor de mercado. Este movimento caracteriza-se também pela produção da indiferença, a codificação paranóica da vida social em normas, categorias e números, assim como por diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais. Assombrado por um seu duplo funesto, o capital, designadamente o financeiro, define-se agora como ilimitado, tanto do ponto de vista dos seus fins como dos seus meios. Já não dita apenas o seu próprio regime de tempo. Uma vez que se encarregou da “fabricação de todas as relações de filiação”, procura multiplicar-se “por si mesmo” numa infinita série de dívidas estruturalmente insolúveis (Mbembe, 2014: 14).

aprisiona a imaginação e do qual é cada vez mais difícil sair. Um pouco por todo o lado a ordem política reconstituiu-se enquanto forma de organização para a morte” (2017: 15), e não se reconstituiu ou se constituiu, em nossos cantos, de maneiras diferentes.

Como em todos os outros, enquanto escrevo em meados de julho de dois mil e dezessete, há alguns dias, mais um homem negro das periferias do Brasil¹⁰⁸, catador de recicláveis dessa vez, foi assassinado pela polícia militar do Estado de São Paulo¹⁰⁹ na zona oeste da capital paulista. Foram três tiros frontais. O primeiro, destinado ao peito, o deitou ao chão. Os outros dois com o corpo caído, como que se num ato de misericórdia o quisessem abolir do sofrimento, foram no rosto. Quase tudo foi filmado: “a dominação que se exerce diariamente contra a vítima, através das estruturas injustas, agora se manifesta à luz do dia” (Dussel, 1998: 548).

A realidade caminha aberta, sem máscaras, sem medo, disfarces ou vergonha. E a verdade, as contradições expostas nuas, em nossos dias, parece finalmente ter sido encontrada, e cada vez mais as suas camuflagens parecem ser desnecessárias, faltando, à verdade, apenas coragem para ser proclamada. “Reconciliada com a sua verdadeira face, a nossa época pode finalmente dar-se ao luxo de navegar nua, livre de qualquer inibição, desembaraçada de todas as velhas máscaras e disfarces que a cobriam” (Mbembe, 2017: 94). Para Mbembe, nesse processo, “em larga medida, o racismo é o motor do princípio necropolítico, enquanto este é o epíteto da destruição organizada, o nome de uma economia sacrificial, cujo funcionamento requer que, por um lado, se reduza o valor da vida e, por outro, se crie o hábito da perda” (Mbembe, 2017: 65).

Vivente do mundo moderno, Ricardo, conhecido como *Negão*, perdeu a atenção por alguns momentos. Esqueceu da sua cor. Esqueceu das roupas que usava. Esqueceu de esconder e engolir a raiva em um mundo que não lhe dá esse direito e nenhum outro. Pediu um pedaço de pizza em um restaurante. Não foi atendido e, segundo testemunhas, pegou um pedaço de pau que aparecia à toa encostado na beira da calçada. Os funcionários do restaurante chamaram a

¹⁰⁸ De cada dez pessoas assassinadas no Brasil, sete são negras, segundo os dados ONU Brasil. Entre os jovens, de 15 a 29 anos, um negro é morto a cada 23 minutos: <https://nacoesunidas.org/o-racismo-mata-e-nao-podemos-ser-indiferentes-diz-onu-brasil-em-lancamento-da-campanha-vidasnegras/>. Acessado em 09/11/2017.

¹⁰⁹ Nestes mesmos dias o exército brasileiro está nas ruas do Rio de Janeiro sob o pretexto de manter a segurança pública. E um soldado do exército em meio ao trabalho arranca de uma manifestante um cartaz com os dizeres: “Forma Temer”.

polícia. E a solução para o problema da fome, da injustiça, da desigualdade do Brasil, da miséria, foram os três tiros em seu corpo.

“Já não se trata de excluir o homicídio, por direito e justiça, da consideração da vida em comunidade. Sempre que possível, arrisca-se o cenário supremo” (Mbembe, 2017: 15). Na Cidade do Anjo os assassinatos ainda não são tão frequentes, mas acontecem. “Pouco a pouco, um terror de essência molecular e pretensamente defensivo procura legitimar-se, turvando as relações entre violência, o homicídio e a lei, a fé, o comando e a obediência, a norma e a exceção, ou ainda a liberdade, a perseverança e a segurança” (Mbembe, 2017: 15).

Mas não se trata, aqui, *apenas* dessa morte, da morte suprema desta vida, do corpo, do fim do batimento cardíaco, física, daquela que, dela, e quanto a ela, nada mais se possa fazer; ou das mortes que se seguem à morte - *as Mães de Maio e a Ponte Jornalismo nos dão relatos do sofrimento dos familiares de assassinados nos mesmos moldes de Ricardo diante de uma Justiça sádica no Brasil*¹¹⁰. Dos lados ocultos das linhas abissais, a morte, em algum nível, se constrói vagarosamente todos os dias. A humanidade moderna avança, soberana, “no poder de fabricar toda uma massa de gente habituada a viver no fio da navalha ou, ainda, à margem da vida” (Mbembe, 2017: 64). E há muitos graus e níveis de dramaticidade. E é preciso não perder a atenção.

A vida do ser humano o delimita dentro de certos marcos férreos que não podem ser ultrapassados sob pena de morrer, escreve Enrique Dussel (1998: 131). A vida humana impõe limites; fundamenta, através de normas, uma ordem; tem exigências próprias e impõe conteúdos: “há necessidade de alimentos, casa, segurança, liberdade e soberania, valores e identidade cultural, plenitude espiritual (funções superiores do ser humano em que consistem os conteúdos mais relevantes da vida humana)”. A vida humana, para uma ética crítica, é o modo de realidade do ser ético (Dussel, 1998: 131), previamente afirmada em todos os seus momentos físico-biológico, histórico-cultural, ético-estético e até místico-espiritual (Dussel, 1998) como já citado.

Se “o objetivo de toda a atividade *política* humana é poder viver e a esta possibilidade de viver têm o mesmo direito todos aqueles que a natureza trouxe para a vida” (Fichte apud Dussel,

¹¹⁰ Livro *Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006* (2016). Uma produção da Ponte Jornalismo e do Movimento Independente Mães de Maio.

2007a: 78), a arte da organização humana, a política, tem construído o seu oposto. São fundamentos básicos para existência humana cotidianamente negados. A vulnerabilidade da vida se encontra sobre certos limites e exige certos conteúdos: se não podemos nos proteger do tempo, morremos de frio; se não bebemos água, morremos de sede; se não comemos, morremos de fome; “se nossa comunidade é invadida por outra comunidade mais poderosa, somos dominados (vivemos, mas em graus de alienação que vão desde uma vida quase animal até a própria extinção, como no caso dos povos indígenas depois da conquista da América)” (Dussel, 1998: 130). Se temos a sorte de caminhar pelas ruas da Cidade do Anjo, muito do que exige a vida humana não nos será possível.

A briga se deu porque o pão é contado e a fome não cessa. São quatro por dia. Um para cada filho. O mais velho tem dezesseis anos. A mãe, Joana, é viciada em crack e até então, além das dores pelo corpo, sabia apenas da presença da tuberculose e do HIV em seu corpo. Naqueles dias fazia dois meses que não consumia a droga. Tentava, como sempre da forma que conseguia, assumir as responsabilidades que dizem, cabem às mães. O pai das crianças não existe. Nunca existiu. Tampouco a comunidade solidária. A avó, mãe adotiva de Joana, ajudava, também da forma que conseguia, a cuidar dos três meninos e uma menina nascidos na periferia da Cidade do Anjo.

Nas “projeções fantásticas das histórias à volta da fogueira” do romance de Paulina, “as meninas bonitas, bondosas, obedientes, trabalhadoras casam-se com príncipes dourados, têm muitos filhos e vivem felizes para sempre”. Tal qual nos contos de fadas e nos contos das crenças da Cidade do Anjo, ali também “as meninas maldosas, mentirosas, desobedientes e preguiçosas, no final da história são castigadas, não arranjam marido, nem filhos, vivem solteironas e infelizes para sempre, e acabam enlouquecendo”. São crenças, escreve Chiziane, dádivas e destinos. Pragmas. Profecias e castigo (2016: 18).

Vivente no mundo real, desde menina Joana era incentivada por sua mãe adotiva a se prostituir para levar dinheiro para a casa. Os diversos tipos de drogas a ajudavam a suportar fazer o que lhe era exigido. O vício foi inevitável. Na Secretaria de Assistência Social, formada em sua maioria por mulheres, as fantasias dos contos de embalar crianças colocavam Joana no grupo das meninas maldosas, mentirosas, desobedientes e preguiçosas, o que tirava dela alguns direitos. Aos vinte e oito anos, sua saúde, não apenas movida pelos inchaços das mãos que a levou a fazer um exame médico para entender o porquê, mas as dores nas costas, na coluna, nas

vértebras, pernas, peito, devido aos anos na colheita e às sequelas que o HIV e a tuberculose produzem, não a permitiam mais trabalhar na batata. Prostituição ela não suportava mais. Pelo tráfico nunca se interessou. Não sobrava, portanto, na Cidade do Anjo, nenhuma outra alternativa de sobrevivência. Sua fisionomia castigada nunca lhe dera os requisitos para trabalhos domésticos. Alguns programas sociais que *resistiam* eram o seu refugio.

Numa mistura entre sadismo e estupidez, ignorâncias, preconceitos e perversidades daquelas e daqueles que deveriam ter a responsabilidade de conhecer para fazer e fazer sabendo o que estão fazendo quando, principalmente, intervêm em momentos limites da vida humana, a lição de moral de quem não viu nada de real veio do Estado representado por assistentes sociais e conselheiros tutelares quando Joana passou todo o fim de semana fora de casa. A irresponsabilidade de abandonar os filhos e ficar *pra* rua, *pras* casas sabe-se lá de quem, consumindo sabe-se lá o que, transando sabe-se lá com quem, diziam sem qualquer informação, incomodou os técnicos sociais em suas análises *técnicas*.

Havia, portanto, dois meses que não fumava crack. A recaída veio naquela sexta-feira quando ouviu da médica que o resultado do tal exame acusava o câncer. Por algum motivo despercebido pelos responsáveis humanos da Secretaria de Assistência Social, para Joana essa informação foi como um soco forte no estômago; a mão pesada de deus sobre os ombros de quem usava todas as suas forças para andar ereta. O crack apareceu como anestésico. O fim de semana distante do mundo como fuga. A punição terrena veio através dos filhos e da filha.

Nos dias seguintes a briga se desenrolou. Quando Jorge, o filho mais velho de Joana acordou, seu irmão já havia comido o pão que seria o seu. Aquele destinado à Jeferson de onze anos não foi suficiente para superar a fome da manhã. Aproveitou o sono longo de Jorge para cometer este crime contra a humanidade: matar a fome. Os meninos brigaram. Algo natural em qualquer ambiente com adolescentes. Surreal é a fome. O problema é que a briga aconteceu no momento em que a família seria visitada pelo Estado. Conselheiros tutelares e uma assistente social chegavam ali para serem testemunhas de mais um motivo que comprovaria a eles a incapacidade de Joana em educar seus filhos. Algum tempo depois o bebê de alguns meses e Karina de quinze anos foram encaminhados para o local em que são recolhidos os filhos e as filhas de ninguém, das *outras*. Aquele mesmo local em que, tempos antes, um menino também retirado de sua mãe fora estuprado por outros meninos também dali. Karina, algumas semanas depois de chegar ao local, ficou grávida. Se estivesse vivendo com Joana, seria mais um motivo,

para aqueles e aquelas, que comprovaria a sua incapacidade como ser humano em educar uma adolescente. Quanto ao Jeferson, não quiseram acolher.

É quando o sistema, mais uma vez, aparece como contradição. “Pretendendo ser a mediação factível de reprodução da vida”, como eticamente é exigido a toda a instituição, “opera como negatividade do sujeito” (Dussel, 1998: 559), neste caso, da sujeita: controla, maltrata, humilha, não procura em conjunto alternativas, não reflete o contexto, não se responsabiliza por compreender a realidade, não atua sobre as estruturas que produzem a sua morte cotidiana; não reconhece a sua dignidade própria; não repara nenhum tipo de perda; não investe, nem por alguns segundos, em um diálogo para buscar em conjunto algo que, em algum momento, possa lhe devolver alguma paz; trava, julga, oprime. “São poucos os sofrimentos considerados injustos. Não existe nem culpabilidade, nem remorso, nem reparação. Tal como não existem injustiças que se devem reparar, ou tragédias que se possam evitar” (Mbembe, 2017: 66).

A utopia da morte é sádica. Tem sede pelo controle. Controla, humilha, exige. Exige um sinal; exige uma atitude; exige respostas incríveis de exigências infundadas; exige *empreendedorismo*; exige ações imprevistas em um ambiente impossível; exige o impossível e julga. E o julgamento faz ela crer que a culpada por sua morte é ela própria. E ela pede desculpas. Chora. E as forças se esvaem junto com a sua autoestima. E a exigência permanece; a opressão é cotidiana, não cessa, não cansa, não descansa enquanto não mata. “Se compara as pessoas aos chacais, aos abutres, não vê diferença. Há uma pessoa no abismo pedindo ajuda. A sociedade humana apressa-se a atirar paus e pedras, a pisar a mão com que te expressas por teu último desejo” (Chiziane, 2016: 11). Assim se combate a miséria, combatendo os miseráveis; com a construção da morte, da utopia da morte cotidiana com mais morte; maltratando e impedindo; negando à vida a sua possibilidade de reviver: nem sequer uma cesta básica é permitida a ela, por mais incrível que possa parecer. A mesquinharia ganha contornos, ou fundamentos, de crueldade. A utopia da morte é sádica.

Para Paulo Freire, “não há vida sem morte, como não há morte sem vida, mas há também uma “morte em vida”. E a “morte em” vida é exatamente a vida proibida de ser vida” (2005: 197). Joana, porém, é “um ser para a vida, não para a morte” (Hinkelammert apud Dussel, 1998: 530). Uma vez evocada as feridas do sadismo, da utopia da morte cotidianamente construída, “falta ainda saber se se trata, genericamente, de lesões ou de cortes sentidos por um ser humano que sofreu um ou vários golpes de caráter particular – golpes duros e difíceis de esquecer, porque

atacam o corpo e a sua materialidade, mas também e sobretudo”, escreve Mbembe, o intangível: a dignidade, a autoestima (2017: 96). “Os seus vestígios são, na maior parte do tempo, invisíveis, e as suas cicatrizes, difíceis de sarar” (2017: 96). Como escreve Chiziane, “quantas forças uma mulher deve ter para carregar a tortura, a ansiedade e a esperança, quantas palavras terá a oração da eterna clemência a um deus desconhecido, cuja resposta não virá jamais?” (2016: 13). A sua dignidade permanecia ali, resistindo. Joana seguia sobrevivendo. Jorge teve outra sorte.

A fome move moinhos, movimentada grandes fortunas. Para supri-la, o menino desde os onze anos era e continuava sendo jogado a dois tipos de máfia local, a dois tipos de crime organizado. As maiores forças da cidade comandada pelos seus e movimentadas fundamentalmente por ela, a fome. Trabalhava ocasionalmente na batata quando havia colheita e mais constantemente no tráfico que não oferece vagas apenas sazonais. Quanto à escola, nunca se viu interessada por ele. Em meio ao perverso, porém, mais do que em qualquer outro lugar, é preciso *permanecer vivo, viva!* Aqui, “a própria vida deve ganhar corpo para ser reconhecida como real” (Mbembe, 2014). É uma pedagogia de vida, uma pedagogia de luta; o coração da utopia.

4.3. Uma pedagogia de vida, de luta

“Talvez seja a mensagem do futuro flutuando no ar, chegando-lhe aos neurônios como ondas maravilhosas. Acende-se na mente o sonho de liberdade” (Chiziane, 2016: 69). Talvez seja o presente oferecendo caminhos, demonstrando possíveis retalhos de esperanças de liberdades humanas até então submersas. Talvez seja alguém, em algum canto, cantando algo; uma palavra expressa de um jeito diferente; um muro pichado; uma verdade até então esquecida e agora enunciada, um poema, e a contradição entre liberdade e mundo, morte e vida, começa a ser notada, apreendida, sentida. É porque em algum momento, alguma forma de comunicação, de alguma maneira existiu.

São momentos dispersos por vezes. No meio da rua, dentro de casa, em uma das aulas dentre todas as outras nas escolas, em algum encontro entre pessoas que se propõem a discutir o mundo, em um sarau, um evento cultural, mesmo que com mínimas condições concretas *sem*

as quais a vocação para o ser mais se distorce. Em algum momento, enfim, o íntimo dos seres humanos, dos jovens como é Luiz, das jovens como é Janaína, é tocado por algo que os motiva, os mobiliza a caminhar, e é capaz de fortalecer, em um primeiro momento, a dignidade maltratada. Para Criolo, também foi a arte:

O que nos salvou do que a gente viveu nas ruas [...] foi a nossa completa ignorância e falta de habilidade em se adequar ao que tá posto. O que nos salvou foi a gente ser um ninguém durante um bom tempo da nossa vida. Ou nós éramos ignorados, ou nós éramos chicoteados, ou nós éramos um encosto de porta em alguma pousada. E nisso a gente fez a nossa história. A gente sofreu, a gente vomitou, a gente voltou e aceitou que a gente não consegue fazer nada do que o pessoal fala que é pra gente fazer pra gente ficar boneco na foto. Aí nos sobrou o que? A beleza das artes, que pra muitos, a fraqueza da alma. Porque a gente não consegue se esconder, a gente vai pro palco e mostra a cara.¹¹¹

É quando a *domesticação* dos seres humanos e da realidade, parafraseando Paulo Freire, pode despertá-los como contradição de si mesmos e como contradição da realidade. De si mesmos porque, ao se descobrirem, por experiência existencial, sobre sua própria condição, se percebem em um modo de ser inconciliável com a sua vocação de humanizar-se. Da realidade porque, ao perceberem-se na realidade em suas relações com ela, percebem-na também como um devenir constante (2005: 70). A arte, nesse processo, tem a sua força.

A *conscientização*, o coração da utopia, a tomada de consciência do ser humano consigo, com as outras, com os outros e com o mundo e o compromisso ético traçado para transformá-lo, implica a superação da esfera espontânea e estática de apreensão da realidade, por uma esfera crítica em que a realidade se dá agora como um objeto cognoscível em que o homem e a mulher assumem uma posição em que procuram conhecer (Freire apud Dussel, 1998: 437). A conscientização implica a reflexão, a imaginação, a criatividade; implica se apoderar do real. Implica desejo de vida; de uma vida para além do que é vivida. Implica se embrenhar, com confiança, no cotidiano. A arte, como último recurso muitas vezes, é capaz de fincar os pés do ser humano no chão e permitir à mente imaginar. Para Criolo, de um dos cantos do mundo próximo ao de Luiz, *já que já nos tiraram quase tudo, o rap propõe que você seja livre pelo menos em sua poesia:*

Você tá na condição de um homem invisível, de um bairro invisível, obviamente com direitos invisíveis e o rap, pelo menos para mim, foi uma ferramenta que me abraçou e disse que eu era capaz de me expressar com o mundo. E acredito que mais

¹¹¹ Entrevista de Criolo no Programa Espelho do Canal Brasil: <http://globo.com/canal-brasil/espelho/v/criolo-no-programa-espelho/3258124>. Minuto 11. Acessado em 13/07/2014.

*importante que me expressar com o mundo externo, me expressar com o universo infinito que existe dentro da minha cabeça.*¹¹²

E nesse se expressar com mundo e com o *universo infinito que existe* dentro de si, em uma estreita relação com o que Paulo Freire impõe ao filosofar - “filosofar, assim, se impõe não como puro encanto, mas como espanto diante do mundo, diante das coisas, da História que precisa ser compreendida ao ser vivida no jogo em que, ao fazê-la, somos por ela feitos e refeitos” (2000, 46) -, a poesia ganha alguns significados especiais. Permite o contato do ser humano consigo e com o mundo; devolve em seus momentos a liberdade que cria enquanto traz, aqui, à superfície, o oculto negado e comunica. Em meio à *violência cotidiana da ordem*, a poesia denuncia, imagina, reflete, desvela. Ajuda a desmistificar o real; a denunciar a opressão; a trazer, para rediscutir o mundo, o oculto e negado pelo mundo, como cantam os Racionais MC’s em *Negro Drama*:

*...desde o início, por ouro e prata; olha quem morre, então, veja você quem mata.
Recebe o mérito a farda que pratica o mal. Me ver pobre, preso ou morto já é cultural.
História, registros, escritos, não é conto nem fábula, lenda ou mito. Não foi sempre
dito que preto não tem vez, então. Olha castelo irmão, foi você quem fez, cuzão...*

Para Dussel, apoiado em Freire, a consciência crítica é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas relações causais e circunstanciais. O contrário é a consciência mágica que entende os fatos por causalidade mítica (Dussel, 1998: 487). A poesia, nesse sentido, opera no real. Apoia esse processo que vai da *consciência ingênua*, da *mitificação da realidade* - da “passagem de uma ‘consciência mágica’, massificada ou fanática, e mesmo moderna e urbana, porém ingênua” -, para uma *consciência crítica* (Dussel, 1998: 438). Sustenta o caminhar que vai da cultura do silêncio ao poder falar. Como diz Criolo, *porque a gente não consegue se esconder, a gente vai pro palco e mostra a cara*, a arte, aqui, *eleva o pensar às profundezas do chão; eleva o ato de filosofar ao cotidiano*; traz, como desejava Feuerbach, a filosofia, o filosofar, o ato de refletir a existência humana no mundo “do reino das almas separadas ao das almas encarnadas e viventes”; faz a filosofia descer “da beatitude do pensar divino sem necessidades, até a miséria humana” (apud Dussel, 1998: 317) e, dela, das

¹¹² Entrevista de Criolo na Escola São Paulo: <https://www.youtube.com/watch?v=WcIwbKd0PdQ>. Minuto 10. Acessado em 13/07/2014.

perversidades impostas ao cotidiano, desvela e comunica. Como canta Criolo: *é o cão, é o cãhmo, é o desamor, é o canhão na boca de quem tanto se humilhou*¹¹³.

A poesia, nesse sentido e desse lugar, eleva à superfície aquilo que estava adormecido no presente, oculto no mundo, trivializado no impessoal, na inautenticidade. A arte, no *palco*, traz para o diálogo com o mundo, para rediscutir o mundo, o que estava imerso nas *coisas*, naturalizado no cotidiano, banalizado nas violências em uma linguagem em que a comunicação existe. E existe porque em seus espaços de vivências, de enunciações, de pronúncias, de representações ela se faz compreender¹¹⁴; e nesse se fazer compreender, carrega em si, em suas metáforas, em suas cores, em seus poemas, em seus passos, um *momento* concreto da utopia: uma força capaz de fortalecer no ser humano a tomada de consciência de si e da realidade; de sensibilizar a indiferença, a violência banalizada. De denunciar, desconstruir mitos, desnudar contradições; assume, como escreve Tiaraju Pablo D’Andrea, posições ético-normativas, opiniões, conselhos e imperativos sobre a forma de agir, sobre o comportamento adequado em meio aos riscos da sociedade, fundamentalmente, diante das incertezas da *periferia* (2013: 21); chama a atenção para o cotidiano negado:

*...pra cada rap escrito uma alma que se salva. O rosto do carvoeiro, é o Brasil que mostra a cara. Muito blá se fala e a língua é uma piranha. Aqui é só trabalho, sorte é pras crianças. Que vê o professor em desespero na miséria e que no meio do caminho da educação havia uma pedra. Havia uma pedra, no meio do caminho. Ele não é Preto Vêio, mas no bolso leva um cachimbo.*¹¹⁵

Marx, em uma frase já bastante dita, propôs um algo a mais à filosofia: “os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; trata-se de transformá-lo” (apud Dussel, 1998: 543). Neste aforisma, Marx, para Dussel, “não nega a filosofia [...], mas diz que ela deve deixar de ser só hermenêutica teórica para se desenvolver como um discurso que fundamente a transformação prática e real do mundo, como atividade crítico-prática” (Dussel, 1998: 543). E como diz Criolo, *dependendo do cep em que você vive, a vida exige mais que poesia*, e a

¹¹³ Música *Duas de cinco* de Criolo. Álbum *Convoque o seu Buda*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QnCs2nsZGRk>. Acessado em 14 de junho de 2018.

¹¹⁴ Tiaraju Pablo D’Andrea aponta três motivos para que a mensagem do rap, em especial do grupo Racionais MC’s, tenha ganhado preponderância nas formulações das e sobre as periferias urbanas: “pelo fato da mensagem ser enunciada por agentes pertencentes ao próprio âmbito enunciado; pela forma artístico-musical ter se revelado propriamente potente para dirigir-se aos setores mais desfavorecidos socialmente, e; pela emissão da mensagem aprofundar a voltagem crítica em uma época onde havia um descompasso entre a dramaticidade da realidade social e a crítica que se formulava sobre essa realidade. A emissão dos grupos de rap à época, e de seus correlatos artísticos, à época e posteriormente, vieram das novos contatos à crítica social” (2013: 275).

¹¹⁵ Música *Duas de cinco* de Criolo. Álbum *Convoque o seu Buda*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QnCs2nsZGRk>. Acessado em 14 de junho de 2018.

realidade, mais que a filosofia, a arte, aqui, nesse compreender e nesse contato do ser humano com o mundo, com as outras e com os outros, imagina; a poesia desafia, cria, recria, reencanta. E reencanta tanto o mundo, como escreve Faria (Faria *et al*, 2009), quanto as próprias vidas movidas por ela enquanto se torna numa ferramenta capaz de ajudar a se viver com sentido e a cumprir com o dever ético da rebeldia em plena ação¹¹⁶. Marcos Fernandes, um jovem *grafiteiro* com então dezesseis anos do Movimento Capital Juvenil, em um projeto de grafite dessa nossa utopia em que é professor e que deu o nome de *Mundo Colorido*, escreveu naqueles dias:

Uma vida simples em meio a grandes guerras. Tantas separações por conta da desigualdade social. Tantos conflitos por causa da aparência. Em meio a roubos praticados por pessoas de diversas classes sociais, vejo um uso assustador de drogas por jovens num mundo em que não se dá valor para as coisas verdadeiras. Em meio a essa verdadeira pichação, eu grafito a história, que mesmo que passem apagadas, ganham cor. Grafito dia a dia como quem só sorri por sonhar com um dia melhor. Esse é meu mundo! Em meio a tantos problemas, é sempre colorido!

Para Janaína foi a poesia, escrita, em um primeiro momento, silenciosa no papel. Para Luiz foi o hip hop. Em especial, a dança de rua. Da cultura do *penso logo existo*, de Descartes, *danço, portanto, vivo!*, escrevia Boulaga. Faziam sentido as letras do rap... *sozinho, com a alma cheia de mágoa e as panelas vazias...*

*Sonho imundo, só água na geladeira e eu querendo salvar o mundo. No fundo é tipo David Blaine, a mãe assume, o pai some, de costume, no máximo é um sobrenome. Eu sou terror dos clones. Esses boy conhecem Marx nós, conhece a fome. Então, serra os punhos, sorria. Jamais volte pra sua quebrada de mão e mente vazias... Quem costuma vir de onde eu sou, às vezes não tem motivos pra seguir. Então levanta e anda, vai, levanta e anda, vai levanta e anda. Mas eu sei que vai, que o sonho te traz coisas que te faz prosseguir. Levanta e anda...*¹¹⁷

E fazia sentido a dança no asfalto; fazia sentido se expressar na rua. Aquilo tudo lhe fazia sentido. E porque lhe fazia sentido, foi cada vez mais se inserindo na dança, se embrenhando no hip hop, se adentrando no mundo. A poesia ali questiona; a dança desafia o corpo; a dança

¹¹⁶ *Eu acho que o hip hop salvou uma geração de jovens pretos no mundo que estava fadada a morrer muito cedo, e ir pra cadeia ou, sei lá, viver aí no mundo como um cachorro*, diz KL Jay, DJ do grupo Racionais MC's (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zrjc5ZWN7P0> acessado em 12 de maio de 2018). Para Renan Inquérito, também rapper, *rap puro é a escola ocupada pelos alunos*. É o que Tiaraju Pablo D'Andrea em sua tese de doutorado (2013) define como *sujeito periférico*: "Em torno dessas situações e dessas experiências, a população periférica engendrou uma *narrativa* e elaborou uma *subjetividade* para explicar o seu lugar no mundo e fundamentar sua existência. A narrativa criada por essa população foi aquela expressa por um movimento cultural que soube condensar expectativas e sentimentos da população periférica. A principal expressão desse movimento é o grupo de rap Racionais MC's. Por outro lado, surgiu uma nova subjetividade por meio de uma intensa luta para se colocar no mundo e se perceber por meio do *orgulho*, e não do *estigma*. Quando o indivíduo portador dessa nova subjetividade age politicamente é denominado neste trabalho como *sujeito periférico*" (203: 14).

¹¹⁷ *Emicida, Levanta e Anda*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T0fN7tEy15g>. Acessado em 14 de junho de 2018.

de rua desafia a rua; e a rua, consciente, desafia o mundo: “Cada fragmento desta linguagem terrestre está enraizado nos paradoxos do corpo, da carne, da pele e dos nervos. Para escapar à ameaça da fixação, de encarceramento e de estrangulamento, e à ameaça de dissociação e desmembramento, a linguagem, a escrita”, a dança, o desenho deverão sempre, escreve Mbembe, “projetar-se para o infinito exterior, despir-se para soltar o vício que ameaça sufocar o seu corpo, submisso, de músculos, pulmões, coração, pescoço, fígado e baço, corpo desonrado, com várias incisões, corpo frágil, dividido, lutando contra si mesmo” (Mbembe, 2017: 250). É uma luta pela vida. Na vida, na arte, na dança... “Tudo é alternância, ritmo... O ritmo é vital... O ritmo produz o êxtase, a saída de si que se identifica com a força vital” (Boulaga apud Dussel, 1998: 75). É uma luta interna humana por se fazer ou se refazer como humano e *vivente* feita de “vários corpos que competem dentro do mesmo organismo”. Por um lado, é “o corpo do ódio, terrível fardo, falso corpo de abjeção, esmagado com indignidade, e, por outro, o corpo originário, mas roubado por outros, em seguida, desfigurado e abominado” que, literalmente, “num ato de verdadeira gênese”, ressuscita (Mbembe, 2017: 250): *eu tinha uns doze anos. Meu pai e meu irmão tinham sido assassinados. Eu via aquela molecada dançando na rua e vi que era aquilo que eu queria fazer. Ou eu fazia bobagem e me fudia, e o tráfico tava ali do meu lado me chamando, ou eu ia ali pro meio da rua e dançava. Decidi dançar. É o coração da utopia; a essência de uma pedagogia de vida, de luta: é preciso permanecer viva, vivo! E é preciso seguir, andar.*

Parafraseando Paulo Freire, conscientização não para, estoicamente, no reconhecimento puro, de caráter subjetivo, da situação da condição dos seres humanos, mas, pelo contrário, prepara os homens e as mulheres no plano da ação, para a luta contra os obstáculos à sua humanização (2005: 132):

Homens e mulheres, ao longo da história, vimo-nos tornando animais de veras especiais: inventamos a possibilidade de nos libertar na medida em que nos tornamos capazes de nos perceber como seres inconclusos, limitados, condicionados, históricos. Percebendo, sobretudo, também, que a pura percepção da inconclusão, da limitação, da possibilidade, não basta. É preciso juntar a ela a luta política pela transformação do mundo. A libertação dos indivíduos só ganha profunda significação quando se alcança a transformação da sociedade (Freire, 2015: 138).

Para tal, o diálogo é o indispensável caminho.

4.4. Meus meninos são o que você teceu, em resistência ao mundo que deus deu¹¹⁸

“Uma comunidade implica o exercício do poder de discurso e de pensamento”, escreve Mbembe (2017: 123). Na utopia crítica e cotidiana *das gentes*, essas duas frentes caminham juntas. São inseparáveis e direcionadas à realidade a ser transformada, sempre em função da produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana concreta de cada sujeito ético, de cada sujeita ética e vivente em sua comunidade de vida. O discurso vai se construindo, com o pensamento, no ato de ação sobre o mundo. E o poder de discurso vai se constituindo, sendo conquistado. Não há ainda espaço nas mesas de negociação do poder. É preciso lutar pelo direito à voz. Mas a realidade é ainda castigada, silenciosa, fragmentada. A cultura do silêncio tem lá a sua história, os seus motivos. Aqui, “evocamos a palavra e a linguagem, não só devido ao poder de revelação e da sua função simbólica, mas principalmente por causa da sua materialidade” (Mbembe, 2017: 241). Em meio às violências e fragmentações do cotidiano, “a reconstituição do comum começa pela troca de palavras e com a ruptura do silêncio” (Mbembe, 2017: 190). Para Paulo Freire, “somente na comunicação tem sentido a vida humana” (Freire, 2005: 74), e como escreve Fanon, “é a partir do comum que poderão surgir as intenções criadoras” (apud Mbembe, 2017: 190).

Jorge só apareceu porque foi obrigado. Detido por tráfico aos quinze anos, foi *encaminhado* ao Movimento Capital Juvenil para cumprir algumas horas mensais de medida socioeducativa em meio aberto. O que o fez se envolver e extrapolar essas horas foi o diálogo sobre o mundo a ser mudado, a reflexão sobre alguma história a ser escrita; sobre a vida dele, a nossa, na Cidade do Anjo. A convivência com uma juventude esperançosa; foi a possibilidade de construirmos algo que nos fizesse sentido; a construção do comum; a quebra do silêncio, o poder falar; foi a política: *vou comprar um caderno pra poder marcar todas as reuniões que a gente tem que ir*, chegou a dizer, sorrindo.

Jorge ia caminhando, se envolvendo no que podia, no que a utopia permitia. Reuniões entre nós, Rodas de Encontros, reuniões no conselho municipal de assistência social, no conselho municipal da cultura ainda em criação, na organização dos eventos culturais, nos debates em escolas, em encontros com autoridades locais para questionar a realidade da juventude e da

¹¹⁸ Da canção de Criolo, *Menino Mimado*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f28vdAn5TBU>. Acessado em 14 de junho de 2018.

infância da Cidade do Anjo... voltou, inclusive, mesmo contra a vontade da escola, para ela. Naquele dia, saía do banho para se arrumar para participar de uma audiência pública na câmara de vereadores em que seria debatido o orçamento anual do município. Iríamos ali reivindicar recursos para ações com a infância e a juventude, inclusive, para estruturar e fortalecer a medida socioeducativa na qual participava, quase inexistente na Cidade do Anjo.

“A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens” e as mulheres “transformam o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é *modifica-lo*”, escreve Paulo Freire (2005: 90). Implica se envolver no real, se embrenhar, conhecer “com *práxis*, portanto, com *reflexão* e *ação* incidindo sobre as estruturas a serem transformadas” (Freire, 2005: 142). Ação e reflexão que se dão simultaneamente:

Ao nível humano, o conhecimento envolve a constante unidade entre a ação e reflexão sobre a realidade. Como presenças no mundo, os seres humanos são corpos conscientes que o transformam, agindo e pensando, o que os permite conhecer ao nível reflexivo. Precisamente por causa disso podemos tomar nossa própria presença no mundo como objeto de nossa análise crítica. Daí que, voltando-nos sobre as experiências anteriores, possamos conhecer o conhecimento que nelas tivemos (Freire, 2011: 143).

Conhecer, portanto, que é sempre um processo, supõe uma situação dialógica. “Não há estritamente falando um *eu penso*, mas um *nós pensamos*. Não é o *eu penso* o que constitui o *nós pensamos*, mas pelo contrário, é o *nós pensamos* que me faz possível pensar” (Freire, 2011: 141). E nesse processo, escreve Bloch, “o ser em movimento, que vai se modificando, que pode ser modificado, assim como se apresenta em termos dialético-materiais, tem esse poder-vir-a-ser inconcluso, esse ainda-não-estar-concluído tanto na sua base quanto no seu horizonte” ([1959] 2005: 195). E dessa inconclusão, desse ainda-não-estar-concluído, na fé, fundamento da utopia, nos homens e nas mulheres, nas jovens e nos jovens, como seres que buscam algo a mais se nutre, na utopia, o diálogo. Na “fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de *ser mais*, que não é privilégio de alguns eleitos ou eleitas, mas direito dos seres humanos” (Freire, 2005: 93).

Não há, assim, e, tampouco, diálogo sem esperança. Parafraseando Paulo Freire, a esperança está na própria essência da imperfeição dos seres humanos, levando os homens e as mulheres a uma eterna busca. Uma tal busca que não se faz no isolamento, mas na comunicação entre os homens e as mulheres. Algo impraticável numa situação de agressão (2005: 94). Na utopia, o

diálogo “nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança” (Freire, 2005: 141). Para o autor, “não há diálogo se não há um profundo amor ao mundo, aos homens e às mulheres. Não é possível a *pronúncia* do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda” (2005: 91):

Não somente nas questões vitais para nossa ordenação política, mas em todos os sentidos do nosso ser. Somente pela virtude da crença, contudo, tem o diálogo estímulo e significação: pela crença no homem [*e na mulher*] e nas suas possibilidades, pela crença de que somente chego a ser eu mesmo quando os demais também chegarem a ser eles mesmos (Freire, 2011: 141).

Não deu tempo de Jorge chegar à Câmara de Vereadores para Audiência Pública enquanto caminhava para chegar a algo que lhe fizesse sentido. Naquele dia, quando saía de seu quarto, de cabelos penteados e ainda molhados do banho, a polícia o esperava armada na sala de sua casa. Fora preso, levado à delegacia e posteriormente a um regime fechado onde são levados os chamados menores infratores no Brasil. Não havia nada de novo em seu *currículo*. Foi encaminhado à Fundação Casa pelo Ministério Público de São Miguel Arcaño por aquele mesmo delito cometido há mais de seis meses, pelo qual *cumpria pena com a gente*. Foi condenado pelo Ministério Público de São Miguel Arcaño a três anos de regime fechado em uma das Fundações Casa da capital paulista. Uma arbitrariedade que não cabe aqui explicitar, mas que foi insistentemente explicitado ao promotor que impôs a decisão através de relatórios técnicos enviados, conversas, reuniões, testemunhos técnicos dos técnicos que o acompanhavam na medida. Jorge estava envolvido em algo que lhe fazia sentido. Arrancá-lo dali seria mais uma violência. Nada fez, porém, com que a promotoria da Cidade do Anjo revisse sua posição. Quem teve que rever o erro do Ministério Público de São Miguel Arcaño foi a própria Fundação Casa.

Enquanto, portanto, o menino se envolvia, visualizava outras oportunidades, vivia outras vivências, projetava outros futuros, a mão pesada da *ordem* devolveu a ele a realidade que insiste em manter sob um controle estúpido os filhos e as filhas de ninguém, neste caso, o filho de Joana. *É preciso*, porém, *permanecer vivo*, dizia o conselho. Jorge *permaneceu* e retornou ao nosso convívio cerca de três meses depois de ter sido levado. Os responsáveis técnicos da Fundação Casa e os seus juizes não compreenderam da mesma forma que o Ministério Público local a necessidade de manter o menino três anos preso. Nem sequer a necessidade de encaminhá-lo para lá, já que já vinha, com resultados considerados relevantes segundo eles,

cumprindo medida socioeducativa em meio aberto no local em que vivia. Foi um *equivoco*, disseram-nos.

Jorge voltou e seguiu caminhando, construindo a utopia, de cabeça erguida às vezes, cabisbaixo noutras. Sentiu o peso da prisão. Sentiu ter seu cabelo raspado. Sentiu a violência da ordem. Mas resistiu. Resiste. Seguia caminhando atento a sua mãe e ao seu irmão mais novo. Deseja também algo diferente para ele. Com onze anos seu irmão já era conhecido da polícia. Incomodava já aqueles que se autoproclamam *cidadãos de bem*. Jorge seguia persistente em nosso caminhar comum. Trazia seu irmão para perto que começava já a participar de algumas das nossas atividades. Aparecia, disfarçava, silenciava, sumia, voltava. Registrou seu nome com um spray em uma de nossas paredes ao lado do seu autorretrato, o desenho de um menino com boné. É uma utopia cotidiana da vida tentando vencer as utopias da morte. Tentando vencer, nesse momento, a utopia do crime organizado do tráfico de drogas, das redes de um *Agrosistema* e do Ministério Público da Cidade do Anjo. Não é uma tarefa simples. Este último, não contente, enviou, novamente, sem nada de novo por parte do menino, em um camburão da Polícia Militar, Jorge para a mesma Fundação Casa. Esta que, novamente, nos comunicou, mais uma vez, o novo *equivoco*. Jorge seria libertado dias depois, nos informaram. As utopias da vida seguem lutando contra as utopias da morte, nesse momento, ainda mais fortes e poderosas. É a fronteira entre o ser e mais ser. Entre a realidade dada e a utopia realizada. Seu irmão sentiu a sua falta. Jorge segue resistindo. Sua mãe não.

O caminho de quem constrói o *novo* é sinuoso e incerto. É duro, exaustivo, de idas e vindas, de passos, saltos, recomeços; de esperanças e de armadilhas. De frustrações. De golpes sofridos dos mais diversos graus de violência. Precisa ser estratégico, cuidadoso entre os e as que se responsabilizam por *mudar o mundo*. Não basta pura e simplesmente o engajamento. Não basta tomar consciência da realidade. É preciso sempre aprofundá-la, conhecê-la melhor para melhor poder superá-la; aprofundar e construir justiça cognitiva, força subjetiva emancipatória, libertadora, e constituir e aumentar força política entre as suas e os seus. É preciso persistência infinita. “Não se desorganiza uma sociedade [...] se não estivermos decididos desde o princípio [...] a vencer todos os obstáculos com que iremos deparar ao longo do caminho (Fanon, [1961] 2015: 41).

4.5. A prévia luta pelo reconhecimento próprio como sujeita e sujeito e o anúncio do novo

“Na verdade, existe em toda a verdadeira democracia uma materialidade da palavra que deriva do fato de, basicamente, só termos a fala e a linguagem para nos dizer a nós mesmos, para dizer o mundo e agir sobre ele” (Mbembe, 2017: 241). Uma fala que precisa se unir a outras falas. Vozes a outras vozes. O agir a outras ações. “A necessidade de construir uma comunidade de comunicação” de quem carrega nos ombros todo o peso da estupidez humana, “é o resultado da tomada de consciência da *exclusão*” (Dussel, 1998: 467). Excluídos dos processos de tomadas de decisões do poder que afeta, prejudica, impede, sem lugar, portanto, “na comunidade de comunicação hegemônica” (Dussel, 1998: 467), é preciso criticamente criar uma nova comunidade e lutar para ocupar os espaços de decisões significativas, disputar responsabilidades, interesses, compartilhar os espaços de *poder*, decidir. É a prévia luta pelo reconhecimento próprio como sujeito e sujeita. É a luta pelo direito à voz, pelo diálogo nas esferas de poder; por espaço nas esferas públicas de comunicação. A consciência da injusta exclusão, e, portanto, a crítica, é o ponto de partida ou o aspecto negativo do princípio: a comunidade, *as gentes, a gente*, a intersubjetividade crítica principia o seu “trabalho” conscientizador. O sistema dominante *não é* “verdadeiro” nem “válido” nem “eficaz” para a vida ou para dignidade humana (Dussel, 1998: 467):

Essa consensualidade crítica como processo diacrônico é aquilo que se chama de *conscientização*: o devir progrediente da consciência ético-crítica, intersubjetivamente solidária, como exercício da razão discursivo-crítica, que comunitariamente aprende a argumentar (criando novos argumentos) contra a argumentação dominante (Dussel, 1998: 467).

Os tempos estão entre de dois mil e dez e finais de dois mil e doze. Os espaços para a comunicação entre jovens com o mundo foram sendo criados, conquistados, encontrados, construídos pelo Movimento Capital Juvenil, pela própria juventude, portanto. E como é dizendo a palavra com que, pronunciando o mundo, os seres humanos o vão transformando, ali, quando os treinos da dança de rua, os grafites nas paredes, as reflexões para as escritas, os silêncios para as poesias, as ações culturais se misturavam em longas conversas, num diálogo, exigência existencial, simétrico, cujo foco é a própria realidade e o objetivo é transformá-la, surgiu das palavras sobre a realidade a “denúncia” e do desejo de mudança o “anúncio” do *novo*.

Para Paulo Freire a utopia é essa unidade inquebrantável entre eles, a denúncia e o anúncio: “não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens” (2015: 126). Não há utopia sem responsabilidade ética, compromisso histórico, sem persistência; sem inserção crítica na realidade; sem conhecer melhor o que está dado para saber melhor o que terá de vir; “a luta não é espontânea”, escreve Fanon. “Ela é organizada e consciente”, “tem ritmo próprio”; caminha de acordo com suas possibilidades próprias, consciente; e é “fruto de uma decisão radical” (apud Mbembe, 2017: 187).

O radical, escreve Freire, “comprometido com a libertação dos homens” e das mulheres, “não se deixa prender em ‘círculos de segurança’, nos quais aprisione também a realidade. Tão mais radical, quanto mais se inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor poder transformá-la” (2005: 28). Transformar a realidade vai exigindo, portanto, cada vez mais inserção crítica na história. No momento em que os homens e as mulheres percebem as “situações-limites” de suas próprias existências não mais como uma *fronteira entre o ser e o nada*, mas como uma *fronteira entre o ser e o mais ser* - entre Jorge, a fome, a perversidade cotidiana que o empurrou ao tráfico e que, com o suporte do Ministério Público, o empurrou à prisão, e entre o menino e a sua utopia para a vida -, se fazem cada vez mais críticos na sua ação, ligada àquela percepção na qual está implícito o *inédito viável*, aquilo que ainda não foi feito, mas que é possível fazer. Para Dussel, “o ainda não dado e, no entanto, possível: o projeto de libertação da comunidade sujeito de transformação” (Dussel, 1998: 443). Parafraseando Paulo Freire, transformar implica que os homens e as mulheres assumam o papel de *sujeitas e sujeitos construtores* do mundo, reconstrutores do mundo; pede que os homens e as mulheres criem a sua existência *com o material que a vida lhes oferece* (1992: 111). É uma utopia crítica e cotidiana da vida. “É um processo ético *material*: a vida é o tema, o meio, o objetivo, a alegria alcançada” (Dussel, 1998: 440).

Naqueles tempos a cultura jovem, abafada sempre, insurgia em nossas denúncias e anúncios em telas de grafite, em apresentações de dança de rua em diversos lugares; em textos e poemas publicados em espaços na internet e no Jornal A Hora de São Miguel Arcanjo; em músicas e debates em nossos programas de rádio na Rádio Aliança FM; em raps cantados nos eventos culturais e esportivos que organizávamos ou que nos abriam espaços; em encontros, debates e conversas em escolas, passeatas, etc. Ações cujo reconhecimento da dignidade própria é o

fundamento, numa realidade, porém, ainda difícil de sermos nós mesmos, os donos da nossa própria história.

Diferente de Pedrinho, Geovani, antes e depois da morte de sua mãe, sempre esteve na lavoura. Primeiro para ajudá-la na sobrevivência em casa, depois, para sobreviver e, agora, para sobreviver e sustentar suas duas filhas, ainda nos primeiros anos, ao lado da mãe das meninas, viventes em um pequeno barraco na periferia da cidade. Já Pedro Paulo, profissão, pedreiro (como na canção¹¹⁹), para nós, Pedrinho, desde sempre no centro da cidade, ao contrário de Geovane oculto nos campos aos olhos e sentidos da boa-fé, foi percebido por ela, não como *sujeito*, como um *ser para si*, para os outros e para as outras, mas como um *perigo* e, assim como Jorge, foi preso por tráfico. Ao sair da prisão, aos vinte e dois anos, o vício no crack o levou próximo à morte. Passou nove meses em uma comunidade terapêutica para dependentes químicos e conseguiu superar, nessa disputa incessante, o vício. Apareceu no Movimento Capital Juvenil algumas semanas depois. Trouxe com ele experiências, consciência e foi constituindo força: *às vezes eu não consigo me perdoar de olhar para minha família e dizer “eu fiz isso!”*, reflete em entrevista a um programa de televisão em matéria sobre o Crack e o Movimento Capital Juvenil em dois mil e dez¹²⁰. E que agora, alguns anos depois dessa matéria, nos oferece o seu depoimento sobre sua atuação no mundo:

E aew galera do capital... bom... o que tenho a dizer sobre esse grupo que mudou minha vida minha história... passei por muitas turbulencias nessa vida ate o momento que comecei a fazer parte dessa familia aonde eu me descobri do que eu era capaz... durante treze anos de minha vida eu convivi num mundo obscuro aonde eu decidia o que minha vida devia ser vivida da minha forma... só que em toda alegria que eu achava que eu vivia foi por momento porque quando as turbulencias começaram a vir e eu comecei a me afundar cada vez mas minha vida começou a não ter mais sentido... mas como eu achava que no fundo do poço não tinha uma luz eu me enganei por que DEUS tava me protegendo me mostrando o qual caminho deveria tar percorrendo e muitas vezes eu recusei... mas DEUS me resgatou e aew eu percebi que sosinho não sou nada... aonde eu dei o grito de socorro... foi aew que minha vida começou a mudar... aew um certo dia nos num evento com a igreja que eu praticava estavamos fazendo um evento aonde o grupo quer dizer a familia capital juvenil foi convidado para participar e foi aew que eu conheci e me intereecei pelo projeto e me tornei mas um da familia... so tenho a agradecer a todos que me ajudaram e me mostraram o quão e bom a gente ajudar o proximo... muito obrigado capital juvenil por tudo mesmo amo todos vceis saudads.

¹¹⁹ Brasil com P de GOG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6v0oXz499xg>. Acessado em 9 de maio de 2014.

¹²⁰ Matéria sobre Crack e o Movimento Capital Juvenil em 2010 do Programa Revista de Sábado da TV TEM. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=CWTi02fmxOo> acessado em 17/02/2014.

Pedrinho, através da dança de rua, do grafite, de suas palavras e dessa utopia, *com o material que vida lhe oferece*, fez de sua história um exemplo e de sua existência algo que lhe fizesse sentido, como afirma, em parte, naquela mesma matéria já anunciada: *A maior alegria para um ex-dependente que passou por uma comunidade é poder ajudar. Se eles [os jovens] souberem realmente o que pode acontecer, eles não [vão querer] entrar [no crack]*. E, em sua nova vida, conclui: *A parte mais gratificante de tudo é ver minha família feliz. Eu poder desfrutar com meu filho, brincar com ele, me divertir com ele*.

A cocaína, assim como o crack, é bastante incentivada pelos *turmeiros* para dar ânimo e resistência nas lavouras, principalmente para a colheita da batata cujo esforço para carregar seus sacos exige força e energia de certos tipos de animais. E na disputa por um espaço nesse mercado de trabalho, a energia da cocaína e a anestesia do crack ajudam a vencer a concorrência. Boa parte, assim, do pagamento recebido pela quantidade de batata carregada fica nas mãos do crime organizado que, em dias de pagamento, acompanha, de dentro dos próprios ônibus dos *trabalhadores* rurais, os jovens e as jovens nas *viagens* às fazendas. O dinheiro chega em casa já reduzido. Com o que sobra, compra-se o gás, a comida, paga-se a água quando há rede de esgoto, paga-se a energia quando há, o aluguel, numa cidade, como dissemos em posicionamento em Audiência Pública em outubro de dois mil e onze, *cruel, desumana, preconceituosa, rica e estúpida*¹²¹.

Pedrinho era mais um de uma quantidade absurda de jovens já dependentes de seus vícios na Cidade do Anjo submersos em um ciclo de violência, de exploração do trabalho, de exploração sexual, de sofrimento extremo a eles, elas e suas famílias, num ambiente em que o apoio e a ajuda a quem pede é restrito à solidariedade de alguns: *Eu vejo agora na televisão esses políticos falando que vão fazer clínicas... Só que na hora que você precisa de ajuda você não tem aonde colocar o seu filho. Você vai em promotor e você não tem ajuda, você vai no Conselho e não tem ajuda... uma vida solitária e uma luta desigual. Quem sai machucado é você*. Diz Maria, na mesma matéria em que fala Pedrinho, depois de falar sobre a realidade de seu filho: *Meu filho com a droga para mim é um monstro. Eu não reconheço ele [...]. Eu fui*

¹²¹ Pronunciamento “Uma Análise Sobre São Miguel Arcanjo” Parte 2. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=bUIDGEMuZEo>. Acessado em março de 2014.

*vendo a magreza dele... Meu filho parecia um cadáver... Deixa de ser aquele menino amoroso, aquele menino sensível e vira um ser insensível, que não se comove com nada*¹²².

Seu filho é irmão de Bela, uma das meninas que fez parte da fundação do Movimento Capital Juvenil e que sente também na pele, pelo envolvimento do irmão, o sofrimento denunciado por nós, dentre tantos lugares, em entrevista a um jornal da mesma emissora de televisão em setembro de dois mil e doze: *A cocaína é naturalizada [...]. O crack chega a crianças de dez anos, de sete anos, de quatro anos [...]. A prostituição infantil cresce de forma insuportável. Não é difícil encontrar grupos de adolescentes em pontos da cidade “esperando” a prostituição. A gente vê carros de outras cidades aqui pra “chegar perto das meninas”*¹²³.

Foi Bela quem encontrou Janaína em condições difíceis de descrever quando foi procurá-la depois de simplesmente sentir falta de seu *bom dia* que enviava diariamente em mensagens pelo celular. Naquele mês não havia encontros do Movimento Capital Juvenil. Janaína foi enfrentando em silêncio alguns dos problemas que insistiam em permanecer, em machucar; feridas ainda abertas, difíceis de fazer sarar, mas que o tempo, a amizade, o diálogo, a liberdade, o reconhecimento da dignidade própria, entre nós, ajuda a fazer cicatrizar. Não havia, ainda, porém, sido dado à vida humana o seu tempo. Depois da sociedade, da escola, das distintas instituições, também quase falhamos. Não há estrutura, recursos, nunca há o apoio necessário. À frente há o real e a realidade é perversa. Basta dizer, de forma triste, pesada, porém, com o peito repleto de paz, orgulho e fé em nosso Movimento porque cria também laços seguros de amizade, que das tentativas de se machucar, dessa, talvez, seria a última se Bela não a tivesse procurado e encontrado a tempo sozinha, desmaiada em sua casa, encoberta de sangue.

Janaína apareceu no Movimento Capital Juvenil em meados de dois mil e onze, como já citado. Era quieta, tímida e parecia, à distância, insegura. Mantinha o olhar de um jeito que é seu, carinhoso, um sorriso que aparecia, uma gargalhada, uma alegria que ia ganhando força. Em nossos encontros, no início, era comum deitar nos *puffs* feitos de panos doados e dormir sob o efeito dos remédios para a depressão diagnosticada pelos psicólogos e psiquiatras da cidade. Janaína passou por todos. Ainda no início de sua participação no Movimento, nas escolas em

¹²² Matéria sobre Crack e o Movimento Capital Juvenil em 2010 do Programa Revista de Sábado da TV TEM. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=CWTi02fnxOo> acessado em 17/02/2014.

¹²³ Jovens em São Miguel Arcanjo, SP, se reúnem em busca de melhorias para a sociedade: <http://globoTV.globo.com/tv-tem-interior-sp/tem-noticias-1a-edicao-itapetingaregiao/v/jovens-de-sao-miguel-arcanjo-sp-se-reunem-em-busca-de-melhorias-para-a-sociedade/2137512/> acessado em 23, 02, 2014.

que íamos apresentar ideias, danças, grafites, Janaína muitas vezes encontrava também um canto quieto para dormir e se esquivar do convívio com muita gente ao mesmo tempo.

Em seus poemas Janaína, porém, aos poucos ia se abrindo, se expressando. Ganhando força. Criando. E foi criando coragem de publicá-los nos meios de comunicação em que tínhamos espaço, inclusive, em um espaço nosso no Jornal a Hora, então o principal veículo impresso da cidade. E foi criando também coragem para falar em público, dando palestras sobre sonhos, utopias, as nossas e as dela nas escolas em que éramos convidados a nos apresentar e conversar com estudantes na cidade e fora dela; a passar em salas de aula para convocar estudantes para manifestações, a negociar esses espaços com direções escolares, a ajudar a decidir sobre os rumos a serem tomados no Movimento, a decidir sobre os rumos da própria vida... Hoje, Janaína, a Goiabeira, que mantinha sempre escondidos os seus vários cortes nos braços feitos por ela mesma, contrariando todas as expectativas de quem acreditava que os seus sonhos não cabiam nela, anda confiante com sua história a mostra, de camisa regata¹²⁴ em uma Universidade pública de uma cidade distante de São Miguel. Deixou sua presença física em nossas ações nesse momento da nova etapa da utopia da qual foi uma das principais responsáveis por criar, mas não deixou nossas lutas e o seu desejo de construir, na Cidade do Anjo, um lugar que nos faça sentido. Um dia desses, já em Coimbra, recebi um e-mail seu. Segue um pequeno trecho:

Tiagueira

[...]. Sempre soube que o que fazemos é o certo, mas não sabia se teria a capacidade para fazer parte de algo tão grandioso e hoje sem sombra de dúvidas sei que posso e melhoro a cada dia. Essa sou eu exibindo confiança [...]. E pra encerrar (por enquanto), gostaria de parabenizá-lo por este dia, dia do professor, pois tão importante quanto os que ensinam todos os dias em salas de aula, são os professores como você, Rodrigo, Serginho, Daniel e todos e muitos com os quais tenho muito orgulho em caminhar, que ensinam a viver acreditando sempre em nós e na bondade humana [...].

Seguimos com muita força.

Se cuida! Saudades! Fortíssimo abraço.

¹²⁴ Devido às marcas dos cortes que se fazia nos braços, Janaína andava sempre com mangas cumpridas, mesmo em dias de calor.

Com amor,

Janaína.

É todo um processo de uma utopia crítica e cotidiana da vida que, do reconhecimento de si, da dignidade própria, do reconhecimento mútuo entre elas e eles, nós, e de um processo, ao mesmo tempo, de construção de consciência crítica da realidade e do desejo solidário de uma vida que faça sentido ser vivida, se assumiu o compromisso histórico em transformar o real, o dever de intervir criativamente no processo qualitativo da história (Dussel, 1998: 559). E da fé nos homens e nas mulheres como sujeitos e sujeitas históricas construtoras e reconstrutores do mundo, em especial, da fé nos jovens e nas jovens, num processo não de emancipação somente, mas de libertação, pedagógico, entre todos os envolvidos, entre todos nós, em que *se vai efetuando* como progressiva “conscientiz-ação”, *ação na qual se vai tomando consciência ético-transformativa*: libertação (Dussel, 1998: 441), se faz perceber a “verdade” do sistema hegemônico opressor e seus mitos como incapazes de esconder uma outra verdade, a realidade da qual agora fazemos parte: a nossa utopia factível, o nosso presente de luta. Das palavras, portanto, surge a “denúncia” e da esperança o “anúncio” do *novo* porque, a esperança na utopia possível abre o espaço que cobre a distância entre a factibilidade e sua efetiva realização. É, mais uma vez, uma utopia da vida, que pretende vencer as utopias da morte (Dussel, 1998: 563). É o momento negativo da crítica ao sistema e o momento positivo da utopia:

É uma imaginação transcendental ao sistema: se o “atual” não permite que se viva, é preciso imaginar um “mundo onde seja possível viver”. A “esperança” como motivação [...] diante do futuro *possível*. É a “utopia” *possível*. Deve-se então explicitar um projeto; posteriormente um programa pormenorizado, uma utopia alternativa que ilumine o caminho (Dussel, 1998: 476).

Assim, em meio às diversas ações culturais, políticas, sociais, diálogos que realizamos com os diversos sujeitos e sujeitas da cidade e de fora dela desde a nossa formação em dez de junho de dois mil e dez, cuja Carta de Fundação já profetizava - *Nossas vozes serão ouvidas, nossas ideias serão expressas* -; diante da negação imposta pela Cidade do Anjo exposta e expressa no sofrimento oculto da jovem e do jovem; depois das tantas tentativas falhas de diálogo com o Poder Público, em vinte e sete de agosto de dois mil e doze, em um movimento articulado com os diversos sujeitos e atoras da que passamos a chamar “Rede de Solidariedade de Atores Sociais e Culturais da Juventude” - o Grêmio Estudantil Liberdade de Expressão do Colégio Sadamita Ivassaki do bairro Abaitinga e o Grêmio D.E.C. do Colégio Arrivabene e professores; alunos e professores dos colégios Maria Elisa e Nestor Fogaça; jovens do Centro de Integração

Social Curumim, da Equipe de Luta de Braço, do Movimento do Skate, do Rap, do Grafite, da Dança de Rua, da Música, do “Viva Cão”, do Movimento Capital Juvenil, além de cidadãs, cidadãos, professoras e professores que acreditam, e com o apoio de outros distintos parceiros como a ASASS, o Ponto de Cultura Viva o Clube, o Jornal A Hora, a Rádio Aliança FM -, se anuncia na voz de Miguel em entrevista à rede de televisão aberta de maior audiência da nossa região, a prévia luta pelo reconhecimento da jovem, do jovem como sujeita e sujeito, a luta pelo direito à voz: *Infelizmente há muita burocracia no município. Infelizmente não é fácil esse diálogo de uma voz... então o que a gente pensou... A gente pensou em duas mil, aproximadamente três mil vozes pedindo diálogo!*

Em seguida, Pedrinho, ao lado de Luiz, Geovane, Bela, Janaína, Fabrício, Diana, Jorge, Alexia, Luiz, Daniel..., cujas vidas a realidade da Cidade do Anjo tentou negar de todas as formas, junto a mais de duzentos jovens ali presentes, todos, cada um, cada uma, uma história, um livro a ser escrito dos que não sucumbiram aos mitos e assumiram a luta prévia pelo reconhecimento próprio como sujeitos e sujeitas, carregando o peso de um abaixo-assinado com mais de duas mil e quinhentas assinaturas, em tribuna na Casa de Leis da Cidade do Anjo, falou:

Esta é uma ação de nós jovens do Grêmio Estudantil Liberdade de Expressão do Colégio Sadamita Ivassaki, do Grêmio DEC do Colégio Arrivabene, alunos e professores dos colégios Maria Elisa e Nestor Fogaça; jovens do Centro de Integração Social Curumim, da Equipe de Luta de Braço, do Movimento do Skate, do Rap, do Grafite, da Dança de Rua, da Música e do Movimento Capital Juvenil solicitando, com o peso de mais de 2500 assinaturas ao Sr. Presidente da Câmara dos Vereadores da cidade de São Miguel Arcanjo, que convoque e promova uma Audiência Pública com o tema “Políticas Públicas Para a Juventude” a ser realizada o mais rápido possível. Esta ação tem o intuito de ouvir explicações e entender as ações do município voltadas a esta parcela da população (investimentos, programas e políticas públicas), e para que a juventude organizada de São Miguel Arcanjo possa debater, refletir e propor soluções aos problemas que afetam os diversos aspectos da vida do jovem são-miguelense.

Diante da força apresentada não poderia haver outro fim e o direito à voz foi conquistado. Em seis de setembro, uma semana depois, aconteceu a Audiência Pública “Políticas Públicas Para a Juventude”. A primeira na história da Cidade do Anjo; a primeira vez em que a criança e o jovem foram o centro das atenções, das reflexões e dos debates, porque se fizeram o centro das atenções, das reflexões e dos debates. Assim, agora, não duzentos, mas trezentos jovens se fizeram presentes, dezenas disseram em tribuna a palavra e utilizaram de seu direito à voz, representaram suas escolas, movimentos, grupos, como fez também a menina Renê Rodrigues de quatorze anos: *Dizem que nós somos o futuro, jovens, o futuro... Então! Cadê a valorização*

*desse futuro que tanto dizem?*¹²⁵ E depois, em depoimento ao documentário realizado também pelos próprios jovens, seguiu: *é em busca dessa valorização que a gente tá na luta e vai continuar lutando!*¹²⁶

A jovem anuncia ali o que a prévia luta pelo reconhecimento próprio da jovem e do jovem como sujeita e sujeito conquistou: sua voz ouvida, sua indignação e desejo de mudança anunciados e compartilhados por muitos que se juntaram e constroem, diariamente, a perseverança necessária na crença de que é possível transformar uma cidade que impede em um lugar que possibilite a vida. Trata-se, portanto, dos primeiros passos dados dos corpos e das vozes que assumiram enfrentar a luta prévia pelo reconhecimento próprio como sujeitos e sujeitas. Da capacidade de uma juventude em *permanecer viva*. De um apoderar-se da realidade de jovens que não sucumbiram aos anúncios e mitos dos que chamamos em nossas lutas *Guardiões do Atraso*. Da coragem de suas denúncias enquanto homens *bons* e mulheres *de bem* se calam diante das tantas injustiças e sofrimentos causados pelos homens e mulheres na Cidade do Anjo. De um *processo de conscientização* que se fez e se faz diariamente entre nós com diálogo. Do anúncio corajoso de esperança daqueles que agora vislumbram um futuro comum: ao lado das denúncias, os trezentos jovens carregaram um documento com mais de mil propostas para ações voltadas à infância e à juventude do município de jovens de várias escolas, de diferentes movimentos e cantos da cidade e um Projeto Comum a todos os envolvidos, um Programa, um Projeto de Sistema Futuro (já presente) em favor do desenvolvimento da vida humana e de todas as vidas, em especial, da vida da criança, do jovem e da jovem da Cidade do Anjo. É o anúncio dessa utopia crítica e cotidiana da vida da qual a juventude faz parte desde o seu embrião.

Do anúncio da utopia possível os anos passaram, as jovens e os jovens cresceram, assumiram responsabilidades dentro mesmo da utopia, muitos seguiram suas vidas de maneiras distintas, outras e outros vieram, envolveram crianças, adultas, adultos, Mães, enquanto íamos e vamos vivendo e construindo o sonho anunciado para que todos os cantos e becos, centros, campos e territórios da Cidade do Anjo pulsem a favor da vida e que, nascido dele, *anda pelo íntimo* da Cidade do Anjo construindo possibilidades de vida. Por fim, aqui, fica a fala de Marcos Fernandes, o jovem grafiteiro em entrevista ao jornal da mesma emissora de televisão que voltou para saber dos resultados dessa nossa ação na Câmara de Vereadores uma semana depois

¹²⁵ Trailer do documentário feito pelos jovens sobre a ação. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=UHw319HM2J8>.

¹²⁶ Documentário ainda não disponível na internet.

do dia em que o jovem e a jovem são-miguelenses fizeram história: *A boa vontade dos jovens e dos moradores da cidade é muita. E a partir dessa quinta-feira, graças ao Capital Juvenil, o jovem passou a existir em São Miguel Arcanjo.*¹²⁷

¹²⁷ Jovens em São Miguel Arcanjo, SP, se reúnem em busca de melhorias para a sociedade: Disponível em: <http://globov.globo.com/tv-tem-interior-sp/tem-noticias-1a-edicao-itapetingaregiao/v/jovens-de-sao-miguel-arcanjo-sp-se-reunem-em-busca-de-melhorias-para-a-sociedade/2137512/> acessado em 23, 02, 2014.

5. Os direitos humanos começam dentro das casas dos sonhos. Dentro da Casa Amarela e dentro da Casa Azul



Figura 7: Por Marcos Fernandes.

5.1. Um ambiente venenoso

Fui até lá. Tive que ir. Nunca é agradável. A espera sempre é grande. Uma hora, duas horas sentado, às vezes três, quatro, aguardando ser chamado, mesmo com hora marcada. Naquele dia foram cerca de três. O problema não é, nem nunca foi, porém, o tempo por ele mesmo, pela espera, pelo espaço de horas que a gente permanece ali, sentado, esperando como um tolo ser ouvido com a pequenez que cabe a nós, ou a mim, diante deles, como pretendem fazer parecer..., mas o tempo em que a gente fica exposto àquele emaranhado de vaidades, impotências e mentiras; ambições e desesperos, como certa vez escrevera Rodrigo¹²⁸. Numa mistura de cinismos, sorrisos estranhos e aduladores; gargalhadas forçadas. Ao entra e sai de hipocrisias, empresários, nervosismos disfarçados, capachos, explosões de raivas explícitas, dramáticas, de gente covarde e de gente patética, mas também perigosa. Ao tempo que a gente fica exposto, dizia, àquele ambiente venenoso¹²⁹.

É ali onde os roubos maiores acontecem. Onde a degradação do ser humano ao pó, a corrupção, ganha rosto, disfarces, voz, cheiro que, se não conhecesse, diria que é de enxofre, pelo o que o cheiro do enxofre representa. Onde os contratos são assinados e os interesses escondidos. Onde as mortes cotidianas são vagarosamente construídas certas vezes e, noutras, imediatamente produzidas, projetadas no tempo do fazer de uma assinatura que oficializa conscientemente uma decisão inconsequente. É onde também a ignorância ganha contornos estúpidos. Onde se faz o que se acha, e o que se acha, na prepotência de quem faz, sem remorsos ou noções de responsabilidades pelo o que foi feito, interfere perversamente na vida de milhares. Não há saberes procurados, não há conhecimentos debatidos, não há realidade cotidiana, não há diálogo. Nem sempre o sistema é racional do ponto de vista dos seus donos. São muitas as decisões, na Cidade do Anjo, fundamentadas em nada. Nem sequer os interesses deles estão em jogo. Simplesmente se faz. A vontade é a razão, escrevera Marx; a ignorância é o saber, e as consequências, mais uma vez, são perversas, sem remorsos e sem responsabilidades. É ali também que se paga o investimento da campanha política eleitoral. Alguns não venderam apenas a alma para estarem ali. Venderam também a mãe. O custo, portanto, é alto e a cobrança

¹²⁸ Em carta aberta escrita em 2013 e lida em plenária da Casa de Leis do município destinada à anterior administração pública: ... *servidores se achando príncipes, com o rei na barriga e com o coração quase explodindo num enfarto de ambições e desesperos...* Continua sendo atual.

¹²⁹ Cito de memória. *Ambiente venenoso* foi uma expressão usada por Mahatma K. Gandhi em sua autobiografia (*Gandhi - Autobiografia, Minha Vida e Minhas Experiências com a Verdade*), sobre a prefeitura, se não me engano, de Joanesburgo, na África do Sul, onde frequentou por algum tempo.

não só não tarda, como é permanente. É ali, portanto, que se paga, com o que é do povo e com juros absurdos, as dívidas feitas para ali estarem.

“O poder é uma *faculdade*, uma *capacidade*, que se *tem* ou não se *tem*”, escreve Enrique Dussel (2007a: 31). Aqueles ali não têm, portanto tomam. Mas não é o *poder político em si* que é tomado. Este pertence ao povo, às *gentes*, como refletimos no primeiro capítulo. O *povo* como uma categoria política; *as gentes* como uma categoria política da utopia crítica; e *a gente* são *as gentes do cotidiano* que encontraram caminhos comuns. O destino é a permanente construção de justiça e o resgate para si daquilo que lhe é intrínseco: a dignidade, a liberdade, essas palavras cheias de sentido e por vezes míticas, porém; e as decisões sobre aquilo que afeta de alguma maneira as suas vidas: “o sujeito coletivo primeiro e último do poder, e por isso soberano e com autoridade própria ou fundamental, é sempre a comunidade política, o povo. Não há nenhum outro sujeito do poder que o indicado” (Dussel, 2007a: 31). Aquilo que é tomado, portanto, são os espaços que permitem a quem os toma algum privilégio, um certo tipo de *status* segundo suas vaidades, alguma possibilidade de exercer as suas vontades próprias, os seus interesses e os interesses dos seus se utilizando do que é público. O poder político, portanto, com precisão, nunca se *toma*: “aquilo que se pode assaltar, tomar, dominar são os instrumentos ou as instituições que consistem nas mediações de seu exercício” (Dussel, 2007a: 31).

O processo de institucionalização da *potentia* “marca a aparição antiga da política”, ao mesmo tempo em que se torna o “perigo supremo como origem de todas as injustiças e dominações” (Dussel, 2007a: 32). Graças a cisão entre o *poder político* da comunidade, a *potentia*, e os espaços formais de sua ação, a *potestas*, “todo serviço político será possível, mas também toda corrupção ou opressão inicia sua corrida incontrolável” (Dussel, 2007a: 32). É o poder institucional, formal, ali, corrompido, fetichizado: “na política, a *potestas* ou o poder institucionalizado, que é o exercício *delegado* do poder originário da comunidade ou do povo (a *potentia*) [...], afirma-se agora como a sede, como o fundamento, como o *ser*, como o *poder político propriamente dito*”. É quando “a ‘vontade’ do governante, do representante, das instituições, do Estado [...], torna-se o lugar do poder político em nome do próprio governo ou governante. ‘Os que mandam, mandam mandando’. E mandam a obedientes” (Dussel, 2007a: 45).

É a democracia tal qual nos é dada, liberal, neoliberal, a “primazia da economia sobre a política” (Aguiló Bonet, 2017: 215); a lógica do mercado sobre uma lógica da vida; da qual assumimos

de outros tempos, de outros acordos, de outras disputas, resistências, emergências, ausências... e que se traduz, ali, no poder público municipal da Cidade do Anjo, cuja representatividade se daria nos poderes Executivo, dividido em suas Secretarias, e Legislativo, distribuído em seus vereadores; e a participação direta da comunidade política, das cidadãs e dos cidadãos, em seus espaços de direito: conselhos municipais, audiências públicas, conferências municipais, etc. É onde o suor da criança que colhe e carrega nos ombros a riqueza produzida no município, dentre elas, a batata do proprietário desse grande meio de produção, se transforma não só em lucro para ele, o proprietário, mas também em impostos (quando não sonegados, o que é muito natural entre os seus), em dinheiro público tomado, então, das instituições políticas, por quem não seria capaz de nada, não fossem os cargos em que os pusemos e comprometidos com ninguém, a não ser com eles mesmos e com o grupo de muito pouca gente que investiu para os colocarem ali, inclusive, com aquele senhor, ou com o jovem herdeiro, que se utilizam do suor da criança para investir na campanha eleitoral e, através dela, em seus interesses. Para a criança *das gentes* não volta nada. Ninguém a representa. E sua participação política ou a participação política das suas e dos seus é sempre limitada, desqualificada, impedida. O poder fetichizado faz sempre o possível para que o *poder político* originário do povo, da comunidade política, a *potentia*, das *gentes*, não se manifeste, ou para que se manifeste o mínimo possível. É a longa aventura da *política*: o uso devido ou corrompido da *potestas* (Dussel, 2007a: 33).

5.2. Um sonho de criança

É um lugar, enfim, sempre ruim de estar. Mas tive que ir. Era uma de minhas responsabilidades. A gente tenta dividir funções. Tenta entrar em consenso. Não é a todo o tempo que a gente consegue. A democracia, a *intersubjetividade crítica das gentes*, fundamento ético da utopia, mesmo entre nós, no cotidiano, mais real, é uma empresa árdua, tão necessária quanto insuficiente, como vimos. Mas a gente tenta entrar em consenso, dizia. Naqueles dias foi mais difícil. Nossos ânimos estavam um pouco mais tensos que o normal. Um diferente grupo político havia tomado a administração pública, vencido as eleições e os seus *apadrinhados* colocados nos chamados cargos públicos de confiança. Em pouco mais de dois meses, colocados nas secretarias executivas do Poder Executivo Municipal como troca de favores eleitorais simplesmente, não por um histórico que comprovasse a quem quer que fosse as suas

capacidades para lá estarem, conseguiam já interferir negativa e cotidianamente em nossos trabalhos. As incertezas sobre o que estava por vir mexera com os ânimos *da gente*, nuns mais, noutras menos. Conquistamos espaços. Assumimos responsabilidades e estávamos ali comprometidos com elas.

Depois de muita conversa, enfim, de discordâncias entre formas, métodos e pessoas para seguirmos as conversações com o poder público, a responsabilidade, portanto, de lá estar, naquele momento, seguiu entregue a mim. Não só a mim. Rodrigo chegou uns quarenta minutos depois. Deu tempo para a gente conversar ainda bastante antes de sermos encaminhados para a última sala ao fim do corredor do segundo andar do prédio da prefeitura. A sala de quem diz ter o poder de fazer as coisas acontecerem. É sempre uma experiência ruim.

Era a nossa última reunião antes do fim do prazo do contrato que permitiria a manutenção de algumas das ações da utopia crítica, real e cotidiana anunciada pelas jovens e pelos jovens, por nós, e que vinha construindo ou implementando no real certos tipos de políticas públicas que nunca haviam existido por ali. Algo que em todos os momentos precisa ser traduzido, sempre, como conquistas. Nunca houve interesse, desejo, vontade do governo municipal em *atender a demanda das gentes*. Pelo contrário. O que houve foram sempre tentativas de boicote, desqualificações, calúnias, represálias. Imbecilidades. Todas as ações que partiram do anúncio do *novo* da juventude organizada e o seu desenvolvimento, e que se reverteram em algo público, nessa tentativa de forjar dentro das esferas públicas institucionais um contato seguro com o real, de devolver, enfim, à comunidade aquilo que é nosso, se constituiu de uma mistura de persistência, caminhos criados, momentos propícios para tal. Oportunidades produzidas. Brechas encontradas. Idas e vindas. Avanços, retornos. Cansaços. Frustrações. Esperanças fortalecidas. Conquistas, enfim.

Alheia à saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas¹³⁰, a nossa esteve sempre presente: “A Terra tem espaço para todos, ou melhor, teria, se fosse administrada com o poder do atendimento das necessidades, e não com o atendimento das necessidades do poder” (Bloch, [1959] 2006a: 27), como acontece também na Cidade do Anjo. Os espaços de exercício do poder político, a *potestas*, não são ocupados pelas necessidades e quererres da população que delega o poder aos seus representantes, seguindo as regras mais superficiais dessa democracia

¹³⁰ Dentre outros locais: <https://nacoesunidas.org/crescimento-da-renda-dos-20-mais-pobres-ajudou-brasil-a-sair-do-mapa-da-fome-diz-onu/>, acessado em 8 de março de 2018.

dada a nós, nesses *três blocos*¹³¹ que tomaram os espaços de exercício do poder político desde que iniciamos nossa trajetória em dois mil e dez na formação do Movimento Capital Juvenil. A realidade social permanece perversa e se degrada a cada ano. Acompanhamos de perto, de dentro por vezes, propusemos projetos, tentamos o diálogo, conquistamos espaços, direitos, desenvolvemos projetos, ações, impusemos a fala, fizemos reuniões, organizamos conferências, audiências públicas, ouvimos os discursos, vimos as práticas: na Cidade do Anjo comandada pelos seus, como um câncer que cresce feroz pelos pulmões do homem o impossibilitando de respirar e o levando à morte, a corrupção penetra as entranhas da *política* entupindo as veias que devolveriam às comunidades as estruturas e os recursos necessários para o seu desenvolvimento, para o desenvolvimento da vida humana e de todas as vidas; calando as vozes, abafando os quereres, num sistema feroz que cria e alimenta as mazelas que, em última instância, matam e têm matado. “Aquilo”, porém, que causa sempre “dor”, oprime, debilita, castiga e, em última instância, mata, “deve ser suprimido” (Bloch apud Dussel, 1998: 463). E isso é algo indesejado, obviamente. A emergência de um *povo* incomoda sempre. Sempre incomodou.

Com *a gente* seguiu, nesses três poderes, a mesma lógica. Num primeiro momento eles ainda se confundem, entre eles e com a gente, até perceberem, e por vezes demora, não são dos mais ágeis, que não somos como eles, que não estamos a venda. É quando cessa a tentativa de cooptação e as máscaras, então, vão caindo. Vimos todas elas caírem enquanto iam tentando, num segundo momento, ganhar tempo; fazer cansar; vencer pelo cansaço. O diálogo para implementar com segurança no real a demanda do cotidiano, para suprir suas necessidades então ali colocadas, se alastra. Vão dizendo que sim, que é importante, que a cidade precisa... enquanto vão impondo burocracias intermináveis e inventadas; justificativas injustificáveis... alegações que conduzem ao absurdo: *o cobertor é curto*, quando o que está em pauta é a divisão do recurso público anual, é a frase mais repetida por seus representantes das finanças. *Se o cobertor é curto, a gente precisa cobrir o peito*, respondeu Rodrigo Castro Francini em uma ação nossa na Câmara de Vereadores ainda em dois mil e onze se referindo ao investimento na infância em Audiência Pública sobre o orçamento anual.

¹³¹ Utilizamos aqui o termo *bloco* compreendido a partir de Gramsci. Para Dussel, “é um *bloco* o que indica uma unidade instável, que pode rapidamente dissolver-se e recompor-se” (2007a, 56). De 2005 a 2012 (Antônio Celso Mossin, PSDB); de 2013 a 2016 (Zé Kodawara, PDT); de 2017 a 2020 (Paulo Oreia, PP).

Quando o tempo é absurdo, enfim, e as desculpas não são mais possíveis, mas continuam, e nos posicionamos quanto a isso, começam então, como comentado acima, as calúnias, as difamações, as represarias, as imbecilidades. Dessa última vez, com este último grupo político, aconteceu tudo isso de forma muito rápida. As tentativas de cooptação aconteceram ainda antes das eleições, na campanha eleitoral. Não apoiamos. Apesar de termos sido convidados para tal por todos os candidatos até então, nunca apoiamos ninguém em nenhuma campanha eleitoral. Não há no município um movimento político partidário que a gente entenda que vale a pena. Talvez seja o momento de fazermos parte da criação, a partir *das gentes*, de algo desse tipo. Algumas conversas ainda esparsas nesse sentido começaram a acontecer. Mas, enfim, ficamos abertos ao diálogo e fomos tentar dialogar logo que assumiram a administração pública.

Antes desta reunião houvera três desde que esse grupo de pessoas tomara os espaços de exercício do poder político dessa que é uma das cidades mais miseráveis do interior paulista. A primeira foi na própria prefeitura entre o prefeito, Paula e eu, que era para tentar marcar as próximas com toda a gente. A segunda foi na Câmara de Vereadores aberta a toda a população com a presença de servidores públicos, dentre os quais vereadores, prefeito, secretários, também membros de conselhos municipais, quando apresentamos mais uma vez aos interessados, as nossas ações, os seus porquês e os resultados, se é que dá para chamar assim, obtidos até então, com o objetivo de aprofundar o trabalho e aumentar os investimentos nesta ação que estava sendo construída no real a partir da comunidade: um projeto intersetorial que englobava, a partir da comunidade *das gentes*, portanto, a Secretaria da Educação, a Secretaria de Assistência Social, o Departamento de Cultura e o Departamento de Meio Ambiente. Crianças e adolescentes também se posicionaram.

Sara, de onze anos, olhando nos olhos do prefeito a pouco tempo eleito, falou das melhorias que eram necessárias nos lanches entregues pela Secretaria de Assistência Social cuja responsabilidade por preparar, escolher os ingredientes, decidir o cardápio, distribuir aos demais, pensar em uma alimentação saudável, se dava também por ela, a Sara. Algo difícil de realizar quando o que era enviado eram refrigerantes, doces e um ou outro ingrediente industrializado numa cidade em grande parte rural; e das reformas que necessitava a Casa Amarela. Priscila, de dez, que havia nos dias anteriores elencado os sonhos das crianças, jovens, educadoras e educadores da Cidade Escola, leu ali todos eles e ao final de sua fala disse o seu: *o meu sonho é que todos esses sonhos se realizem*. Uma outra reunião com o prefeito e mais alguns dos seus foi na Casa Azul, essa nossa outra sede até então, com a presença também das

crianças, mães, jovens... Nessa última, agora, na prefeitura, o prefeito acabado de ser eleito, ainda sem completar o primeiro trimestre do seu mandato, seguiu dizendo tudo o que queríamos ouvir.

A conversa foi longa. Falou da importância e da qualidade do projeto, do quanto se preocupa com as crianças e com a juventude. Do quanto sempre apoiou o Movimento Capital Juvenil ainda quando era vereador. Disse acreditar que quanto mais ações das que realizamos, menos crianças nas ruas, menos adolescentes nas fundações casa, menos pessoas nas prisões. Uma visão bem deturpada e estereotipada. Burra, até. Mas diante das suas limitações que a gente já conhecia bem, optamos por não argumentar e saímos, de certa forma, otimistas. Como bem sabemos hoje, erramos. A mentira é escancarada. Diferente de Pinóquio, foram as orelhas que lhe cresceram ainda mais¹³².

“O Progresso, marca a distância que vai do salto do tigre, que é de dez metros, ao curso da bala, que é de vinte quilômetros. A fera, a dez passos, perturba-nos. O homem, a quatro léguas, enche-nos de terror. O homem é a fera dilatada” (Junqueiro, 2017: 12). Na política, tal dilatação ganha o exponencial. E é por isso que ali se tornam eles pessoas perigosas. E somente ali: “o representante *corrompido* pode usar um poder fetichizado pelo prazer de exercer sua vontade, como vaidade ostensiva, prepotência despótica, sadismo ante seus inimigos, apropriação indevida de bens e riquezas”, como escreve Dussel (2007a: 16). Ali, me parece, com exceção da apropriação indevida de bens e riquezas que o Ministério Público em algum momento haverá de investigar, se afigura um pouco ou um muito de tudo isso; alguma coisa de um ponto, algo de outro, muito de alguns, com destaque para o sadismo e para a vaidade. Não importa, porém, quais benefícios aparentes sejam outorgados ao governante corrompido (Dussel, 2007a: 16). A corrupção possui uma essência. Ela parte de uma verdade ou de uma mentira, de um fato

¹³² Aqui há um trocadilho com o nome do Prefeito que é Paulo “Oreia”. “Oreia” é o apelido que carrega desde a infância e é a pronúncia caipira, o jeito são-miguelense de dizer “orelha”; e que disse o seguinte naquela reunião com a gente e aberta citada acima na Câmara de Vereadores: *Tudo o que nós fizemos e vamos fazer, vai ter transparência e participação popular... Participação popular tem que ter em todos os nossos projetos, em todas as Secretarias... Aonde a população participa dá resultado... Eu lembro lá atrás, eu era vereador... eu vi essa casa (câmara de vereadores) cheia com quase trezentas pessoas do Capital Juvenil... Eu vi vários eventos que o Capital Juvenil estava presente... Não é falando mal, não é criticar... mas a administração anterior foi olhar para o Capital Juvenil nos últimos cinco meses... sucateou, não deu oportunidade, não deu espaço a eles... Eu não quero fazer o mesmo, quero somar... Então, contem com a administração... administração 2017 – 2020 caminhando com o povo... Temos filmada essa sua fala tão mentirosa quanto mal informada. Não deixa de ser verdade sobre a atuação da anterior administração pública, mas nem de longe estávamos sucateados. Dentre as ações que desenvolvíamos cotidianamente, alguns projetos tinham, inclusive, o investimento do extinto (pré-golpe) Governo Federal. Uma política pública construída por jovens e com e para jovens e crianças, que conseguimos implementar em São Miguel.*

fundador. A política, sob um ponto de vista *das gentes*, da organização da comunidade que outorga a um ser humano ou a um grupo de seres humanos um determinado cargo de poder institucional para trabalhar em função da comunidade, se transfigura em um poder para si próprio e para os seus. Na corrupção, “o pior não são os bens apropriados indevidamente, mas sim o *desvio* de sua atenção como representante” (Dussel, 2007a: 16). O *eu do corrompido* fica acima de todo o resto. É quando a função “de servidor ou do exercício *obediencial* do poder em favor da comunidade, transformou-se em seu prebendário (*esquilizador*), seu ‘sanguessuga’, seu parasita, sua debilitação, e até a extinção como comunidade política” (Dussel, 2007a: 16). Toda luta por seus próprios interesses é corrupção política (Dussel, 2007a: 16).

5.3. A Casa Amarela e a Casa Azul

Até aquele momento mais de quatro anos e meio se passaram desde que a movimentação de jovens e a sua prévia luta pelo reconhecimento próprio como sujeitos e sujeitas denunciou a realidade, anunciou uma outra, construiu um projeto comum, um *programa pormenorizado* de ações a partir das mais de mil propostas feitas pela juventude: o *Programa SMA e a Juventude*. É todo um processo movido por uma educação popular, democrática; pelo “o andar ereto”, como escreve Bloch - “o ser-si-mesmo no ser-em-comum” - (Bloch, [1959] 2006b: 12); um caminhar aberto às possibilidades, aos sonhos, à imaginação, àquilo que nos faça sentido, construído, portanto, pelas próprias e pelos próprios jovens que se levantaram e, assumindo concretamente o acordo firmado em seu anúncio, passaram a construir essa utopia crítica, real e cotidiana que se traduziu num certo postulado político denominado *Cidade Escola, um lugar para educar-se*.

É a “função da razão ético-crítica, não em posição negativa”, como fizemos no terceiro capítulo, “mas em sua situação *positiva*”, na criação de um cenário inexistente cujas determinações constitutivas são na sua positividade a negação da negatividade da vítima, como escreve Dussel: se se tem fome, alimento; se não se tem onde morar, casa; se não se sabe ler, alfabetização; se não se tem representação política simétrica, democracia real, etc. (1998: 461). É quando, enfim, se anuncia a utopia imaginada e se assume o compromisso ético e histórico em construí-la. Em

meados de 2013 a Cidade Escola passou a carregar assim esse nome porque *a vida acontece nas cidades e em seus territórios...*

...e porque a cidade é a nossa escola e é em seus cantos, becos, centros e campos que vamos vivendo, caminhando, dançando, cantando, conhecendo, desenhando, aprendendo e ensinando... educando-se! E porque para resolvermos as mais graves mazelas que afetam a nossa cidade, é preciso de todos os seus cantos e centros, becos e campos pulsando a favor da vida.

Uma das faces ou essências do *andar* que nasce, portanto, da luta pelo reconhecimento próprio como sujeitas e sujeitos, é a atuação para radicalizar a democracia na Cidade do Anjo, como anuncia o documento entregue e lido naquela Audiência Pública conquistada pela juventude em um processo denominado, então, naqueles dias de 2012, *Jovem Democracia: ... e caminhar na busca de uma democracia plena*¹³³. Um dever-ser que não se fixa na criação de um espaço independente, mas, também, atua para ampliações e garantias de direitos, para o fortalecimento de iniciativas contra-hegemônicas, para a transformação do conteúdo de sistemas performativos, tais como organizações para a produção agrícola, instituições de diversos tipos, escolas – seus currículos e formas –, poderes públicos municipais (secretarias, coordenadorias...). É a luta pelo desenvolvimento de uma democracia “como criação aberta, como *práxis* instituinte, como realização contínua, experimental e sempre contingente” (Aguiló Bunet, 2017: 225), nos diversos espaços possíveis de organização da vida. Um caminhar que, da juventude, passou a envolver ou a ser envolvido por mulheres, homens, mães, crianças, *as gentes* do cotidiano nesse esforço, portanto, por se envolver nos espaços de exercício do poder político, nas mesas de decisões significativas para participar ativamente das tomadas de decisões que afetam de alguma maneira as suas, nossas, vidas; e construir e atuar para implementar, a partir de nós, *das gentes do cotidiano*, mais uma vez, no real, nos cantos, becos e territórios da Cidade do Anjo, projetos, ações educacionais, culturais, sociais, práticas públicas capazes de potencializar o desenvolvimento humano e comunitário, em especial, nessas ações das quais estávamos ali tratando, o desenvolvimento histórico, cultural, ético, estético, ambiental e político em comunidade. Como escreve Dussel:

Quando a vítima emite um “um juízo de fato crítico” [...] diante do sistema, irrompe inevitavelmente como dissenso um discurso, uma enunciação, uma interpelação como “ato de fala” que se opõe à consensualidade da validade intersubjetiva da comunidade dominante. Em geral, esse dissenso não é ouvido; é negado, excluído. Somente

¹³³ Trecho do documento lido por Pedrinho e entregue às autoridades públicas com as propostas de todo aquele movimento criado pela juventude de São Miguel Arcanjo descrito em partes no quarto capítulo (Relatório de revisão das propostas dos jovens são-miguelenses da Ação Jovem Democracia, 2012/2013: Movimento Capital Juvenil, Liga da Juventude).

quando o dissenso se apoia na organização de uma comunidade de dissidentes (vítimas), que lutam pelo re-conhecimento, que atacam a verdade e a validade do sistema em vista de sua impossibilidade de viver, por terem sido assimetricamente excluídas da discussão daquilo que lhes toca, a partir de um poder objetivo que é impossível evitar, este dissenso *crítico* se torna público, e alcança simetria como fruto de uma luta pela verdade. O dissenso tem então um lugar ético de enunciação, e consiste na exterioridade, agora não só re-conhecida, mas também respeitada como real, que é gerada pelas novas comunidades de comunicação consensuais (não a dominante, mas outra, produto da transformação que esse dissenso produziu criativamente). Este dissenso ético criador é origem de nova racionalidade, de novo discurso. É o dissenso diante da não-verdade e da não-validade da dominação, que constitui novo consenso verdadeiro e válido (Dussel, 1998: 470).

No caminhar, portanto, da utopia, não só o direito à voz foi conquistado. A juventude foi ouvida, se fez ouvir, e as ações, projetos, a instituição capaz de efetivamente possibilitar o desenvolvimento humano, cultural, social, político foi realizada. Naquele momento, direta e cotidianamente mais de duzentas pessoas dentre crianças, jovens, mães, pais, professoras e professores das redes públicas municipal e estadual, atores sociais e atoras culturais, seres humanos viventes de alguns cantos, centros e becos da Cidade do Anjo construía os nove projetos dos seis espaços permanentes criados na Casa Amarela e na Casa Azul, como nomearam as crianças: dois prédios públicos antes abandonados em dois dos territórios mais castigados do município; os lados ocultos das linhas abissais marcadas, ali, como vimos no terceiro capítulo, pelas fronteiras da Lagoa do Guapé¹³⁴.

A persistência, esse certo tipo de paciência impaciente, como ensina Paulo Freire, indignada da qual se nutre a utopia, conseguiu com que o poder público reformasse o primeiro, a Casa Amarela, que há cerca de trinta anos vivia abandonada servindo de ponto de exploração sexual de meninas e meninos e consumo de crack, por exemplo, entre crianças e adolescentes, para fazermos dali os *Espaços Permanentes da Criança* e de *Recuperação Ambiental do Território do Guapé* (que se tornou depois, este último, o *Espaço Permanente para Sustentabilidade*). A Casa Azul, antes fechada, sem luz, sem água, e que servia para um museu que não acontecia, foi levemente revitalizada e serviu como base dos *Espaços Permanentes da Mulher, da Juventude, de Comunicação e de Artes*. Lugares para a *práxis, da gente*, que passaram a pulsar cultura, arte, debates e ações políticas, sociais, ambientais, funcionando todos como um *Espaço Permanente de Construção Democrática*.

Porém, para *elas*, “todo o projeto que supere o da ordem vigente”, como escreve Dussel, “deve ser negado” (2007b: 473); e o *mal*, segue o autor, consiste nessa teimosa obstinação

¹³⁴ Infelizmente, a Lagoa do Guapé não marca a única linha abissal da Cidade do Anjo.

conservadora de *impedir o desenvolvimento* crítico a partir do momento alcançado (1998: 416): “é a fetichização do passado-presente, e a impossibilidade de um futuro com progresso qualitativo, aumento de vida humana, ecológica, econômica ou cultural (Dussel, 2007: 473). Nessa tentativa, a decisão do prefeito eleito com outras promessas e *incentivado* pelo ex-prefeito António Celso Mossin e sua rede de forças do que apontamos no terceiro capítulo como *Agro-sistema*, foi cortar os investimentos de todas as atividades da Casa Amarela e da Casa Azul.

5.4. As Mães da Cidade do Anjo, as crianças, a solidariedade

No dia seguinte ao comunicado enviado a nós, assinado pelo prefeito e escrito mais pareceu por um adolescente sem vontade de redigir uma redação em sala de aula, de que aquela atual administração pública de São Miguel Arcanjo cortaria os investimentos públicos dos nossos projetos, as *Mães da Casa Amarela* (as mães das crianças e jovens envolvidos nos então nove projetos e que passaram a participar da organização da utopia), decidiram ir à prefeitura questionar o prefeito sobre a sua decisão. Acompanharam as Mães as crianças, jovens, educadores, educadoras da Cidade Escola, *gentes* da utopia...

O que o meu filho tem pra fazer agora? Aonde eu deixo ele pra ir trabalhar? Na rua, pro tráfico levar? Ou levo ele junto comigo catar meus lixos pra rua? Levo ele junto pra batata? Deixo ele com você aqui na prefeitura? Diziam as mães ao lado de avós, irmãs, tias, das crianças, da juventude...: O meu neto tem dez anos. Vem do sítio, às vezes de carona, pra participar do projeto do batuque. Ele adora. O que que eu vou falar pra ele, que acabou tudo?

Foram mais de duas horas de questionamentos, de perguntas, de afirmações, de coragem, superando o receio de ameaças e represálias como conversado anteriormente em Assembleia que decidiu essa ação. *O que você tá fazendo é desumano.... Aquilo ali é a vida de muita gente, disse uma delas.*

A única resposta do prefeito, naquele momento, acuado, era a falta de dinheiro. Alguns dias depois foi anunciado pela mesma prefeitura o aumento do gasto público em festas no município no mesmo valor que havia sido cortado das nossas ações. Uma justificativa, portanto, mentirosa.

Os questionamentos seguiram. Depoimentos de algumas partes do Brasil, do Equador, de Portugal, da Universidade Federal de São Carlos em Sorocaba, do Núcleo de Pesquisa Revitalizando Culturas da Universidade do Sul de Santa Catarina, da Rede Nacional de Educação Democrática, de jovens, doutores (as), estudantes do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, chegaram pela internet em solidariedade à ação e foram compartilhados em nossos canais de comunicação, redes sociais, rádio, em nossas Assembleias, por uma outra parceira nossa, a Reevo¹³⁵, questionando a decisão do poder público em dismantelar esses espaços públicos construídos pela infância, pela juventude, pelas Mães, pelas *gentes do cotidiano* da Cidade do Anjo. Foram mais de vinte mil interações em uma semana de pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo em nossas redes sociais. E a população local também se mobilizou. Com força.

Em vinte e quatro de abril de dois mil e dezessete, a Câmara Municipal estava com todos os acentos ocupados e com pessoas de pé se encaixando, buscando espaços nas escadas e excluindo todos os cantos vazios da sala grande da Plenária que se fez, portanto, lotada. As *Mães da Casa Amarela* que passam a se chamar *Mães da Cidade do Anjo* porque, do cuidado à Casa Amarela, ganharam a cidade; as crianças, jovens, e a comunidade são-miguelense que apoia as nossas ações se fizeram presentes em sessão ordinária dos vereadores para *a gente* se posicionar diante da comunidade e dos servidores públicos. O então Presidente da Câmara, intimamente ligado ao Executivo, queria nos abrir cinco minutos para a fala. Falamos por mais de quarenta e, penso hoje, deveríamos ter dito mais, mas tentamos, por respeito a sei lá o que, ser o mais breve possível.

Diego tinha então os seus seis anos de idade. Havíamos combinado de nos encontrar naquele fim de tarde em frente à Casa Amarela para irmos juntos à Câmara de Vereadores. Viviane, a mãe do menino, chegou ali perguntando por ele. Enquanto esperávamos por mais algumas pessoas, outras foram indo caminhando à Câmara. Diego também foi. Sua mãe, que iria participar da ação, não iria leva-lo porque entendia que ele não teria paciência de ficar por lá

¹³⁵ Uma rede global de educação alternativa. <https://red.reevo.org/>.

por muito tempo. Quando o encontrou ainda na calçada em frente à Câmara de Vereadores esperando toda a gente para entrar, Viviane perguntou: *o que você tá fazendo aqui, menino? Vim mandar eles não fecharem a Casa Amarela*, respondeu consciente Diego da sua presença ali, no mundo.

As crianças se organizaram, se envolveram, sempre estiveram envolvidas. Sara, a mesma menina que havia pedido há cerca de um mês naquele mesmo local melhorias na Casa Amarela ao prefeito, naquela tarde, novamente se posicionou e gravou um vídeo para ser transmitido na Audiência: *Mesmo falando para você, prefeito, melhorar, até agora nada. Nós quer ver esse projeto continuar, não acabar. Era o nosso sonho fazer a Casinha Amarela. Foi realizado. E agora você está querendo acabar. Por que?* Gustavo Thomaz do Nascimento de dezesseis anos também gravou a sua fala: *O senhor prefeito prometeu que não ia fechar a Casinha Amarela e falou que gostava de criança. E se ele falou que gostava de criança, por que ele fechou a Casinha Amarela se ali é lugar de criança?* Liane, mãe da Sara, do Daniel e do Everton, representando ali as *Mães da Cidade do Anjo*, gravou o seu depoimento para também ser exibido ali e nas redes sociais:

Para mim o fim do projeto é muito triste porque desde o ano passado as crianças [seus filhos e filha] tão participando. E desde que começou a reforma da Casinha Amarela eles estão junto. Desde o começo. E eles ficaram muito contentes de ter um novo espaço. Agora vamos ter um espaço pra gente brincar, vamos ter a quadra. Eles ajudaram a limpar tudo lá e agora, de repente, falam que o projeto acabou. Foi um sonho deles que acabou. Eles gostam muito de ficar lá pelo companheirismo da equipe, pelo carinho, pelo acolhimento, pelas novas amizades que fizeram, e quando eram as férias, o lugar que eles tinham pra ficar era na Casa Amarela... E agora, como vai ficar? As mães estão reunidas e o que for preciso nós vamos lutar junto, nós estamos lá. Nós não queremos que a Casinha Amarela feche.

Na audiência transmitida ao vivo pela Rádio Aliança FM, o vídeo da Professora Doutora Dulce Ferreira vinculada ao Departamento de Ciências Humanas e Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, *campus Sorocaba*, com quem estávamos (e seguimos) construindo em nossas ações um projeto de extensão em São Miguel Arcanjo, também foi exibido:

Aqui nesse vídeo eu quero deixar o meu apoio ao projeto Cidade Escola de São Miguel Arcanjo devido a sua relevância social e educativa. Estive aí no final do ano participando da Assembleia. Pude conhecer de perto o trabalho engajado, comprometido e responsável que eles desenvolvem e dizer para o prefeito que ele reconsiderar o cancelamento da parceria...

O vídeo de Bruno Martins, membro da Reevo, uma rede global de educação alternativa, e da Rede Nacional de Educação Democrática também foi exibido:

...a partir dela [a Reevo] eu conheci o projeto Cidade Escola de São Miguel Arcanjo já há alguns anos. Em duas oportunidades eu pude ir à cidade e conhecer de perto e ver a importância desse projeto principalmente pros jovens e pras crianças da cidade que a gente sabe que enfrentam diversos desafios, diversos problemas, muito sérios, e eu pude ver e acompanhar de perto a seriedade das pessoas da Cidade Escola que vêm tentando mudar essa realidade, oferecer uma outra alternativa... Fiquei muito surpreso, muito chateado com a notícia do cancelamento dos projetos e venho aqui manifestar apoio e solidariedade a todas as pessoas do projeto Cidade Escola e da cidade de São Miguel Arcanjo e pra informar que, dentro das nossas possibilidades, dos nossos canais de comunicação e em nossas redes de apoio, a gente vai fazer o possível pra reverter essa situação...

Ivan Dourado da Escola Politeia em São Paulo e também da Rede Nacional de Educação Democrática, enviou a sua solidariedade em vídeo exibido:

Atenção pessoal de São Miguel Arcanjo. Eu sou o Ivan Dourado aqui da Escola Politeia, também integrante da Rede Nacional de Educação Democrática. A gente vem aqui da Politeia mandar esse vídeo em solidariedade a vocês porque a gente ficou sabendo que cortaram as verbas do Projeto Cidade Escola. O ano passado a gente foi convidado pra participar de uma assembleia, conheceu todo o pessoal, conheceu o projeto e a gente acha que é um projeto realmente transformador e necessário pra essa cidade. Contem com a gente com o que for preciso. Tamu junto!

Gabriela de Freitas F. Rocha, doutoranda do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e que passou a fazer parte da construção, mesmo em Coimbra, da nossa utopia teve sua fala ouvida na Audiência:

... eu deixo aqui o meu apoio a todas as pessoas envolvidas no projeto e um apelo ao prefeito, o senhor Paulo Oreia, que ele não interrompa o convênio com a prefeitura, e que ele deixe que as pessoas continuem lutando no dia-a-dia por sua dignidade. É nesses tempos difíceis que a gente vive no Brasil que a juventude tem mostrado que é possível sim acreditar nas utopias e construir uma forma de política radicalmente diferente da que tem sido praticada por mais de 500 anos em nosso país. Uma política que é conectada na vida das pessoas e não no dinheiro. Então, gente, não vamos desanimar. Estamos juntos na luta em vários lugares do mundo. Toda força ao Cidade Escola.

Fabián Cevallos Vivar, também doutorando do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, e que passou também a caminhar e a construir essa utopia crítica e cotidiana da vida, foi ouvido também pela comunidade são-miguelense e por suas autoridades públicas:

Queridas amigas e amigos da Cidade do Anjo, meu nome é Fabián Cevallos Vivar e sou equatoriano... Há quase quatro anos sou um grande admirador das lutas que vocês levam adiante em São Miguel.... Saúdo vocês, hoje, desde às lutas que levamos

adiante no Equador contra os projetos extrativistas minerais e petroleiros na Amazônia equatoriana. Somos solidários com vocês, crianças, jovens e mães, que estão alçando-se em desobediência contra a lei do mais forte. Contra essa lei que nos condena à resignação ao mundo tal qual é. Em quase toda a América Latina há um problema visível e preocupante que é o divórcio entre as novas gerações e o sistema político. Porém, a política vai muito além disso. E é o que vocês estão fazendo aí em seus quase nove projetos. Os direitos humanos começam dentro das casas dos sonhos. Dentro da Casa Amarela e dentro da Casa Azul. Um abraço cheio de carinho, cuidado e solidariedades.

Rafaela Iwasaki, uma jovem são-miguelense e estudante de naturologia na Universidade do Sul de Santa Catarina e que esteve em diversos momentos com a gente na Casa Amarela enviou de Palhoça, Santa Catarina, a sua solidariedade:

Eu trabalho com o professor Jaci aqui na UNISUL há dois anos (...) nesse projeto de extensão chamado Revitalizando Culturas e há 25 anos ele trabalha com os Guaranis. Aqui, a gente viu no primeiro Congresso Internacional Revitalizando Culturas a apresentação sobre o Cidade Escola. E ele foi muito aclamado aqui. Além disso, eu participei também em São Miguel Arcanjo quando eu voltei de férias, do projeto. E pude perceber a importância do projeto. Existe um aprender dando-se de forma livre. Algo como o Paulo Freire sempre ensinou, onde todos têm um conhecimento. E lá eles compartilham. Existem vários projetos dentro do Cidade Escola, né! O horto, a construção do viveiro que todas as crianças participam, aprendem a plantar alimentos orgânicos. Existe também o Mapa Afetivo de São Miguel Arcanjo. Existem várias atividades sendo desenvolvidas que eu acredito serem de grande importância pro município e pra aquelas crianças. Além disso eu percebo o Cidade Escola como um projeto muito inovador... Eu tenho estudado algumas pedagogias libertárias, umas pedagogias dos novos tempos, e eu percebo que ela se enquadra nessa nova forma de aprender, nessa forma mais livre, nessa forma mais fluída onde todos são valorizados e respeitados em sua cultura. Gostaria de pedir o apoio das autoridades são-miguelenses para a continuidade desse projeto importante em São Miguel Arcanjo que visa diversas formas de conscientização e que tem feito tanto bem pras nossas crianças. Obrigada.

Nádia Selene de dezoito anos e integrante do projeto *No Caminho de São Miguel: um mapa afetivo da cultura são-miguelense* da Cidade Escola também gravou o seu depoimento exibido ali:

É muito fácil falar que não tem verba e deixar os projetos da Cidade Escola acabar. Difícil é entender o que acontece dentro desses projetos. É muito complicado imaginar que muitas crianças e jovens em geral muitas vezes vão ficar na rua sem ter o que fazer. A Cidade Escola é amor, é cultura, é afeto. É um lugar onde a gente aprende a dar valor às coisas. Como à nossa cidade: valorizar o que é daqui. Muitas vezes é conhecer os arredores que a gente mesmo nem se dava conta, mesmo morando aqui. É compartilhar conhecimento. É fazer as pessoas perceber que não precisa muito pra ser feliz. É saber que tem um lugar toda a semana pra gente se encontrar. Cada encontro uma nova história, um novo conhecimento. Um lugar pra expressar suas opiniões e saber que você será ouvido. É simplesmente um lugar pra nos unirmos e discutir coisas, não só a respeito de quem participa, mas sim de todo aquele que mora aqui na cidade. É por esses motivos e tantos outros que faço parte desse projeto. É triste pensar que esse cara nem sabe o valor que a Cidade Escola tem pra nós.

Pedro, educador na Cidade Escola, gravou e reproduziu ali o seu depoimento sobre sua presença no mundo e nessa nossa utopia:

Acho que o projeto é grande parte de mim. Literalmente se eu não tivesse entrado nele eu não estaria aqui [no mundo]. Então, ele (dá vontade de chorar) significa muito pra mim. É uma forma que eu encontrei de salvar o mundo, que é o meu sonho de infância. Eu acho que você não pode salvar o mundo se você não começar salvando as pessoas ao seu redor. Eu fui uma das crianças que foram atendidas aqui. Eu entrei aqui eu tava no segundo colegial. Agora eu tenho dois anos que eu terminei a escola. Então eu acho que é o meu terceiro ou quarto ano aqui. Então eu fui uma das crianças atendidas, uma das crianças que a Cidinha conversou com a mãe. Uma das crianças que fez acompanhamento com psicólogo e encontrou aqui uma base. Eu sou fruto daqui. Literalmente. Ele me fez crescer muito. Ele fez eu perceber que se eu tenho um problema, tem uma criança que passou pelas mesmas coisas que eu e ela tá sorrindo. Então, você aprende muito. Você vê que você tem que ser forte. Muitas vezes você chega aqui com um problema e você tem que ser forte porque tem uma criança que vai vir e vai contar pra você uma coisa que ela passou e que é muito maior. E a criança tem o que, 11 anos, 6 anos e tem uma história muito grande. Então se você pensa que você tem problemas, você vê que o que você tem ainda é pequeno. Você chega aqui você se diverte, você ri, você aprende muito, você ensina muito. Eu acho que aqui é muito de mim. Cada coisinha que a gente planta aqui, eu planto dentro de mim. Então, o projeto entrou na minha vida em um momento muito complicado. Em um momento em que eu me vi sem os meus pais. Que meu pai me abandonou, que eu tava pensando em outras coisas, inclusive no suicídio, e aqui me salvou, me mostrou que eu tinha um lugar pra eu vir, pra eu conversar, pra eu ser eu mesmo. O grafite me mostrou que eu tinha uma forma de me comunicar com os outros. Eu comecei como educando, passei por voluntariado, agora eu sou estagiário, eu tenho a minha renda aqui. Eu construí a minha vida, eu me construí aqui dentro, então isso é muita coisa. Que nem a Cidinha fala: você tem que tá aqui, você tem que tá aqui dentro, você tem que ver, você tem que sentir porque é muita coisa, é um projeto muito grande e ele muda muitas vidas. Tanto quem tá aqui como educador como quem tá aqui como educando. Então é, é muito grande.

O Professor Doutor Jaci Rocha Gonçalves da Universidade do Sul de Santa Catarina enviou também suas palavras:

Dói no coração da gente saber que o projeto Cidade Escola está perdendo o apoio das autoridades locais... Eu conheço esse projeto nascido de certa forma de corações de jovens solidários. Me recordo há dez anos quando, trabalhando a questão da qualidade de vida, a partir da ética da vida, um jovem graduado aqui na nossa escola, falava deste sonho deste projeto... E o projeto foi ficando tão forte, esse projeto de ética da vida, que a ONU pediu também que ele fosse divulgado em suas conferências e debates. E também uma coisa fortíssima foi que no ano passado, no Congresso Internacional Revitalizando Culturas, aqui na UNISUL..., nós tivemos a presença do tema discutido com várias representações de continentes, tanto aqui da América quanto da África, quanto do oriente, especialmente da Índia e pessoal da Europa. Esse momento fortíssimo foi o encontro dos jovens [da Cidade Escola] e das crianças e jovens Guarani aqui da nossa região. Fizeram trocas de obras de arte entre si. Inclusive estávamos na expectativa de que eles viessem para o segundo Congresso Internacional em setembro. Essa notícia mexe com algo que é um investimento na qualidade de vida da humanidade... O sul do mundo, e nesse sul do mundo, a presença do Cidade Escola, representa alternativas para um mundo mais justo.... Vamos pedir a essas autoridades todas que olhem nos olhos desses jovens, crianças e adolescentes, e observem que eles não são mais de São Miguel. Eles são, e o projeto Cidade Escola, uma experiência mundial, de alternativas para uma nova sociedade.

Alexia, de vinte anos, e que constrói a utopia desde os seus quatorze, fez um breve resumo da nossa história mais recente, da situação daquele momento, das burocracias do contrato dos projetos, seu modelo, a forma como foi feito para tentar dar a maior transparência possível, e falou sobre as conversações até então com o poder público. Eis um trecho do final de sua fala:

...nossos dias foram normais esperando a renovação do contrato para continuarmos as atividades. É preciso concentração para fazer um trabalho digno! ... E, de uma maneira fria e calculista, recebemos, no dia 12 de abril, um ofício de cancelamento de contrato que chegou mais ou menos às 15h enquanto a Casa Amarela estava cheia de criança, “pulsando a favor da vida” ... Justificado como corte de gastos, fomos cortados!

E porque a tribuna da Casa de Leis não é feita para crianças, Kauane, com seus nove anos querendo também falar, ficava escondida atrás dela, da tribuna, sem conseguir alcançar o microfone. Elaine a carregou e a menina se posicionou. Não tinha ideia do que ela iria dizer e, no início da sua fala me pareceu que não iria, nervosa, concluir seu raciocínio. Me enganei. Sempre me engano quando subestimo essa molecada: *todo mundo gosta da Casinha Amarela... não era pra ela ter acabado... todo mundo já tá na rua, fazendo nada... todo mundo já tão triste porque a Casinha Amarela acabou... e... a gente tá fazendo esse pedido para o Paulo Oreia... esse projeto não podia acabar... a Casinha Amarela era a nossa vida. Obrigada!* Priscila, de dez anos, também se posicionou: *Como a Casinha é importante pra mim porque, quando eu cheguei na Casinha Amarela... antes eu não tinha lugar pra mim brincar... eu não tinha quase amigos... aí quando eu encontrei a Casinha Amarela, eu consegui vários amigos... Lá... foi um... uma casa pra mim a Casinha Amarela...* Quando começou a chorar foi abraçada pelo Pedro. Os aplausos, inclusive de suas mães também presentes, foram longos.

Os questionamentos seguiram. Paula, Cidinha, Mônica, Júlia, Luiz, Marcos e Rodrigo que haviam se posicionado quando apresentamos neste mesmo local nossas ações e a nossa proposta de continuidade, como citado acima, também estavam presentes ao lado das Mães Viviane, Alcinda, Sílvia, Mirts, Liane, Maria José..., das crianças, jovens, da Jussara e da Fernanda. Daniel Knob ao microfone e com alguns gráficos no telão questionou a justificativa dada pela administração pública (*o necessário*, escreveram, *corte no orçamento público devido à crise econômica brasileira*), demonstrando à comunidade a partir do orçamento municipal anual detalhadamente exposto que tal justificativa, como diz um renomado jurista, conduzia ao absurdo: o investimento nos projetos já era bastante baixo e, se fosse o caso, haveria muitos outros pontos onerosos para uma eventual *economia*, como demarcou apontando-os nos

gráficos, como o aumento do investimento em festas, obras, etc., além de afirmar que, ao contrário de cortar, era necessário ampliar os investimentos públicos em ações culturais, educacionais, etc.: *Alguém me explique que isso aqui não é uma decisão “política”*, disse, por fim.

A plenária da Câmara esteve todo o tempo em silêncio. Houve quem se emocionasse com os depoimentos, com as falas, com as crianças... A vida humana ganhou ali, naquele momento, nos locais de discussões e decisões políticas, o espaço que é o seu. Emergiu das ruas, dos cantos e dos becos, das estruturas que a própria vida humana havia conquistado, para compartilhar solidariedades e para dizer a palavra. *A gente* não estava ali, naquele dia, dissemos, pelos poucos recursos que nos permitiam trabalhar, apenas, ainda em forma de resistência, ainda sem estrutura, ainda muito longe do necessário, como já havíamos repetido por diversas vezes em diversos locais de direito, inclusive, para aquelas autoridades que haviam acabado de assumir o *poder*. Não estávamos ali, portanto, dissemos, pelos poucos recursos que nos tiraram e que equivalem, anualmente, a cerca de duas horas de Festa da Uva. *A gente* estava ali, naquele dia, naquele momento, como tivemos a oportunidade de dizer em tribuna à comunidade são-miguelense, também pelos poucos recursos que nos tiraram, mas acima de tudo, por dignidade. Aquela dignidade com a qual todas e todos nós nascemos, mas que dependendo da cidade em que a gente cotidianamente caminha, das estruturas sociais que nos impedem, da estrutura política corrompida, dos *políticos* que se ocupam do *poder*, vai nos sendo arrancada. Arrancada por essa nossa realidade que nos vai maltratando, que nos vai castigando, que nos vai impedindo ou tentando nos impedir de criar, de fazer, de construir; que vai fazendo com que a gente a cada dia abaixe um pouco mais a cabeça e, como disse Fabián, nos vai resignando ao silêncio. *A gente* estava ali, portanto, dissemos, para experimentar o oposto.

A gente foi até ali por respeito a nós. *A gente* foi ali, naquele lugar e naquele momento porque aquilo era importante. *A gente* foi até ali porque a criança é importante, porque o jovem é importante, porque as famílias são importantes, porque *a gente* é importante, porque o nosso trabalho é importante. Para dizer o porquê da Cidade Escola. Por que a nossa utopia é importante. Por que é necessária. Por que precisamos de mais de dez projetos como esse em todos os cantos, becos, praças, bairros rurais e urbanos de São Miguel Arcanjo. Porque é necessário investir em mais gente disposta a mudar essa realidade, e não em cortar o já escasso investimento na criança e no adolescente. Por que a gente tem que fazer com que São Miguel Arcanjo, a Cidade do Anjo, pulse, em todas as suas ruelas e igrejas, praças e bancos, conselhos

e instituições, ruas e recintos, ações que fomentem a vida. O porquê de a gente ter que fazer com que São Miguel Arcanjo pulse o sorriso, a alegria, a vontade, o sentido de cada ser humano, de cada criança, de cada menino, de cada menina. E isso era preciso porque, na Cidade do Anjo, *ninguém vai pro céu* (li, em seguida, um trecho do subcapítulo do terceiro capítulo destes escritos: *Nós precisamos nos denunciar a nós mesmos e anunciar um novo mundo*). A gente foi até ali, enfim, dissemos, porque, quando arrancam o que *podem* arrancar da gente, o que nos resta é erguer a cabeça, caminhar e fortalecer a dignidade que é nossa ao dizer a palavra.

Por fim, deixamos um apelo, um convite e um aviso. Sairíamos da Casa Amarela, como decidido em Assembleia, quando e se as mães, crianças e jovens, *a gente*, decidisse sair. Por hora, seguiríamos ali desenvolvendo da forma que conseguíssemos as nossas atividades. O ganho para sociedade são-miguelense da revitalização daquele espaço é imensurável. E já que a gente não consegue, dissemos, fazer com que o dinheiro público seja utilizado de acordo com o que exige a nossa realidade, e de acordo, inclusive, com a prioridade constitucional, e caso o prefeito não volte atrás em sua decisão, a gente pede apoio à comunidade são-miguelense para juntos conseguirmos os recursos necessários para mantermos os projetos em andamento. Enfim, convidamos todas as interessadas e interessados para uma reunião na terça-feira, dois de maio de dois mil e dezessete na Casa Azul, às dezenove horas, para a gente seguir conversando sobre a realidade da infância e da juventude são-miguelense e sobre as ações que a gente, comunidade, deve tomar em relação a isso. *A gente agradece muito o apoio, a solidariedade e o carinho de todo mundo que se manifestou.*

O convite à reunião aberta e o apelo para que conseguíssemos os recursos capazes de manter as atividades por algum tempo foram atendidos pela população enquanto eram ignorados pelos que foram eleitos pelo povo. Muitos vereadores ali se posicionaram diante da plenária em favor da ação. Nenhum foi *capaz* de fazer nada de efetivo. Não houve, pois, surpresas. É o fetichismo na política: “a absolutização da ‘vontade’ do representante [...] que deixa de responder, de fundar-se, de articular-se com a ‘vontade geral’ da comunidade política que diz representar”: é “a conexão de fundamentação da *potestas* (o poder que devia ser exercido *delegadamente*)” desconectada da “*potentia* (o poder do próprio povo), e por isso se absolutiza, pretende fundar-se em si mesmo, auto-reflexiva ou auto-referencialmente” (Dussel, 2007a: 44). Como escreveu Marx, “em uma palavra, faremos o que nos dá na telha, diz o governo” (apud Dussel, 2007a: 43).

Realizamos, enfim, reuniões abertas, planejamos ações, recebemos doações de todos os tipos, conversamos, debatemos, aprofundamos em comunidade os seus problemas, suas causas, possíveis soluções; enviamos documentos ao Ministério Público provocando algumas situações. Alguns pequenos comerciantes se envolveram propondo distribuir carnês para doações mensais. As *Mães da Cidade do Anjo* fizeram alimentos, assim como a ASASS¹³⁶, para a venda em um evento cultural e político que realizamos alguns dias depois apoiados na ideia, e com a parceria, do grupo de samba Rara Estima, e que envolveu diversos artistas locais de samba, rap, MPB, de dança de rua, de grafite, de cantigas no “Quintal do Samba”, um espaço no Clube Bernardes Júnior, e com o apoio também do Ponto de Cultura Viva o Clube.

Uma artesã fez produtos especialmente para a venda no dia do evento; agricultores e agricultoras doaram suas mudas orgânicas para que o recurso das vendas fosse também destinado às atividades e, enquanto a celebração acontecia, debatíamos o que estava acontecendo ao microfone, nas vozes dos artistas, na fala da jovem que, vestindo uma camiseta com os dizeres *O prefeito que faz criança chorar*, se posicionou contanto um pouco da sua história dentro dos projetos; nas falas nossas entre as apresentações e nas rodas de conversas informais.

Ao fim, as *Mães da Cidade do Anjo* que trabalharam durante todo o dia na cozinha do evento, também cantaram, se posicionaram, agradeceram o apoio de toda a gente e homenagearam uma outra *Mãe da Cidade do Anjo*. Uma assistente social, funcionária pública e uma das construtoras dessa nossa utopia desde sempre que vinha sofrendo perseguições internas do poder público¹³⁷. Menos de um mês depois, numa tentativa ridícula de represaria do então prefeito, e de tentar continuar impedindo parte dos nossos trabalhos e do seu trabalho dentro do poder público, ela foi retirada de onde atuava há cerca de dez anos e recolocada em um outro espaço. Poucos dias depois percebemos que este outro espaço era também fértil para a utopia. Foi o máximo de covardia, ao lado de ameaças que tentavam intimidar e calúnias silenciosas, nunca públicas e nunca diretas, a mim, que conseguiram fazer nessa tentativa tacanha de nos prejudicar. Para tanto, terão que se esforçar mais, o que não duvido que o façam. Sobre a capacidade ou a incapacidade técnica do nosso trabalho que justificasse o fim dos investimentos públicos, não foram capazes de dizer nada.

¹³⁶ Associação São-miguelense para Sustentabilidade.

¹³⁷ Ela que, por sinal, é minha mãe.

“Elegem-se os dominadores. Toda a política foi *invertida*, fetichizada” (Dussel, 2007a: 46). Aquilo que é público, do povo, serve apenas a ele e a alguns dos seus. A maior minoria do mundo. Ou uma das maiores. E das mais estúpidas. Tenho o desprazer de conhecê-los pessoalmente, mais do que gostaria¹³⁸. É a Cidade do Anjo no tempo das Bestas. Tal como dissera a tanto tempo Marx, e misturando suas palavras ao nosso contexto, encontramos na Cidade do Anjo com o curioso espetáculo, apoiado na própria essência da democracia liberal, de que as comunidades, em vez de lutar por meio daqueles que os representam, tenham de lutar contra eles (apud Dussel, 2007a: 43). Mas não somente.

Seguimos, com vínculos que se fortaleceram também com esses últimos acontecimentos, desenvolvendo, caminhando, construindo e, depois de algumas semanas ocupando ainda a Casa Amarela e a Casa Azul contra a vontade do prefeito¹³⁹, decidimos - mães, crianças, jovens, *a gente* -, buscar um espaço novo, nosso e independente. Encontramos a Casa Verde, a Casa da Mata, outras casas, outros cantos, praças, escolas, as ruas, a cidade, pontos de encontros espalhados por ela. Um prédio, no centro da cidade, que começa a ganhar as nossas cores. E a utopia anunciada por jovens e construída por crianças, Mães, mulheres, homens, jovens, pais, professoras, professores, fortalecida, como diz Fabián, pelas casas dos sonhos, pela Casa Amarela e pela Casa Azul, segue *andando* por onde se constituiu: pelo *cotidiano*, essa categoria política da utopia em que nasceu, se rejuvenesce, se fortalece e onde se constrói cotidianamente, portanto, a utopia crítica, real, da vida, *das gentes* da Cidade do Anjo, nesse momento fecundo para repensar, reorganizar, desenvolver, fortalecer.

¹³⁸ Para reforçar a sua atual composição (rede que envolve o governo municipal dos anos 2017-2020): Coelho, empresário, dono de uma rede de 3 ou 4 supermercados na cidade. Presidente municipal do PMDB, admirador confesso de Michel Temer e de suas ações políticas como presidente da república, para nós ilegítimo. Foi o candidato pior votado quando se candidatou para prefeito em 2012. Colocou um funcionário seu, contabilista de seus supermercados, como Secretário de Finanças da atual administração pública. Influencia como poucos, e sem representar ninguém, os destinos do orçamento público. Antônio Celso Mossin, ex-prefeito e líder do PSDB municipal. Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais antes e depois de ser prefeito (2005-2012). Denunciado pelo Ministério Público por enriquecimento ilícito e improbidade administrativa por desvios em seu mandato. Segundo o Ministério Público, deve 14 milhões de reais aos cofres públicos. É um dos principais representantes, ao lado de Hélio Mori também do PSDB, dos proprietários da grande produção agropecuária do município. Assim como o investimento dos que representa, seu apoio eleitoral foi fundamental para a campanha vitoriosa do atual prefeito. Zaga, prefeito nas décadas de 70, 80 e 90 e um dos fundadores e líderes do Partido Progressista (PP) em São Miguel Arcanjo, partido de Paulo Maluf (famoso pela alcunha *rouba, mas faz*) cuja vida política vai 1967 a 2017 quando foi preso. Zaga teve muita influência durante a campanha. O atual prefeito, Paulo Oreia (PP), carrega o que há de pior em cada um deles. Uma política tacanha, assistencialista, amiga dos amigos, corrupta em sua essência, típica da *política* promotora do golpe parlamentar e jurídico brasileiro de 2016.

¹³⁹ Um fato *curioso* aconteceu nestes dias. Trocaram as fechaduras da Casa Amarela e da Casa Azul para impedir a nossa entrada e deram, as novas chaves, sem saber, a um de nós.



Figura 8: A Casa Amarela, por Marcelo José, uma criança da Casa Amarela.

5.5. Um observatório de luta popular

O mito de Osíris do antigo povo egípcio “inicia uma tradição ético-política que será própria das culturas cristãs, muçulmanas e ocidental moderna” (Dussel, 2007b: 27). É a invenção, escreve Dussel, da *consciência singular ético-política* intersubjetiva que, através do *olho* que representa o deus Osíris e que tudo vê, tal como um juiz subjetivo internalizado sempre presente, observa o secreto mais íntimo de toda a ação e, ainda que o pensar esteja na esfera privada, situa o ator sempre virtualmente no horizonte “público” do “juízo final” diante de toda a humanidade: é um prodígio, escreve Dussel, da invenção política hegemônica! (2007b: 27).

“Cada membro do sistema temia ao deus onipresente e se imaginava a todo o momento estar sendo julgado na imensa ‘sala de Ma’at’” (Dussel, 2007b: 27). O sistema político egípcio, sem necessidade de uma polícia secreta, se fez presente introjetando-se na consciência privada de cada membro de sua comunidade, exigindo o cumprimento das normas tradicionais, das leis do

reino, da obediência às elites do sistema tributário faraônico (Dussel, 2007b: 27). É o *Olho* do controle que impõe a obediência, o medo, a culpa. O *olhar* que observa do topo do poder político (e cultural) fetichizado e julga, ameaça, impõe, se esforça por manter a moral e as leis da corrupção.

Conversávamos, certa vez, em uma Roda de Encontros, em finais de dois mil e dezesseis na Casa Azul enquanto construíamos o terceiro capítulo dessa tese, sobre as forças de famílias que detém um certo tipo de poder econômico no município. Donos de supermercados, postos de gasolina, meia dúzia de grandes produtores da monocultura rural; atravessadores rurais, etc., e de como se embrenham nos espaços de exercício do poder político para suprir os seus quereres. *São os Silva*, diziam uns; *os Markezim, os Jacarés*, diziam outros; *os Mossin, os Mori; os Fugikawa; o Frango; o dono do posto Videiras que também planta batata...* enfim. Luíz Fernandes Rezende, aquele do capítulo anterior, falando de forma humorada, porém, séria, brincou: *e pros Rezende não sobra nada*.

Alguns dias depois, Luiz apareceu com um desenho seu¹⁴⁰, o desenho de um olho, nos explicando o que significava aquele olhar, para onde olhava, de onde e o que via; a indignação na força do lápis sobre o papel, a raiva expressa em cores, a esperança nos traços mais leves.... Refletimos, debatemos, trocamos impressões, pensamos em nossas ações, trouxemos àquele momento o nosso presente e o nosso passado, imaginamos futuros; estudamos, lemos. Foram germinando clarezas tal como pretendem o diálogo e o estudo, aprofundando desejos, quereres, indignações, esperanças... o tempo foi e seguirá construindo.... O *Olho de Rezende* opera tal qual o Olho de Osíris invertido.

É o olhar *das gentes*. Não controla, transforma desde baixo. Não obedece, permanece vivo! Não se curva, não mantém o que não faz sentido, não aceita, resiste, constrói. É o olhar das lutas, dos gritos, das fraturas, brechas, dos saberes e de sua ecologia embrenhada no real; da pedagogia de luta, de vida, da metodologia de vida, dos conhecimentos que vão sendo construídos. São os olhares indignados da consciência *das gentes* que suporta nos ombros o peso da estupidez humana e *observa* nessa estupidez os seus arquitetos, *como se movem, o que*

¹⁴⁰ Figura 10 em Anexos.

fazem, como fazem e o que contam; como mentem e como matam e, dos cantos até então ocultos, emerge, denuncia e anuncia.

É o núcleo duro da utopia crítica que responde à exigência de justiça de quem sofre a negação das suas vidas construindo possibilidades de viver, projetos, ações, enquanto mostra, nesse ato, a perversidade do sistema que reproduz funcionalmente a negação da dignidade humana em qualquer uma de suas dimensões: gênero, raça, classe, etc...¹⁴¹ É o desenvolvimento de uma *instituição* que, nascida do cotidiano e de suas *gentes*, é capaz de andar no real e de ir constituindo solidariedades, força política, justiça cognitiva, ampliando a democracia, caminhado para a construção, com presença no espaço e no tempo, de justiça humana e social. É quando o cotidiano se transforma em um grande observatório de luta popular¹⁴².... É a utopia, a humanidade reagindo.... É a vida delas e deles, a nossa vida, na Cidade do Anjo, e a utopia crítica, humana, real, cotidiana e concreta em transformá-la.

¹⁴¹ Apoiados também no vídeo com o debate entre Enrique Dussel e Armando Bartra: La Utopia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p_sR3oHfZE&feature=share. Acessado em julho de 2016.

¹⁴² É a instituição que emerge como *Observatório Popular Cidade do Anjo*: <http://opoca.org/>.



Figura 9: Por Marcos Fernandes.

Considerações finais... Uma carta às Goiabeiras

Minhas caras, meus caros. Goiabeiras nossas e outras. Andemos, pois, por nossas cidades a emanar esperança, a construir utopias

Essa carta é um apelo à solidariedade e à reflexão. À nossa reflexão, individual e coletiva, e à solidariedade de quem percebe, de alguma maneira, instintiva, na pele, na empatia, no mundo, *um mundo que absolutamente não é o nosso*. É um chamado para o diálogo nesse momento nosso de compartilhar ideias, conhecimentos que *a gente* foi construindo, reflexões que *a gente* foi fazendo enquanto caminhamos e revivemos nestes escritos o nosso vivido, ou parte dele. É um tempo privilegiado para refletir e compartilhar o *andar*; ouvir; trazer o que ficou para traz; rejuvenescer ideias antigas, lembrá-las, repensá-las; aprender ideias novas; corrigir os erros, reforçar os acertos; fortalecer os vínculos que foram criados ao longo destes anos; agrupar, se abrir, se encontrar com outras e outros.

Lembrar dos sorrisos conquistados em meio às perversidades. Das poesias, das palavras que encontraram palavras e que se tornaram frases, denúncias, anúncios, abrigo, solidariedades. Das vidas que puderam viver porque encontraram outras vidas: “o corpo humano, frágil como a brisa, precisa de sons e palavras vivas para ganhar força” (Chiziane, 2016: 359). Uma força que, movida por palavras de um pensar comum, na e pela comunicação em torno de uma realidade, em nosso caso, em torno do real da Cidade do Anjo, tem em sua fonte geradora a ação sobre o mundo (Freire, 2005: 74). O objetivo é torna-lo mais nosso, humano.

O fim desses escritos, o capítulo cinco, expõe um momento da nossa trajetória que não é o início, não é o centro, tampouco o nosso fim, mas ocupa um lugar importante da nossa história. Houve conquistas, avanços, solidariedades, mas também perdas profundas; e é tudo muito recente; e nesse emaranhado de emoções, a reflexão se constitui como imperativo. Mais um; para pontuar diferenças, demarcar distâncias, aprofundar presenças, semelhanças; para pensar, repensar, desconstruir, construir... “existem perdas que libertam, porque abrem para outros registros de vida e de relação. Existem perdas que, porque garantem a sobrevivência, participam da necessidade” (Mbembe, 2017: 53). E existem perdas que simplesmente são perdas.

Foi um momento que reforçou solidariedades. Antigos encontros nos reforçaram e foram reforçados e novas *gentes* apareceram para construir junto o caminho que *a gente* veio trilhando. Porque marcou um momento de perdas insubstituíveis, dos mais perversos graus de dramaticidade humana, chegando à morte. A miséria é das forças mais destrutivas movidas pela corrupção humana. Vai arrancando os sonhos, as forças, os quereres, a esperança, as possibilidades de vida... vai construindo a fome. São as mortes cotidianamente produzidas. É uma violência incessante e mítica. Um discurso desvinculado do real, desenraizado da história veio sendo construído. E nestas distinções abolidas entre meios e fins, aqueles que a produzem continuam intocáveis. A prepotência é indiferente aos sinais da crueldade que ela mesma produz. E mesmo diante das provas da sua existência, os violentadores não se tornam assunto. É a função do mito: responsabilizar as vítimas pela violência da qual são precisamente as vítimas (Mbembe, 2017: 183).

Eles desconversam, se escondem por traz das aparências e dos que aparecem; fazem obras; fingem não ouvir. Asfaltam asfalto. Contratam cantores. Aumentam as festas vazias: mitos. Responsabilizamos, então, nós a eles. *A gente* caminha e caminhávamos também ali, naquele momento, para construir no real, no espaço e no tempo uma estrutura capaz de suportar essa fronteira tênue, vulgar, entre situações limite de seres humanos e a vida.

“É por um esforço para se reapossar de si e de despojamento, é por uma tensão permanente da sua liberdade” que as mulheres e “os homens podem criar as condições ideais de existência de um mundo humano” (Fanon, [1952] 2017: 229). É um caminhar impreciso, instável... a realidade é perversa... nega, impede. “No entanto, com todo o meu ser, recuso esta amputação. Sinto-me uma alma tão vasta como o mundo, uma alma verdadeiramente profunda como o mais profundo dos rios, o meu peito tem uma força de expansão infinita” (Fanon, [1952] 2017: 138). A vida humana resiste..., mas a vida humana, toda ela, é vulnerável, necessita sempre de outras vidas para poder viver.

Caminhávamos também ali, portanto, naquele momento, para construir uma estrutura capaz de possibilitar com força no real, no espaço e no tempo, a ação dessa nossa *pedagogia de vida e de luta*, movidos, pois, pela própria *pedagogia de vida e de luta*: uma essência capaz de atingir e partir da dignidade própria de cada um e de cada uma; da *vontade de vida e de viver*, do *ethos* criador e próprio de cada ser humano e *vivente*, de cada sujeito ético, de cada sujeita ética, autônoma - um ser para si, para as outras e para os outros -, construtora e reconstrutor da própria

história e da realidade que o cerca. É uma utopia da vida, mediada por uma *metodologia de vida* que *anda*, abraça, constrói, ajuda o mundo, aprende, ensina, busca entre *as gentes* possibilidades de vida. É uma construção permanente *das gentes*, um querer recíproco, o reconhecimento mútuo entre seres humanos, a construção comum de uma vida que faça sentido ser vivida.

O fim da estrutura naquele momento, ainda que longe do que idealizávamos, construiu imediatamente a morte. Enquanto nos reorganizávamos não pudemos estar cotidianamente aonde sabíamos que deveríamos estar... aonde estávamos... A utopia é cotidiana, real, humana... A Ela, Mãe da Cidade do Anjo, o desejo de que tenha encontrado a paz que esse mundo que *absolutamente não é o nosso* e que a gente insiste em manter na Cidade do Anjo nunca a permitiu nos seus ainda breves vinte e oito anos... e que a gente consiga, de alguma forma, refundar a nossa esperança...

Porque nesse momento em que a nossa história, ainda que breve, intensa, volta-se para nós, é um imperativo prático, um imperativo ético deixar marcada desde sempre essa distância bruta, sem qualquer relação, a não ser por tensões e fraturas que impulsionamos, entre nós e essa forma de fazer política, com essa forma violenta, para a maioria de uma população, de homens e mulheres da Cidade do Anjo, em especial de homens, de se organizarem entre si, em sociedade, de entenderem o mundo, de praticarem a política. Por isso também essa carta, esse apelo à solidariedade e à reflexão. Porque essa é uma utopia da morte que tende a se alastrar no tempo, a aumentar, como vem aumentando, o autoritarismo, a violência institucional, a covardia. A se manter, a seguir os mesmos rumos, os mesmos interesses, os mesmos quereres, as mesmas limitações, as mesmas misérias de um modo de ser, com mais ou menos os mesmos atores se revezando nos espaços de exercício do poder político...

Eles se ofendem, se abraçam. Inimigos de ontem, hoje se aliam. Opositores de hoje, amanhã firmarão contratos. E o que permanece mais ou menos intacto é o pano de fundo social, cultural, econômico que sustenta todo o circo montado e que, nesse momento, se configura como a política do pó e do circo, de um circo movido pelo pó. O princípio é a ausência de princípios e o que sobra são oportunidades em que se beneficiam. São alianças por vezes bem estruturadas historicamente, noutras simples, pontuais. Ali, mesmo pouco dinheiro compra muito, embora sejam milhões o que até então foi descoberto. E embora sejam muitos os milhões produzidos anualmente na Cidade do Anjo. E o poder possibilitado pelas estruturas estatais alicia com uma facilidade absurda pessoas, atores sociais, atoras culturais que teriam muito mais a oferecer sem

as limitações dessa maneira rasa, perversa e limitada de entender a sociedade, a vida humana, de produzir riqueza, de praticar a política.

Para *a gente* essa distância é explícita, mas pode parecer confusa nos lugares em nossa cidade em que não chegam os nossos debates e aonde pretendemos fazer chegar; com quem pretendemos dialogar. Esses escritos se pretendem também como mais uma ferramenta para tal. “É preciso sair do mito e escrever a história” (Mbembe, 2017: 193). Por isso também essa carta às goiabeiras. Por isso finalizar por aqui esse estudo. Por isso demarcar desde sempre as diferenças que nos constituem e com quem um diálogo real é impossível. A *não política*, como disse Daniel Knob em uma conversa nossa, impede qualquer tipo de construção. É porque o cínico, como escreve Enrique Dussel, não entra na discussão, não dialoga; suas posições e suas decisões se apoiam em argumentos tautológicos, negam toda a prova em contrário, *fingem não ouvir*; são aparentes e não agregam qualquer tipo de novo conhecimento, não acrescentam, não permitem. Para o autor, são os argumentos como os de “Guinés de Sepúlveda, de John Locke ou de George W. Bush” (2009: 465). Dos fazendeiros que se utilizam de crianças em suas lavouras, do padre que defende a criminalização do aborto, e a morte da mulher, portanto, porque diz que é a favor da vida; que é contra a homossexualidade porque é a favor da família. São aparentes argumentos, sempre superficiais, rasos, que eliminam o Outro, “quer dizer, se opõem à permanência e aumento da vida dos seres humanos” (2009: 465) e, em especial, dos seres humanos com quem entendem nada haver em comum. Uma *não política*, portanto, que tem no neoliberalismo e em suas relações com o patriarcado, com os colonialismos e em suas forças e guerras globais, a sua maior referência.

Para reforçar, enfim, essa distância na expectativa de que um estudo crítico desse estudo e o seu desenvolvimento nos ajude (e nesse *nos* incluo essas outras goiabeiras espalhadas) a clarificar a realidade e o nosso *andar*. O objetivo é nos fortalecer: à frente se apresenta o real, sempre. Um espaço e um tempo nosso e deles e de mais um monte de gente. De instituições, hierarquias, poderes e suas relações desiguais. De utopias da vida e de utopias da morte. E é preciso compreendê-las, demarcá-las; superar as segundas fortalecendo as primeiras. Elas se consomem por vezes... se confundem... as ideias circulam, ocupam os mesmos espaços, as mesmas mentes, as mesmas ruas... o cotidiano é contraditório, assim como nós. A nitidez sobre o real se converte em força. Esses escritos são também para isso. É um processo contínuo e sempre inacabado...

... porque “a explosão não se dará hoje. É demasiado cedo... ou demasiado tarde” (Fanon, [1952] 2017: 5). Sempre é, me parece. E é nessa fronteira que *a gente* constrói cotidianamente a utopia. Fazendo, pois, o outro apelo dessa carta, é um momento, como sempre foi, de encontrar talvez vocês, essas outras goiabeiras, de outros cantos e becos da cidade e do mundo, do nosso e de outros cotidianos para o diálogo, para a aprendizagem mútua, para pensar junto, para construir uma solidariedade capaz de fortalecer a construção do presente: “O futuro deve ser uma construção permanente” do homem e da mulher que existem, tal como escrevera Fanon. “E esse futuro não é o do cosmos, mas o do meu século, do meu país, da minha existência” ([1952] 2017: 10). Da nossa cidade, dos nossos bairros, das nossas ruas, da nossa utopia, da sua utopia, *da gente, das gentes* viventes do *cotidiano* hoje. “Pertencço irredutivelmente à minha época. E é para ela que devo viver” (Fanon, [1952] 2017: 11).

Pertencemos, na Cidade do Anjo, irredutivelmente aos nossos dias. E o futuro, o nosso, é essa construção permanente das mulheres, jovens, crianças, homens. Do fortalecimento e do desenvolvimento *das gentes* e nossas resistências, alternativas, nossos querereres; do suprir das nossas necessidades; do encorajamento das ausências, emergências, dos gritos e fraturas que vão irrompendo em meio ao real; dessa ecologia cotidiana de saberes. É uma utopia cotidiana da vida, que pretende vencer as utopias da morte. E o que importa, sempre, é saber sempre mais sobre ela. Sobre nós e o real, portanto.

Como tentamos refletir e desenvolver nesse estudo, a produção de conhecimentos nascidos das lutas sociais desloca o sentido da produção do saber, integra o cruzamento de vários saberes - em nosso caso, numa ecologia cotidiana de saberes -, e representa um projeto social e político de transformação das relações sociais enquanto postula um projeto epistêmico e metodológico alternativo de elaboração de conhecimentos (Meneses, 2016a: 357) que é, enfim, um fundamento e uma formulação para a construção de justiça social, cultural, humana. Para a construção, na Cidade do Anjo, cotidiana da utopia.

É um esforço para a construção de justiça cognitiva, subjetiva, objetiva; o desenvolvimento da nossa capacidade de pensar por nós, desenvolver inteligências capazes de, em comunidade, superar as injustiças, as perversidades, as realidades que ofendem, castigam, maltratam, matam, atento, atenta ao mundo, com o mundo, em diálogo, aprendendo, ensinando, descobrindo maneiras de promover encontros que possam nos fortalecer em conjunto. É este o aprendizado central, creio, desse estudo, *do* nosso e *para* o nosso caminhar nesse momento. A experiência

que o nosso *andar*, mais uma vez, nesse momento, em meu entender (pessoal, portanto), deve se esforçar por *desenvolver* e, nesse processo, oferecer a outros cantos e centros do mundo que também caminham, um mundo diferente, difícil, mas possível.

Um esforço para democratizar a produção do conhecimento como um fundamento para a descolonização dos locais, das mentes nossas, das nossas culturas, da política, da economia. E nesse processo de autoconhecimento, aliado a uma relação de interconhecimento, podemos tornar, talvez, mais fecunda a possibilidade de construir solidariedades que possam ir constituindo força social, política, profunda, em suas essências, segura para, no tempo, nas mentes e no espaço, responder às exigências de justiça diante das perversidades de um mundo *que absolutamente não é o nosso* e reproduzir, desenvolver ou promover alternativas às vidas nossas e outras que, como diz Gustavo do Nascimento, *não nasceu pra ser maltratadas pelo mundo*.

O objetivo, pois, desses escritos é fortalecer, desenvolver, na Cidade do Anjo, essa *emergência*, essa utopia crítica e cotidiana da vida que tem oferecido alternativas de vida a uma das realidades mais perversas do Estado de São Paulo e do Brasil e, nesse processo, encontrarmos formas de construir solidariedades que nos fortaleçam em conjunto.

Andemos, pois, *por nossas cidades*, por nossos cantos, por nossos centros, becos, por nossas matas, campos, por nossos mundos a emanar esperança, a aprender, a promover solidariedades, a construir utopias. Essa carta é um convite ou um apelo à reflexão conjunta em abertura ou reabertura a um diálogo que aguarda diálogos na esperança de que possamos seguir persistentes em nossos caminhos entre os que caminham e nos encontrar com quem ainda não nos encontramos para construir, em comum, algo que nos faça sentido.

*Um abraço forte,
muita força.*

Coimbra, primavera de dois mil e dezoito.

Bibliografia

Almeida Filho, Naomar (2008). In: Santos, Boaventura de Sousa, Almeida Filho, Naomar: *A Universidade do século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra : Almedina, pp. 79-184.

Aguiló Bonet, Antoni (2017). *Fazer política através do espelho: vislumbres de outras democracias à luz dos indignados*. In: Santos, Boaventura de Sousa; Mendes, José Manuel (orgs.) (2017). *Demodiversidade: Imaginar novas possibilidades democráticas*. Lisboa : Almedina, pp. 207-232.

Biglia, Barbara; Bonet-Martí, Jordi (2009), *La construcción de narrativas como método de investigación psicosocial. Prácticas de escritura compartida*. [73 párrafos]. in Forum: Qualitative Social Research Volumen 10, No. 1, Art. 8. Enero, (ISSN 1438-5627): <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs090183>. S/n pp.

Bloch, Ernst (2005 [1959]). *O Princípio Esperança*. Volume 1. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro : EdUERJ : Contraponto.

Bloch, Ernst (2006a [1959]). *O Princípio Esperança*. Volume 2. Trad. Werner Fuchs. Rio de Janeiro : EdUERJ : Contraponto.

Bloch, Ernst (2006b [1959]). *O Princípio Esperança*. Volume 3. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro : EdUERJ : Contraponto.

Cesaire, Aimé (1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Noémia de Sousa. Lisboa : Livraria Sá da Costa.

Chiziane, Paulina (2000). *O Sétimo Juramento*. Lisboa : Caminho.

Chiziane, Paulina (2003). *Ventos do Apocalipse*. Lisboa : Caminho.

Chiziane, Paulina (2016). *O alegre canto da perdiz*. Lisboa : Caminho.

Cunha, Teresa (2014). *Never Trust Sindarella*. Coimbra . Almedina.

D'Andrea, Tiarajú Pablo (2013). *A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo*. São Paulo : USP.

Dussel, Enrique (1998). *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes.

Dussel, Enrique (2007a). *20 Teses de política*. Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo : Expressão Popular.

Dussel, Enrique (2007b). *Política de la Liberación: historia mundial y crítica*. Volumen 1. Madrid : Trotta.

Dussel, Enrique (2009). *Política de la Liberación: arquitectónica*. Volumen 2. Madrid : Trotta.

Fanon, Frantz (2015 [1961]). *Os condenados da Terra*. Trad. António Massano. Lisboa : Letra Livre.

Fanon, Frantz (2017 [1952]). *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Alexandre Pomar. Lisboa : Letra Livre.

Faria, Hamilton; Garcia, Pedro; Fonteles, Bene; Baron, Dan (2009). *Arte e cultura pelo reencantamento do mundo*. São Paulo : Instituto Pólis.

Foucault, Michel (2013 [1975]). *Vigiar e Punir Nascimento da prisão*. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa. Edições 70.

Freire, Paulo (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo, Moraes.

Freire, Paulo (1997). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. São Paulo : Paz e Terra.

Freire, Paulo (2000). *Pedagogia da Indignação*. São Paulo : Editora da UNESP.

Freire, Paulo (2005). *Pedagogia do oprimido*. 49 reimpressão, Rio de Janeiro : Paz e Terra.

Freire, Paulo (2011). *Ação Cultural para a liberdade e outros escritos*. 14 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra.

Freire, Paulo (2011). *Educação como prática da liberdade*. 14 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra.

Galeano, Eduardo (2009). *As veias abertas da América Latina*. Trad. Galeano de Freitas. Rio de Janeiro : Paz e Terra.

Galvão, Júlia Marques (2012). *Turismo Religioso e Romarias: Um estudo sobre o perfil do romeiro de Bom Jesus de Iguape (SP)*. (Monografia apresentada na Universidade Federal de São Carlos). Sorocaba. UFSCAR.

Giassi, Maristela (2017). *Almas do Brasil*. Florianópolis : Edição do autor.

- Gonçalves, Jaci Rocha (2013). *Homo Serviens: Sirvo à vida, sou feliz!* Palhoça.
- Jeanson, Francis (1975). Prefácio. In: Fanon, Frantz (1975). *Pele negra, máscaras brancas*. Porto : Paisagem Editora, pp. 7-21.
- Gutiérrez, Francisco; Cruz, Prado (1999). *Ecopedagogia e cidadania planetária*. – São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire.
- Hountondji, Paulin (1997). Introduction: recentring Africa. In: Hountondji, Paulin (Org.) *Endogenous Knowledge: research trails*. Dakar: CODESRIA, p.1-39.
- Junqueiro, Guerra (2017). Prefácio. In: Brandão (2017), *Os Pobres*. Guimarães : Opera Omnia, pp. 9-22.
- Leyton, Karen (2008). *Dinâmica de florestas nativas em área de expansão de eucalipto no Estado de São Paulo*. (Dissertação de mestrado apresentada na Universidade de São Paulo). Piracicaba. USP.
- Lins, Paulo (2003). *Cidade de Deus*. 2.ed. São Paulo : Companhia das Letras.
- Lins, Paulo (2012). *Desde que o samba é samba*. Lisboa : Caminho.
- Martins, Bruno (2014). *Oprimidos da Pedagogia: de Paulo Freire à educação democrática*. São Paulo : Nibelungo.
- Madison, Soyini (2005). *Critical Ethnography: Method, Ethics and Performance*. Londres : Sage Publications.
- Mbembe, Achille (2014). *A crítica da razão negra*. Trad. Marta Lança, Lisboa : Antígona.
- Mbembe, Achille (2016). Decolonizing the university: new directions. *Arts & Humanities in Higher Education*, v. 5, n. 1, p. 29-45.
- Mbembe, Achille (2017). *Políticas da Inimizade*. Trad. Marta Lança, Lisboa : Antígona.
- Meneses, Maria Paula (2009). *Justiça Cognitiva* in Cattani, Antonio David; Laville, Jeal-Louis; Gaiger, Luiz Inácio; Hespanha, Pedro (orgs.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra : Almedina, pp. 231-236.
- Meneses, Maria Paula (2010). *Outras vozes existem, outras histórias são possíveis*, in Garcia, Regina Leite (org.), *Diálogos Cotidianos*. Petrópolis, RJ: DP et Alii, pp. 247-265.

Meneses, Maria Paula (2014). *Diálogos de saberes, debates de poderes: possibilidades metodológicas para ampliar diálogos no Sul global*, in Fleuri, Reinaldo Matias (org.). *Em Aberto*, Brasília, v. 27, n. 91, jan./jun. 90-110.

Meneses, Maria Paula (2016a). *As ciências sociais no contexto do Ensino Superior em Moçambique: dilemas e possibilidades de descolonização*. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 34, n. 2, maio/ago, pp. 338-364.

Meneses, Maria Paula (2016b). *Os sentidos da descolonização: uma análise a partir de Moçambique*. *OP SIS*, ISSN: 2177-5648. v. 16, n. 1, pp. 26-44.

Mumford, Lewis (2007 [1922]). *História das Utopias*. Trad. Isabel Botto. Lisboa : Antígona.

Pinto, Diogo Vaz (2018). *Ultimato*. Lisboa : Maldoror.

Ponte Jornalismo. Movimento Independente Mães de Maio (2016). *Mães em Luta: dez anos dos crimes de maio de 2006*. São Paulo : Nós Por Nós.

Ramose, Mogobe B. (2009). *Globalização e Ubuntu in Santos*, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, pp. 135-176.

Santos, Boaventura de Sousa (1995). *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. New York: Routledge, 1995.

Santos, Boaventura de Sousa (2002). *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

Santos, Boaventura de Sousa (2007). *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. *Novos estudos - CEBRAP* [online] ISSN 0101-3300. n.79, pp. 71-94.

Santos, Boaventura de Sousa (2008a). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2008b). In: Santos, Boaventura de Sousa, Almeida Filho, Naomar: *A Universidade do século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra : Almedina, pp. 15-77.

Santos, Boaventura de Sousa (2011). *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. 8. ed. – São Paulo : Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2013). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Coimbra : Almedina.

- Santos, Boaventura de Sousa (2014). *O Direito dos Oprimidos*. Coimbra : Almedina.
- Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.) (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- Santos, Boaventura de Sousa; Mendes, José Manuel (2017). *Introdução*. In: *Demodiversidade: Imaginar novas possibilidades democráticas*. Santos, Boaventura de Sousa; Mendes, José Manuel (orgs.). Lisboa : Almedina, pp. 15-54.
- Santos, Boaventura de Sousa (2017). *Justicia entre Saberes: Epistemologías del Sur contra el epistemicidio*. Madrid : Ediciones Morata.
- Santos, Milton (2009). *Pobreza urbana*. 3 ed., São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo.
- Silva, Teresa Cruz e (2010). *Public and private domains and the social role of universities in Africa*. Dakar: Codesria.
- Souza, Jessé (2009). *A Ralé Brasileira: Quem é e como vivem*. Belo Horizonte : Editora UFMG.
- Vivar, Fabián Andrés Cevallos (2018). *Travesías dentro y fuera del Estado. Contribuciones de las Waorani del Yasuní frente al desenvolvimentismo neo-extractivista no Ecuador*. (Tese de doctorado no publicada). Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Wadi, Shahd (2017). *Corpos na Trouxa*. Coimbra : Almedina.
- Walsh, Catherine (2013). *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito : Abya-Yala.
- Walsh, Catherine (2017a). *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo II. Quito : Abya-Yala.
- Walsh, Catherine (2017b) *¿Interculturalidad y (de)colonialidad? Gritos, rietas y siembras desde Abya Yala*. Disponível em <http://catherine-walsh.blogspot.com/2017/10/interculturalidad-y-decolonialidad.html>. Acessado pela última vez em 12/06/2018.
- Yehia, Elena (2007). *Descolonización del conocimiento y la práctica: un encuentro dialógico entre el programa de investigación sobre modernidad/colonialidad /decolonialidad latinoamericanas y la teoría actor-red*. In: Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, N.6, enero-junio 2007 ISSN 1794-2489, pp. 85-114.

Anexos

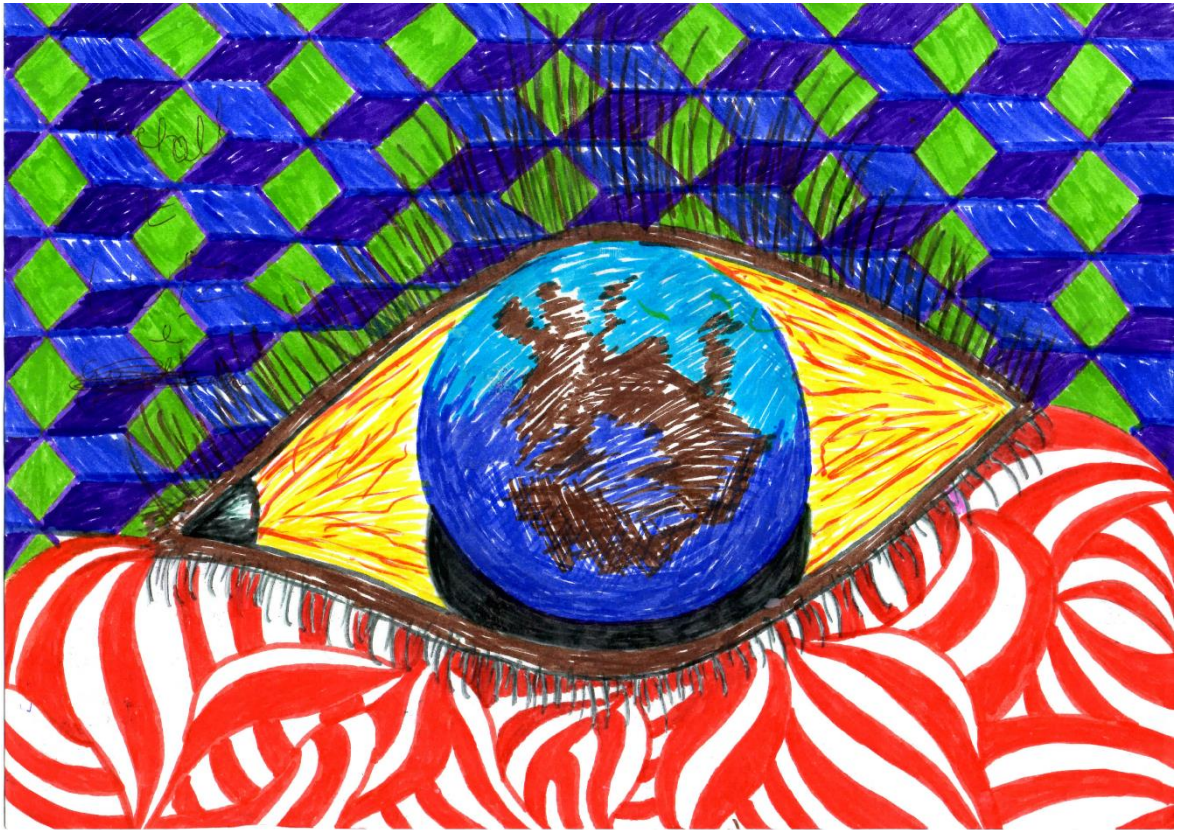


Figura 10: *O Olho de Rezende*. Pintura de Luiz Fernandes Rezende.



Figura 11: Grafite de Marcos Fernandes em um muro da Cidade do Anjo.



Figura 12: Alguns encontros dessa utopia cotidiana da vida. Acima, Assembleia de Educação na Casa Azul; abaixo e à esquerda, Projeto Viveiro de Mudanças na Casa Amarela; abaixo e à direita, Luiz Fernandes Rezende em evento realizado pelo Movimento Capital Juvenil.

Momentos do capítulo 4



Figura 13: Tela de Grafite *Capital da Uva Itália! Bom pra quem?* de Marcos Fernandes.



Figura 14: Ação Cultural Juvenil versão Jardim Nova Esperança do Movimento Capital Juvenil. Foto de Duda Corrêa.



Figura 15: Jovem em Passeata do Silêncio do Movimento Capital Juvenil pelas ruas da Cidade do Anjo em 2011. Foto de Duda Corrêa.



Figura 16: Deco e Itamar em *Passeata do Silêncio* do Movimento Capital Juvenil.



Figura 17: Momentos antes de entrar na Câmara de Vereadores para exigir o direito à voz em agosto de 2012. De costas na imagem: Tiago Miguel Knob. Crédito: TV TEM.



Figura 18: Pedrinho em direção à Tribuna da Casa de Leis quando na luta pelo direito à voz.



Figura 19: Jovens do Movimento Capital Juvenil quando na luta pelo direito à voz na Câmara de Vereadores de São Miguel Arcanjo. Foto de Duda Corrêa.



Figura 20: Renê Rodrigues utilizando de seu direito à voz conquistado em Audiência Pública “Políticas Públicas Para a Juventude” em 06 de setembro de 2012 na Câmara de Vereadores em São Miguel Arcanjo. Foto de Duda Corrêa.



Figura 21: Estéfane, uma das representantes do Colégio Nestor Fogaça, utilizando do direito à voz em Audiência Pública “Políticas Públicas Para a Juventude” em 06 de setembro de 2012 conquistada pela juventude. Foto de Duda Corrêa.



Figura 22: Bactéria, representante do Movimento do Skate voz em Audiência Pública “Políticas Públicas Para a Juventude” em 06 de setembro de 2012 na Câmara de Vereadores de São Miguel Arcanjo.



Figura 23: “Ação Cultural Juvenil versão Festa da Uva”, organizado pelo Movimento Capital Juvenil e pelo Movimento do Skate, na Pista de Skate de São Miguel Arcanjo em fevereiro de 2011. Foto de Duda Corrêa.



Figura 24: Batalha de Dança de Rua em evento – “Ação Cultural Juvenil versão Praça da Matriz” realizado por nós com parceiros na Praça da Matriz de São Miguel Arcanjo, natal de 2011. Foto de Duda Corrêa.



Figura 25: Alexia, Marcos Fernandes, Luiz Fernandes e crianças na sede do Movimento Capital Juvenil em 2013. Foto de Duda Corrêa.



Figura 26: Apresentação de Dança de Rua de jovens (Luiz, Jorge, Pedrinho...) do Movimento Capital Juvenil no Festival Lolo Terra de MPB de 2010 em São Miguel Arcanjo. Foto de Duda Corrêa.



Figura 27: Ação Cultural Juvenil versão Jardim Nova Esperança. Grafite das crianças e adolescentes do Movimento Capital Juvenil. Foto de Duda Corrêa.



Figura 28: Movimento Capital Juvenil em encontro em escola na cidade de Alambari em 2012. Foto de Duda Corrêa.

Momentos do capítulo 5



Figura 29: Casa Azul.



Figura 30: Casa Amarela.



Figura 31: *Gentes* dessa nossa utopia cotidiana da vida em evento político e cultural no Quintal do Samba, em maio de 2017.



Figura 32: Abraço na Casa Amarela antes de nossa participação na Câmara de Vereadores como exposto no capítulo cinco.



Figura 33: Projeto de batuque na Casa Amarela.



Figura 34: Viveiro de Mudas da Casa Amarela.



Figura 35: Jovens do Projeto “No Caminho de São Miguel: um mapa afetivo da cultura são-miguelense” da Cidade Escola.



Figura 36: Projeto Movimentando Ideias e Ideais. Na foto, o educador do Projeto Luiz Fernandes Rezende.



Figura 37: Gabi em Projeto da Cidade Escola na Lagoa do Guapé.



Figura 38: Cinema na Casa Azul.



Figura 39: Programa semanal de rádio da Cidade Escola: Rádio SMA e a Juventude: Luiz, Augusto, Daniel, Nádia e Júlia.



Figura 40: Crianças e educadora Júlia na Casa Amarela.



Figura 41: Crianças, jovens, mães, comunidade são-miguelense na Câmara de Vereadores para protestar contra os cortes nos projetos da Cidade Escola.



Figura 42: Elaine levantado a Kauane para o seu posicionamento em tribuna da Câmara de Vereadores para falar sobre os cortes nos projetos da Casa Amarela.



Figura 43: Mães, crianças e jovens na prefeitura para questionar o prefeito sobre o corte nos projetos da Cidade Escola.



Figura 44: Acima, Sara, em sua fala na Câmara de Vereadores às autoridades municipais em abril de 2017. Abaixo à esquerda, Projeto *No Caminho de São Miguel: um mapa afetivo da cultura são-miguelense*. Abaixo e à direita, crianças na Câmara de Vereadores para lutar pela Casa Amarela.



Figura 45: Parte da equipe do Projeto Cidade Escola em frente à Casa Amarela durante sua reforma.



Figura 46: Algumas das Mães da Cidade do Anjo em evento cultural realizado no Quintal do Samba.

